Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0100798-82.2018.5.01.0034

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/08/2018
Valor da causa: R$ 63.317,62

Partes:
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
ADVOGADO: Erick Machado Balzana Souza
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
ADVOGADO: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS
TERCEIRO INTERESSADO: Espólio de CLODOALDO PINTO FILHO CPF: 009.267.607-34
DEPOSITÁRIO: PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONCALVES FARINHA

EXMO. SR. DR. JUIZ DA MM. ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO/RJ – TRT DA 1ª REGIÃO

ALTAIR AYRES TORRES, brasileiro, solteiro, técnico de enfermagem, portadora da cédula de identidade n°. 07689216-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o n° 014.538.787-93, portador da CTPS nº 2067155, série 0050/RJ, inscrito no PIS sob o nº 123.80827.67-4, filho de Jandira Ayres Torres, nascido em 25/03/1969, com residência e domicílio na Rua Santa Camila Pia, nº 151, apto 402, Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-060, indicando desde logo, para remessa de quaisquer correspondências/intimações na pessoa de seu advogado, **DR. ERICK MACHADO BALZANA SOUZA, inscrito na OAB/RJ sob o número 157.143 com escritório à Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422**, vem, perante V.Exa., propor,

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO RITO ORDINÁRIO

em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.**, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 73.302.986/0001-28, com sede na Rua Almirante Luiz Bellart, nº 150, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21941-100, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor, para em seguida requerer:

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 1
Número do documento: 18080920322994400000079205352

REQUERIMENTOS INICIAIS

a) **Das Notificações**

Requer o reclamante que as notificações em que haja determinação de comparecimento à audiência sejam encaminhadas ao seu endereço residencial acima indicado, bem como aos cuidados dos advogados que subscreve a presente reclamatória, qual seja, **Dr. Erick Machado Balzana Souza, inscrito na OAB/RJ sob o número 157.143 com escritório à Rua Dr. Alfredo Barcelos, nº 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21021-422**, sob pena de nulidade.

Já quanto as notificações que se destinam ao cumprimento dos demais atos processuais, deverão estas, via de regra, serem remetidas exclusivamente aos cuidados da advogada, tudo em conformidade com as arts. 9, 10, 11 e 13, do Provimento 03/87 da Presidência do TRT da 1ª Região.

1 - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Esclarece a Reclamante que opta por não submeter a presente demanda à Comissão de Conciliação Prévia de sua categoria, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 2139 e 2160).

2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Reclamante requer, desde já, de acordo com o art. 790, §4º da CLT, o deferimento do benefício da Gratuidade de Justiça, haja vista que não possui situação econômica que lhe permita pagar as custas do processo, honorários de advogado e honorários periciais.

Afirmando que se encontra desempregado, não tendo recebido sequer suas verbas rescisórias e guias para saque de FGTS e recebimento de seguro desemprego, como será abaixo demonstrado.

3 - REQUERIMENTO PRÉVIO

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 2
Número do documento: 18080920322994400000079205352

Desde já informa que não há obrigação da parte reclamante liquidar os pedidos constantes na peça vestibular, uma vez que a nova redação do **art. 840 da CLT** incluiu o **§ 1º,** que prevê tão somente a necessidade de **indicação** de valores dos pedidos, e não de sua **liquidação**, pelo que a interpretação sistemático-teleológica a ser dada a tal dispositivo legal é no sentido de que o dever da parte é **apenas o** de indicar o valor estimado de sua pretensão para fins de estabelecimento do rito processual (alçada).

Qualquer manual de hermenêutica jurídica ensina que o legislador conhece o significado das palavras e por isso não usa palavras inúteis no texto legal. Veja-se que legislador da "Reforma Trabalhista" usou o vocábulo "indicação" (*"o pedido, que deverá ser certo, determinado e com* ***indicação de seu valor"***) no texto legal (art. 840, § 1º).

Indicar e liquidar são dois verbos que denotam ações diversas, embora parecidas – mas não idênticas – não podendo então ser confundidas. **Liquidação** significa o ato de apurar valores com precisão (que nas obrigações de pagar quantia envolve o cálculo do principal, atualização e juros), ao passo que **indicação**, com está no texto legal, significa apontar um valor estimado para o pedido deduzido.

O **art. 5º, II, da CF/88,** se encaixa feito luva ao caso concreto, pois qualquer obrigação de fazer ou não fazer somente pode decorrer de lei, e a alteração legislativa **não usou o verbo liquidar, mas sim indicar, muito menos falou em aplicação de juros e correção monetária,** ao contrário do que está disposto no **art. 322, § 1º, do NCPC,** que efetivamente estabeleceu tal obrigação – apresentar pedido líquido – nas obrigações de pagar.

Se o legislador quisesse mesmo que o pedido fosse líquido, bastaria ter copiado o § 1° do art. 322 do NCPC para o art. 840 da CLT. **NÃO O FEZ.** Ao revés, expressamente alterou a redação do **§ 2º do art. 879 da CLT** para estabelecer que o juiz DEVERÁ abrir prazo às partes para impugnação fundamentada da conta elaborada **e tornada líquida.**

Logo, 1- trocou poderá por **DEVERÁ,** tornando em obrigação; 2- trocou o prazo sucessivo por **COMUM**; e 3- reduziu o prazo que era de 10 dias para **8 DIAS.** Ora, só se pode falar de liquidação de sentença no caso de sentença ilíquida, o que só é compreensível também no caso de pedido ilíquido, ou sem indicação de valor, pois se o pedido é líquido igualmente a sentença o será. É o que se infere do disposto no **art. 491 do NCPC**.

O valor do pedido nas ações trabalhistas, então, a teor do que dispõe **o novo § 1º, do art. 840, da CLT**, deve ser indicado quando possível for, e sendo a indicação mera estimativa de valores. De toda sorte, inviável o apontamento de qualquer estimativa nas hipóteses previstas nos termos do **art. 324, incisos II** (quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato) e **III** (quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu), bem como no caso do **inciso II**, do **art. 491**, todos do **NCPC**.

Inclusive o **caput do art. 879 da CLT não foi alterado** pela Lei nº 13.467/2017, **de onde por hermenêutica conclui-se que se mantida a liquidação de sentença ilíquida, é**

Escritório
Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422 – tel: (21) 3591-2730 / (21) 99938-1785

porque também pode haver inicial ilíquida, pois se todas as ações tivessem de ser líquidas, assim também seriam as sentenças.

Ademais, **para efetiva liquidação do julgado seriam necessários diversos documentos dos quais esta parte autora não os tem** (nenhum ou na sua totalidade, como recibos salariais), **ou não tem acesso a eles** (como os controles de ponto, p. ex.). Logo, a determinação de apresentação de liquidação com juros e correção monetária da inicial não guarda amparo legal e nem constitucional, por isso sendo verdadeira afronta aos direitos constitucionais de acesso à Justiça e à razoável duração do processo, assim como ao princípio da reserva legal, por isso desde logo se alega, acaso haja tal determinação, que a mesma é inconstitucional e ilegal, bem como tal requerimento deverá ser apreciado consoante o disposto no art. 489, §1º, IV e §3º do CPC/15.

4 - DOS FATOS ENSEJADORES DA AÇÃO

O Reclamante foi contratado em 20/07/1998, para ocupar os quadros da Reclamada, no exercício da função de auxiliar de enfermagem, tendo posteriormente passado ao cargo de técnico de enfermagem, para laborar sempre em escala 12 x 36, sendo da data de admissão até 03/03/2015 das 20:00 às 08:00, a partir de 03/03/2015 passou a laborar no turno das 08:00 às 20:00 até a data da demissão, sempre com 1 hora de intervalo para almoço, com último salário de R$ 1.436,60.

O Reclamante sempre recebeu em dinheiro mediante assinatura de contracheque, sendo que o salário era pago até o 5º dia útil até o mês de fevereiro de 2018, após passou a ser pago no dia 10 ou 11 do mês, gerando assim um atraso contumaz no salário do obreiro.

A empresa Reclamada é uma casa de repouso para idosos com Alzheimer e outras patologias não contagiosas, majoritariamente tratando pessoas com doenças neurológicas.

Possui quartos individuais e quartos compartilhados com até 5 (cinco) pacientes.

O Reclamante fazia a função de técnico de enfermagem, realizando separação e administração de medicamentos, auxílio na alimentação e asseio corporal dos pacientes, troca de fralda, hidratação e etc., além de elaborar relatório do dia, discriminando todas as atividades.

A equipe durante o turno do dia era formada por 2 (dois) técnicos de enfermagem, incluindo o Reclamante, e 2 (duas) cuidadoras, sendo que um técnico sempre ficava no posto, que é o local de armazenamento, distribuição e controle do material hospitalar, primordialmente ficava outra técnica responsável pelo posto, mas eventualmente o reclamante também exercia essa função. No turno da noite a equipe era formada por um técnico de enfermagem e uma cuidadora, tendo o Reclamante atuado como técnico de enfermagem no turno da noite no período supracitado.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 4
Número do documento: 18080920322994400000079205352

Eventualmente o Reclamante fazia a chamada “dobra”, que seria uma escala 24 x 24, em caso de falta de outro funcionário ou negociação com outro funcionário, mas anotava no controle de frequência e recebia no contracheque como horas extras.

Em caso de troca de plantão o Reclamante precisava informar para supervisora ou a diretora.

O intervalo para almoço do Reclamante era de 1 (uma) hora durante todo o período, sendo das 14:00 às 15:00 no período que trabalhava no turno do dia.

O controle de frequência era feito manualmente pelos empregados, entrada, saída e horário de almoço, sendo o Reclamante subordinado a Supervisora, enfermeira chefe e a diretoria.

Cumpre ressaltar que o Reclamante teve seu salário congelado desde 2016, permanecendo com o mesmo salário desde janeiro de 2016 até a data da demissão, tendo permanecido ganhando abaixo do piso salarial de sua categoria nos anos de 2017 e 2018, que foram respectivamente R$ 1.529,26 e R$ 1.605,72, em desconformidade com as Leis Estaduais nº 7.267/16 e 7.530/17.

Em 31/05/2018 o Reclamante foi imotivadamente dispensado pela Reclamada mediante aviso prévio indenizado, como pode ser observado pelos documentos anexos.

O Reclamante não recebeu qualquer verba rescisória, ainda teve sua CTPS anotada com a saída na data errada, pois foi anotado o último dia trabalhado, não foi anotada a projeção do aviso prévio indenizado, que determinaria a saída para 26/08/2018, em virtude da projeção do aviso prévio de 87 (oitenta e sete) dias.

Cumpre ainda ressaltar que o Reclamante recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 (cinco) anos, sempre recebendo após o início do gozo e deixou de receber metade do 13º salário de 2017.

CUMPRE REGISTRAR QUE A EMPREGADORA SEQUER PROCEDEU COM O PAGAMENTO DAS PARCELAS DA RESCISÃO ATÉ O PRESENTE MOMENTO, RESTANDO CERTO QUE O RECLAMANTE JAMAIS RECEBEU QUALQUER PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS, O QUE OCASIONOU INÚMEROS TRANSTORNOS DE ORDEM FINANCEIRA E MORAL AO EMPREGADO.

Ademais, em virtude dos atrasos no pagamento de salários nos últimos meses e ainda não pagamento de metade do 13º salário de 2017, bem como as férias gozadas em maio de 2018, o Reclamante teve seus gastos mensais comprometidos. Seu planejamento econômico familiar restou inequivocamente afetado, inclusive até o presente momento.

Após a dispensa o Reclamante ainda verificou através do extrato de seu FGTS que a Reclamada não deposita seu FGTS na conta vinculada desde 2004, assim como não depositou a multa rescisória de 40%, bem como suas contribuições ao INSS apesar de descontadas não

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 5
Número do documento: 18080920322994400000079205352

foram recolhidos ao menos desde 2005 até 2018, como podemos observar pelos documentos que seguem anexos.

Logo, a Reclamada deverá ser condenada a proceder com o pagamento das verbas rescisórias, o que deverá ser acrescido da multa fundiária de 40% e cominação das multas previstas nos arts. 477, §8º e 467 da CLT, considerando-se para todos os efeitos, o salário do obreiro, o reajuste salarial não aplicado em 2017 e 2018, horas extras habituais, bem como, demais parcelas acima apontadas.

Mediante as inúmeras irregularidades perpetradas pela Reclamada, busca o Reclamante as verbas trabalhistas, nos termos abaixo especificados.

5 - DO SALÁRIO ABAIXO DO PISO ESTADUAL E FUNÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O Reclamante é técnico de enfermagem e exercia essa função na Reclamada, conforme consta nos seus recibos salariais e recibos de férias, no entanto na sua CTPS consta anotação de função de auxiliar de enfermagem, assim a Reclamada deverá ser condenada a anotar a função exercida pelo Reclamante de técnico de enfermagem em sua CTPS, sob pena de multa diária.

Contudo, apesar da ausência de regularização de anotação da CTPS do Reclamante, a Reclamada até 2016 vinha adimplindo o salário do Reclamante respeitando o piso salarial da sua categoria de técnico de enfermagem, como determinado pelas Leis Estaduais editadas anualmente, que seguem anexas.

Pelos contracheques adunados aos autos podemos observar que a partir de janeiro de 2017 o Reclamante permaneceu com salário de R$ 1.436,60, porém de acordo com a Lei Estadual nº 7.267/16 com vigência inicial em 01/01/2017, seu salário deveria ser reajustado para R$ 1.529,26, bem como de acordo com a Lei Estadual nº 7.530/17, com vigência inicial em 01/01/2018, seu salário deveria ser reajustado para R$ 1.605,72.

Pelo exposto, deverá a Reclamada ser condenada a pagar as diferenças salariais devidas no período laboral, de **01/01/2017 até 26/08/2018, data da saída do Reclamante mediante a projeção do aviso prévio.**

Ainda, sobre o a diferença salarial deverá a empresa pagar diferenças sobre as verbas contratuais e resilitórias, de 13º salário, férias proporcionais e vencidas acrescidas de 1/3, saldo de salário, aviso prévio, FGTS, multa de 40% e horas extras e seus reflexos, bem como efetuar as devidas alterações salariais e de função na CTPS do Reclamante sob pena de multa diária em valor não inferior a R$ 200,00.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 6
Número do documento: 18080920322994400000079205352

5 – DO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E ANOTAÇÃO NA CTPS

O Reclamante faz jus ao pagamento das parcelas decorrentes da rescisão imotivada do contrato de emprego, por se tratar de obrigação que não fora adimplida pela Reclamada até a presente data, em nítida violação às normas que vigoram em nosso Ordenamento.

PELO EXPOSTO, NÃO RESTAM DÚVIDAS DO DIREITO DO OBREIRO EM RECEBER AS PARCELAS DECORRENTES DA RESCISÃO DO CONTRATO DE EMPREGO, QUE DEVERÃO SER CALCULADAS COM A OBSERVÂNCIA DO SALÁRIO EFETIVAMENTE RECEBIDO PELO OBREIRO, MAIS OS REFLEXOS DE EVENTUAIS HORAS EXTRAS HABITUAIS RECEBIDOS DURANTE O PACTO LABORAL.

Logo, a Reclamada deverá ser compelida a proceder com o pagamento do Saldo de Salário, Férias em dobro proporcionais com 1/3, 13º Salário proporcional, observando-se para todos os fins o salário do obreiro e a integração de horas extras habituais.

Há que se observar que o Aviso Prévio deverá integrar a base de cálculo para a verificação do valor das demais verbas devidas, a teor do Enunciado 305 do TST, bem como, constar como parte do contrato de trabalho no período registrado na Carteira de Trabalho do Reclamante. Sendo assim, em virtude da projeção do aviso prévio o último dia para efeitos de projeção do aviso prévio será dia 26/08/2018, tendo em vista seus 19 (dezenove) anos completos de labor consecutivo que gerou um aviso prévio de 87 (oitenta e sete) dias.

Contudo, a Reclamada apesar de ter entregue aviso prévio ao Reclamante determinando sua dispensa mediante aviso indenizado em 31/05/2018, anotou como data de saída do Reclamante dia 31/05/2018, conforme consta na CTPS que segue anexa, porém tendo em vista a projeção de 87 (oitenta e sete) dias, a data correta da baixa seria 26/08/2018, assim requer a retificação da anotação na CTPS do Reclamante.

Neste sentido, o entendimento de nossos tribunais:

> "De plano, é de se estar atento à regra insculpida no § 1º do art. 487 consolidado, que prevê a integração do aviso prévio, mesmo que indenizado, ao tempo de serviço do empregado para todos os efeitos legais. Tanto assim é que neste interregno de tempo subsistem para ambas as partes obrigações recíprocas, permanecendo hígido o contrato de trabalho e sendo inaceitável, via de conseqüência, a afirmação de que o seu rompimento consuma-se quando do último dia trabalhado ou da dação do aviso prévio ou, ainda, quando do percebimento das verbas rescisórias, se o empregado foi

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 7
Número do documento: 18080920322994400000079205352

dispensado do cumprimento do aviso. A partir dessas premissas, afigura-se-me correto concluir que, muito embora o Reclamante tenha sido dispensado do aviso, este integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais, a teor do indigitado preceito consolidado, até mesmo para efeito de anotações na CTPS. Nesta deve ser registrado o lapso correspondente ao período do aviso prévio." (E-RR 124.026/94, TST, Ac. 1034/97, Ministro Leonardo Silva, DJ 18.04.1997, decisão unânime).

"A integração do aviso prévio no tempo de serviço do empregado é a mais ampla, ou seja, para todos os efeitos legais (art. 487 da CLT). Inaceitável, porque resultaria em ofensa ao princípio da isonomia, qualquer tratamento diferenciado entre aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado. Realmente, para que se aquilate o despropósito do entendimento em contrário, bastaria, por exemplo, que dois empregados fossem dispensados na mesma data. Um com aviso prévio trabalhado e outro com aviso prévio indenizado. O primeiro seria beneficiado por reajustes salariais, por contagem de tempo na Previdência Social, inclusive para atender período de carência para usufruir de benefícios, tais como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez (art. 24 da Lei nº 8.213/91), etc., enquanto que o segundo ficaria à margem de direitos, porque sua CTPS não acusaria o período do aviso que foi indenizado. Deve ser acrescentado que esta Corte já firmou entendimento de que o aviso prévio, trabalhado ou não, tem natureza salarial (Enunciado nº 305), daí não subsistir dúvida de que sua anotação em CTPS é medida legal e juridicamente imprescindível para que o empregado comprove seu tempo de serviço e possa exercer seus direitos, não apenas de natureza trabalhista, como da Previdência Social." (E-RR 161.604/95, Ac. 0896/97, TST, Ministro Milton de Moura França, DJ 18.04.1997, decisão unânime)

Outrossim, a Reclamada deverá proceder com o pagamento da multa rescisória equivalente a 40% dos valores dos depósitos do FGTS referentes a todo o período laborado, acrescido das diferenças dos depósitos invocadas na presente ação judicial.

6 – DO PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

O Reclamante durante todo o pacto laboral sempre foi assíduo, o que será comprovado pelos controles de frequência que serão juntados pela Reclamada, sob as penas do art. 400, I do CPC/15.

Sendo assim, por ser empregado assíduo, o Reclamante deveria receber o prêmio de assiduidade incluso na Cláusula 11ª da Convenção Coletiva da Categoria do Reclamante de

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 8
Número do documento: 18080920322994400000079205352

2013/2013 e na Cláusula 10ª das Convenções Coletivas da Categoria do Reclamante de 2014/2014, 2015/2015 e 2016/2016, de 10% sobre o salário-base, conforme segue abaixo:

> CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO ASSIDUIDADE
>
> Ao empregado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva tiver apresentado frequência integral durante o período aquisitivo de férias, sendo consideradas como quebra desta frequência as faltas abonadas e/ou justificadas, será garantido o pagamento de um prêmio de 10% (dez por cento) sobre o salário-base do mesmo, verba esta não considerada salário e não gerando, por isto, quaisquer direitos decorrentes.

Insta salientar, que tal prêmio de 10% sobre o salário-base previsto nas convenções coletivas, que seguem anexas, deverá incidir também **em todas as demais parcelas contratuais e resilitórias (FGTS, 40%, férias, 13º, aviso prévio, etc.), bem como deverá ter seu valor apurado em liquidação de sentença.**

6 – DA MULTA DO ART. 477, § 8º DA CLT

Pelo exposto, o Reclamante faz jus ao pagamento da multa prevista no artigo 477 § 8º da CLT, pela não observância do prazo previsto no § 6º do referido dispositivo, pelo que requer a devida indenização em face da mora.

Tendo em vista que até a presente data não recebeu nenhuma verba rescisória e não pode receber seu seguro desemprego.

7 – DO PAGAMENTO DAS VERBAS INCONTROVERSAS

A Reclamada deverá efetuar o pagamento das verbas incontroversas ao comparecer à 1ª audiência na Justiça do Trabalho, sob pena de acréscimo de 50% (cinqüenta por cento).

A Lei nº 10.272 de 5 de setembro de 2001, deu nova redação ao artigo 467 da CLT, passando a dispor sobre o benefício ora pleiteado, senão vejamos:

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 9
Número do documento: 18080920322994400000079205352

> "Art. 1º - O art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> Art. 467 – Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisória, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinqüenta por cento."

8 – DO SEGURO DESEMPREGO

A Reclamada deverá proceder com a entrega das guias CD/SD e TRCT, de forma que o Reclamante possa usufruir o aludido benefício.

Ad cautelam, caso a Reclamada não proceda com a entrega das aludidas guias, obstando assim, a fruição do benefício em referência, esta deverá ser condenada ao pagamento de indenização substitutiva ao Seguro Desemprego, de forma que reste assegurado o direito do obreiro.

Nosso Tribunais assim entendem sobre o assunto:

> "SEGURO-DESEMPREGO - NÃO-FORNECIMENTO DE GUIAS – INDENIZAÇÃO. O não fornecimento pelo empregador das guias necessárias para o recebimento do seguro-desemprego dá origem ao direito à indenização." (TST - Ac. unân. da 5.ª T. publ. no DJ de 25-4-2003, p. 882 - RR 436.219/1998.2 - Rel. conv. Juiz André Luís Moraes de Oliveira; in ADCOAS 8218705).
>
> "SEGURO-DESEMPREGO - INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA – HIPÓTESE Devida a indenização substitutiva quando o empregador nega-se a fornecer as guias de seguro-desemprego ao empregado. A empresa, ao obstar o percebimento do benefício, furtando-se à concessão das guias, atrai para si a responsabilidade, com o prejuízo suportado pelo obreiro, devendo arcar com o pagamento da indenização correspondente, em face do preceito contido no art. 150 do CC, aplicável subsidiariamente por força do art. 8.º, parágrafo único, da CLT." (TST - Ac. unân. da 2.ª T. publ. no DJ de 10-3-2000, pág. 47 - RR 352631/97.8 - Rel. Min. Valdir Righetto; in ADCOAS 8179674).

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 10
Número do documento: 18080920322994400000079205352

> "SEGURO-DESEMPREGO - NÃO-RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS – INDENIZAÇÃO - Agravo de Petição. Indenização Substitutiva ao Seguro-Desemprego. O benefício do seguro-desemprego é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cabendo ao empregador, unicamente, fornecer os documentos necessários para que o empregado obtenha a percepção deste benefício. Entretanto, se por culpa do empregador, o laborista se viu privado do recebimento destas parcelas, não lhe é imposto este prejuízo, sendo-lhe devido o ressarcimento dos danos sofridos, haja vista o preceito contido no art. 159 do Código Civil Brasileiro. Acórdão (TRT-1.ª R.) Agr. 2.692/99".

9 – DAS FÉRIAS

O Reclamante faz jus ao pagamento de Férias vencidas 2011/2012, gozadas entre 05/06/2013 e 04/07/2013, férias 2012/2013, gozadas entre 04/06/2014 e 03/07/2014, férias 2013/2014, gozadas entre 20/05/2015 e 18/06/2015, férias 2014/2015, gozadas entre 10/06/2016 e 09/07/2016, férias 2015/2016, gozadas entre 16/06/2017 e 17/07/2017 e férias 2016/2017, gozadas entre 01/05/2018 e 30/05/2018 em dobro, **nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do TST** e proporcional 2017/2018 também em dobro, todas acrescidas de 1/3 constitucional também em dobro, pois recebeu as férias supracitadas sempre após o início do gozo, não tendo recebido as férias proporcionais após a rescisão contratual.

10 – DO 13º SALÁRIO

O Reclamante faz jus ao pagamento da 2ª parcela do 13º salário de 2017, que não foi pago até o presente momento, acrescido de juros de mora e correção monetária.

11 – DA DIFERENÇA DO FGTS E FGTS NÃO RECOLHIDO

Devido a diferença pleiteada do FGTS e do período de FGTS não quitado desde janeiro de 2005 até janeiro de 2018, bem como maio, junho, julho e agosto de 2018 e a multa de 40% do FGTS em função da projeção do aviso prévio, requer assim o Reclamante sejam essas verbas indenizadas, caso não sejam depositadas na conta vinculada do Reclamante até a primeira audiência.

Escritório
Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422 – tel: (21) 3591-2730 / (21) 99938-1785

12 – DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em virtude da introdução do art. 791-A na CLT, através da Lei nº 13.467/2017, requer a condenação da Reclamada em honorários de sucumbência no máximo legal de 15%.

13 – DA TUTELA ANTECIPADA

EX POSITIS, face a todas as irregularidades apontadas nesse petitório, é que vem o Reclamante requerer a concessão de tutela antecipada, para que seja procedida:

- a liberação do FGTS já depositado na conta vinculada do reclamante através de Alvará;

- SEJA LIBERADO ATRAVÉS DE OFÍCIO O SEGURO DESEMPREGO DO RECLAMANTE;

- SEJA RETIFICADA A DATA DA BAIXA NA CTPS DO AUTOR PARA 26/08/2018, FACE A PROJEÇÃO DO AVISO PRÉVIO DADO EM 31/05/2018, CONFORME COMPROVADO PELOS DOCUMENTOS ANEXOS;

Vislumbra-se patente a necessidade de antecipar-se o provimento jurisdicional nos termos do Art. 300 do CPC/15, face às diversas irregularidades perpetradas pela Ré, que sequer adimpliu com as obrigações atinentes à rescisão do pacto laboral, deixando o empregado desprovido de seus direitos mais basilares, tal qual, o acesso ao valor depositado em sua conta vinculada, e, a possibilidade de ingresso no benefício do seguro desemprego.

Desta feita, observando-se os argumentos fáticos e de direito trazidos ao conhecimento deste julgador, exsurge contundente o ***Fumus Boni Iuris***, requisito tão necessário a concessão de antecipação do pleito judicial, **bem como a verossimilhança das alegações autorais comprovadas pelo comunicado de dispensa e aviso prévio, que seguem anexos**.

Por sua vez o ***Periculum in Mora***, decorre do simples fato de que acaso a tutela antecipada não seja concedida, sem sombra de dúvidas o Reclamante será irreparavelmente prejudicado, assim como sua família.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 12
Número do documento: 18080920322994400000079205352

14 – DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

O Reclamante requer seja expedido Ofício ao Ministério Público do Trabalho, DRT, CEF e INSS com cópia da presente inicial e demais documentos dos autos que deverão ser trazidos aos autos pela Reclamada.

15 - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer o reclamante:

EX POSITIS, com substrato nos fundamentos acima e nos diplomas legais pertinentes invocados, como mencionados alhures, vem pela presente, vindicar o que se segue:

1. **Que seja acolhida a presente Reclamação conforme fundamentado;**

2. **Que seja deferida a gratuidade de justiça;**

3. **Deferimento do requerimento prévio do item "3" da fundamentação supra;**

4. **Que seja concedida a TUTELA ANTECIPADA nos termos da fundamentação supra, para determinar a anotação de baixa na CTPS do Reclamante, a considerar a data de saída 26/08/2018, face à projeção do aviso prévio, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA A SER ESTIPULADA PELO D. JUÍZO;**

5. **Que seja concedida a TUTELA ANTECIPADA nos termos da fundamentação supra, para determinar a liberação do FGTS já depositado na conta vinculada do Reclamante através de Alvará;**

6. **Que seja concedida a TUTELA ANTECIPADA nos termos da fundamentação supra, para determinar a liberação do Ofício para recepção do Seguro Desemprego por V. Exa.;**

7. **Caso os pedidos de antecipação de tutela sejam indeferidos, requer sejam reapreciados em sentença, bem como suas verbas sejam indenizadas;**

Escritório
Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422 – tel: (21) 3591-2730 / (21) 99938-1785

8. **Que seja concedida a anotação da função de técnico de enfermagem na CTPS do obreiro, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA A SER ESTIPULADA PELO D. JUÍZO;**

9. **Que seja deferida a diferença salarial do piso da categoria de Técnico de Enfermagem, devida e não respeitada nos anos de 2017 e 2018, de acordo com a Lei Estadual nº 7.267/16 com vigência inicial em 01/01/2017, seu salário deveria ser reajustado para R$ 1.529,26, bem como de acordo com a Lei Estadual nº 7.530/17, com vigência inicial em 01/01/2018, seu salário deveria ser reajustado para R$ 1.605,72, valor estimado R$ 2.557,54;**

10. **Que seja deferida a condenação do saldo de salário 31 dias, Aviso Prévio indenizado de 87 dias, 13º Salário Proporcional + 1/3, Férias proporcionais +1/3 em dobro e, multa rescisória de 40% sobre o FGTS, com data de demissão em 31/05/2018 e saída projetada para 26/08/2018 devido ao aviso prévio indenizado, devendo ser observado o salário do obreiro e os reflexos dos demais pedidos aqui incluídos, valor estimado R$ 8.400,00;**

11. **Seja deferida a condenação das férias vencidas 2011/2012, férias 2012/2013, férias 2013/2014, férias 2014/2015, férias 2015/2016 e férias 2016/2017, em dobro, nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do TST e proporcional 2017/2018 em dobro acrescidas de 1/3, nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do TST, já deduzidos os valores pagos, valor estimado R$ 9.563,40;**

12. **Seja deferida a condenação da Reclamada ao pagamento da 2ª parcela do 13º salário de 2017, que não foi pago até o presente momento, valor estimado de R$ 718,30, que deverá ser acrescido de juros de mora e correção monetária;**

13. **Sucessivamente, caso não sejam entregues as guias do seguro desemprego e não liberadas por ofício, requer sua indenização compensatória, conforme fundamentação, valor estimado R$ 5.425,65;**

14. **Comprovante de depósito do FGTS de todo o período contratual e regularização das parcelas em atraso até o término do contrato de trabalho, ou, pagamento em espécie do valor correspondente, inclusive multa de 40%, valor estimado R$ 26.000,00;**

15. **O pagamento das parcelas incontroversas em primeira audiência, sob pena de pagamento das mesmas acrescidas de 50% (cinqüenta por cento) conforme art. 467, CLT, observada a Súmula nº 69 do TST;**

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8286e25
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920322994400000079205352
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 8286e25 - Pág. 14
Número do documento: 18080920322994400000079205352

16. Multa do artigo 477, § 8º da CLT, valor estimado R$ 1.605,72;

17. Que seja deferida indenização do prêmio de assiduidade de 10% sobre o salário-base da Cláusula 11ª e 10ª das CCTs, conforme fundamentação supra, valor estimado R$ 788,19;

18. Honorários advocatícios a base de 15% sobre o valor final da causa, conforme art. 791-A na CLT, ou no percentual a ser arbitrado por esse Insigne Magistrado, valor estimado R$ 9.693,33;

19. Sejam as Reclamadas obrigadas a efetuar declaração de reconhecimento que os descontos previdenciários e a título de Imposto de Renda sejam suportados pelo empregador, uma vez que ele deixou de pagar parcelas devidas a reclamante, e, em consequência, de efetuar o respectivo desconto na época própria, frustrando assim a arrecadação, sendo de sua inteira responsabilidade o recolhimento das contribuições e do Imposto de Renda incidente;

20. Sejam as Reclamadas condenadas ao pagamento das contribuições previdenciárias e imposto de renda devido, em face do pagamento das verbas acima requeridas, visto que, caso tivessem sido pagas na época oportuna, não acarretariam a incidência da contribuição previdenciária e do imposto de renda;

21. Juros e correção monetária na forma da Lei;

22. Seja expedido ofício à Delegacia Regional do Trabalho, MPT, CEF, INSS e a Receita Federal, para que apure e aplique as penalidades cabíveis à Reclamada, pelas irregularidades por ela cometidas e provadas nestes autos;

Requer a V.Exa. a notificação da Reclamada, para que, querendo, conteste a presente, sob pena de revelia.

Protesta-se por todo tipo de prova, especialmente, documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de confissão.

Tragam as Reclamadas em 1ª audiência, os recibos de recolhimento do FGTS e INSS, controles de freqüência, recibos salariais, PPP, PPRA, PCMSO e LTCAT e demais documentos atinentes ao Reclamante, sob as penas do art. 400 do NCPC.

Pelo exposto, espera e confia seja o pedido julgado **PROCEDENTE**, tudo por ser medida da mais lídima e cristalina **JUSTIÇA.**

Escritório
Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422 – tel: (21) 3591-2730 / (21) 99938-1785

Dá à presente, apenas para fixação de alçada, ate os termos do caput do artigo 2º da Lei 5584/70, que não foi alterado após a edição da lei 9957/2000, o valor de **R$ 63.317,62 (sessenta e três mil, trezentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos).**

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2018.

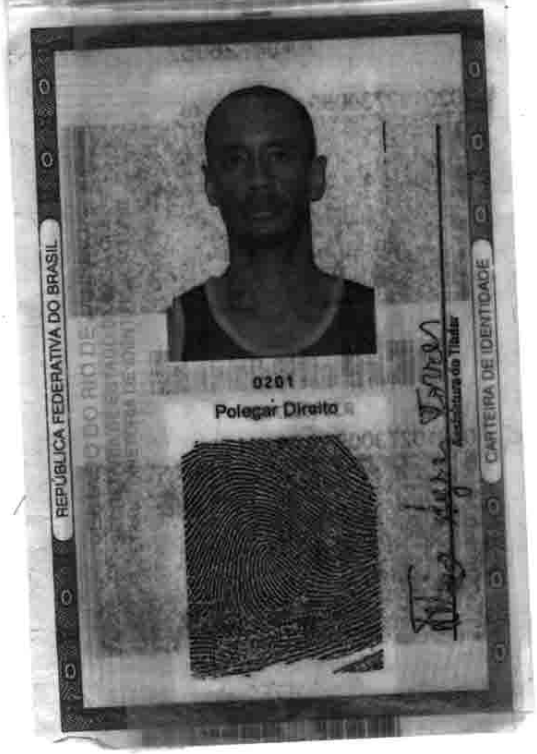
ERICK MACHADO BALZANA SOUZA

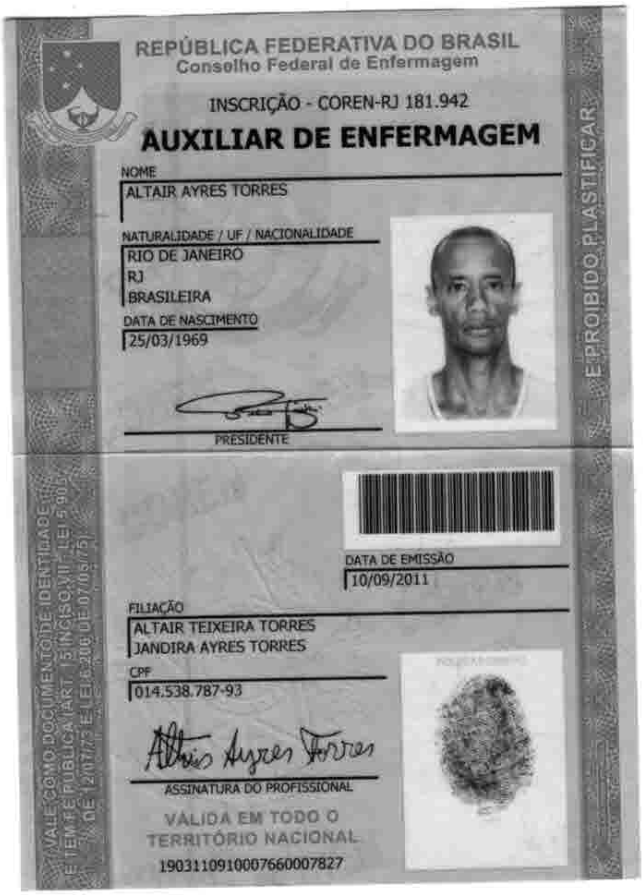
OAB/RJ 157.143

Escritório
Rua Dr. Alfredo Barcelos, n.º 546, sala 304, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-422 – tel: (21) 3591-2730 / (21) 99938-1785


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 07.689.216-5
DATA EXPEDIÇÃO 17/12/2001
NOME ALTAIR AYRES TORRES
FILIAÇÃO ALTAIR TEIXEIRA TORRES
JANDIRA AYRES TORRES
NATURALIDADE RIO DE JANEIRO
DATA NASCIMENTO 25/03/1969
DOC. ORIGEM C.NASC LIV A2E188 FLS 86V TERM 111649 C 011
RIO DE JANEIRO RJ
CPF
004
2 Via
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
2201


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
Nome
ALTAIR AYRES TORRES
Nº de Inscrição
014538787-93
Data do Nascimento
25/03/69


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE
0201
Polegar Direito


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Enfermagem
INSCRIÇÃO - COREN-RJ 181.942
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
NOME
ALTAIR AYRES TORRES
NATURALIDADE / UF / NACIONALIDADE
RIO DE JANEIRO
RJ
BRASILEIRA
DATA DE NASCIMENTO
25/03/1969
PRESIDENTE
DATA DE EMISSÃO
10/09/2011
FILIAÇÃO
ALTAIR TEIXEIRA TORRES
JANDIRA AYRES TORRES
CPF
014.538.787-93
ASSINATURA DO PROFISSIONAL
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
19031109100076600007827
É PROIBIDO PLASTIFICAR

vivo

Nº da Conta: 2023233747
Mês de referência: 05/2018
Período: 11/04/2018 a 10/05/2018
Data de emissão: 12/05/2018

www.vivo.com.br/meuvivo
Fale conosco: Central de Relacionamento *8486 ou www.vivo.com.br/falecomisco

Telefônica Brasil S.A.
Av. Ayrton Senna, 2200
CEP 22775-003 - Rio de Janeiro - RJ
I.E. 77452443
CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62
CNPJ Filial: 02.558.157/0014-87

ALTAIR AYRES TORRES
R STA CAMILA PIA, 151
AP 402
PENHA
21021-060 RIO DE JANEIRO - RJ

Vencimento
26/05/2018

Total a Pagar - R$
85,99

Já conhece o Meu Vivo? Com ele você pode acompanhar seu consumo de internet, visualizar a 2ª via da conta, contratar pacotes, promoções e muito mais. Baixe agora o aplicativo gratuitamente ou acesse vivo.com.br/meuvivo. É rápido, fácil e prático!

Seus Números Vivo
21-99658-8144

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

Vivo Valoriza
Saldo de pontos acumulados: 4.845
Na data de: 22/04/18
Saldo referente a conta 2023233747 no Vivo Valoriza. Para saldo atual, envie SMS com a palavra SALDO para 8011

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R$
Serviços Contratados						
Vivo Móvel						
VIVOCONTROLEDIGITAL L4GBILIM	1	1	57,99	-	-	57,99
Serviços Telefônica Brasil			57,99	-	-	
Subtotal						57,99
Serviços de Terceiros Telefônica Data						
VIVO CONTROLE SERVICO DIGITAL IV	1	1	28,00	-	-	28,00
Subtotal						28,00
TOTAL A PAGAR						85,99

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

O relatório detalhado está disponível em www.vivo.com.br/meuvivo e pode ser solicitado impresso, de forma permanente ou não.

A Telefônica Brasil S/A em cumprimento a Lei Federal nº 12.007/09, declara a quitação dos serviços faturados nas contas desse telefone e a Telefônica Data S/A declara a quitação dos seus serviços cobrados nestas contas referentes ao ano 2017. Para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, esta declaração substitui as contas em referência. Este documento não quita parcelamentos, valores co-faturados de outras operadoras, cobranças judiciais e serviços prestados e não faturados.

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

Scanned by CamScanner

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 1d6e152
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920382667400000079205449
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 1d6e152 - Pág. 1
Número do documento: 18080920382667400000079205449

DECLARAÇÃO

Eu, **ALTAIR AYRES TORRES**, brasileiro, solteiro, técnico de enfermagem, portadora da cédula de identidade n°. 07689216-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o n° 014.538.787-93, portador da CTPS nº 2067155, série 0050/RJ, inscrito no PIS sob o nº 123.80827.67-4, filho de Jandira Ayres Torres, nascido em 25/03/1969, com residência e domicílio na Rua Santa Camila Pia, nº 151, apto 402, Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-060, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, sendo assim hipossuficiente, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50, requerendo desta forma me sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2018.

ALTAIR AYRES TORRES

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - f0ee2b6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920384506700000079205455
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. f0ee2b6 - Pág. 1
Número do documento: 18080920384506700000079205455

PROCURAÇÃO

Outorgante: **ALTAIR AYRES TORRES**, brasileiro, solteiro, técnico de enfermagem, portadora da cédula de identidade nº. 07689216-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 014.538.787-93, portador da CTPS nº 2067155, série 0050/RJ, inscrito no PIS sob o nº 123.80827.67-4, filho de Jandira Ayres Torres, nascido em 25/03/1969, com residência e domicílio na Rua Santa Camila Pia, nº 151, apto 402, Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-060.

Outorgado: **ERICK MACHADO BALZANA SOUZA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 157.143, com escritório à Rua Dr. Alfredo Barcelos, nº 546, sala 304, Olaria, CEP 21021-422, Rio de Janeiro/RJ.

Poderes.: O outorgante, por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradores, os outorgados, aos quais confere os poderes da cláusula "*AD JUDICIA et EXTRA*" para o foro em geral, em qualquer Instância ou Tribunal, podendo para esse fim, propor, transigir, variar, acordar, discordar, confessar, reconvir, impugnar, fazer quitações, declarar hipossuficiência, levantamentos de depósitos judiciais, alvarás e mandados de pagamento de qualquer repartição pública, municipal, estadual ou federal, seja qual for a natureza, em quaisquer bancos particulares, estaduais ou federais, inclusive Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e recorrer de ações, usar enfim de todos os recursos legais para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reservas, especialmente em processo judicial que tramitará no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

HONORÁRIOS: Caso não exista contrato de honorário advocatício entre outorgante e o outorgado, ou se for omisso em qualquer ponto, fica constituído o uso da tabela da OAB/RJ para cálculo de honorários, bem como os honorários de sucumbência pertencerão sempre aos outorgados.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2018.

Altair Ayres Torres

ALTAIR AYRES TORRES

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - df02310
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920393941200000079205482
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. df02310 - Pág. 1
Número do documento: 18080920393941200000079205482

TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getulio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP: 123.80827.67-4

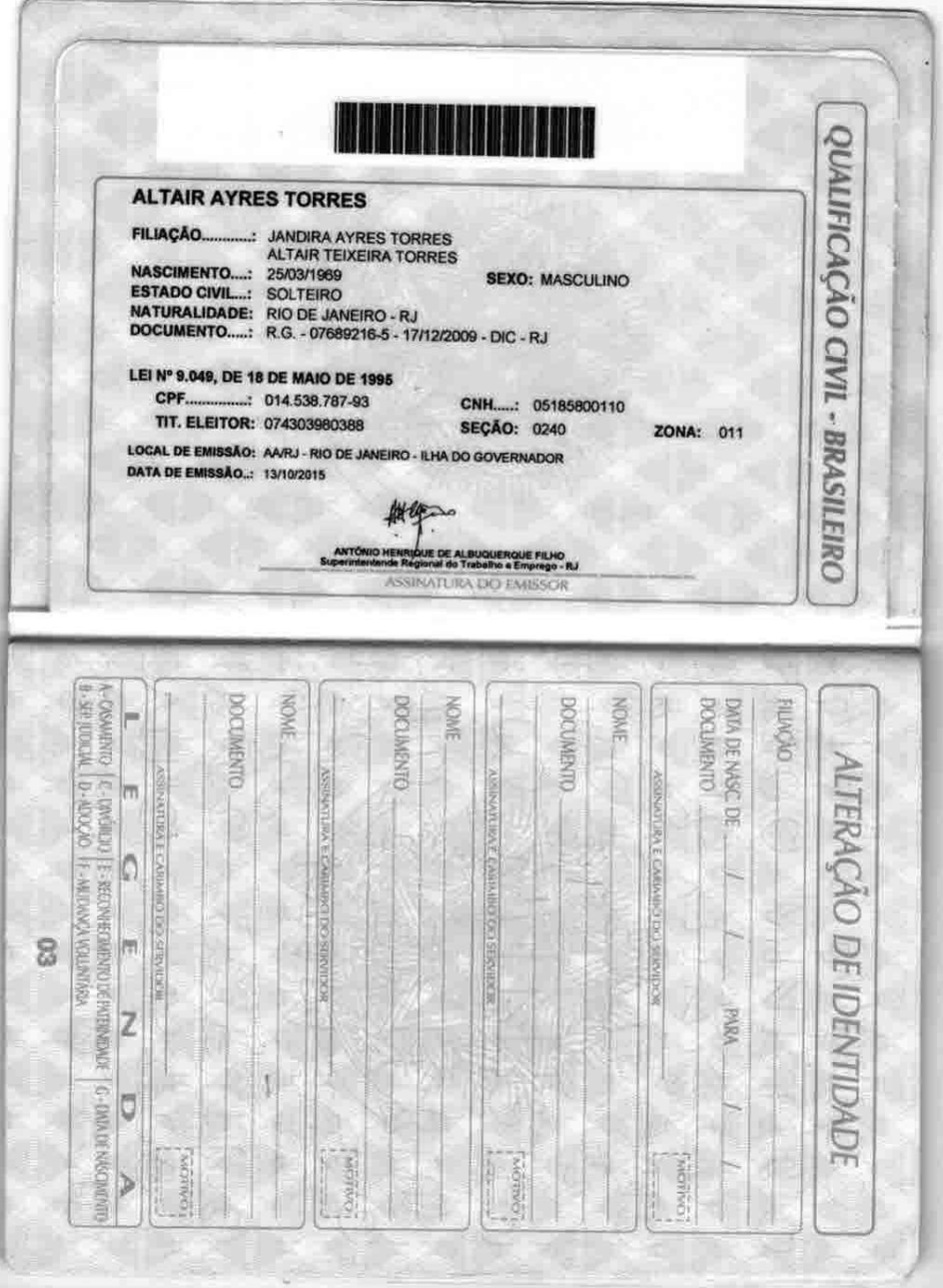
NÚMERO: 2067155 | SÉRIE: 0050 | UF: RJ

Albis Nunes Passos

ASSINATURA DO TITULAR







QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

ALTAIR AYRES TORRES

FILIAÇÃO.....: JANDIRA AYRES TORRES
ALTAIR TEIXEIRA TORRES
NASCIMENTO....: 25/03/1969 **SEXO:** MASCULINO
ESTADO CIVIL....: SOLTEIRO
NATURALIDADE: RIO DE JANEIRO - RJ
DOCUMENTO.....: R.G. - 07689216-5 - 17/12/2009 - DIC - RJ

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF.....: 014.538.787-93 **CNH.....:** 05185800110
TIT. ELEITOR: 074303980388 **SEÇÃO:** 0240 **ZONA:** 011
LOCAL DE EMISSÃO: AA/RJ - RIO DE JANEIRO - ILHA DO GOVERNADOR
DATA DE EMISSÃO...: 13/10/2015

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego - RJ
ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE ___/___/___ PARA ___/___/___
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR
MOTIVO

NOME
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR
MOTIVO

NOME
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR
MOTIVO

NOME
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR
MOTIVO

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH

DIABETE ☐ SIM ☐ NÃO

HEMOFILIA ☐ SIM ☐ NÃO

ALERGIAS ☐ SIM ☐ NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993) ☐ SIM ☐ NÃO

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO	DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR
36781	070	RJ	02/03/1988	13 out 2003	Roberto de Jesus [illegible] Secretário 104239

06

CONTRATO DE TRABALHO

73.302.986/0001-28

EMPREGADOR PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO R. Almirante Luiz Bellart, 150

MUNICÍPIO ILHA DO GOVERNADOR - CEP 21941-100 UF RIO DE JANEIRO - RJ

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO aux. de enfermagem.

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO 20 DE julho DE 1998

REGISTRO Nº 04 FLS. (FOLHA) 10

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA R$ 356,00

(Trezentos e cinquenta e seis Reais)

1ª PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

DATA DE SAÍDA 31 DE Maio DE 2018

1ª PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA:

07

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 17df1ef
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402818800000079205502
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 17df1ef - Pág. 3
Número do documento: 18080920402818800000079205502

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR .....

CGC/CPF/CEI .....

ENDEREÇO .....

MUNICÍPIO ..... UF .....

ESP. DO ESTABELECIMENTO .....

CARGO .....

CBO Nº .....

DATA DE ADMISSÃO ..... DE ..... DE .....

REGISTRO Nº ..... RS. / FICHA .....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA .....

ASS. DO EMPREGADO OU A ROGO (SE NÃO SABIA)

1ª ..... 2ª .....

DATA DE SAÍDA ..... DE ..... DE .....

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO (SE NÃO SABIA)

1ª ..... 2ª .....

COM. DISPENSA CD Nº .....

FGTS Nº DA CONTA: .....

16

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

AUMENTADO EM 01/01/2012 PARA R$ 860,17

MOTIVO Dissídio PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM 01/01/2013 PARA R$ 985,00

MOTIVO Dissídio PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM 01/05/2013 PARA R$ 1.079,11

MOTIVO Equiparação PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM 01/01/2014 PARA R$ 1.134,00

MOTIVO Dissídio PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM 01/01/2015 PARA R$ 1.306,00

MOTIVO Dissídio PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM 01/01/2016 PARA R$ 1.436,60

MOTIVO Dissídio PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ../../.. PARA R$ .....

MOTIVO ..... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ../../.. PARA R$ .....

MOTIVO ..... ASSINATURA DO EMPREGADOR

17

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 17df1ef
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402818800000079205502
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 17df1ef - Pág. 4
Número do documento: 18080920402818800000079205502

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

AUMENTADO EM ..../..../.... PARA R$ ....
MOTIVO .... ASSINATURA DO EMPREGADOR

2067155

ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE 05/05/2011 A 03/06/2011
PERÍODO 2009/2010
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE 05/05/2012 A 03/06/2012
PERÍODO 2010/2011
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

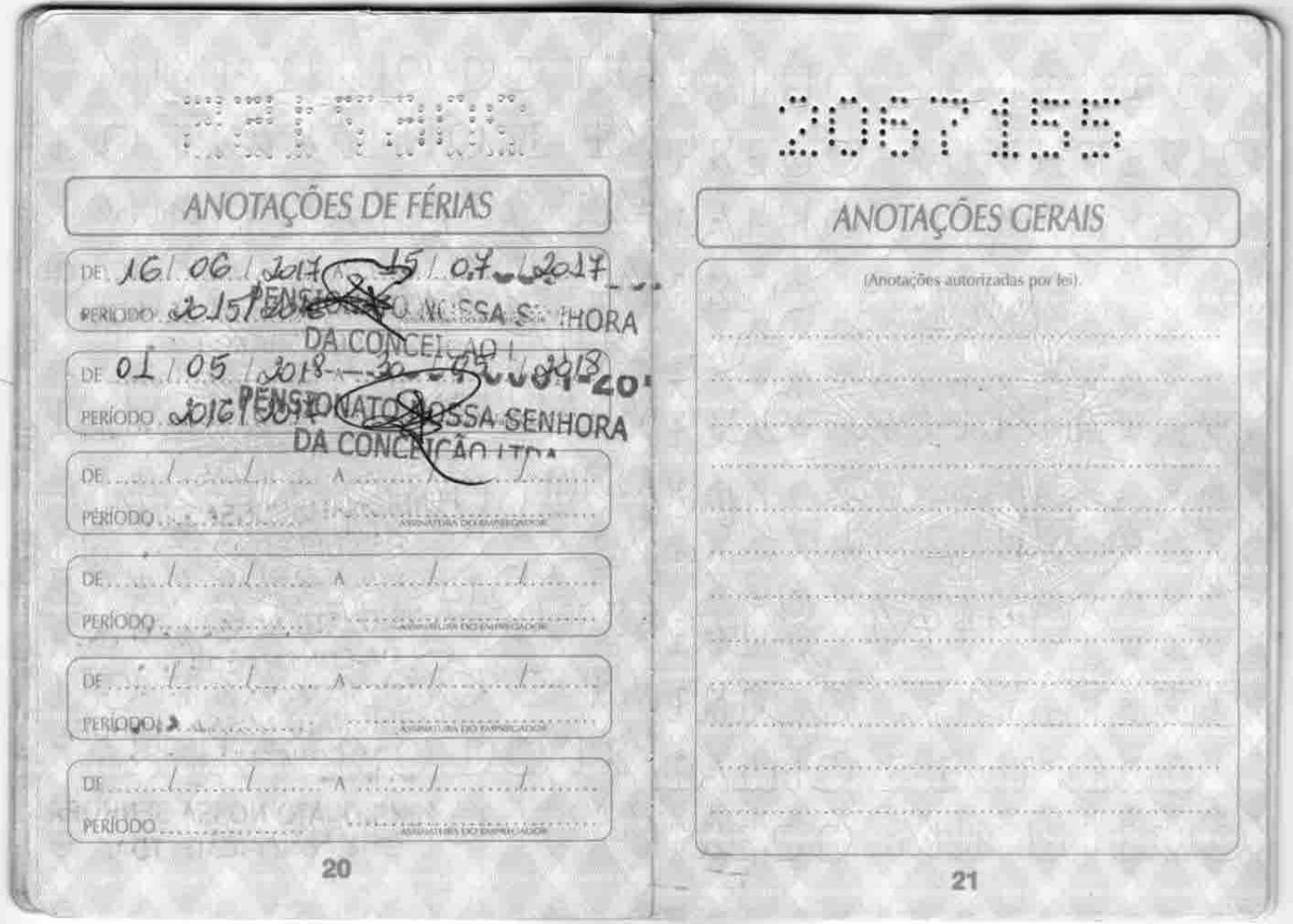
DE 05/06/2013 A 04/07/2013
PERÍODO 2011/2012
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE 04/06/2014 A 03/07/2014
PERÍODO 2012/2013
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE 20/05/2015 A 18/06/2015
PERÍODO 2013/2014
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE 10/06/2016 A 09/07/2016
PERÍODO 2014/2015
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 17df1ef
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402818800000079205502
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402818800000079205502



ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE 16/06/2017 A 15/07/2017
PERÍODO 2015/2016 PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE 01/05/2018 A 30/05/2018
PERÍODO 2016/2017 PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

DE ... A ...
PERÍODO ... ASSINATURA DO EMPREGADOR

DE ... A ...
PERÍODO ... ASSINATURA DO EMPREGADOR

DE ... A ...
PERÍODO ... ASSINATURA DO EMPREGADOR

DE ... A ...
PERÍODO ... ASSINATURA DO EMPREGADOR

20

206715

ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei).

21

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 — 31/01/2013
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 — Ref: JAN/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL		985,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		79,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	25.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		59,10
680	INSS	8.00		78,80
			1.121,00	137,90
			Valor Líquido	983,10

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
985,00	1.121,00	1.121,00	78,80		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

28/02/2013

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998

Ref: FEV/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL		985,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		79,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	25.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		59,10
680	INSS	8.00		89,68
			1.121,00	148,78
			Valor Líquido	972,22

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
985,00	1.121,00	1.121,00	89,68		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA **Recibo de Pagamento** 31/03/2013

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO Ref: MAR/2013

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL		985,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		79,00	
013	GRATIFICACOES	25.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	6.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		59,10
680	INSS			89,68
			1.121,00	148,78
			Valor Líquido	972,22

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
985,00	1.121,00	1.121,00	89,68		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998

Recibo de Pagamento de Salário

30/04/2013

Ref: ABR/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL		985,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		79,00	
013	GRATIFICACOES	25.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	6.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		59,10
680	INSS			89,68
			1.121,00	148,78
			Valor Líquido	972,22

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
985,00	1.121,00	1.121,00	89,68		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

02/05/13
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 30/06/2013
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JUN/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (1.00)		36,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		2,64	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		8,63
680	INSS	8.00		3,10
			38,64	11,73
			Valor Líquido	26,91

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.582,69	38,64	3,10		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998

Recibo de Pagamento de Salário

31/05/2013
Ref: MAI/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		79,00	
010	HORAS EXTRAS (24.00 h.)	50.00	162,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	25.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		64,75
680	INSS	9.00		123,94
			1.377,11	188,69
			Valor Líquido	1.188,42

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.377,11	1.377,11	110,17		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/07/2013

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JUL/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (27.00)		971,46	
007	ADICIONAL NOTURNO (27.00)		93,70	
013	GRATIFICACOES	25.00	16,20	
053	GRATIFICAÇÃO	25.00	30,78	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		58,30
680	INSS	8.00		88,98
			1.112,14	147,28
			Valor Líquido	964,86

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.112,14	1.112,14	88,98		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/08/2013

Ref: AGO/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		93,70	
013	GRATIFICACOES	25.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	6.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		64,75
680	INSS			98,39
			1.229,81	163,14
			Valor Líquido	1.066,67

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.229,81	1.229,81	98,39		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

30/09/2013

Ref: SET/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		93,70	
013	GRATIFICACOES	25.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	6.00	34,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		64,75
680	INSS			98,39
			1.229,81	163,14
			Valor Líquido	1.066,67

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.229,81	1.229,81	98,39		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/10/2013

Ref: OUT/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		93,70	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		64,75
680	INSS	8.00		99,67
			1.245,81	164,42
			Valor Líquido	1.081,39

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.245,81	1.245,81	99,67		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 *30/11/2013*

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: NOV/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		**0001**		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		93,70	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		64,75
680	INSS	8.00		99,67
			1.245,81	164,42
			Valor Líquido	1.081,39

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.245,81	1.245,81	99,67		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

30/11/2013

Ref: NOV/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
252	ADIANT. 13ºSAL. (12.00)		431,64	
			431,64	
			Valor Líquido	431,64

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11		431,64	34,53		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA [illegible]
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,[illegible]
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ref: DEZ/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
019	DEC TERCEIRO SALARIO (12.00)	8.00	1.079,11	
524	ADTO.13O SALARIO (12.00)			431,64
680	INSS			86,33
			1.079,11	517,97
			Valor Líquido	561,14

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.079,11	647,47	51,80		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM 31/12/2013

Ref: DEZ/2013

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.079,11	
007	ADICIONAL NOTURNO		93,70	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	25.00		64,75
680	INSS	6.00 8.00		99,67
			1.245,81	164,42
			Valor Líquido	1.081,39

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.079,11	1.245,81	1.245,81	99,67		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 8b492e8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920402029400000079205497
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920402029400000079205497

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/01/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JAN/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		121,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,29
			1.381,00	195,51
			Valor Líquido	1.185,49

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,48		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 28/02/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: FEV/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		121,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,29
	FELIZ ANIVERSÁRIO		1.381,00	195,51
			Valor Líquido	1.185,49

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,48		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/03/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: MAR/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO		121,00	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,29
			1.381,00	195,51
			Valor Líquido	1.185,49

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,48		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM 30/04/2014
Ref: ABR/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,29
			1.381,00	195,51
			Valor Líquido	1.185,49

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,48		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário** 31/05/2014

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 Ref: MAI/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	89,10	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		132,31
			1.470,10	203,53
			Valor Líquido	1.266,57

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.470,10	1.470,10	117,61		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

Assinatura do Funcionário

FUNCIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 30/06/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JUN/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (3.00)		118,70	
007	ADICIONAL NOTURNO (3.00)		12,12	
013	GRATIFICACOES (3.00)		2,31	
053	GRATIFICAÇÃO (3.00)		5,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		7,12
680	INSS	9.00		11,00
			138,13	18,12
			Valor Líquido	120,01

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.701,37	138,13	11,00		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/07/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JUL/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (28.00)		1.107,96	
007	ADICIONAL NOTURNO (28.00)		113,12	
013	GRATIFICACOES (28.00)		21,56	
053	GRATIFICAÇÃO (28.00)		46,76	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		66,48
680	INSS	8.00		103,16
			1.289,40	169,64
			Valor Líquido	1.119,76

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.289,40	1.289,40	103,16		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/08/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: AGO/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	89,10	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		132,31
			1.470,10	203,53
			Valor Líquido	1.266,57

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.470,10	1.470,10	117,61		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

30/09/2014
Ref: SET/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,29
			1.381,00	195,51
			Valor Líquido	1.185,49

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,48		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/10/2014
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: OUT/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	88,92	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		132,30
			1.469,92	203,52
			Valor Líquido	1.266,40

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.469,92	1.469,92	117,58		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 30/11/2014

CPF: 014.538.787-93 **Admissão:** 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: NOV/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
252	ADIANT. 13ºSAL. (12.00)		474,80	
			474,80	
			Valor Líquido	474,80

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00		474,80	37,98		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO [illegible] **Recibo de Pagamento de Salário**

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO 31/12/2014

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 Ref: DEZ/2014

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.187,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		121,00	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		71,22
680	INSS	9.00		124,30
			1.381,00	195,52
			Valor Líquido	1.185,48

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.381,00	1.381,00	110,50		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 896d590
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920404403600000079205510
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920404403600000079205510

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

20/12/2014

Ref: DEZ/2014

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
019	DEC TERCEIRO SALARIO (12.00)		1.187,00	
524	ADTO.13O SALARIO (12.00)	8.00		474,80
680	INSS			94,96
			1.187,00	569,76
			Valor Líquido	617,24

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.187,00	1.187,00	712,20	56,98		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Sal** 31/01/

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 Ref: JAN/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)	50.00	133,30	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)		97,90	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)	6.00	50,00	
054	VALE TRANSPORTE	9.00		78,36
680	INSS			144,92
			1.610,20	223,28
			Valor Líquido	1.386,92

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.610,20	1.610,20	128,80		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA — **Recibo de Pagamento de Salário**

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO — 28/02/2015

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 — Ref: FEV/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 — TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (28.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO	50.00	133,30	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)		97,90	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO	6.00	50,00	
054	VALE TRANSPORTE	9.00		78,36
680	INSS			144,92
			1.610,20	223,28
			Valor Líquido	1.386,92

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.610,20	1.610,20	128,80		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/03/2015
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: MAR/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		133,30	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
680	INSS	9.00		136,10
			1.512,30	214,46
			Valor Líquido	1.297,84

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.512,30	1.512,30	121,00		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

30/04/2015

Ref: ABR/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)	50.00	133,30	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)		97,92	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
680	INSS	9.00		144,92
			1.610,22	223,28
			Valor Líquido	1.386,94

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.610,22	1.610,22	128,87		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/05/2015

Ref: MAI/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (19.00)		827,07	
007	ADICIONAL NOTURNO (19.00)		84,36	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	97,90	
013	GRATIFICACOES (19.00)		14,63	
053	GRATIFICAÇÃO (19.00)	25.00	31,73	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		49,62
680	INSS	8.00		84,46
			1.055,69	134,08
			Valor Líquido	921,61

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	2.541,78	1.055,70	84,46		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

09/06/15
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

30/06/2015

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 Ref: JUN/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (12.00)		522,40	
007	ADICIONAL NOTURNO (12.00)		53,30	
013	GRATIFICACOES (12.00)		9,24	
053	GRATIFICAÇÃO (12.00)	25.00	20,04	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		31,34
680	INSS	8.00		48,40
			604,98	79,74
			Valor Líquido	525,24

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	604,98	604,98	48,40		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/07/2015

Ref: JUL/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)	50.00	133,30	
010	HORAS EXTRAS (24.00 h.)		195,85	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)	6.00	50,00	
054	VALE TRANSPORTE	9.00		78,36
680	INSS			153,73
			1.708,15	232,09
			Valor Líquido	1.476,06

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.708,15	1.708,15	136,65		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/08/2015

Ref: AGO/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

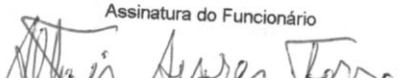
Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		133,30	
010	HORAS EXTRAS (24.00 h.)	50.00	195,85	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
680	INSS	9.00		153,73
			1.708,15	232,09
			Valor Líquido	1.476,06

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.306,00	1.306,00	136,65		

Data: 08/09/15

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Assinatura do Funcionário



Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 30/09/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: SET/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	97,92	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
680	INSS	9.00		132,92
			1.476,92	211,28
			Valor Líquido	1.265,64

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.476,92	1.476,92	118,15		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____ Data:

_____ Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

31/10/2015

Ref: OUT/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
620	FALTAS (1.00)			43,53
631	REPOUSO REMUNERADO (1.00)			43,53
680	INSS	8.00		97,52
			1.306,00	262,94
			Valor Líquido	1.043,06

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.218,94	1.218,94	97,52		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

30/11/2015

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Ref: NOV/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

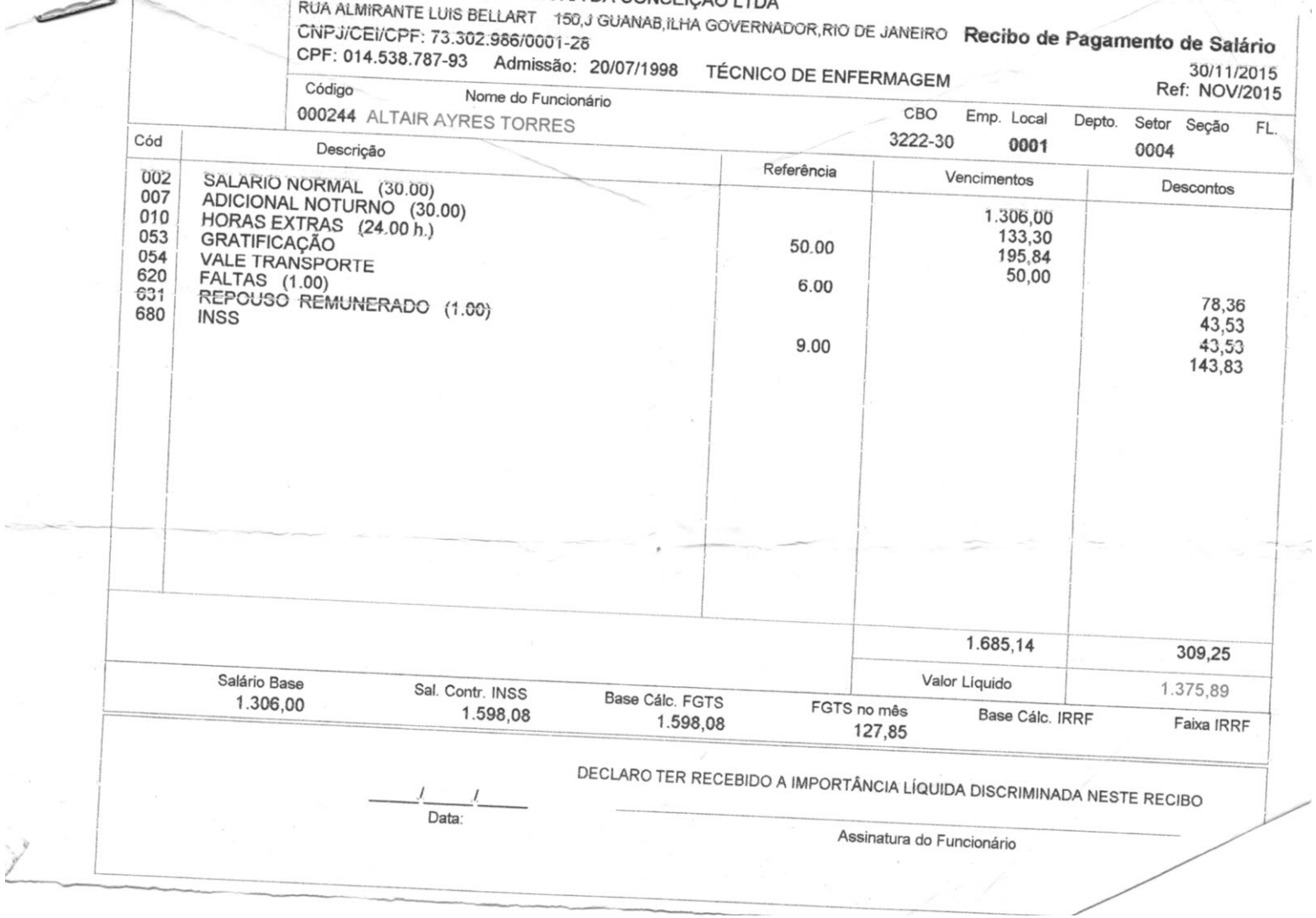
Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
252	ADIANT. 13ºSAL. (12.00)		522,40	
			522,40	
			Valor Líquido	522,40

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00		522,40	41,79		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário



RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

30/11/2015

Ref: NOV/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		133,30	
010	HORAS EXTRAS (24.00 h.)	50.00	195,84	
053	GRATIFICAÇÃO		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
620	FALTAS (1.00)			43,53
631	REPOUSO REMUNERADO (1.00)	9.00		43,53
680	INSS			143,83
			1.685,14	309,25
			Valor Líquido	1.375,89

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.598,08	1.598,08	127,85		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

20/12/2015

Ref: DEZ/2015

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
019	DEC TERCEIRO SALARIO (12.00)		1.306,00	
524	ADTO.13O SALARIO (12.00)	8.00		522,40
680	INSS			104,48
			1.306,00	626,88
			Valor Líquido	679,12

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.306,00	783,60	62,69		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:39 - 55cd1b4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920405474400000079205514
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920405474400000079205514

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM 31/12/2015

Ref: DEZ/2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.306,00	
007	ADICIONAL NOTURNO (10.00)		44,40	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)		97,92	
013	GRATIFICACOES	50.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		78,36
680	INSS	9.00		136,92
			1.521,32	215,28
			Valor Líquido	1.306,04

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.306,00	1.521,32	1.521,32	121,71		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Sa**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/01/

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JAN/

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		192,00	
010	HORAS EXTRAS (36.00 h.)	50.00	324,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
620	FALTAS (1.00)			47,90
631	REPOUSO REMUNERADO (1.00)			47,90
680	INSS	9.00		167,13
			1.952,60	349,13
			Valor Líquido	1.603,47

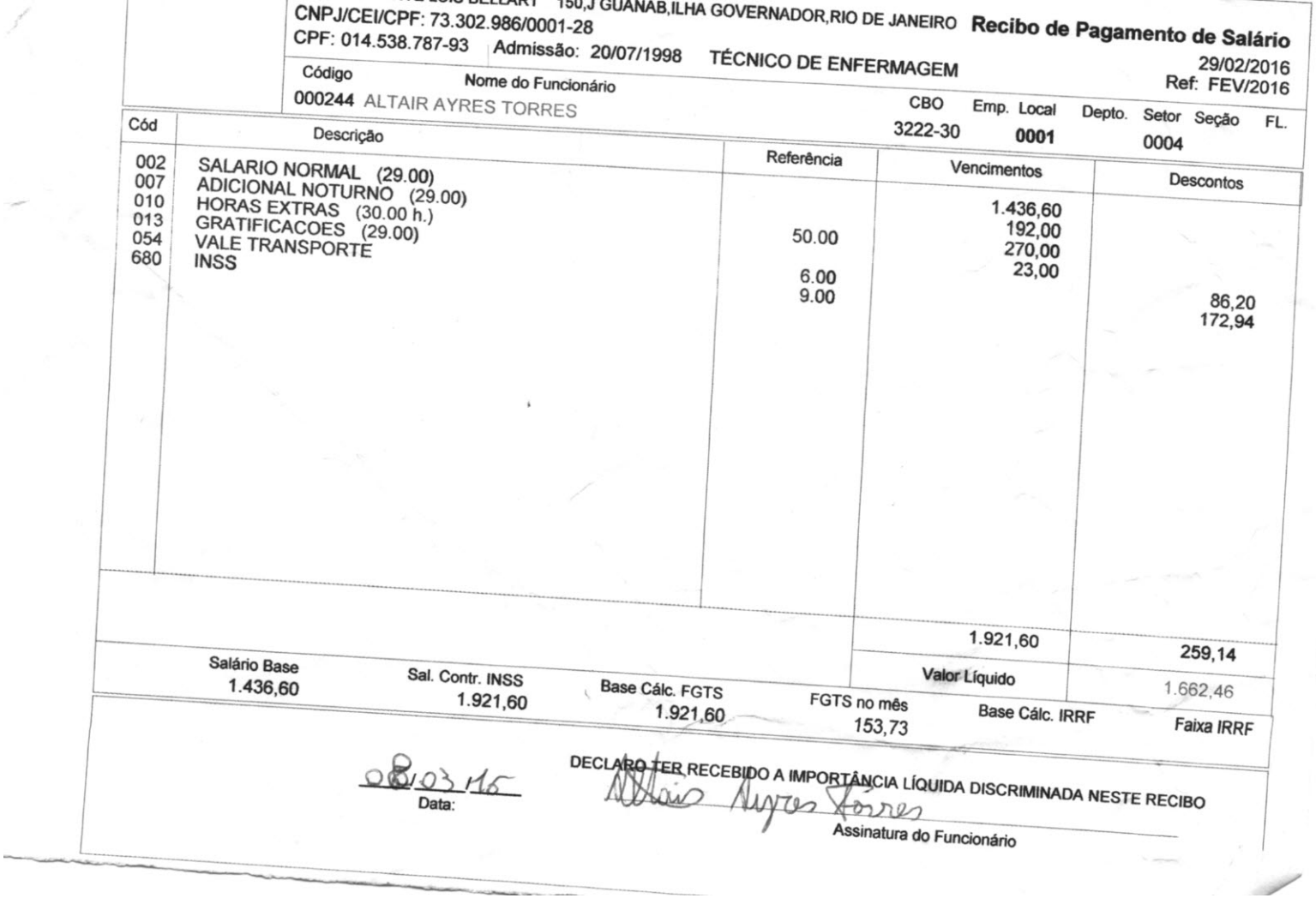
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.856,80	1.856,80	148,56		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - ce6f71e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920410239900000079205515
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920410239900000079205515



CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 — 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CPF: 014.538.787-93 | Admissão: 20/07/1998 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM

29/02/2016

Ref: FEV/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (29.00)		1.436,60	
007	ADICIONAL NOTURNO (29.00)		192,00	
010	HORAS EXTRAS (30.00 h.)	50.00	270,00	
013	GRATIFICACOES (29.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	9.00		172,94
			1.921,60	259,14
			Valor Líquido	1.662,46

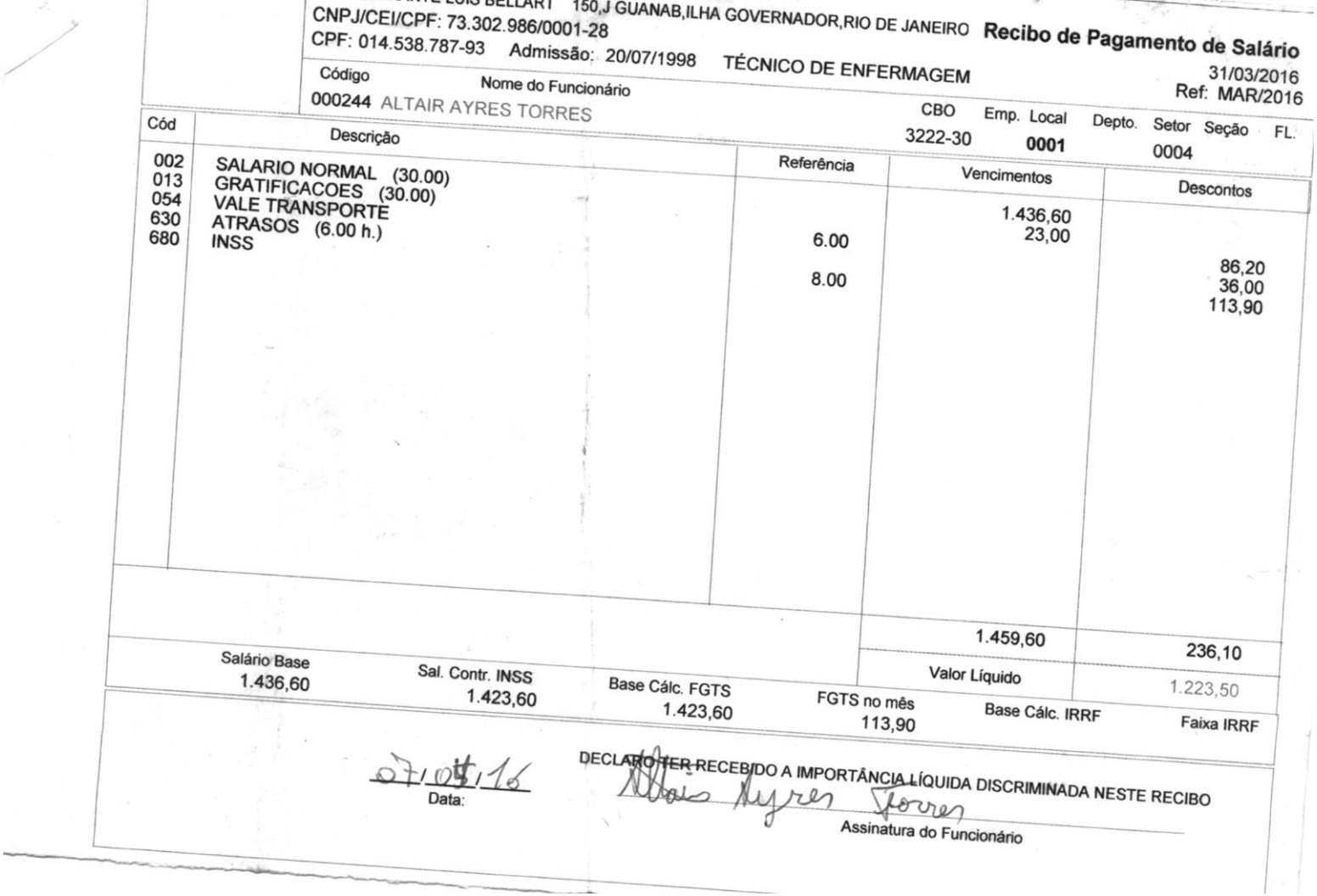
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.921,60	1.921,60	153,73		

Data: 08/03/16

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - ce6f71e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920410239900000079205515
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920410239900000079205515



CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/03/2016
Ref: MAR/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
630	ATRASOS (6.00 h.)			36,00
680	INSS	8.00		113,90
			1.459,60	236,10
			Valor Líquido	1.223,50

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.423,60	1.423,60	113,90		

07/04/16
Data:

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

Recibo de Pagamento de Salário

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

31/05/2016

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Ref: MAI/2016

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)	6.00	1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)	8.00	23,00	
054	VALE TRANSPORTE			86,20
680	INSS			116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

30/06/2016

Ref: JUN/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (9.00)		431,00	
013	GRATIFICACOES (9.00)	6.00	6,93	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		25,86
680	INSS			35,03
			437,93	60,89
			Valor Líquido	377,04

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.915,47	437,93	35,03		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

10/07/16
Data:

Assinatura do Funcionário

FUNCIONARIOS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

31/07/2016
Ref: JUL/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (22.00)		1.053,60	
013	GRATIFICACOES (22.00)		16,94	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		64,23
680	INSS	8.00		85,64
			1.070,54	149,87
			Valor Líquido	920,67

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.070,54	1.070,54	85,64		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

09/08/16
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM
31/08/2016
Ref: AGO/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

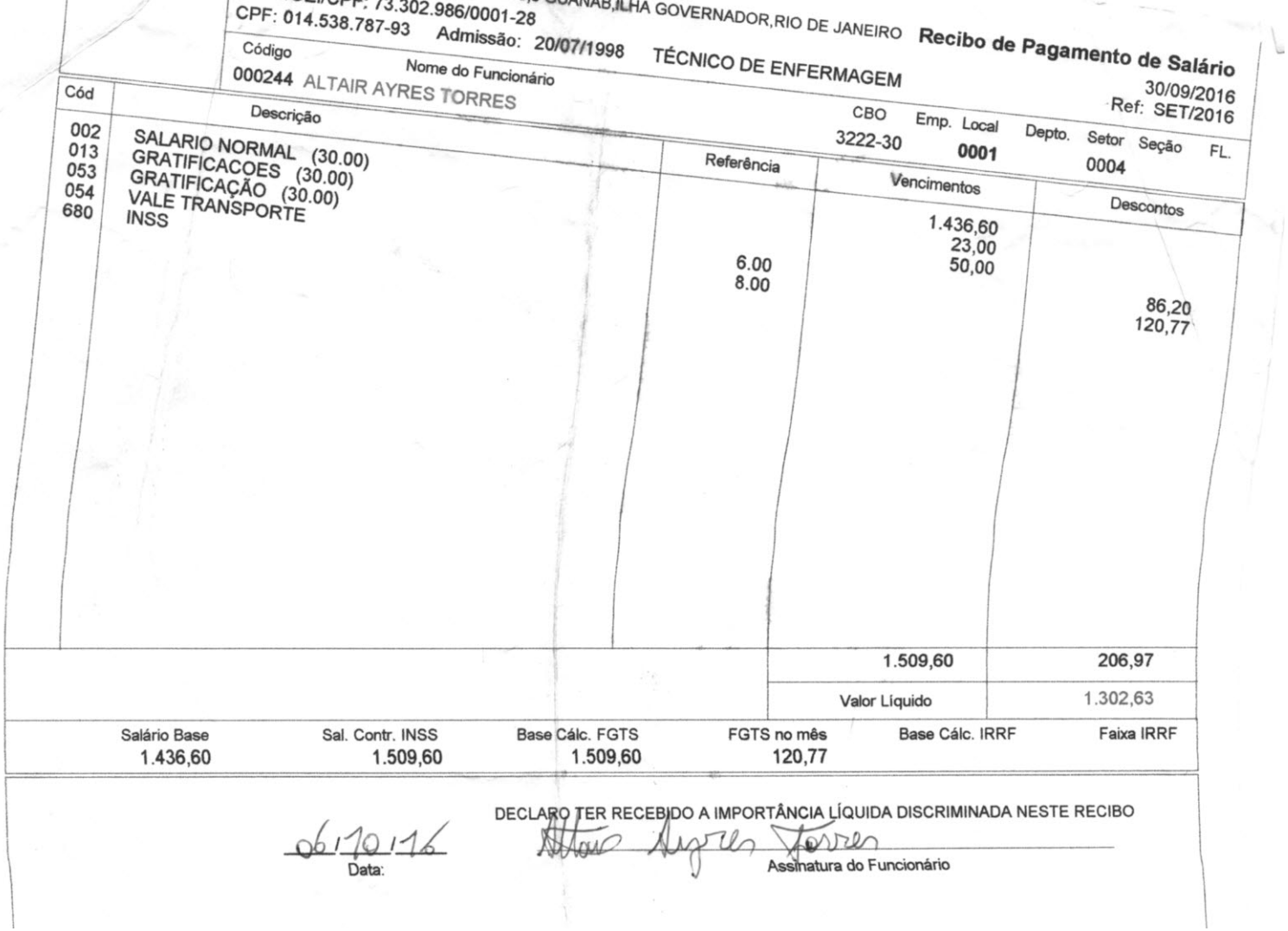
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

08/09/16
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - ce6f71e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920410239900000079205515
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920410239900000079205515



CPF: 73.302.986/0001-28
CUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

30/09/2016
Ref: SET/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)	6.00	23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)	8.00	50,00	
054	VALE TRANSPORTE			86,20
680	INSS			120,77
			1.509,60	206,97
			Valor Líquido	1.302,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.509,60	1.509,60	120,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

06/10/16
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/10/2016

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: OUT/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
007	ADICIONAL NOTURNO (30.00)		192,00	
010	HORAS EXTRAS (36.00 h.)	50.00	430,92	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (30.00)		50,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	9.00		191,93
			2.132,52	278,13
			Valor Líquido	1.854,39

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	2.132,52	2.132,52	170,60		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/____ Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - ce6f71e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920410239900000079205515
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920410239900000079205515

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

20/12/2016
Ref: DEZ/2016

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
019	DEC TERCEIRO SALARIO (12.00)		1.436,60	
524	ADTO.13O SALARIO (12.00)	8.00		574,64
680	INSS			114,93
			1.436,60	689,57
			Valor Líquido	747,03

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	861,96	68,96		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

02/01/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 — 31/12/2016

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 — TÉCNICO DE ENFERMAGEM — Ref: DEZ/2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	144,00	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		144,32
			1.603,60	230,52
			Valor Líquido	1.373,08

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.603,60	1.603,60	144,32		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

10/01/17
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - ce6f71e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920410239900000079205515
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920410239900000079205515

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/01/2017
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JAN/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		114,93
			1.436,60	201,13
			Valor Líquido	1.235,47

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	1.436,60	114,93		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

08/02/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

30/04/2017
Ref: ABR/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

08/05/17
Data:

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 — 31/05/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM — Ref: MAI/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
[illegible]	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
[illegible]	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	1.436,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

07/06/17
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 30/06/2017
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: JUN/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (15.00)		718,30	
013	GRATIFICACOES (15.00)		11,50	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		43,10
680	INSS	8.00		58,38
			729,80	101,48
			Valor Líquido	628,32

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	729,80	729,80	58,38		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

06/07/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

31/07/2017

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Ref: JUL/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (15.00)	50.00	718,30	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)		144,00	
013	GRATIFICACOES (15.00)		11,50	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		43,10
680	INSS	8.00		69,90
			873,80	113,00
			Valor Líquido	760,80

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	873,80	873,80	69,90		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

28/08/17
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

31/08/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ref: AGO/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

09/09/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

30/09/2017

Ref: SET/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)	6.00	23,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		86,20
680	INSS			116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

07/10/17
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

31/10/2017

Ref: OUT/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES		23,00	
053	GRATIFICAÇÃO (11.00)		34,37	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		75,20
680	INSS	8.00		119,52
			1.493,97	194,72
			Valor Líquido	1.299,25

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.493,97	1.493,97	119,52		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

08/11/17
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

30/11/2017

Ref: NOV/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (30.00)	6.00	23,00	
054	VALE TRANSPORTE	8.00		86,20
080	INSS			116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

08/12/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/12/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: DEZ/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
007	ADICIONAL NOTURNO (10.00)		128,00	
010	HORAS EXTRAS (12.00 h.)	50.00	143,66	
013	GRATIFICACOES (30.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		81,60
680	INSS	9.00		155,81
			1.731,26	237,41
			Valor Líquido	1.493,85

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.731,26	1.731,26	138,50		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

02/02/18
Data:

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**
CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 28/02/2017
CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: FEV/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (28.00)		1.436,60	
013	GRATIFICACOES (28.00)		23,00	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		116,77
			1.459,60	202,97
			Valor Líquido	1.256,63

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.459,60	1.459,60	116,77		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

07/03/17
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 4044f49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412364700000079205526
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412364700000079205526

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO **Recibo de Pagamento de Salário**

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28 31/03/2017

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM Ref: MAR/2017

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
620	FALTAS (1.00)			47,88
631	REPOUSO REMUNERADO (1.00)			47,88
680	INSS	8.00		109,11
			1.436,60	291,07
			Valor Líquido	1.145,53

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.363,84	1.363,84	109,11		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

06/04/17
Data:

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

Recibo de Pagamento de Salário

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

31/01/2018

Ref: JAN/2018

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
007	ADICIONAL NOTURNO (5.00)		60,00	
010	HORAS EXTRAS (24.00 h.)	50.00	287,28	
053	GRATIFICAÇÃO (5.00)		15,63	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	9.00		161,95
			1.799,51	248,15
			Valor Líquido	1.551,36

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.799,51	1.799,51	143,96		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

10/02/18
Data:

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 652dc09
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412965800000079205530
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412965800000079205530

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

Recibo de Pagamento de Salário

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

28/02/2018

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ref: FEV/2018

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (28.00)		1.436,60	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		114,93

FELIZ ANIVERSÁRIO !!!!!!!!!!

	1.436,60	201,13
Valor Líquido		1.235,47

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	1.436,60	114,93		



08/03/18
Data:

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Assinatura do Funcionário

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA

RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO

CNPJ/CEI/CPF: 73.302.986/0001-28

CPF: 014.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento de Salário

31/03/2018

Ref: MAR/2018

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30,00)		1.436,60	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		114,93
			1.436,60	201,13
			Valor Líquido	1.235,47

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	1.436,60	114,93		



09/04/18
Data:

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Altair Ayres Torres
Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 652dc09
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920412965800000079205530
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920412965800000079205530

PENSIO NATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
RUA ALM IIRANTE LUIS BELLART 150,J GUANAB,ILHA GOVERNADOR,RIO DE JANEIRO
CNPJ/C EI/CPF: 73.302.986/0001-28
CPF: 01 4.538.787-93 Admissão: 20/07/1998 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Recibo de Pagamento d[illegible]io
30/04/2018
Ref: ABR/2018

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	FL.
000244	ALTAIR AYRES TORRES	3222-30		0001		0004		

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
002	SALARIO NORMAL (30.00)		1.436,60	
054	VALE TRANSPORTE	6.00		86,20
680	INSS	8.00		114,93
			1.436,60	201,13
			Valor Liquido	1.235,47

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	FGTS no mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.436,60	1.436,60	1.436,60	114,93		



11/05/18
Data:

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

Assinatura do Funcionário

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 00f142c
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920413782900000079205533
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 00f142c - Pág. 1
Número do documento: 18080920413782900000079205533

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: **0010** PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADORRIO DE JANEIRO RJ

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: CTPS: 36701 Série: 070

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

___/___/_____ x _____
Assinatura do empregado

___/___/_____ _____
De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias	Período a que correspondem 20/07/2011 a 19/07/2012	Período a ser gozado 05/06/2013 a 04/07/2013

___/___/_____ _____
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Assinatura da empresa

___/___/_____ x _____
Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

			Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS		1.079,11		
034	FGTS NO MES	8.00			115,10
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI.		359,70		
680	INSS	9.00		129,49	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA				1.438,81
998	BASE CALC.FGTS				1.438,81
999	SAL.CONTR.IAPAS				1.438,81
			1.438,81	**129,49**	

Base das férias: 1.079,11 Líquido: 1.309,32

(um mil, trezentos e nove reais e trinta e dois centavos ***)
FÉRIAS: (SALARIO NORMAL 1.079,11)

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: ___/___/_____ x _____
Assinatura do empregado

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 5e9c1be
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920423294700000079205556
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5e9c1be - Pág. 1
Número do documento: 18080920423294700000079205556

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: **0010** PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADOR RIO DE JANEIRO RJ

DQL Assessoria

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CTPS: 36701 Série: 070

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

___/___/_____ X _____
Assinatura do empregado

___/___/_____ _____
De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias	Período a que correspondem	Período a ser gozado
	20/07/2014 a 19/07/2015	10/06/2016 a 09/07/2016

___/___/_____ _____
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.
Assinatura da empresa

___/___/_____ X _____
Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

			Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS		1.436,60		
034	FGTS NO MES	8.00			153,24
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI.		478,87		
680	INSS	9.00		172,39	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA				1.915,47
998	BASE CALC.FGTS				1.915,47
999	SAL.CONTR.IAPAS				1.915,47
			1.915,47	**172,39**	

Base das férias: 1.436,60 Líquido: 1.743,08

(um mil, setecentos e quarenta e três reais e oito centavos ***)

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: 27/06/2016 _____
Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: **0010** PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADORRIO DE JANEIRO RJ

DQL Assessoria

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CTPS: 36701 Série: 070

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

___/___/_____

___/___/_____

Assinatura do empregado

De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias	Período a que correspondem 20/07/2013 a 19/07/2014	Período a ser gozado 20/05/2015 a 18/06/2015

___/___/_____

___/___/_____

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Assinatura da empresa

Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

			Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS		1.306,00		
034	FGTS NO MES	8.00			139,31
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI.		435,33		
680	INSS	9.00		156,72	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA				1.741,33
998	BASE CALC.FGTS				1.741,33
999	SAL.CONTR.IAPAS				1.741,33
			1.741,33	**156,72**	

Base das férias: 1.306,00 Líquido: 1.584,61

(um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos ***)
FÉRIAS: (SALARIO NORMAL 1.306,00)

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: ___/___/_____

Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: **0010** PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADOR RIO DE JANEIRO RJ
DQL Assessoria

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CTPS: 2067155 Série: 050

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

___/___/_____
___/___/_____

Assinatura do empregado
De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias	Período a que correspondem 20/07/2015 a 19/07/2016	Período a ser gozado 16/06/2017 a 15/07/2017

___/___/_____
___/___/_____

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.
Assinatura da empresa
Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

				Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS	30.00		1.436,60		
034	FGTS NO MES		8.00			153,24
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI.			478,87		
680	INSS		9.00		172,39	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA					1.915,47
998	BASE CALC.FGTS					1.915,47
999	SAL.CONTR.IAPAS					1.915,47
				1.915,47	**172,39**	

Base das férias: 1.436,60
Líquido: 1.743,08

(um mil, setecentos e quarenta e três reais e oito centavos ***)
FÉRIAS: (SALARIO NORMAL 1.436,60)

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: ___/___/_____

Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: **0010** PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADORRIO DE JANEIRO RJ

DQL Assessoria

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CTPS: 36701 Série: 070

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

____/____/_____

____/____/_____

Assinatura do empregado

De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias	Período a que correspondem 20/07/2012 a 19/07/2013	Período a ser gozado 04/06/2014 a 03/07/2014

____/____/_____

____/____/_____

PENSIONATO NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO LTDA
Assinatura da empresa

Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

			Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS		1.187,00		
034	FGTS NO MES	8.00			126,61
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI. INDEN.		395,67		
680	INSS	9.00		142,44	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA				1.582,67
998	BASE CALC.FGTS				1.582,67
999	SAL.CONTR.IAPAS				1.582,67

Base das férias: 1.187,00
(um mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e três centavos ***)

1.582,67 **142,44**
Líquido: 1.440,23

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: ____/____/_____

Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

Empresa: 0010 PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150
ILHA GOVERNADORRIO DE JANEIRO RJ

DQL Assessoria

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES
Admissão: 20/07/1998 Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CTPS: 2067155 Série: 050

SOLICITAÇÃO DE ABONO

(Até 15(quinze) dias antes do término do período aquisitivo)
O empregado acima solicita a concessão de abono pecuniário (1/3 do período de férias)

02/05/2018 — Assinatura do empregado

__/__/____ — De acordo - assinatura da empresa

NOTIFICAÇÃO DE FÉRIAS

(Até 30(trinta) dias antes do inicio das férias)
A empresa comunica a concessão da férias, conforme discriminado:

Dias de duração: 30 dias
Período a que correspondem 20/07/2016 a 19/07/2017
Período a ser gozado 01/05/2018 a 30/05/2018

__/__/____ — PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA. — Assinatura da empresa

02/05/2018 — Assinatura do empregado

RECIBO DE FÉRIAS

(Pagamento até 2 (dois) antes do início do período)

				Proventos	Descontos	Bases
020	FERIAS	30.00		1.436,60		
034	FGTS NO MES		8.00			153,24
051	ADIC.1/3 S/VAL.FERI.			478,87		
680	INSS		9.00		172,39	
996	SAL.CONTR.IAPAS EMPRESA					1.915,47
998	BASE CALC.FGTS					1.915,47
999	SAL.CONTR.IAPAS					1.915,47

	1.915,47	172,39
Base das férias: 1.436,60	Líquido:	1.743,08

(um mil, setecentos e quarenta e três reais e oito centavos ***)
FÉRIAS: (SALARIO NORMAL 1.436,60)

Recebi a importância discriminada, correspondente às férias acima

Data: 02/05/2018 — Assinatura do empregado

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - e6e5236
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920423698400000079205557
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. e6e5236 - Pág. 1
Número do documento: 18080920423698400000079205557

COMUNICADO DE DISPENSA

A firma , PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA - , vem por meio desta, informar que o funcionário ALTAIR AYRES TORRES, admitido em 20/07/1998 com a função de Técnico de Enfermagem, portador da Carteira Profissional nº 2067155 série 0050/RJ, a partir desta data 31/05/2018, não pertence mais ao quadro de funcionários desta empresa, sendo dispensado por motivo de não precisar mais de seus serviços prestados.

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2018.

Ciente: _____
Assinatura da funcionária

Data 30/05/18.

_____
Assinatura da empresa

73.302.986 / 0001-28
PENSIONATO NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO LTDA.
R. Almirante Luiz Bellart, 150
ILHA DO GOVERNADOR - CEP 21941-100
RIO DE JANEIRO - RJ

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - fd48b8e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920440898300000079205591
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. fd48b8e - Pág. 1
Número do documento: 18080920440898300000079205591

FOLHA DE PAGAMENTO

Página: 0001
05/06/2018 09:28:28

DQL Assessoria

Programa registrado para:
VENUS CONTABILIDADE

AVISO PRÉVIO - INDENIZADO

Empresa: **0010 PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA**

Endereço: RUA ALMIRANTE LUIS BELLART 000150

Empregado: 244 ALTAIR AYRES TORRES

Admissão: 20/07/1998 Função: Técnica de enfermagem CTPS: 2067155 050

O empregado acima fica notificado de que será dispensado a contar desta data e deverá retornar a está empresa em 09/06/2018 para quitacão do contrato de trabalho e liberação dos documentos.

31/05/2018
Dispensa

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.
Assinatura

Para cumprimento do presente Aviso Prévio, indico a opção da minha preferência:

- [ ] Redução da jornada de trabalho por 2 (duas) horas diárias.
- [ ] Ausência ao serviço por 7 (sete) dias, sem prejuízo do salário integral.
- [x] AVISO INDENIZADO

Local e Data:

x Altair Ayres Torres
Ciente - Assinatura do empregado

Impressão digital

TESTEMUNHAS:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

01/06/2018 12:49:26

Identificação do Filiado

NIT: 123.80827.67-4 **CPF:** 014.538.787-93 **Nome:** ALTAIR AYRES TORRES
Data de nascimento: 25/03/1969 **Nome da mãe:** JANDIRA AYRES TORRES

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	CNPJ/CEI/CPF	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
8	123.80827.67-4	73.302.986/0001-28	PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA	20/06/1998		Empregado		PEXT

Seq.	NIT	CNPJ/CEI/CPF	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
9	123.80827.67-4	73.302.986/0001-28	PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA	20/07/1998		Empregado	04/2018	

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
07/1998	85,29		08/1998	297,23		09/1998	270,19	
10/1998	319,55		11/1998	311,43		12/1998	286,23	
02/2000	324,32		03/2000	289,26		04/2000	358,97	
05/2000	230,99		06/2000	251,54		07/2000	248,35	
08/2000	248,35		09/2000	251,54		10/2000	251,54	
11/2000	241,54		12/2000	276,07		01/2001	240,02	
02/2001	312,54		03/2001	305,40		04/2001	268,45	
05/2001	365,37		06/2001	304,40		07/2001	305,40	
08/2001	268,45		09/2001	305,40		10/2001	305,40	
12/2001	590,80		01/2002	305,40		02/2002	321,76	
03/2002	323,39		04/2002	362,63		05/2002	322,06	
06/2002	323,39		07/2002	323,39		08/2002	323,39	
09/2002	323,39		10/2002	323,39		11/2002	323,39	
12/2002	332,25		01/2003	332,79		02/2003	341,02	
03/2003	341,02		04/2003	331,02		05/2003	341,02	

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Os números de sequência dos vínculos seguidos de um asterisco (*) foram modificados durante a simulação.

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

01/06/2018 12:49:26

Identificação do Filiado

NIT: 123.80827.67-4 **CPF:** 014.538.787-93 **Nome:** ALTAIR AYRES TORRES
Data de nascimento: 25/03/1969 **Nome da mãe:** JANDIRA AYRES TORRES

Relações Previdenciárias

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
06/2003	483,31		07/2003	325,99		08/2003	341,02	
09/2003	341,02		10/2003	300,67		11/2003	341,02	
12/2003	341,02		01/2004	341,02		02/2004	341,02	
03/2004	397,43		04/2004	383,37		05/2004	565,11	
06/2004	383,37		07/2004	383,37		08/2004	383,37	
09/2004	383,37		10/2004	383,37		11/2004	383,37	
12/2004	383,37		01/2005	419,40		02/2005	419,40	
03/2005	419,40		04/2005	419,40		05/2005	419,40	
06/2005	607,87		07/2005	419,40		08/2005	419,40	
09/2005	419,40		10/2005	419,40		11/2005	419,40	
12/2005	419,40		06/2009	676,00		12/2017	1.731,26	
01/2018	1.799,51		02/2018	1.436,60		03/2018	1.436,60	
04/2018	1.436,60							

Seq.	NIT	CNPJ/CEI/CPF	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
10	123.80827.67-4	03.075.938/0001-69	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E DE APOIO AS ATIVIDADES HOSPITALARES LTDA	01/04/2006	30/06/2006	Contribuinte Individual		

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
04/2006	284,18	PREC-MENOR-MIN	05/2006	571,64		06/2006	457,27	

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Os números de sequência dos vínculos seguidos de um asterisco (*) foram modificados durante a simulação.

PJe

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - 8c0b76b
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920462917300000079205650
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 18080920462917300000079205650

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

01/06/2018 12:49:26

Identificação do Filiado

NIT: 123.80827.67-4 **CPF:** 014.538.787-93 **Nome:** ALTAIR AYRES TORRES
Data de nascimento: 25/03/1969 **Nome da mãe:** JANDIRA AYRES TORRES

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação
11	123.80827.67-4	5318784387	Benefício	91 - AUXILIO DOENCA POR ACIDENTE DO TRABALHO	27/08/2008	30/11/2008	2 - CESSADO

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição	Indicador	Descrição
PREC-MENOR-MIN	Recolhimento abaixo do valor mínimo	PEXT	Vínculo com informação extemporânea, passível de comprovação

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/autenticidade.html
com o código 180601K228ZA58

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Os números de sequência dos vínculos seguidos de um asterisco (*) foram modificados durante a simulação.

CAIXA

Extrato Completo

Nome: ALTAIR AYRES TORRES	PIS/PASEP: 123.80827.67-4
Empresa: PENSIONATO N S CONCEICAO LTDA	Inscrição: 73302986000128
Carteira de Trabalho: 0036701 - 00070	Tipo Conta: OPTANTE
Base da Conta: RJ	Situação da Conta: A
Cód. Estab: 09920600628460	Categoria: 01
Conta FGTS: 00000030055	Data Admissão: 20/07/1998
Data/Cód. Movimentação:	Data Opção: 20/07/1998
Taxa Juros: 3%	Valor para Fins Rescisórios: R$ 3.641,19
SALDO: 3.703,34	**Atualizado em: 30/05/2018**

Histórico dos Lançamentos

Data	Lançamentos	Valor R$	Total R$
	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
07/11/2000	115-DEPOSITO OUTUBRO/2000	20,12	20,12
01/11/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2000	18,47	38,59
01/11/2000	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA MAIO/2000	0,30	38,89
07/12/2000	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,07	38,96
03/11/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2000	20,12	59,08
03/11/2000	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA JUNHO/2000	0,24	59,32
07/12/2000	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,07	59,39
03/11/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO JULHO/2000	19,86	79,25
03/11/2000	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA JULHO/2000	0,15	79,40
07/12/2000	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,07	79,47
06/09/2000	115-DEPOSITO AGOSTO/2000	19,86	99,33
07/12/2000	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,13	99,46
05/10/2000	115-DEPOSITO SETEMBRO/2000	20,12	119,58
07/12/2000	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,07	119,65
10/12/2000	CREDITO DE JAM 0,003666	0,43	120,08
10/01/2001	CREDITO DE JAM 0,003459	0,41	120,49
07/02/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO NOVEMBRO/2000	28,95	149,44
07/02/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA NOVEMBRO/2000	0,10	149,54
10/02/2001	CREDITO DE JAM 0,003838	0,57	150,11
10/03/2001	CREDITO DE JAM 0,002835	0,42	150,53
10/04/2001	CREDITO DE JAM 0,004194	0,63	151,16
10/05/2001	CREDITO DE JAM 0,004016	0,60	151,76
30/05/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO DEZEMBRO/2000	32,28	184,04
30/05/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA DEZEMBRO/2000	0,48	184,52
30/05/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO JANEIRO/2001	19,20	203,72
30/05/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA JANEIRO/2001	0,21	203,93
30/05/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2001	25,00	228,93
30/05/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA FEVEREIRO/2001	0,20	229,13
30/05/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO MARCO/2001	24,43	253,56

PJe
Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 1
Número do documento: 18080920455608300000079205635

30/05/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA MARCO/2001	0,09	253,65
30/05/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/2001	21,47	275,12
10/06/2001	CREDITO DE JAM 0,004297	1,18	276,30
10/07/2001	CREDITO DE JAM 0,003927	1,08	277,38
25/07/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2001	24,35	301,73
10/08/2001	CREDITO DE JAM 0,004913	1,48	303,21
10/09/2001	CREDITO DE JAM 0,005910	1,79	305,00
25/07/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2001	29,22	334,22
25/07/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA MAIO/2001	0,11	334,33
20/09/2001	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,31	334,64
06/09/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO JULHO/2001	24,43	359,07
22/09/2001	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,14	359,21
10/10/2001	CREDITO DE JAM 0,004097	1,47	360,68
10/11/2001	CREDITO DE JAM 0,005386	1,94	362,62
10/12/2001	CREDITO DE JAM 0,004399	1,59	364,21
16/11/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO AGOSTO/2001	21,47	385,68
16/11/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA AGOSTO/2001	0,20	385,88
15/12/2001	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,09	385,97
16/11/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO SETEMBRO/2001	24,43	410,40
16/11/2001	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA SETEMBRO/2001	0,13	410,53
15/12/2001	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,10	410,63
16/11/2001	115-DEPOSITO EM ATRASO OUTUBRO/2001	24,43	435,06
15/12/2001	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,10	435,16
10/01/2002	CREDITO DE JAM 0,004454	1,93	437,09
10/02/2002	CREDITO DE JAM 0,005063	2,21	439,30
08/02/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO DEZEMBRO/2001	34,30	473,60
07/03/2002	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,17	473,77
20/02/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO DEZEMBRO/2001	34,30	508,07
20/02/2002	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA DEZEMBRO/2001	0,17	508,24
20/02/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO JANEIRO/2002	24,43	532,67
10/03/2002	CREDITO DE JAM 0,003640	1,93	534,60
06/03/2002	115-DEPOSITO FEVEREIRO/2002	25,74	560,34
10/04/2002	CREDITO DE JAM 0,004228	2,36	562,70
10/05/2002	CREDITO DE JAM 0,004829	2,71	565,41
10/06/2002	CREDITO DE JAM 0,004573	2,58	567,99
10/07/2002	CREDITO DE JAM 0,004052	2,30	570,29
10/08/2002	CREDITO DE JAM 0,005128	2,92	573,21
06/08/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO MARCO/2002	25,87	599,08
06/08/2002	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA MARCO/2002	0,34	599,42
13/08/2002	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,13	599,55
06/08/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/2002	29,01	628,56
06/08/2002	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA ABRIL/2002	0,25	628,81
13/08/2002	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,15	628,96
06/08/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2002	25,76	654,72
06/08/2002	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA MAIO/2002	0,10	654,82
13/08/2002	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,13	654,95
06/08/2002	115-DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2002	25,87	680,82
13/08/2002	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,13	680,95
06/08/2002	115-DEPOSITO JULHO/2002	25,87	706,82
10/09/2002	CREDITO DE JAM 0,004953	3,50	710,32
06/09/2002	115-DEPOSITO AGOSTO/2002	25,87	736,19
10/10/2002	CREDITO DE JAM 0,004426	3,25	739,44

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 2
Número do documento: 18080920455608300000079205635

07/10/2002	115-DEPOSITO SETEMBRO/2002	25,87	765,31
10/11/2002	CREDITO DE JAM 0,005241	4,01	769,32
07/11/2002	115-DEPOSITO OUTUBRO/2002	25,87	795,19
10/12/2002	CREDITO DE JAM 0,005116	4,06	799,25
04/12/2002	115-DEPOSITO NOVEMBRO/2002	36,48	835,73
10/01/2003	CREDITO DE JAM 0,006084	5,08	840,81
07/01/2003	115-DEPOSITO DEZEMBRO/2002	37,90	878,71
10/02/2003	CREDITO DE JAM 0,007356	6,46	885,17
07/02/2003	115-DEPOSITO JANEIRO/2003	26,62	911,79
10/03/2003	CREDITO DE JAM 0,006592	6,01	917,80
07/03/2003	115-DEPOSITO FEVEREIRO/2003	27,28	945,08
10/04/2003	CREDITO DE JAM 0,006257	5,91	950,99
07/04/2003	115-DEPOSITO MARCO/2003	27,28	978,27
10/05/2003	CREDITO DE JAM 0,006660	6,51	984,78
07/05/2003	115-DEPOSITO ABRIL/2003	26,48	1.011,26
10/06/2003	CREDITO DE JAM 0,007127	7,20	1.018,46
05/06/2003	115-DEPOSITO MAIO/2003	27,28	1.045,74
10/07/2003	CREDITO DE JAM 0,006642	6,94	1.052,68
07/07/2003	115-DEPOSITO JUNHO/2003	38,66	1.091,34
10/08/2003	CREDITO DE JAM 0,007944	8,66	1.100,00
07/08/2003	115-DEPOSITO JULHO/2003	26,07	1.126,07
10/09/2003	CREDITO DE JAM 0,006514	7,33	1.133,40
05/09/2003	115-DEPOSITO AGOSTO/2003	27,28	1.160,68
10/10/2003	CREDITO DE JAM 0,005838	6,77	1.167,45
06/10/2003	115-DEPOSITO SETEMBRO/2003	27,28	1.194,73
10/11/2003	CREDITO DE JAM 0,005687	6,79	1.201,52
07/11/2003	115-DEPOSITO OUTUBRO/2003	24,05	1.225,57
10/12/2003	CREDITO DE JAM 0,004246	5,20	1.230,77
05/12/2003	115-DEPOSITO NOVEMBRO/2003	38,53	1.269,30
10/01/2004	CREDITO DE JAM 0,004369	5,54	1.274,84
07/01/2004	115-DEPOSITO DEZEMBRO/2003	39,28	1.314,12
10/02/2004	CREDITO DE JAM 0,003749	4,92	1.319,04
06/02/2004	115-DEPOSITO JANEIRO/2004	27,28	1.346,32
10/03/2004	CREDITO DE JAM 0,002925	3,93	1.350,25
05/03/2004	115-DEPOSITO FEVEREIRO/2004	27,28	1.377,53
10/04/2004	CREDITO DE JAM 0,004248	5,85	1.383,38
06/04/2004	115-DEPOSITO MARCO/2004	31,79	1.415,17
10/05/2004	CREDITO DE JAM 0,003342	4,72	1.419,89
07/05/2004	115-DEPOSITO ABRIL/2004	30,66	1.450,55
10/06/2004	CREDITO DE JAM 0,004016	5,82	1.456,37
07/06/2004	115-DEPOSITO MAIO/2004	45,20	1.501,57
10/07/2004	CREDITO DE JAM 0,004231	6,35	1.507,92
07/07/2004	115-DEPOSITO JUNHO/2004	30,66	1.538,58
10/08/2004	CREDITO DE JAM 0,004423	6,80	1.545,38
06/08/2004	115-DEPOSITO JULHO/2004	30,66	1.576,04
10/09/2004	CREDITO DE JAM 0,004476	7,05	1.583,09
10/10/2004	CREDITO DE JAM 0,004198	6,64	1.589,73
06/09/2004	115-DEPOSITO AGOSTO/2004	30,66	1.620,39
19/10/2004	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,12	1.620,51
10/11/2004	CREDITO DE JAM 0,003576	5,79	1.626,30
15/10/2004	115-DEPOSITO EM ATRASO SETEMBRO/2004	30,66	1.656,96
27/11/2004	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,10	1.657,06

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 3
Número do documento: 18080920455608300000079205635

05/11/2004	115-DEPOSITO OUTUBRO/2004	30,66	1.687,72
10/12/2004	CREDITO DE JAM 0,003615	6,10	1.693,82
07/12/2004	115-DEPOSITO NOVEMBRO/2004	30,66	1.724,48
10/01/2005	CREDITO DE JAM 0,004872	8,40	1.732,88
07/01/2005	115-DEPOSITO DEZEMBRO/2004	57,30	1.790,18
10/02/2005	CREDITO DE JAM 0,004350	7,78	1.797,96
10/03/2005	CREDITO DE JAM 0,003430	6,16	1.804,12
10/04/2005	CREDITO DE JAM 0,005107	9,21	1.813,33
10/05/2005	CREDITO DE JAM 0,004474	8,11	1.821,44
10/06/2005	CREDITO DE JAM 0,004999	9,10	1.830,54
10/07/2005	CREDITO DE JAM 0,005466	10,00	1.840,54
10/08/2005	CREDITO DE JAM 0,005047	9,28	1.849,82
10/09/2005	CREDITO DE JAM 0,005940	10,98	1.860,80
10/10/2005	CREDITO DE JAM 0,005109	9,50	1.870,30
10/11/2005	CREDITO DE JAM 0,004571	8,54	1.878,84
10/12/2005	CREDITO DE JAM 0,004400	8,26	1.887,10
10/01/2006	CREDITO DE JAM 0,004740	8,94	1.896,04
10/02/2006	CREDITO DE JAM 0,004797	9,09	1.905,13
10/03/2006	CREDITO DE JAM 0,003193	6,08	1.911,21
10/04/2006	CREDITO DE JAM 0,004544	8,68	1.919,89
10/05/2006	CREDITO DE JAM 0,003323	6,37	1.926,26
10/06/2006	CREDITO DE JAM 0,004358	8,39	1.934,65
10/07/2006	CREDITO DE JAM 0,004408	8,52	1.943,17
10/08/2006	CREDITO DE JAM 0,004221	8,20	1.951,37
10/09/2006	CREDITO DE JAM 0,004908	9,57	1.960,94
10/10/2006	CREDITO DE JAM 0,003991	7,82	1.968,76
10/11/2006	CREDITO DE JAM 0,004345	8,55	1.977,31
10/12/2006	CREDITO DE JAM 0,003751	7,41	1.984,72
10/01/2007	CREDITO DE JAM 0,003992	7,92	1.992,64
10/02/2007	CREDITO DE JAM 0,004660	9,28	2.001,92
10/03/2007	CREDITO DE JAM 0,003189	6,38	2.008,30
10/04/2007	CREDITO DE JAM 0,004346	8,72	2.017,02
10/05/2007	CREDITO DE JAM 0,003741	7,54	2.024,56
10/06/2007	CREDITO DE JAM 0,004159	8,42	2.032,98
10/07/2007	CREDITO DE JAM 0,003422	6,95	2.039,93
10/08/2007	CREDITO DE JAM 0,003938	8,03	2.047,96
10/09/2007	CREDITO DE JAM 0,003935	8,05	2.056,01
10/10/2007	CREDITO DE JAM 0,002819	5,79	2.061,80
10/11/2007	CREDITO DE JAM 0,003611	7,44	2.069,24
10/12/2007	CREDITO DE JAM 0,003057	6,32	2.075,56
10/01/2008	CREDITO DE JAM 0,003107	6,44	2.082,00
10/02/2008	CREDITO DE JAM 0,003478	7,24	2.089,24
10/03/2008	CREDITO DE JAM 0,002709	5,65	2.094,89
10/04/2008	CREDITO DE JAM 0,002876	6,02	2.100,91
10/05/2008	CREDITO DE JAM 0,003423	7,19	2.108,10
10/06/2008	CREDITO DE JAM 0,003204	6,75	2.114,85
10/07/2008	CREDITO DE JAM 0,003615	7,64	2.122,49
10/08/2008	CREDITO DE JAM 0,004384	9,30	2.131,79
10/09/2008	CREDITO DE JAM 0,004044	8,62	2.140,41
10/10/2008	CREDITO DE JAM 0,004441	9,50	2.149,91
10/11/2008	CREDITO DE JAM 0,004978	10,70	2.160,61
10/12/2008	CREDITO DE JAM 0,004088	8,83	2.169,44

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 4
Número do documento: 18080920455608300000079205635

10/01/2009	CREDITO DE JAM 0,004620	10,02	2.179,46
10/02/2009	CREDITO DE JAM 0,004310	9,39	2.188,85
10/03/2009	CREDITO DE JAM 0,002918	6,38	2.195,23
10/04/2009	CREDITO DE JAM 0,003907	8,57	2.203,80
10/05/2009	CREDITO DE JAM 0,002921	6,43	2.210,23
10/06/2009	CREDITO DE JAM 0,002916	6,44	2.216,67
10/07/2009	CREDITO DE JAM 0,003123	6,92	2.223,59
10/08/2009	CREDITO DE JAM 0,003519	7,82	2.231,41
10/09/2009	CREDITO DE JAM 0,002663	5,94	2.237,35
10/10/2009	CREDITO DE JAM 0,002466	5,51	2.242,86
10/11/2009	CREDITO DE JAM 0,002466	5,53	2.248,39
10/12/2009	CREDITO DE JAM 0,002466	5,54	2.253,93
10/01/2010	CREDITO DE JAM 0,003000	6,76	2.260,69
10/02/2010	CREDITO DE JAM 0,002466	5,57	2.266,26
10/03/2010	CREDITO DE JAM 0,002466	5,58	2.271,84
10/04/2010	CREDITO DE JAM 0,003260	7,40	2.279,24
10/05/2010	CREDITO DE JAM 0,002466	5,62	2.284,86
10/06/2010	CREDITO DE JAM 0,002977	6,80	2.291,66
10/07/2010	CREDITO DE JAM 0,003056	7,00	2.298,66
10/08/2010	CREDITO DE JAM 0,003620	8,32	2.306,98
10/09/2010	CREDITO DE JAM 0,003377	7,79	2.314,77
10/10/2010	CREDITO DE JAM 0,003169	7,33	2.322,10
10/11/2010	CREDITO DE JAM 0,002939	6,82	2.328,92
10/12/2010	CREDITO DE JAM 0,002803	6,52	2.335,44
10/01/2011	CREDITO DE JAM 0,003875	9,04	2.344,48
10/02/2011	CREDITO DE JAM 0,003183	7,46	2.351,94
10/03/2011	CREDITO DE JAM 0,002991	7,03	2.358,97
10/04/2011	CREDITO DE JAM 0,003681	8,68	2.367,65
10/05/2011	CREDITO DE JAM 0,002836	6,71	2.374,36
10/06/2011	CREDITO DE JAM 0,004040	9,59	2.383,95
10/07/2011	CREDITO DE JAM 0,003583	8,54	2.392,49
10/08/2011	CREDITO DE JAM 0,003698	8,84	2.401,33
10/09/2011	CREDITO DE JAM 0,004547	10,91	2.412,24
10/10/2011	CREDITO DE JAM 0,003471	8,37	2.420,61
10/11/2011	CREDITO DE JAM 0,003087	7,47	2.428,08
10/12/2011	CREDITO DE JAM 0,003112	7,55	2.435,63
10/01/2012	CREDITO DE JAM 0,003405	8,29	2.443,92
10/02/2012	CREDITO DE JAM 0,003332	8,14	2.452,06
10/03/2012	CREDITO DE JAM 0,002466	6,04	2.458,10
10/04/2012	CREDITO DE JAM 0,003536	8,69	2.466,79
10/05/2012	CREDITO DE JAM 0,002693	6,64	2.473,43
10/06/2012	CREDITO DE JAM 0,002935	7,25	2.480,68
10/07/2012	CREDITO DE JAM 0,002466	6,11	2.486,79
10/08/2012	CREDITO DE JAM 0,002610	6,49	2.493,28
10/09/2012	CREDITO DE JAM 0,002589	6,45	2.499,73
10/10/2012	CREDITO DE JAM 0,002466	6,16	2.505,89
10/11/2012	CREDITO DE JAM 0,002466	6,17	2.512,06
10/12/2012	CREDITO DE JAM 0,002466	6,19	2.518,25
10/01/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,21	2.524,46
10/02/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,22	2.530,68
10/03/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,24	2.536,92
10/04/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,25	2.543,17

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 5
Número do documento: 18080920455608300000079205635

10/05/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,27	2.549,44
10/06/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,28	2.555,72
27/06/2013	AC RESTITUICAO INATIVA DEP EM 27/06/2013	77,79	2.633,51
27/06/2013	AC RESTITUICAO INATIVA JAM EM 27/06/2013	66,45	2.699,96
10/07/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,65	2.706,61
10/08/2013	CREDITO DE JAM 0,002675	7,24	2.713,85
10/09/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	6,69	2.720,54
10/10/2013	CREDITO DE JAM 0,002545	6,92	2.727,46
10/11/2013	CREDITO DE JAM 0,003388	9,24	2.736,70
10/12/2013	CREDITO DE JAM 0,002673	7,31	2.744,01
10/01/2014	CREDITO DE JAM 0,002961	8,12	2.752,13
10/02/2014	CREDITO DE JAM 0,003595	9,89	2.762,02
10/03/2014	CREDITO DE JAM 0,003004	8,29	2.770,31
10/04/2014	CREDITO DE JAM 0,002732	7,56	2.777,87
10/05/2014	CREDITO DE JAM 0,002926	8,12	2.785,99
10/06/2014	CREDITO DE JAM 0,003071	8,55	2.794,54
10/07/2014	CREDITO DE JAM 0,002932	8,19	2.802,73
10/08/2014	CREDITO DE JAM 0,003522	9,87	2.812,60
10/09/2014	CREDITO DE JAM 0,003069	8,63	2.821,23
10/10/2014	CREDITO DE JAM 0,003341	9,42	2.830,65
10/11/2014	CREDITO DE JAM 0,003506	9,92	2.840,57
10/12/2014	CREDITO DE JAM 0,002950	8,37	2.848,94
10/01/2015	CREDITO DE JAM 0,003521	10,03	2.858,97
10/02/2015	CREDITO DE JAM 0,003346	9,56	2.868,53
10/03/2015	CREDITO DE JAM 0,002634	7,55	2.876,08
10/04/2015	CREDITO DE JAM 0,003765	10,82	2.886,90
10/05/2015	CREDITO DE JAM 0,003542	10,22	2.897,12
10/06/2015	CREDITO DE JAM 0,003622	10,49	2.907,61
10/07/2015	CREDITO DE JAM 0,004283	12,45	2.920,06
10/08/2015	CREDITO DE JAM 0,004776	13,94	2.934,00
10/09/2015	CREDITO DE JAM 0,004337	12,72	2.946,72
10/10/2015	CREDITO DE JAM 0,004390	12,93	2.959,65
10/11/2015	CREDITO DE JAM 0,004260	12,60	2.972,25
10/12/2015	CREDITO DE JAM 0,003766	11,19	2.983,44
10/01/2016	CREDITO DE JAM 0,004721	14,08	2.997,52
10/02/2016	CREDITO DE JAM 0,003789	11,35	3.008,87
10/03/2016	CREDITO DE JAM 0,003425	10,30	3.019,17
10/04/2016	CREDITO DE JAM 0,004639	14,00	3.033,17
10/05/2016	CREDITO DE JAM 0,003773	11,44	3.044,61
10/06/2016	CREDITO DE JAM 0,004003	12,18	3.056,79
10/07/2016	CREDITO DE JAM 0,004514	13,79	3.070,58
10/08/2016	CREDITO DE JAM 0,004091	12,56	3.083,14
10/09/2016	CREDITO DE JAM 0,005017	15,46	3.098,60
10/10/2016	CREDITO DE JAM 0,004045	12,53	3.111,13
10/11/2016	CREDITO DE JAM 0,004071	12,66	3.123,79
10/12/2016	CREDITO DE JAM 0,003897	12,17	3.135,96
10/01/2017	CREDITO DE JAM 0,004319	13,54	3.149,50
10/02/2017	CREDITO DE JAM 0,004170	13,13	3.162,63
10/03/2017	CREDITO DE JAM 0,002769	8,75	3.171,38
10/04/2017	CREDITO DE JAM 0,003989	12,65	3.184,03
10/05/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	7,85	3.191,88
10/06/2017	CREDITO DE JAM 0,003232	10,31	3.202,19

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 6
Número do documento: 18080920455608300000079205635

10/07/2017	CREDITO DE JAM 0,003003	9,61	3.211,80
10/08/2017	CREDITO DE JAM 0,003090	9,92	3.221,72
10/08/2017	CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/2016	60,77	3.282,49
10/09/2017	CREDITO DE JAM 0,002976	9,76	3.292,25
10/10/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	8,11	3.300,36
10/11/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	8,13	3.308,49
10/12/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	8,15	3.316,64
10/01/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,17	3.324,81
10/02/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,19	3.333,00
10/03/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,21	3.341,21
09/03/2018	115-DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2018	114,93	3.456,14
06/04/2018	115-DEPOSITO MARCO/2018	114,93	3.571,07
10/04/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,52	3.579,59
10/05/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,82	3.588,41
07/05/2018	115-DEPOSITO ABRIL/2018	114,93	3.703,34

017106 (para uso da Caixa)

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:40 - da5dbc7
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920455608300000079205635
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. da5dbc7 - Pág. 7
Número do documento: 18080920455608300000079205635

CAIXA

Extrato Completo

Extrato:6/9

Nome: ALTAIR AYRES TORRES	PIS/PASEP: 123.80827.67-4
Empresa: PENSIONATO N S CONCEICAO LTDA	Inscrição: 73302986000128
Carteira de Trabalho: 0036701 - 00070	Tipo Conta: OPTANTE
Base da Conta: RJ	Situação da Conta: I
Cód. Estab: 09920600628460	Categoria: 01
Conta FGTS: 00000029553	Data Admissão: 20/07/1998
Data/Cód. Movimentação:	Data Opção: 20/07/1998
Taxa Juros: 3%	Valor para Fins Rescisórios:
SALDO: 0,00	**Atualizado em: 30/05/2018**

Histórico dos Lançamentos

Data	Lançamentos	Valor R$	Total R$
	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
04/05/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2000	25,94	25,94
04/05/2000	115-JAM RECOLHIDO EMPRESA FEVEREIRO/2000	0,12	26,06
04/05/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO MARCO/2000	23,14	49,20
10/05/2000	CREDITO DE JAM 0,003770	0,18	49,38
23/05/2000	115-DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/2000	28,71	78,09
10/06/2000	CREDITO DE JAM 0,004964	0,38	78,47
10/07/2000	CREDITO DE JAM 0,004611	0,36	78,83
10/08/2000	CREDITO DE JAM 0,004017	0,31	79,14
10/09/2000	CREDITO DE JAM 0,004496	0,35	79,49
10/10/2000	CREDITO DE JAM 0,003506	0,27	79,76
10/11/2000	CREDITO DE JAM 0,003785	0,30	80,06
10/12/2000	CREDITO DE JAM 0,003666	0,29	80,35
10/01/2001	CREDITO DE JAM 0,003459	0,27	80,62
10/02/2001	CREDITO DE JAM 0,003838	0,30	80,92
10/03/2001	CREDITO DE JAM 0,002835	0,22	81,14
10/04/2001	CREDITO DE JAM 0,004194	0,34	81,48
10/05/2001	CREDITO DE JAM 0,004016	0,32	81,80
10/06/2001	CREDITO DE JAM 0,004297	0,35	82,15
10/07/2001	CREDITO DE JAM 0,003927	0,32	82,47
10/08/2001	CREDITO DE JAM 0,004913	0,40	82,87
10/09/2001	CREDITO DE JAM 0,005910	0,48	83,35
10/10/2001	CREDITO DE JAM 0,004097	0,34	83,69
10/11/2001	CREDITO DE JAM 0,005386	0,45	84,14
10/12/2001	CREDITO DE JAM 0,004399	0,37	84,51
10/01/2002	CREDITO DE JAM 0,004454	0,37	84,88
10/02/2002	CREDITO DE JAM 0,005063	0,42	85,30
10/03/2002	CREDITO DE JAM 0,003640	0,31	85,61
10/04/2002	CREDITO DE JAM 0,004228	0,36	85,97
10/05/2002	CREDITO DE JAM 0,004829	0,41	86,38

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - c88a22d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920463545900000079205652
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. c88a22d - Pág. 1
Número do documento: 18080920463545900000079205652

10/06/2002	CREDITO DE JAM 0,004573	0,39	86,77
10/07/2002	CREDITO DE JAM 0,004052	0,35	87,12
10/08/2002	CREDITO DE JAM 0,005128	0,44	87,56
10/09/2002	CREDITO DE JAM 0,004953	0,43	87,99
10/10/2002	CREDITO DE JAM 0,004426	0,38	88,37
10/11/2002	CREDITO DE JAM 0,005241	0,46	88,83
10/12/2002	CREDITO DE JAM 0,005116	0,45	89,28
10/01/2003	CREDITO DE JAM 0,006084	0,54	89,82
10/02/2003	CREDITO DE JAM 0,007356	0,66	90,48
10/03/2003	CREDITO DE JAM 0,006592	0,59	91,07
10/04/2003	CREDITO DE JAM 0,006257	0,56	91,63
10/05/2003	CREDITO DE JAM 0,006660	0,61	92,24
10/06/2003	CREDITO DE JAM 0,007127	0,65	92,89
10/07/2003	CREDITO DE JAM 0,006642	0,61	93,50
10/08/2003	CREDITO DE JAM 0,007944	0,74	94,24
10/09/2003	CREDITO DE JAM 0,006514	0,61	94,85
10/10/2003	CREDITO DE JAM 0,005838	0,55	95,40
10/11/2003	CREDITO DE JAM 0,005687	0,54	95,94
10/12/2003	CREDITO DE JAM 0,004246	0,40	96,34
10/01/2004	CREDITO DE JAM 0,004369	0,42	96,76
10/02/2004	CREDITO DE JAM 0,003749	0,36	97,12
10/03/2004	CREDITO DE JAM 0,002925	0,28	97,40
10/04/2004	CREDITO DE JAM 0,004248	0,41	97,81
10/05/2004	CREDITO DE JAM 0,003342	0,32	98,13
10/06/2004	CREDITO DE JAM 0,004016	0,39	98,52
10/07/2004	CREDITO DE JAM 0,004231	0,41	98,93
10/08/2004	CREDITO DE JAM 0,004423	0,43	99,36
10/09/2004	CREDITO DE JAM 0,004476	0,44	99,80
10/10/2004	CREDITO DE JAM 0,004198	0,41	100,21
10/11/2004	CREDITO DE JAM 0,003576	0,35	100,56
10/12/2004	CREDITO DE JAM 0,003615	0,36	100,92
10/01/2005	CREDITO DE JAM 0,004872	0,49	101,41
10/02/2005	CREDITO DE JAM 0,004350	0,44	101,85
10/03/2005	CREDITO DE JAM 0,003430	0,34	102,19
10/04/2005	CREDITO DE JAM 0,005107	0,52	102,71
10/05/2005	CREDITO DE JAM 0,004474	0,45	103,16
10/06/2005	CREDITO DE JAM 0,004999	0,51	103,67
10/07/2005	CREDITO DE JAM 0,005466	0,56	104,23
10/08/2005	CREDITO DE JAM 0,005047	0,52	104,75
10/09/2005	CREDITO DE JAM 0,005940	0,62	105,37
10/10/2005	CREDITO DE JAM 0,005109	0,53	105,90
10/11/2005	CREDITO DE JAM 0,004571	0,48	106,38
10/12/2005	CREDITO DE JAM 0,004400	0,46	106,84
10/01/2006	CREDITO DE JAM 0,004740	0,50	107,34
10/02/2006	CREDITO DE JAM 0,004797	0,51	107,85
10/03/2006	CREDITO DE JAM 0,003193	0,34	108,19
10/04/2006	CREDITO DE JAM 0,004544	0,49	108,68
10/05/2006	CREDITO DE JAM 0,003323	0,36	109,04
10/06/2006	CREDITO DE JAM 0,004358	0,47	109,51
10/07/2006	CREDITO DE JAM 0,004408	0,48	109,99
10/08/2006	CREDITO DE JAM 0,004221	0,46	110,45
10/09/2006	CREDITO DE JAM 0,004908	0,54	110,99

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - c88a22d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920463545900000079205652
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. c88a22d - Pág. 2
Número do documento: 18080920463545900000079205652

10/10/2006	CREDITO DE JAM 0,003991	0,44	111,43
10/11/2006	CREDITO DE JAM 0,004345	0,48	111,91
10/12/2006	CREDITO DE JAM 0,003751	0,41	112,32
10/01/2007	CREDITO DE JAM 0,003992	0,44	112,76
10/02/2007	CREDITO DE JAM 0,004660	0,52	113,28
10/03/2007	CREDITO DE JAM 0,003189	0,36	113,64
10/04/2007	CREDITO DE JAM 0,004346	0,49	114,13
10/05/2007	CREDITO DE JAM 0,003741	0,42	114,55
10/06/2007	CREDITO DE JAM 0,004159	0,47	115,02
10/07/2007	CREDITO DE JAM 0,003422	0,39	115,41
10/08/2007	CREDITO DE JAM 0,003938	0,45	115,86
10/09/2007	CREDITO DE JAM 0,003935	0,45	116,31
10/10/2007	CREDITO DE JAM 0,002819	0,32	116,63
10/11/2007	CREDITO DE JAM 0,003611	0,42	117,05
10/12/2007	CREDITO DE JAM 0,003057	0,35	117,40
14/12/2007	TRANSFERENCIA DEP FGI/INC PATRIM	-77,79	39,61
14/12/2007	TRANSFERENCIA JAM FGI/INC PATRIM	-39,61	0,00
01/06/2013	AC JAM CRED REVERSAO PATRIMONIO	26,49	26,49
01/06/2013	REVERSAO DEP INCORP PATRIMONIO	77,79	104,28
01/06/2013	REVERSAO JAM INCORP PATRIMONIO	39,61	143,89
10/06/2013	CREDITO DE JAM 0,002466	0,35	144,24
27/06/2013	AC RESTITUICAO INATIVA DEP EM 27/06/2013	-77,79	66,45
27/06/2013	AC RESTITUICAO INATIVA JAM EM 27/06/2013	-66,45	0,00

016479 (para uso da Caixa)

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - c88a22d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920463545900000079205652
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. c88a22d - Pág. 3
Número do documento: 18080920463545900000079205652

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002355/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/11/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR050759/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.024472/2013-66
DATA DO PROTOCOLO: 22/10/2013

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ, CNPJ n. 01.438.810/0001-97, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). SIDNEY BARBALHO PINTO JUNIOR e por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO ANTONIO BOIGUES;

E

SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ, CNPJ n. 68.697.176/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

INSTRUMENTO REGISTRADO NO MTE

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em Hospitais e Casas de Saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas, e empregados em hospitais e casa de saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem em geral, auxiliares técnicos de serviços paramédicos, auxiliares de serviços médicos, burocratas, massagistas, pedicuros e empregados em hospitais, clínD**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL / 2012

Os integrantes da categoria profissional em exercício nos estabelecimentos representados pelo SINDHRIO, desde que não contemplados pelos pisos estabelecidos na Lei Estadual nº. 6.163/2012, terão sobre o salário devido no mês de janeiro de 2011 a incidência de um reajuste na ordem de 5% (cinco por cento), sendo o resultado apurado aplicado a partir de Janeiro de 2012. O referido percentual poderá ser compensado com os aumentos e antecipações, espontâneas ou compulsoriamente concedidas no período de 01/01/2011 a 31/12/2011, exceto aqueles decorrentes de promoção por merecimento ou antiguidade. No caso dos empregados admitidos entre 01.01.2011 a 31.12.2011, o presente reajuste será proporcional para cada mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo-se o percentual apurado sobre o salário de admissão, observando-se as datas de reajuste fixadas na forma prevista na presente cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente cláusula deverão ser pagas em 02 parcelas, sendo a primeira com a remuneração do mês de setembro de 2013 e a segunda com a remuneração de outubro de 2013, sem quaisquer acréscimo ou gravames legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídas desse Instrumento Normativo, as Empresas representadas pelo SINDHRIO que tenham celebrado Acordos Coletivos em separado com o SEESSRJ.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL / 2013

Os integrantes da categoria profissional em exercício nos estabelecimentos representados pelo SINDHRIO, desde que não contemplados pelos pisos estabelecidos na Lei Estadual nº. 6.402/2013, terão sobre o salário devido no mês de janeiro de 2012 a incidência de um reajuste na ordem de 6% (seis por cento), sendo o resultado apurado aplicado a partir de Janeiro de 2013. O referido percentual poderá ser compensado com os aumentos e antecipações, espontâneas ou compulsoriamente concedidas no período de 01/01/2012 a 31/12/2012, exceto aqueles decorrentes de promoção por merecimento ou antiguidade. No caso dos empregados admitidos entre 01.01.2012 a 31.12.2012, o presente reajuste será proporcional para cada mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo-se o percentual apurado sobre o salário de admissão, observando-se as datas de reajuste fixadas na forma prevista na presente cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente cláusula deverão ser pagas em 02 parcelas, sendo a primeira com a remuneração do mês de novembro de 2013 e a segunda com a remuneração de dezembro de 2013, sem quaisquer acréscimo ou gravames legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídas desse Instrumento Normativo, as Empresas representadas pelo SINDHRIO que tenham celebrado Acordos Coletivos em separado com o SEESSRJ.

INSTRUMENTO REGISTRADO NO

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE SALÁRIO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** usarão, obrigatoriamente, envelopes de pagamento ou contracheques, onde seja claramente discriminada a remuneração recebida pelo empregado, bem como os descontos previstos em lei e os depósitos do FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - HORÁRIO DE PAGAMENTO

Quando o pagamento do salário for realizado em cheques e no último dia do prazo fixado pelo Artigo 459, Parágrafo Único da CLT, as Empresas representadas pelo SINDHRIO obrigam-se a conceder aos empregados o tempo necessário para proceder à compensação do mesmo.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Nas hipóteses de substituições temporárias, enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, os empregados substitutos farão jus ao recebimento de salários idênticos aos dos substituídos, desde que superiores aos seus.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias prestadas por todos os empregados representados pelo **SEESSRJ** serão

As horas extraordinárias prestadas por todos os empregados representados pelo **SEESSRJ** serão remuneradas com o adicional de 50% (cinqüenta por cento) do valor da hora normal de serviços, para as duas primeiras horas de sobrejornada e de 100% (cem por cento) para as restantes. São consideradas normais as horas relativas às jornadas relacionadas na cláusula que estabelece as escalas de plantão.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA NONA - HORAS NOTURNAS

As horas noturnas serão acrescidas de acordo com a legislação em vigor.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade, quando devido, terá como base de cálculo o valor definido pela legislação vigente.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Ao empregado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva tiver apresentado frequência integral durante o período aquisitivo de férias, sendo consideradas como quebra desta frequência as faltas abonadas e/ou justificadas, será garantido o pagamento de um prêmio de 10% (dez por cento) sobre o salário-base do mesmo, verba esta não considerada salário e não gerando, por isto, quaisquer direitos decorrentes.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cumprirão as normas referentes ao sistema de Vale-Transporte, regulamentado pelo Decreto nº 95.247/87.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado representado pelo **SEESSRJ**, será concedido auxílio-funeral aos cônjuges e herdeiros, no valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REEMBOLSO CRECHE

Na hipótese de mais de 30 (trinta) empregados, a Empresa que não dispuser de creche própria ou conveniada, fica obrigada a pagar à empregada-mãe o correspondente na forma da lei.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES
DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A homologação da rescisão do contrato de trabalho, obedecidas as disposições legais, será realizada de forma

gratuita e preferencialmente na sede do **SEESSRJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATESTADO DE SALÁRIO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** fornecerão aos empregados demitidos, quando estes solicitarem o Atestado de Afastamento e Salários (AAS), em formulário oficial, referente ao período de seu contrato de trabalho.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ATUALIZAÇÃO E TREINAMENTO

O **SINDHRIO** concorda, na medida da disponibilidade financeira das Empresas representadas, que se realizem, uma vez a cada ano, curso de atualização e treinamento dos profissionais empregados, ouvindo as sugestões que forem apresentadas pelo **SEESSRJ**, neste sentido.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUSPENSÃO E ADVERTÊNCIA

Nas suspensões e advertências aplicadas ao empregado, haverá obrigatoriedade de se consignar, por escrito, os respectivos motivos.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade da gestante, a partir da comprovação da gravidez até 150 (cento e cinqüenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO APOSENTÁVEL

Ao empregado em vias de aposentadoria, assim entendido os que estiverem a menos de 24 (vinte e quatro) meses para o gozo do benefício por tempo de serviço ou por velhice, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** assegurarão a garantia do emprego no referido período, ressalvadas as hipóteses de pedido de dispensa, acordo entre as partes ou dispensa por justa causa, extinguindo-se tal garantia se, ultrapassado o prazo, o empregado não requerer a jubilação, qualquer que seja o motivo.

Parágrafo único: Fica o empregado obrigado a comunicar à Empresa a ocorrência do aludido prazo e prová-lo pelas anotações na sua CTPS, sob pena da perda da estabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DIA COMEMORATIVO DA CATEGORIA

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** reconhecem o dia 12 de maio como **DIA DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, sendo considerada como normal a jornada de trabalho nesta data.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ACORDOS E PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os fins previstos no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar acordos de prorrogação e compensação de jornada de trabalho diretamente com os empregados, ficando, contudo, sua validade condicionada à posterior homologação do **SEESSRJ** e do **SINDHRIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Poderá o **SEESSRJ** exigir os documentos necessários bem como a audiência com os empregados beneficiados, ficando, desde já, excluída a exigência de publicação de editais na imprensa.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - LANCHE NOTURNO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** fornecerão lanche, gratuitamente, aos empregados lotados ou designados para serviços noturnos em suas dependências, não expressando tal refeição qualquer complemento salarial, para todos os efeitos legais.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESCALA DE PLANTÕES

Na forma do artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, em continuidade aos acordos anteriormente celebrados e tendo em vista a natureza especial das atividades hospitalares, bem como o interesse da categoria profissional, é facultada às Empresas representadas pelo **SINDHRIO** a adoção das escalas de plantão de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 48 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 60 horas de descanso, nestas incluídas o período de refeições, sendo obrigatória a marcação do ponto unicamente nas entradas e saídas. Quaisquer destas escalas de plantão são consideradas como jornada normal de trabalho, inclusive quando coincidente com domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro - Os empregados sujeitos à escala de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso farão jus a 1 (uma) folga mensal de doze horas, desde que tenham apresentado uma freqüência equivalente ou superior a 80% (oitenta por cento) dos plantões no mês anterior, sendo consideradas como freqüência as faltas abonadas e justificadas. A critério da Empresa, a folga poderá ser convertida no pagamento de horas extras com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo Segundo - Os empregados não poderão deixar de comparecer às suas escalas pré-determinadas ou abandoná-las sem a presença de seus substitutos, exceto quando houver autorização expressa da Enfermeira Chefe ou da Supervisão.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada, diarista ou plantonista, terá direito, durante a jornada normal de trabalho, a um descanso especial de 1 (uma) hora diária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, regularmente matriculados em cursos oficiais ou reconhecidos

Os empregados estudantes, regularmente matriculados em cursos oficiais ou reconhecidos, terão abonados as suas faltas por motivo de comparecimento às provas escolares coincidentes com seus horários de trabalho, sendo obrigados a comunicarem à sua chefia a realização das mesmas com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, devendo comprovar o seu comparecimento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

De acordo com o Artigo 59, parágrafos 2º e 3º da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.601/98 e legislação superveniente, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com o **SEESSRJ,** com a devida interveniência do **SINDHRIO**, para a adoção do **BANCO DE HORAS** que consiste na dispensa do acréscimo de salário quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia.

Parágrafo Único - O Acordo Coletivo de Trabalho, a ser firmado pelo Estabelecimento de Saúde com os Sindicatos, estabelecerá as cláusulas de sua implantação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES

Desde que exigidos pelas Empresas e/ou por normas regulamentares baixadas pelas autoridades competentes, deverão ser fornecidos gratuitamente uniformes completos, em tecidos não transparentes, a serem conservados pelos empregados.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CIPA

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se comprometem, caso ainda não o tenham feito, a instalar CIPA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura desta Convenção.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EXAMES MÉDICOS E PCMSO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** obrigam-se ao fiel cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional instituído **pela Norma Regulamentadora NR-7**, inclusive arcando com todos os custos operacionais para realização dos exames médicos exigidos.

Parágrafo Primeiro - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** enquadrados no grau de risco 1 ou 2, que possuam mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinqüenta) empregados e aqueles enquadrados nos graus de risco 3 e 4, que possuam mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, ficam desobrigados de indicar Médico do Trabalho para coordenar o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional.

Parágrafo Segundo - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** ficam obrigados a realizar exames médicos demissionais até a data da homologação, sendo que, poderão ser dispensados se o último exame médico ocupacional tiver sido realizado no prazo de até 270 (duzentos e setenta) dias para os enquadrados no grau de risco 1 ou 2 e de até 180 (cento e oitenta) dias para os de graus de risco 3 e 4.

Parágrafo Terceiro - No caso de os Estabelecimentos ficarem desobrigados do exame médico demissional, conforme disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado o último exame médico periódico quando da

homologação da rescisão do contrato de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Para fins de justificar as faltas por motivo de doença e, desde que as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** não disponham de serviços especializados, próprios ou conveniados, ficam reconhecidos como válidos os atestados médicos expedidos pelo SUS ou os odontológicos expedidos pelo **SEESSRJ.**

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cederão espaço em seus quadros de aviso a serem utilizados pelo **SEESSRJ**, para divulgação de temas de interesse dos empregados, sendo vedado o uso para matéria político-partidária, ideológica, religiosa ou pessoal, impondo-se, porém, a prévia autorização do Diretor Médico/Administrativo do Estabelecimento de Saúde.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se obrigam a proceder aos descontos autorizados pela Assembléia Geral dos Empregados, referente ao Artigo 8°, da Constituição Federal, remetendo tais quantias ao **SEESSRJ.**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo **SINDHRIO,** sejam estas filiadas ou não ao sindicato, na forma permitida pelo Artigo 513, alínea "e", da CLT**,** ficam obrigadas ao pagamento de percentual equivalente a 8% (oito por cento) em favor do sindicato patronal, apurado sobre os salários devidos aos empregados representados pelo **SEESS/RJ NO MÊS DE JANEIRO DE 2013**.

Parágrafo Primeiro – Forma de Pagamento: A contribuição Assistencial Patronal poderá ser paga em 2 (duas) parcelas de valores iguais, vencendo estas nos dias 30 de dezembro de 2013 e 30 de janeiro de 2014, ou ser paga em parcela única até o dia **15 de JANEIRO DE 2014.** As empresas que quitaram a Contribuição Confederativa nos exercícios de 2012 e 2013 ficarão isentas do pagamento da presente Contribuição Assistencial.

Parágrafo Segundo – Multa por Descumprimento: O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula implicará no acréscimo de multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o débito original, e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados dia a dia.

SIDNEY BARBALHO PINTO JUNIOR
PROCURADOR
SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ

FERNANDO ANTONIO BOIGUES
PRESIDENTE
SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ

ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2014

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000283/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/02/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR082102/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.004528/2015-28
DATA DO PROTOCOLO: 25/02/2015

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ, CNPJ n. 01.438.810/0001-97, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). SIDNEY BARBALHO PINTO JUNIOR e por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO ANTONIO BOIGUES;

E

SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ, CNPJ n. 68.697.176/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

INSTRUMENTO REGISTRADO NO MTE

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em Hospitais e Casas de Saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas, e empregados em hospitais e casa de saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem em geral, auxiliares técnicos de serviços paramédicos, auxiliares de serviços médicos, burocratas, massagistas, pedicuros e empregados em hospitais, clínicas e casas de saúde**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os integrantes da categoria profissional em exercício nos estabelecimentos representados pelo SINDHRIO, desde que não contemplados pelos pisos estabelecidos na Lei Estadual nº. 6.702/2014, terão sobre o salário devido no mês de janeiro de 2013 a incidência de um reajuste na ordem de 6% (seis por cento), sendo o resultado apurado aplicado a partir de Janeiro de 2014. O referido percentual poderá ser compensado com os aumentos e antecipações, espontâneas ou compulsoriamente concedidas no período de 01/01/2013 a 31/12/2013, exceto aqueles decorrentes de promoção por merecimento ou antiguidade. No caso dos empregados admitidos entre 01.01.2013 a 31.12.2013, o presente reajuste será proporcional para cada mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo-se o percentual apurado sobre o salário de admissão, observando-se as datas de reajuste fixadas na forma prevista na presente cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente cláusula deverão ser pagas em 03 parcelas, sendo a primeira com a remuneração do mês de março de 2015, a segunda com a remuneração de abril de 2015 e a terceira com a remuneração de maio de 2015, sem quaisquer acréscimo ou gravames legais.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 1
Número do documento: 18080920465961800000079205659

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídas desse Instrumento Normativo, as Empresas representadas pelo SINDHRIO que tenham celebrado Acordos Coletivos em separado com o SEESSRJ.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE SALÁRIO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** usarão, obrigatoriamente, envelopes de pagamento ou contracheques, onde seja claramente discriminada a remuneração recebida pelo empregado, bem como os descontos previstos em lei e os depósitos do FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - HORÁRIO DE PAGAMENTO

Quando o pagamento do salário for realizado em cheques e no último dia do prazo fixado pelo Artigo 459, Parágrafo Único da CLT, as Empresas representadas pelo SINDHRIO obrigam-se a conceder aos empregados o tempo necessário para proceder à compensação do mesmo.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Nas hipóteses de substituições temporárias, enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, os empregados substitutos farão jus ao recebimento de salários idênticos aos dos substituídos, desde que superiores aos seus.

INSTRUMENTO REGISTRADO NO MTE

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias prestadas por todos os empregados representados pelo **SEESSRJ** serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal de serviços, para as duas primeiras horas de sobrejornada e de 100% (cem por cento) para as restantes. São consideradas normais as horas relativas às jornadas relacionadas na cláusula que estabelece as escalas de plantão.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - HORAS NOTURNAS

As horas noturnas serão acrescidas de acordo com a legislação em vigor.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade, quando devido, terá como base de cálculo o valor definido pela legislação vigente.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Ao empregado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva tiver apresentado frequência integral durante o período aquisitivo de férias, sendo consideradas como quebra desta frequência as faltas abonadas e/ou justificadas, será garantido o pagamento de um prêmio de 10%

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 2
Número do documento: 18080920465961800000079205659

(dez por cento) sobre o salário-base do mesmo, verba esta não considerada salário e não gerando, por isto, quaisquer direitos decorrentes.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cumprirão as normas referentes ao sistema de Vale-Transporte, regulamentado pelo Decreto nº 95.247/87.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado representado pelo **SEESSRJ**, será concedido auxílio-funeral aos cônjuges e herdeiros, no valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEMBOLSO CRECHE

Na hipótese de mais de 30 (trinta) empregados, a Empresa que não dispuser de creche própria ou conveniada, fica obrigada a pagar à empregada-mãe o correspondente na forma da lei.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A homologação da rescisão do contrato de trabalho, obedecidas as disposições legais, será realizada de forma gratuita e preferencialmente na sede do **SEESSRJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ATESTADO DE SALÁRIO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** fornecerão aos empregados demitidos, quando estes solicitarem o Atestado de Afastamento e Salários (AAS), em formulário oficial, referente ao período de seu contrato de trabalho.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATUALIZAÇÃO E TREINAMENTO

O **SINDHRIO** concorda, na medida da disponibilidade financeira das Empresas representadas, que se realizem, uma vez a cada ano, curso de atualização e treinamento dos profissionais empregados, ouvindo as sugestões que forem apresentadas pelo **SEESSRJ**, neste sentido.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO E ADVERTÊNCIA

Nas suspensões e advertências aplicadas ao empregado, haverá obrigatoriedade de se consignar, por escrito, os respectivos motivos.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 3
Número do documento: 18080920465961800000079205659

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade da gestante, a partir da comprovação da gravidez até 150 (cento e cinqüenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESCISÃO APOSENTÁVEL

Ao empregado em vias de aposentadoria, assim entendido os que estiverem a menos de 24 (vinte e quatro) meses para o gozo do benefício por tempo de serviço ou por velhice, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** assegurarão a garantia do emprego no referido período, ressalvadas as hipóteses de pedido de dispensa, acordo entre as partes ou dispensa por justa causa, extinguindo-se tal garantia se, ultrapassado o prazo, o empregado não requerer a jubilação, qualquer que seja o motivo.

Parágrafo único: Fica o empregado obrigado a comunicar à Empresa a ocorrência do aludido prazo e prová-lo pelas anotações na sua CTPS, sob pena da perda da estabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIA COMEMORATIVO DA CATEGORIA

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** reconhecem o dia 12 de maio como **DIA DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, sendo considerada como normal a jornada de trabalho nesta data.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDOS E PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os fins previstos no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar acordos de prorrogação e compensação de jornada de trabalho diretamente com os empregados, ficando, contudo, sua validade condicionada à posterior homologação do **SEESSRJ** e do **SINDHRIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Poderá o **SEESSRJ** exigir os documentos necessários bem como a audiência com os empregados beneficiados, ficando, desde já, excluída a exigência de publicação de editais na imprensa.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LANCHE NOTURNO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** fornecerão lanche, gratuitamente, aos empregados lotados ou designados para serviços noturnos em suas dependências, não expressando tal refeição qualquer complemento salarial, para todos os efeitos legais.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE PLANTÕES

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 4
Número do documento: 18080920465961800000079205659

Na forma do artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, em continuidade aos acordos anteriormente celebrados e tendo em vista a natureza especial das atividades hospitalares, bem como o interesse da categoria profissional, é facultada às Empresas representadas pelo **SINDHRIO** a adoção das escalas de plantão de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 48 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 60 horas de descanso, nestas incluídas o período de refeições, sendo obrigatória a marcação do ponto unicamente nas entradas e saídas. Quaisquer destas escalas de plantão são consideradas como jornada normal de trabalho, inclusive quando coincidente com domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro - Os empregados sujeitos à escala de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso farão jus a 1 (uma) folga mensal de doze horas, desde que tenham apresentado uma freqüência equivalente ou superior a 80% (oitenta por cento) dos plantões no mês anterior, sendo consideradas como freqüência as faltas abonadas e justificadas. A critério da Empresa, a folga poderá ser convertida no pagamento de horas extras com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo Segundo - Os empregados não poderão deixar de comparecer às suas escalas pré-determinadas ou abandoná-las sem a presença de seus substitutos, exceto quando houver autorização expressa da Enfermeira Chefe ou da Supervisão.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada, diarista ou plantonista, terá direito, durante a jornada normal de trabalho, a um descanso especial de 1 (uma) hora diária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, regularmente matriculados em cursos oficiais ou reconhecidos, terão abonados as suas faltas por motivo de comparecimento às provas escolares coincidentes com seus horários de trabalho, sendo obrigados a comunicarem à sua chefia a realização das mesmas com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, devendo comprovar o seu comparecimento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

De acordo com o Artigo 59, parágrafos 2º e 3º da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.601/98 e legislação superveniente, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com o **SEESSRJ,** com a devida interveniência do **SINDHRIO**, para a adoção do **BANCO DE HORAS** que consiste na dispensa do acréscimo de salário quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia.

Parágrafo Único - O Acordo Coletivo de Trabalho, a ser firmado pelo Estabelecimento de Saúde com os Sindicatos, estabelecerá as cláusulas de sua implantação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

Desde que exigidos pelas Empresas e/ou por normas regulamentares baixadas pelas autoridades competentes, deverão ser fornecidos gratuitamente uniformes completos, em tecidos não transparentes, a serem conservados pelos empregados.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 5
Número do documento: 18080920465961800000079205659

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se comprometem, caso ainda não o tenham feito, a instalar CIPA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura desta Convenção.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EXAMES MÉDICOS E PCMSO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** obrigam-se ao fiel cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional instituído **pela Norma Regulamentadora NR-7**, inclusive arcando com todos os custos operacionais para realização dos exames médicos exigidos.

Parágrafo Primeiro - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** enquadrados no grau de risco 1 ou 2, que possuam mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinqüenta) empregados e aqueles enquadrados nos graus de risco 3 e 4, que possuam mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, ficam desobrigados de indicar Médico do Trabalho para coordenar o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional.

Parágrafo Segundo - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** ficam obrigados a realizar exames médicos demissionais até a data da homologação, sendo que, poderão ser dispensados se o último exame médico ocupacional tiver sido realizado no prazo de até 270 (duzentos e setenta) dias para os enquadrados no grau de risco 1 ou 2 e de até 180 (cento e oitenta) dias para os de graus de risco 3 e 4.

Parágrafo Terceiro - No caso de os Estabelecimentos ficarem desobrigados do exame médico demissional, conforme disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado o último exame médico periódico quando da homologação da rescisão do contrato de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS

Para fins de justificar as faltas por motivo de doença e, desde que as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** não disponham de serviços especializados, próprios ou conveniados, ficam reconhecidos como válidos os atestados médicos expedidos pelo SUS ou os odontológicos expedidos pelo **SEESSRJ.**

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cederão espaço em seus quadros de aviso a serem utilizados pelo **SEESSRJ**, para divulgação de temas de interesse dos empregados, sendo vedado o uso para matéria político-partidária, ideológica, religiosa ou pessoal, impondo-se, porém, a prévia autorização do Diretor Médico/Administrativo do Estabelecimento de Saúde.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se obrigam a proceder aos descontos autorizados pela Assembléia Geral dos Empregados, referente ao Artigo 8°, da Constituição Federal, remetendo tais quantias ao **SEESSRJ.**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTENCIAL PATRONAL

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 6
Número do documento: 18080920465961800000079205659

As empresas representadas pelo **SINDHRIO,** sejam estas filiadas ou não ao sindicato, na forma permitida pelo Artigo 513, alínea "e", da CLT**,** ficam obrigadas ao pagamento de percentual equivalente a 8% (oito por cento) em favor do sindicato patronal, apurado sobre os salários devidos aos empregados representados pelo **SEESS/RJ NO MÊS DE JANEIRO DE 2014**.

Parágrafo Primeiro – Forma de Pagamento: A contribuição Assistencial Patronal poderá ser paga em 2 (duas) parcelas de valores iguais, vencendo estas nos dias 30 de dezembro de 2014 e 30 de janeiro de 2015, ou ser paga em parcela única até o dia **15 de JANEIRO DE 2015.** As empresas que quitaram a Contribuição Confederativa no exercício de 2014 ficarão isentas do pagamento da presente Contribuição Assistencial.

Parágrafo Segundo – Multa por Descumprimento: O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula implicará no acréscimo de multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o débito original, e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados dia a dia.

SIDNEY BARBALHO PINTO JUNIOR
PROCURADOR
SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ

FERNANDO ANTONIO BOIGUES
PRESIDENTE
SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ

ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cdaa1d9
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920465961800000079205659
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cdaa1d9 - Pág. 7
Número do documento: 18080920465961800000079205659

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002556/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/12/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR078466/2015
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.034275/2015-17
DATA DO PROTOCOLO: 01/12/2015

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ, CNPJ n. 01.438.810/0001-97, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO ANTONIO BOIGUES;

E

SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ, CNPJ n. 68.697.176/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

INSTRUMENTO REGISTRADO NO MTE

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas, e empregados em hospitais e casa de saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem em geral, auxiliares técnicos de serviços paramédicos, auxiliares de serviços médicos, burocratas, massagistas, pedicuros e empregados em hospitais, clínicas e casas de saúde**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os integrantes da categoria profissional em exercício nos estabelecimentos representados pelo SINDHRIO, desde que não contemplados pelos pisos estabelecidos na Lei Estadual nº. 6.930/2015, terão sobre o salário devido no mês de janeiro de 2014 a incidência de um reajuste na ordem de 7% (sete por cento), sendo o resultado apurado aplicado a partir de Janeiro de 2015. O referido percentual poderá ser compensado com os aumentos e antecipações, espontâneas ou compulsoriamente concedidas no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, exceto aqueles decorrentes de promoção por merecimento ou antiguidade. No caso dos empregados admitidos entre 01.01.2014 a 31.12.2014, o presente reajuste será proporcional para cada mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo-se o percentual apurado sobre o salário de admissão, observando-se as datas de reajuste fixadas na forma prevista na presente cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente cláusula deverão ser pagas em 04 parcelas, sendo a primeira com a remuneração do mês de janeiro de 2016, a segunda com a remuneração de fevereiro de 2016, a terceira com a remuneração de março de 2016 e a quarta com a remuneração de abril de 2016, sem quaisquer acréscimo ou gravames legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídas desse Instrumento Normativo, as Empresas representadas

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 1
Número do documento: 18080920470961500000079205661

pelo SINDHRIO que tenham celebrado Acordos Coletivos em separado com o SEESSRJ.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE SALÁRIO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** usarão, obrigatoriamente, envelopes de pagamento ou contracheques, onde seja claramente discriminada a remuneração recebida pelo empregado, bem como os descontos previstos em lei e os depósitos do FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - HORÁRIO DE PAGAMENTO

Quando o pagamento do salário for realizado em cheques e no último dia do prazo fixado pelo Artigo 459, Parágrafo Único da CLT, as Empresas representadas pelo SINDHRIO obrigam-se a conceder aos empregados o tempo necessário para proceder à compensação do mesmo.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Nas hipóteses de substituições temporárias, enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, os empregados substitutos farão jus ao recebimento de salários idênticos aos dos substituídos, desde que superiores aos seus.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias prestadas por todos os empregados representados pelo **SEESSRJ** serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal de serviços, para as duas primeiras horas de sobrejornada e de 100% (cem por cento) para as restantes. São consideradas normais as horas relativas às jornadas relacionadas na cláusula que estabelece as escalas de plantão.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - HORAS NOTURNAS

As horas noturnas serão acrescidas de acordo com a legislação em vigor.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade, quando devido, terá como base de cálculo o valor definido pela legislação vigente.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Ao empregado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva tiver apresentado frequência integral durante o período aquisitivo de férias, sendo consideradas como quebra desta frequência as faltas abonadas e/ou justificadas, será garantido o pagamento de um prêmio de 10% (dez por cento) sobre o salário-base do mesmo, verba esta não considerada salário e não gerando, por isto, quaisquer direitos decorrentes.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 2
Número do documento: 18080920470961500000079205661

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cumprirão as normas referentes ao sistema de Vale-Transporte, regulamentado pelo Decreto nº 95.247/87.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado representado pelo **SEESSRJ**, será concedido auxílio-funeral aos cônjuges e herdeiros, no valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEMBOLSO CRECHE

Na hipótese de mais de 30 (trinta) empregados, a Empresa que não dispuser de creche própria ou conveniada, fica obrigada a pagar à empregada-mãe o correspondente na forma da lei.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A homologação da rescisão do contrato de trabalho, obedecidas as disposições legais, será realizada de forma gratuita e preferencialmente na sede do **SEESSRJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ATESTADO DE SALÁRIO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** fornecerão aos empregados demitidos, quando estes solicitarem o Atestado de Afastamento e Salários (AAS), em formulário oficial, referente ao período de seu contrato de trabalho.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATUALIZAÇÃO E TREINAMENTO

O **SINDHRIO** concorda, na medida da disponibilidade financeira das Empresas representadas, que se realizem, uma vez a cada ano, curso de atualização e treinamento dos profissionais empregados, ouvindo as sugestões que forem apresentadas pelo **SEESSRJ**, neste sentido.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO E ADVERTÊNCIA

Nas suspensões e advertências aplicadas ao empregado, haverá obrigatoriedade de se consignar, por escrito, os respectivos motivos.

ESTABILIDADE MÃE

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 3
Número do documento: 18080920470961500000079205661

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade da gestante, a partir da comprovação da gravidez até 150 (cento e cinqüenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESCISÃO APOSENTÁVEL

Ao empregado em vias de aposentadoria, assim entendido os que estiverem a menos de 24 (vinte e quatro) meses para o gozo do benefício por tempo de serviço ou por velhice, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** assegurarão a garantia do emprego no referido período, ressalvadas as hipóteses de pedido de dispensa, acordo entre as partes ou dispensa por justa causa, extinguindo-se tal garantia se, ultrapassado o prazo, o empregado não requerer a jubilação, qualquer que seja o motivo.

Parágrafo único: Fica o empregado obrigado a comunicar à Empresa a ocorrência do aludido prazo e prová-lo pelas anotações na sua CTPS, sob pena da perda da estabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIA COMEMORATIVO DA CATEGORIA

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** reconhecem o dia 12 de maio como **DIA DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, sendo considerada como normal a jornada de trabalho nesta data.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDOS E PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os fins previstos no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar acordos de prorrogação e compensação de jornada de trabalho diretamente com os empregados, ficando, contudo, sua validade condicionada à posterior homologação do **SEESSRJ** e do **SINDHRIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Poderá o **SEESSRJ** exigir os documentos necessários bem como a audiência com os empregados beneficiados, ficando, desde já, excluída a exigência de publicação de editais na imprensa.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LANCHE NOTURNO

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** fornecerão lanche, gratuitamente, aos empregados lotados ou designados para serviços noturnos em suas dependências, não expressando tal refeição qualquer complemento salarial, para todos os efeitos legais.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE PLANTÕES

Na forma do artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, em continuidade aos acordos anteriormente celebrados e tendo em vista a natureza especial das atividades hospitalares, bem

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 4
Número do documento: 18080920470961500000079205661

como o interesse da categoria profissional, é facultada às Empresas representadas pelo **SINDHRIO** a adoção das escalas de plantão de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 48 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 60 horas de descanso, nestas incluídas o período de refeições, sendo obrigatória a marcação do ponto unicamente nas entradas e saídas. Quaisquer destas escalas de plantão são consideradas como jornada normal de trabalho, inclusive quando coincidente com domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro - Os empregados sujeitos à escala de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso farão jus a 1 (uma) folga mensal de doze horas, desde que tenham apresentado uma freqüência equivalente ou superior a 80% (oitenta por cento) dos plantões no mês anterior, sendo consideradas como freqüência as faltas abonadas e justificadas. A critério da Empresa, a folga poderá ser convertida no pagamento de horas extras com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo Segundo - Os empregados não poderão deixar de comparecer às suas escalas pré-determinadas ou abandoná-las sem a presença de seus substitutos, exceto quando houver autorização expressa da Enfermeira Chefe ou da Supervisão.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada, diarista ou plantonista, terá direito, durante a jornada normal de trabalho, a um descanso especial de 1 (uma) hora diária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, regularmente matriculados em cursos oficiais ou reconhecidos, terão abonados as suas faltas por motivo de comparecimento às provas escolares coincidentes com seus horários de trabalho, sendo obrigados a comunicarem à sua chefia a realização das mesmas com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, devendo comprovar o seu comparecimento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

De acordo com o Artigo 59, parágrafos 2º e 3º da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.601/98 e legislação superveniente, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com o **SEESSRJ,** com a devida interveniência do **SINDHRIO**, para a adoção do **BANCO DE HORAS** que consiste na dispensa do acréscimo de salário quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia.

Parágrafo Único - O Acordo Coletivo de Trabalho, a ser firmado pelo Estabelecimento de Saúde com os Sindicatos, estabelecerá as cláusulas de sua implantação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

Desde que exigidos pelas Empresas e/ou por normas regulamentares baixadas pelas autoridades competentes, deverão ser fornecidos gratuitamente uniformes completos, em tecidos não transparentes, a serem conservados pelos empregados.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 5
Número do documento: 18080920470961500000079205661

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se comprometem, caso ainda não o tenham feito, a instalar CIPA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura desta Convenção.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EXAMES MÉDICOS E PCMSO

Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** obrigam-se ao fiel cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional instituído **pela Norma Regulamentadora NR-7**, inclusive arcando com todos os custos operacionais para realização dos exames médicos exigidos.

Parágrafo Primeiro - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** enquadrados no grau de risco 1 ou 2, que possuam mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinqüenta) empregados e aqueles enquadrados nos graus de risco 3 e 4, que possuam mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, ficam desobrigados de indicar Médico do Trabalho para coordenar o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional.

Parágrafo Segundo - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** ficam obrigados a realizar exames médicos demissionais até a data da homologação, sendo que, poderão ser dispensados se o último exame médico ocupacional tiver sido realizado no prazo de até 270 (duzentos e setenta) dias para os enquadrados no grau de risco 1 ou 2 e de até 180 (cento e oitenta) dias para os de graus de risco 3 e 4.

Parágrafo Terceiro - No caso de os Estabelecimentos ficarem desobrigados do exame médico demissional, conforme disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado o último exame médico periódico quando da homologação da rescisão do contrato de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS

Para fins de justificar as faltas por motivo de doença e, desde que as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** não disponham de serviços especializados, próprios ou conveniados, ficam reconhecidos como válidos os atestados médicos expedidos pelo SUS ou os odontológicos expedidos pelo **SEESSRJ.**

RELAÇÕES SINDICAIS
ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cederão espaço em seus quadros de aviso a serem utilizados pelo **SEESSRJ**, para divulgação de temas de interesse dos empregados, sendo vedado o uso para matéria político-partidária, ideológica, religiosa ou pessoal, impondo-se, porém, a prévia autorização do Diretor Médico/Administrativo do Estabelecimento de Saúde.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTOS

As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se obrigam a proceder aos descontos autorizados pela Assembléia Geral dos Empregados, referente ao Artigo 8°, da Constituição Federal, remetendo tais quantias ao **SEESSRJ.**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo **SINDHRIO,** sejam estas filiadas ou não ao sindicato, na forma

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 6
Número do documento: 18080920470961500000079205661

permitida pelo Artigo 513, alínea "e", da CLT**,** ficam obrigadas ao pagamento de percentual equivalente a 8% (oito por cento) em favor do sindicato patronal, apurado sobre os salários devidos aos empregados representados pelo **SEESS/RJ NO MÊS DE JANEIRO DE 2015**.

Parágrafo Primeiro – Forma de Pagamento: A contribuição Assistencial Patronal poderá ser paga em 2 (duas) parcelas de valores iguais, vencendo estas nos dias 30 de dezembro de 2015 e 30 de janeiro de 2016, ou ser paga em parcela única até o dia **15 de JANEIRO DE 2016.** As empresas que quitaram a Contribuição Confederativa no exercício de 2015 ficarão isentas do pagamento da presente Contribuição Assistencial.

Parágrafo Segundo – Multa por Descumprimento: O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula implicará no acréscimo de multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o débito original, e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados dia a dia.

FERNANDO ANTONIO BOIGUES
PRESIDENTE
SINDICATO HOSP CLIN CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RJ

ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ

ANEXOS
ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SINDICATO PROIFSSIONAL

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - cf4ed8f
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920470961500000079205661
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. cf4ed8f - Pág. 7
Número do documento: 18080920470961500000079205661

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **RJ000583/2017**
DATA DE REGISTRO NO MTE: **10/04/2017**
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: **MR079384/2016**
NÚMERO DO PROCESSO: **46215.091488/2016-27**
DATA DO PROTOCOLO: **29/11/2016**

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO DOS HOSPITAIS CLINICAS E CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 01.438.810/0001-97, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO ANTONIO BOIGUES;

E

SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ, CNPJ n. 68.697.176/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRO REGISTRO NO MTE

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em Hospitais e Casas de Saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas, e empregados em hospitais e casa de saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem em geral, auxiliares técnicos de serviços paramédicos, auxiliares de serviços médicos, burocratas, massagistas, pedicuros e empregados em hospitais, clínicas e casas de saúde, com abrangência territorial em Rio De Janeiro/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os integrantes da categoria profissional em exercício nos estabelecimentos representados pelo SINDHRIO, desde que não contemplados pelos pisos estabelecidos na Lei Estadual nº. 7.267/2016, terão sobre o salário devido no mês de janeiro de 2015 a incidência de um reajuste na ordem de 7,5% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), sendo o resultado apurado aplicado a partir de Janeiro de 2016. O referido percentual poderá ser compensado com os aumentos e

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 1
Número do documento: 18080920471727100000079205662

antecipações, espontâneas ou compulsoriamente concedidas no período de 01/01/2015 a 31/12/2015, exceto aqueles decorrentes de promoção por merecimento ou antiguidade. No caso dos empregados admitidos entre 01.01.2015 a 31.12.2015, o presente reajuste será proporcional para cada mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo-se o percentual apurado sobre o salário de admissão, observando-se as datas de reajuste fixadas na forma prevista na presente cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente cláusula deverão ser pagas em 04 parcelas, sendo a primeira com a remuneração do mês de janeiro de 2017, a segunda com a remuneração de fevereiro de 2017, a terceira com a remuneração de março de 2017 e a quarta com a remuneração de abril de 2017, sem quaisquer acréscimo ou gravames legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam excluídas desse Instrumento Normativo, as Empresas representadas pelo SINDHRIO que tenham celebrado Acordos Coletivos em separado com o SEESSRJ.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE SALÁRIO

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** usarão, obrigatoriamente, envelopes de pagamento ou contracheques, onde seja claramente discriminada a remuneração recebida pelo empregado, bem como os descontos previstos em lei e os depósitos do FGTS.*

INSTRUMENTO REGISTRADO NO MTE

CLÁUSULA QUINTA - HORÁRIO DE PAGAMENTO

Quando o pagamento do salário for realizado em cheques e no último dia do prazo fixado pelo Artigo 459, Parágrafo Único da CLT, as Empresas representadas pelo SINDHRIO obrigam-se a conceder aos empregados o tempo necessário para proceder à compensação do mesmo.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Nas hipóteses de substituições temporárias, enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, os empregados substitutos farão jus ao recebimento de salários idênticos aos dos substituídos, desde que superiores aos seus.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

*As horas extraordinárias prestadas por todos os empregados representados pelo **SEESSRJ** serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal de serviços, para as duas primeiras horas de sobrejornada e de 100% (cem por cento) para as restantes. São consideradas normais as horas relativas às jornadas relacionadas na cláusula que estabelece as escalas de plantão.*

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - HORAS NOTURNAS

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 2
Número do documento: 18080920471727100000079205662

As horas noturnas serão acrescidas de acordo com a legislação em vigor.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade, quando devido, terá como base de cálculo o valor definido pela legislação vigente.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Ao empregado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva tiver apresentado frequência integral durante o período aquisitivo de férias, sendo consideradas como quebra desta frequência as faltas abonadas e/ou justificadas, será garantido o pagamento de um prêmio de 10% (dez por cento) sobre o salário-base do mesmo, verba esta não considerada salário e não gerando, por isto, quaisquer direitos decorrentes.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cumprirão as normas referentes ao sistema de Vale-Transporte, regulamentado pelo Decreto nº 95.247/87.*

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

*No caso de falecimento de empregado representado pelo **SEESSRJ**, será concedido auxílio-funeral aos cônjuges e herdeiros, no valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).*

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEMBOLSO CRECHE

Na hipótese de mais de 30 (trinta) empregados, a Empresa que não dispuser de creche própria ou conveniada, fica obrigada a pagar à empregada-mãe o correspondente na forma da lei.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

*A homologação da rescisão do contrato de trabalho, obedecidas as disposições legais, será realizada de forma gratuita e preferencialmente na sede do **SEESSRJ**.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ATESTADO DE SALÁRIO

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 3
Número do documento: 18080920471727100000079205662

*Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** fornecerão aos empregados demitidos, quando estes solicitarem o Atestado de Afastamento e Salários (AAS), em formulário oficial, referente ao período de seu contrato de trabalho.*

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATUALIZAÇÃO E TREINAMENTO

*O **SINDHRIO** concorda, na medida da disponibilidade financeira das Empresas representadas, que se realizem, uma vez a cada ano, curso de atualização e treinamento dos profissionais empregados, ouvindo as sugestões que forem apresentadas pelo **SEESSRJ**, neste sentido.*

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO E ADVERTÊNCIA

Nas suspensões e advertências aplicadas ao empregado, haverá obrigatoriedade de se consignar, por escrito, os respectivos motivos.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade da gestante, a partir da comprovação da gravidez até 150 (cento e cinqüenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESCISÃO APOSENTÁVEL

*Ao empregado em vias de aposentadoria, assim entendido os que estiverem a menos de 24 (vinte e quatro) meses para o gozo do benefício por tempo de serviço ou por velhice, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** assegurarão a garantia do emprego no referido período, ressalvadas as hipóteses de pedido de dispensa, acordo entre as partes ou dispensa por justa causa, extinguindo-se tal garantia se, ultrapassado o prazo, o empregado não requerer a jubilação, qualquer que seja o motivo.*

***Parágrafo único**: Fica o empregado obrigado a comunicar à Empresa a ocorrência do aludido prazo e prová-lo pelas anotações na sua CTPS, sob pena da perda da estabilidade prevista no caput desta cláusula.*

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIA COMEMORATIVO DA CATEGORIA

*Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** reconhecem o dia 12 de maio como **DIA DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, sendo considerada como normal a jornada de trabalho nesta data.*

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 4
Número do documento: 18080920471727100000079205662

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDOS E PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

*Para os fins previstos no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar acordos de prorrogação e compensação de jornada de trabalho diretamente com os empregados, ficando, contudo, sua validade condicionada à posterior homologação do **SEESSRJ** e do **SINDHRIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.*

***Parágrafo Único** - Poderá o **SEESSRJ** exigir os documentos necessários bem como a audiência com os empregados beneficiados, ficando, desde já, excluída a exigência de publicação de editais na imprensa.*

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LANCHE NOTURNO

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** fornecerão lanche, gratuitamente, aos empregados lotados ou designados para serviços noturnos em suas dependências, não expressando tal refeição qualquer complemento salarial, para todos os efeitos legais.*

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE PLANTÕES

*Na forma do artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, em continuidade aos acordos anteriormente celebrados e tendo em vista a natureza especial das atividades hospitalares, bem como o interesse da categoria profissional, é facultada às Empresas representadas pelo **SINDHRIO** a adoção das escalas de plantão de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 48 horas de descanso ou 12 horas de trabalho seguidas de 60 horas de descanso, nestas incluídas o período de refeições, sendo obrigatória a marcação do ponto unicamente nas entradas e saídas. Quaisquer destas escalas de plantão são consideradas como jornada normal de trabalho, inclusive quando coincidente com domingos e feriados.*

***Parágrafo Primeiro** - Os empregados sujeitos à escala de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso farão jus a 1 (uma) folga mensal de doze horas, desde que tenham apresentado uma freqüência equivalente ou superior a 80% (oitenta por cento) dos plantões no mês anterior, sendo consideradas como freqüência as faltas abonadas e justificadas. A critério da Empresa, a folga poderá ser convertida no pagamento de horas extras com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).*

***Parágrafo Segundo** - Os empregados não poderão deixar de comparecer às suas escalas pré-determinadas ou abandoná-las sem a presença de seus substitutos, exceto quando houver autorização expressa da Enfermeira Chefe ou da Supervisão.*

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada, diarista ou plantonista, terá direito, durante a jornada normal de trabalho, a um descanso especial de 1 (uma) hora diária.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 5
Número do documento: 18080920471727100000079205662

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, regularmente matriculados em cursos oficiais ou reconhecidos, terão abonados as suas faltas por motivo de comparecimento às provas escolares coincidentes com seus horários de trabalho, sendo obrigados a comunicarem à sua chefia a realização das mesmas com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, devendo comprovar o seu comparecimento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

*De acordo com o Artigo 59, parágrafos 2º e 3º da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.601/98 e legislação superveniente, as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** poderão celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com o **SEESSRJ,** com a devida interveniência do **SINDHRIO**, para a adoção do **BANCO DE HORAS** que consiste na dispensa do acréscimo de salário quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia.*

***Parágrafo Único -** O Acordo Coletivo de Trabalho, a ser firmado pelo Estabelecimento de Saúde com os Sindicatos, estabelecerá as cláusulas de sua implantação.*

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

Desde que exigidos pelas Empresas e/ou por normas regulamentares baixadas pelas autoridades competentes, deverão ser fornecidos gratuitamente uniformes completos, em tecidos não transparentes, a serem conservados pelos empregados.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se comprometem, caso ainda não o tenham feito, a instalar CIPA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura desta Convenção.*

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EXAMES MÉDICOS E PCMSO

*Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** obrigam-se ao fiel cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional instituído **pela Norma Regulamentadora NR-7**, inclusive arcando com todos os custos operacionais para realização dos exames médicos exigidos.*

***Parágrafo Primeiro -** Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** enquadrados no grau de risco 1 ou 2, que possuam mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinqüenta) empregados e aqueles enquadrados nos graus de risco 3 e 4, que possuam mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, ficam desobrigados de indicar Médico do Trabalho para coordenar o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional.*

***Parágrafo Segundo** - Os Estabelecimentos representados pelo **SINDHRIO** ficam obrigados a realizar exames médicos demissionais até a data da homologação, sendo que, poderão ser*

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 6
Número do documento: 18080920471727100000079205662

dispensados se o último exame médico ocupacional tiver sido realizado no prazo de até 270 (duzentos e setenta) dias para os enquadrados no grau de risco 1 ou 2 e de até 180 (cento e oitenta) dias para os de graus de risco 3 e 4.

***Parágrafo Terceiro** - No caso de os Estabelecimentos ficarem desobrigados do exame médico demissional, conforme disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado o último exame médico periódico quando da homologação da rescisão do contrato de trabalho.*

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS

*Para fins de justificar as faltas por motivo de doença e, desde que as Empresas representadas pelo **SINDHRIO** não disponham de serviços especializados, próprios ou conveniados, ficam reconhecidos como válidos os atestados médicos expedidos pelo SUS ou os odontológicos expedidos pelo **SEESSRJ.***

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** cederão espaço em seus quadros de aviso a serem utilizados pelo **SEESSRJ**, para divulgação de temas de interesse dos empregados, sendo vedado o uso para matéria político-partidária, ideológica, religiosa ou pessoal, impondo-se, porém, a prévia autorização do Diretor Médico/Administrativo do Estabelecimento de Saúde.*

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTOS

*As Empresas representadas pelo **SINDHRIO** se obrigam a proceder aos descontos autorizados pela Assembléia Geral dos Empregados, referente ao Artigo 8°, da Constituição Federal, remetendo tais quantias ao **SEESSRJ.***

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTENCIAL PATRONAL

*As empresas representadas pelo **SINDHRIO,** sejam estas filiadas ou não ao sindicato, na forma permitida pelo Artigo 513, alínea "e", da CLT**,** ficam obrigadas ao pagamento de percentual equivalente a 8% (oito por cento) em favor do sindicato patronal, apurado sobre os salários devidos aos empregados representados pelo **SEESS/RJ NO MÊS DE JANEIRO DE 2016**.*

***Parágrafo Primeiro – Forma de Pagamento**: A contribuição Assistencial Patronal poderá ser paga em 2 (duas) parcelas de valores iguais, vencendo estas nos dias 30 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017, ou ser paga em parcela única até o dia **15 de JANEIRO DE 2017.** As empresas que quitaram a Contribuição Confederativa no exercício de 2016 ficarão isentas do pagamento da presente Contribuição Assistencial.*

***Parágrafo Segundo – Multa por Descumprimento**: O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula implicará no acréscimo de multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o débito original, e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados dia a dia.*

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 7
Número do documento: 18080920471727100000079205662

FERNANDO ANTONIO BOIGUES
PRESIDENTE
SINDICATO DOS HOSPITAIS CLINICAS E CASAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
SIND DOS EMPREG EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DO RJ

ANEXOS
ANEXO I - ASSEMBLEIA - SINDICATO PATRONAL

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - a3b5bf8
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920471727100000079205662
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. a3b5bf8 - Pág. 8
Número do documento: 18080920471727100000079205662

LEI Nº 7530 DE 09 DE MARÇO DE 2017.

INSTITUI PISOS SALARIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE MENCIONA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No Estado do Rio de Janeiro, o piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas, que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho que o fixe a maior, será de:
(Liminar concedida para suspender a eficácia da expressão "que o fixe a maior", contida no caput do artigo 1º da Lei Estadual nº 7.530, de 9 de março de 2017 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0011072-86.2017.8.19.0000.)

I. R$1.136, 53 (Um mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e tres centavos) - para os trabalhadores agropecuários (CBO 6210-05); trabalhadores florestais (CBO 6320-15); empregados domésticos (CBO 5121-05); faxineiro (CBO 5143-20); contínuo (CBO 4122-05); auxiliar de escritório (CBO 4110-05); cumim (CBO 5134-15); lavadores de veículos (CBO 5199-35); guardadores de veículos (CBO 5199-25) e trabalhadores de serviços veterinários (CBO 5193); trabalhadores de serviços de conservação, manutenção, empresas comerciais, industriais, áreas verdes e logradouros públicos, não especializados; catadores de material reciclável.

II. R$1.178,41 (Um mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e um centavos) - para classificadores de correspondências (CBO 4152-10); carteiros (CBO 4152-05); cozinheiros (CBO 5132); lavadeiras e tintureiros (CBO 5163); barbeiros (CBO 5161-05); cabeleireiros (CBO 5161-10); manicures (CBO 5161-20) e pedicures (CBO 5161-40); trabalhadores de tratamento e preparação de madeira (CBO 7721); trabalhadores de fabricação de papel e papelão (CBO 8331); fiandeiros (CBO 7612); trabalhadores do curtimento de couro e peles (CBO 7622); trabalhadores de fabricação de calçados (CBO 7641); controladores de pragas (CBO 5199); cuidadores de idosos (CBO 5162-10); esteticistas (CBO 3221-30); trabalhadores de serviços de embelezamento e higiene (CBO 5161); trabalhadores de apostas e jogos (CBO 4212); trabalhadores em beneficiamento de pedras (CBO 7122); pedreiros (CBO 7152); ascensorista (CBO 5141-05); garçons (CBO 5134-05); maqueiros; auxiliar de massagista; trabalhadores em serviços administrativos; operadores de caixa, inclusive de supermercados; operadores de máquinas e implementos de agricultura, pecuária e exploração florestal; tecelões e tingidores; trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas; trabalhadores de costura e estofadores; trabalhadores de artefatos de couro; vidreiros e ceramistas; pescadores; criadores de rãs; trabalhadores dos serviços de higiene e saúde; trabalhadores de serviços de proteção e segurança; trabalhadores de serviços de turismo e hospedagem; motoboys; depiladores; vendedores e comerciários; trabalhadores da construção civil; trabalhadores de transportes coletivos – cobradores, despachantes e fiscais, exceto cobradores de transporte ferroviário; trabalhadores de minas e pedreiras; sondadores; pintores; cortadores; trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico; mototaxistas, merendeiras, artesãos; auxiliares de creche.

III. R$1.262,20 (Um mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) - para trabalhadores de soldagem e ligas metálicas (CBO 7243); trabalhadores de confecção de instrumentos musicais (CBO 7421); radiotelegrafista (CBO 3722-10); barman (CBO 5134-20); porteiros de edifícios e condomínios (CBO 5174-10); zeladores de edifícios e condomínios (CBO 5141-20); datilógrafos (CBO 4121-05); estenógrafos (CBO 3515-10); supervisores de compras (CBO 3542-10); supervisor de vendas (CBO 5201); compradores (CBO 3542-05); técnicos de vendas (CBO 3541-35 e CBO 3541-40); representantes comerciais (CBO 3541-45); mordomos e governantas (CBO 5131); sommeliers (CBO 5134-10); maitres de hotel (CBO 5101-35); músicos (CBO 2626 e CBO 2627); joalheiros (CBO 7510); ourives (CBO 7511-25); marceneiros (CBO 7711); supervisores de manutenção industrial (CBO 9503-05); frentistas (CBO 5211-35); lubrificadores de veículos (CBO

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - 16175ff
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920475312200000079205676
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 16175ff - Pág. 1
Número do documento: 18080920475312200000079205676

9191-10); bombeiros civis nível básico (CBO 5171-10); eletromecânico de manutenção de elevadores (CBO 9541-05); terapeutas holísticos (CBO 3132-25); doulas (CBO 3221-35); técnicos de imobilização ortopédica (CBO 3226-05); agentes de trânsito (CBO 5172-20); guias de turismo (CBO 5114); auxiliares de enfermagem (CBO 3222-30), auxiliares de biblioteca (CBO 3711-05); administradores e capatazes de explorações agropecuárias ou florestais; chapeadores; caldeireiros; montadores de estruturas metálicas; trabalhadores de artes gráficas; condutores de veículos de transportes; trabalhadores de confecção de produtos de vime e similares; trabalhadores de derivados de minerais não metálicos; trabalhadores de movimentação e manipulação de mercadorias e materiais; operadores de máquinas da construção civil e mineração; trabalhadores em podologia; atendentes de consultório, clínica médica e serviço hospitalar; técnicos em reabilitação de dependentes químicos; trabalhadores de serviços de contabilidade; operadores de máquinas de processamento automático de dados; chefes de serviços de transportes e comunicações; telefonistas e operadores de telefone e de telemarketing; teleatendentes; teleoperadores nível 1 a 10; operadores de call center; atendentes de cadastro; representantes de serviços empresariais; agentes de marketing; agentes de cobrança; agentes de venda; atendentes de call center; auxiliares técnicos de telecom nível 1 a 3; operadores de suporte CNS; representantes de serviços 103; atendentes de retenção; operadores de atendimento nível 1 a 3; representantes de serviços; assistentes de serviços nível 1 a 3; telemarketing ativos e receptivos; trabalhadores da rede de energia e telecomunicações; trabalhadores de serventia e comissários (nos serviços de transporte de passageiros); agentes de mestria; mestre; contramestres; supervisor de produção e manutenção industrial; trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos; operadores de instalações de processamento químico; trabalhadores de tratamentos de fumo e de fabricação de charutos e cigarros; operadores de estação de rádio, televisão, equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica; operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares; ajustadores mecânicos; montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão; eletricistas; eletrônicos; operadores de máquinas de lavrar madeira; supervisores de produção industrial; técnicos estatísticos; técnicos de administração; guardiões de piscina; práticos de farmácia e empregados em empresas prestadoras de serviços de brigada de incêndio (nível básico); agentes de saúde e endemias, monitores; Guarda-Parques, com curso de formação específica, em nível de ensino médio.

IV. R$1.529,26 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos) - para trabalhadores de nível técnico, devidamente registrados nos conselhos de suas áreas ou órgãos competentes; técnicos de biblioteca (CBO 3711-10); técnicos em contabilidade (CBO 3511); técnicos em enfermagem (CBO 3222-05); técnicos em podologia (CBO 3221-10); técnicos em radiologia (CBO 3241-15); técnicos de transações imobiliárias (CBO 3546); técnicos em secretariado (CBO 3515-05); técnicos em farmácia (CBO 3251-10 e CBO 3251-15); técnicos em laboratório (CBO 3242); educador social (CBO 5153-05); bombeiro civil líder, formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio; técnicos em higiene dental e empregados em empresas prestadoras de serviços de brigada de incêndio (nível médio).

V. R$2.306,45 (Dois mil, trezentos e seis reais e quarenta e cinco centavos) - para técnicos de eletrônica (CBO 3132); técnico de telecomunicações (CBO 3133); técnicos em mecatrônica (CBO 3001); tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (CBO 2614-25); técnicos de segurança do trabalho (CBO 3516); motoristas de ambulância (CBO 7823-20); técnico de instrumentalização cirúrgica (CBO 3222-25); taxistas profissionais reconhecidos pela Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 (CBO 7823-15), bem como aqueles que se encontrem em contrato celebrado com empresas de locação de veículos, excetuando-se os permissionários autônomos que possuem motorista auxiliar; professores de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (1° ao 5° ano), com regime de 40 (quarenta) horas semanais; técnicos em eletrotécnica.

VI. R$2.899,79 (Dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos) - para administradores de empresas (CBO 2521-05); arquitetos (CBO 2141); arquivistas (CBO 2613-05); advogados (CBO 2410); psicólogos (CBO 2515) exceto psicanalistas (CBO 2515-50); sociólogos (CBO 2511-20); fonoaudiólogos (CBO 2238); fisioterapeutas (CBO 2236); terapeutas ocupacionais (CBO 2239-05); estatísticos (CBO 2212); profissionais de educação física (CBO 2241);

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - 16175ff
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920475312200000079205676
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 16175ff - Pág. 2
Número do documento: 18080920475312200000079205676

assistentes sociais (CBO 2516-05); biólogos (CBO 2211); nutricionistas (CBO 2237-10); biomédicos (CBO 2212); bibliotecários (CBO 2612-05); farmacêuticos (CBO 2234); enfermeiros (CBO 2235); turismólogos (CBO 1225-20); secretários executivos (CBO 2523) exceto tecnólogos em secretariado escolar (CBO 2523-20); bombeiro civil mestre, formado em engenharia com especialização em prevenção e combate a incêndio e empregados em empresas prestadoras de serviços de brigada de incêndio (nível superior); contadores.

Parágrafo único. O disposto no inciso III deste artigo aplica-se a telefonistas e operadores de telefone e de telemarketing; teleoperadores nível 1 a 10; operadores de call center; atendentes de cadastro; representantes de serviços empresariais; agentes de marketing; agentes de cobrança; agentes de venda; atendentes de call center; auxiliares técnicos de telecom nível 1 a 3; operadores de suporte CNS; representantes de serviços 103; atendentes de retenção; operadores de atendimento nível 1 a 3; representantes de serviços; assistentes de serviços nível 1 a 3; telemarketing ativos e receptivos, cuja jornada de trabalho seja de 06 (seis) horas diárias ou 180 (cento e oitenta) horas mensais.

Art. 2º Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário deverão observar os valores do Piso Salarial Regional previsto em lei estadual em todos os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços e demais modalidades de terceirização de mão de obra.

Parágrafo único – O disposto no caput deste artigo aplica-se também a toda a administração indireta, inclusive às Organizações Sociais contratadas pelo Poder Público.

Art. 3º O Estado enviará projeto de lei definindo os pisos salariais regionais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro até o dia 30 de dezembro do ano anterior.

Art. 4º Toda inclusão de novas ocupações na Lei deverá possuir CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), quando existente, e ser submetida à análise técnica do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda – CETERJ.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições da Lei nº 7267, de 27 de abril de 2016.

Rio de Janeiro, em 09 de março 2017.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Governador

Ficha Técnica

Projeto de Lei nº	2344/2017	**Mensagem nº**	02/2017
Autoria	PODER EXECUTIVO		
Data de publicação	10/03/2017	**Data Publ. partes vetadas**	

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - 16175ff
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920475312200000079205676
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 16175ff - Pág. 3
Número do documento: 18080920475312200000079205676

LEI Nº 7898 DE 07 DE MARÇO DE 2018.

INSTITUI PISOS SALARIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE MENCIONA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No Estado do Rio de Janeiro, o piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas, que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, que o fixe a maior, será de::

I. R$1.193,36(Um mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos) - para Auxiliar de Escritório (CBO 4110-05); Cumim (CBO 5134-15); Empregados Domésticos (CBO 5121-05); Faxineiro (CBO 5143-20); Contínuo (CBO 4122-05); Guardadores de Veículos (CBO 5199-25); Lavadores de Veículos (CBO 5199-35); Trabalhadores Agropecuários (CBO 6210-05); Trabalhadores de Serviços Veterinários (CBO 5193); Trabalhadores Florestais (CBO 6320-15); Catadores de Material Reciclável; Trabalhadores de Serviços de Conservação, Manutenção, Empresas Comerciais, Industriais, Áreas Verdes e Logradouros Públicos, não especializados;

II. R$1.237,33 (Um mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos) - para Ascensorista (CBO 5141-05); Barbeiros (CBO 5161-05); Cabeleireiros (CBO 5161-10); Carteiros (CBO 4152-05); Classificadores de Correspondências (CBO 4152-10); Controladores de Pragas (CBO 5199); Cozinheiros (CBO 5132); Cuidadores de Idosos (CBO 5162-10); Esteticistas (CBO 3221-30); Garçons (CBO 5134-05); Lavadeiras e Tintureiros (CBO 5163); Manicures (CBO 5161-20) Pedicures (CBO 5161-40); Pedreiros (CBO 7152); Trabalhadores de Apostas e Jogos (CBO 4212); Trabalhadores de Fabricação de Calçados (CBO 7641); Trabalhadores de Fabricação de Papel e Papelão (CBO 8331); Fiandeiros (CBO 7612); Trabalhadores de Serviços de Embelezamento e Higiene (CBO 5161); Trabalhadores de Tratamento e Preparação de Madeira (CBO 7721); Trabalhadores do Curtimento de Couro e Peles (CBO 7622); Trabalhadores em Beneficiamento de Pedras (CBO 7122); Moto Taxistas (CBO 5191-15); Moto Fretista (CBO 5191-10); Artesãos; Auxiliar de Massagista; Auxiliares de Creche; Cortadores; Criadores de Rãs; Depiladores; Maqueiros; Merendeiras, Motoboys;, Operadores de Caixa, Inclusive de Supermercados; Operadores de Máquinas e Implementos de Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal; Pescadores; Pintores; Sondadores; Tecelões E Tingidores; Trabalhadores da Construção Civil; Trabalhadores de Artefatos de Couro; Trabalhadores de Fabricação de Produtos de Borracha e Plástico; Trabalhadores de Minas e Pedreiras; Trabalhadores de Preparação de Alimentos e Bebidas; Trabalhadores de Serviços de Proteção e Segurança; Trabalhadores de Serviços de Turismo e Hospedagem; Trabalhadores de Transportes Coletivos - Cobradores, Despachantes e Fiscais, Exceto Cobradores de Transporte Ferroviário; Trabalhadores dos Serviços de Higiene e Saúde; Trabalhadores de Costura e Estofadores; Trabalhadores em Serviços Administrativos; Vendedores e Comerciários; Vidreiros e Ceramistas;

III. R$1.325,31 (Um mil trezentos e vinte cinco reais e trinta e um centavos) - para: Agentes de Trânsito (CBO 5172-20); Auxiliares de Biblioteca (CBO 3711-05); Auxiliares de Enfermagem (CBO 3222-30), Auxiliares Técnicos de Telecom Nível 1 a 3; Barman (CBO 5134-20); Bombeiros Civis Nível Básico (CBO 5171-10); Compradores (CBO 3542-05); Datilógrafos (CBO 4121-05); Doulas (CBO 3221-35); Eletromecânico de Manutenção de Elevadores (CBO 9541-05); Estenógrafos (CBO 3515-10); Frentistas (CBO 5211-35); Guias de Turismo (CBO 5114); Joalheiros (CBO 7510); Lubrificadores de Veículos (CBO 9191-10); Maitres de Hotel (CBO 5101-35); Marceneiros (CBO 7711); Mordomos e Governantas (CBO 5131); Músicos (CBO 2626 e CBO 2627); Ourives (CBO 7511-25); Porteiros de Edifícios e Condomínios (CBO 5174-10); Radiotelegrafista (CBO 3722-10); Representantes Comerciais (CBO 3541-45); Sommeliers (CBO 5134-10); Supervisor de Vendas

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - b1b2be6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920480947400000079205681
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b1b2be6 - Pág. 1
Número do documento: 18080920480947400000079205681

(CBO 5201); Supervisores de Compras (CBO 3542-10); Supervisores de Manutenção Industrial (CBO 9503-05); Técnicos de Imobilização Ortopédica (CBO 3226-05); Técnicos de Vendas (CBO 3541-35 e CBO 3541-40); Terapeutas Holísticos (CBO 3132-25); Trabalhadores de Confecção de Instrumentos Musicais (CBO 7421); Trabalhadores de Soldagem e Ligas Metálicas (CBO 7243); Zeladores de Edifícios e Condomínios (CBO 5141-20); Administradores e Capatazes de Explorações Agropecuárias ou Florestais; Agentes de Cobrança; Agentes de Marketing; Agentes de Mestria; Agentes de Saúde e Endemias, Agentes de Venda; Ajustadores Mecânicos; Assistentes de Serviços Nível 1 A 3; Atendentes de Cadastro; Atendentes de Cal! Center; Atendentes de Consultório, Clínica Médica e Serviço Hospitalar; Atendentes de Retenção; Caldeireiros; Chapeadores; Chefes de Serviços de Transportes e Comunicações; Condutores de Veículos de Transportes; Contramestres; Eletricistas; Eletrônicos; Guarda-Parques, com curso de Formação Específica, em Nível de Ensino Médio; com curso de Formação Específica, em Nível de Ensino Médio; Guardiões de Piscina; Mestre; Monitores; Montadores de Estruturas Metálicas; Montadores e Mecânicos de Máquinas, Veículos e Instrumentos de Precisão; Operadores de Atendimento Nível 1 a 3; Operadores de Cal! Center; Operadores de Estação de Rádio, Televisão, Equipamentos de Sonorização e de Projeção Cinematográfica; Operadores de Instalações de Processamento Químico; Operadores de Máquinas da Construção Civil e Mineração; Operadores de Máquinas de Lavrar Madeira; Operadores de Máquinas de Processamento Automático de Dados; Operadores de Máquinas Fixas e de Equipamentos Similares; Operadores de Suporte CNS; Práticos de Farmácia e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Brigada de Incêndio (Nível Básico); Representantes de Serviços 103; Representantes de Serviços Empresariais; Representantes de Serviços; Supervisor de Produção e Manutenção Industrial; Supervisores de Produção Industrial; Técnicos de Administração; Técnicos em Reabilitação de Dependentes Químicos; Técnicos Estatísticos; Telefonistas e Operadores de Telefone; Telemarketing; Tele atendentes; Tele operador Nível 1 a 10; Telemarketing Ativo e Receptivo; Trabalhadores da Rede de Energia e Telecomunicações; Trabalhadores de Artes Gráficas; Trabalhadores de Confecção de Produtos de Vime e Similares; Trabalhadores de Derivados de Minerais não Metálicos; Trabalhadores de Movimentação e Manipulação de Mercadorias e Materiais; Trabalhadores de Serventia e Comissários (nos Serviços de Transporte de Passageiros); Trabalhadores de Serviços de Contabilidade; Trabalhadores de Tratamentos de Fumo e de Fabricação de Charutos e Cigarros; Trabalhadores em Podologia; Trabalhadores Metalúrgicos e Siderúrgicos, Barista (CBO 5134-40); Auxiliar de Logística (CBO 4141-40);

IV. R$1.605,72 (Um mil seiscentos e cinco reais e setenta e dois centavos) - para: Educador Social (CBO 5153-05); Técnicos em Contabilidade (CBO 3511); Técnicos de Transações Imobiliárias (CBO 3546); Técnicos em Farmácia (CBO 3251-10 E CBO 3251-15); Técnicos em Laboratório (CBO 3242); Técnicos em Podologia (CBO 3221-10); Técnicos em Enfermagem (CBO 3222-05); Técnicos em Secretariado (CBO 3515-05); Técnicos de Biblioteca (CBO 3711-10); Bombeiro Civil Líder, Formado como Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio, em Nível de Ensino Médio; Técnicos em Higiene Dental e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Brigada de Incêndio (Nível Médio); Trabalhadores de Nível Técnico, devidamente registrados nos conselhos de suas áreas ou órgãos competentes: Técnico de Enfermagem Socorrista; Entrevistador Social (CBO 4241-30);

V. R$2.421,77 (Dois mil quatrocentos e vinte um reais e setenta e sete centavos) - para: motoristas de ambulância (CBO 7823-20); taxistas profissionais reconhecidos pela Lei Federal n° 12.468, de 26 de agosto de 2011 (CBO 7823-15), bem como aqueles que se encontre em contrato celebrado com empresas de locação de veículos, excetuando-se os permissionários autônomos que possuem motorista auxiliar; técnico de instrumentalização cirúrgica (CBO 3222-25); técnico de telecomunicações (CBO 3133); técnicos de eletrônica (CBO 3132); técnicos de segurança do trabalho (CBO 3516); técnicos em mecatrônica (CBO 3001),bem como os técnicos de nível médio regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**(Parte vetada e com o veto rejeitado pela Assembléia Legislativa, promulgada em 25/05/2018 e publicada em 28/05/2018)**; tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (CBO 2614-25);técnicos em eletrotécnica, marinheiro de esportes e recreio**(Parte vetada e com o veto rejeitado pela Assembléia Legislativa, promulgada em 25/05/2018 e publicada em 28/05/2018)**; fotógrafos (CBO 2618-05);Técnicos em Radiologia (CBO 3241-15);

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - b1b2be6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920480947400000079205681
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b1b2be6 - Pág. 2
Número do documento: 18080920480947400000079205681

VI. R$3.044,78 (Três mil e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos) - para: Administradores de Empresas (CBO 2521-05); Advogados (CBO 2410); Arquitetos (CBO 2141); Arquivistas (CBO 2613-05); Assistentes Sociais (CBO 2516-05); Bibliotecários (CBO 2612-05); Biólogos (CBO 2211); Biomédicos (CBO 2212); Enfermeiros (CBO 2235); Estatísticos (CBO 2212); Farmacêuticos (CBO 2234); Fisioterapeutas (CBO 2236); Fonoaudiólogos (CBO 2238); Nutricionistas (CBO 2237-10); Profissionais de Educação Física (CBO 2241); Psicólogos (CBO 2515) exceto Psicanalistas (CBO 2515-50); Secretários Executivos (CBO 2523) exceto Tecnólogos em Secretariado Escolar (CBO 2523-20); Sociólogos (CBO 2511-20); Terapeutas Ocupacionais (CBO 2239-05); Turismólogos (CBO 1225-20); Bombeiro Civil Mestre, Formado em Engenharia com especialização em prevenção e combate a incêndio e Empregados em empresas prestadoras de serviços de Brigada de Incêndio (nível superior); Contadores; Jornalistas (CBO 2611)**(Parte vetada e com o veto rejeitado pela Assembléia Legislativa, promulgada em 25/05/2018 e publicada em 28/05/2018)** ; Documentalista (CBO 2612-10); Analista de Informações (CBO 2612-15); Pedagogos (CBO 2394-15); Economistas (CBO 2512-05); Sanitarista; professores de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (1 ° ao 5° ano), com regime de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O disposto no inciso III deste artigo aplica-se a Agente de Cobrança; Agentes de Marketing; Agentes de Venda; Assistentes de Serviços Nível 1 a 3; Atendentes de Cadastro; Atendentes de Call Center; Atendentes de Retenção; Auxiliares Técnicos de Telecom Nível 1 A 3; Operadores de Atendimento Nível 1 a 3; Operadores de Call Center; Operadores de Suporte CNS; Representantes de Serviços 103; Representantes de Serviços Empresariais; Representantes de Serviços; Tele Operador Nível 1 a 10; Telefonistas e Operadores de Telefone e de Telemarketing; Telemarketing Ativos e Receptivos, cuja jornada de trabalho seja de 06 (seis) horas diárias ou 180 (cento e oitenta) horas mensais.

§ 2º O piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais de Auxiliares de Enfermagem (CBO 3222-30); Técnicos em Enfermagem (CBO 3222-05); E, Enfermeiros (CBO 2235) será correspondente aos valores estabelecidos, respectivamente, nas Faixas III, IV e VI, desta Lei, para uma jornada de 30 horas semanais**(Parte vetada e com o veto rejeitado pela Assembléia Legislativa, promulgada em 25/05/2018 e publicada em 28/05/2018)** .

Art. 2° Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário deverão observar os valores do Piso Salarial Regional previsto em lei estadual em todos os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços e demais modalidades de terceirização de mão de obra.

Parágrafo único O disposto no caput deste artigo aplica-se também a toda a administração indireta, inclusive às Organizações Sociais contratadas pelo Poder Público.

Art. 3º Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ficam obrigados a comprovar e manter a paridade salarial entre homens e mulheres.

Art. 4° O Servidor do Estado do Rio de Janeiro e seus aposentados e pensionistas, não poderão receber remuneração inferior ao piso regional estabelecido no Inciso I desta Lei.

Art. 5° O Estado enviará projeto de lei definindo os pisos salariais regionais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro até o dia 30 de dezembro do ano anterior.

Art. 6° Toda inclusão de novas ocupações na Lei deverá possuir CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), quando existente, e ser submetida à análise técnica do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda – CETERJ.

Art. 7º O Poder Executivo realizará estudos no intuito de reduzir o número de faixas para o ano de 2019.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - b1b2be6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920480947400000079205681
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b1b2be6 - Pág. 3
Número do documento: 18080920480947400000079205681

Art. 8º O Poder Executivo fiscalizará a aplicação desta Lei **(Parte vetada e com o veto rejeitado pela Assembléia Legislativa, promulgada em 25/05/2018 e publicada em 28/05/2018)**.

Parágrafo único A não observância desta Lei implicará em multa de R$50,00 à R$1.000,00 por trabalhador.

Art. 9° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições da Lei nº 7530, de 09 de março de 2017.

Rio de Janeiro, em 07 de março de 2018.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Governador

LEI Nº 7.898, de 07 de Março de 2018.

Partes vetadas pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro e rejeitadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, do Projeto de Lei nº 3764, de 2018, que se transformou na Lei nº 7.898, de 07 de março de 2018, que "**INSTITUI PISOS SALARIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE MENCIONA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Art. 1º (…)

(…)

V - (…) bem como os técnicos de nível médio regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (…) marinheiro de esportes e recreio (…)

VI - (…) Jornalistas (CBO 2611) (...)

§2º O piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais de Auxiliares de Enfermagem (CBO 3222-30); Técnicos em Enfermagem (CBO 3222-05); E, Enfermeiros (CBO 2235) será correspondente aos valores estabelecidos, respectivamente, nas Faixas III, IV e VI, desta Lei, para uma jornada de 30 horas semanais.

(…)

Art. 8º O Poder Executivo fiscalizará a aplicação desta Lei.

(…)

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 2018.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO
2º Vice-Presidente

Autor: PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 02/2018.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - b1b2be6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920480947400000079205681
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b1b2be6 - Pág. 4
Número do documento: 18080920480947400000079205681

Ficha Técnica

Projeto de Lei nº	3764/2018	**Mensagem nº**	02/2018
Autoria	PODER EXECUTIVO		
Data de publicação	08/03/2018	**Data Publ. partes vetadas**	28/05/2018

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - b1b2be6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920480947400000079205681
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b1b2be6 - Pág. 5
Número do documento: 18080920480947400000079205681

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
73.302.986/0001-28 **MATRIZ**		**26/08/1993**

NOME EMPRESARIAL	**PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA**
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	**RECANTO DA TERCEIRA IDADE**
PORTE	**DEMAIS**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	**87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	**Não informada**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	**224-0 - Sociedade Simples Limitada**
LOGRADOURO	**R ALMIRANTE LUIZ BELLART**
NÚMERO	**150**
COMPLEMENTO	
CEP	**21.941-100**
BAIRRO/DISTRITO	**ILHA DO GOVERNADOR**
MUNICÍPIO	**RIO DE JANEIRO**
UF	**RJ**
ENDEREÇO ELETRÔNICO	
TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	*****
SITUAÇÃO CADASTRAL	**ATIVA**
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	**03/11/2005**
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL	********
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/07/2018** às **19:34:50** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/08/2018 20:50:41 - 27794c6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18080920481666400000079205685
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 27794c6 - Pág. 1
Número do documento: 18080920481666400000079205685

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DECISÃO PJe-JT

1-Defiro a antecipação da tutela requerida em vista da documentação trazida aos autos que demonstra a prova inequívoca das alegações do Reclamante, ou seja, dispensa sem justo motivo.

2-Autorizo o saque do FGTS pelo autor, bem como a sua habilitação no seguro desemprego, valendo a presente decisão para estes fins, nos termos abaixo:

DO FGTS

DETERMINO à Caixa Econômica Federal que, à vista do presente efetue o pagamento pessoalmente à**ALTAIR AYRES TORRES, CTPS N.º 2067155 , série 0050/RJ, CPF 014.538.787-93** dos depósitos efetuados por **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICA LTDA., CNPJ:73.302.986/0001-28,** na conta vinculada ao **FGTS**, com os respectivos acréscimos legais, referente ao contrato de trabalho havido entre as partes supramencionadas no período constante da CTPS.

"O presente documento constitui-se em ordem judicial, perante qualquer agência da Caixa Econômica Federal no Estado do Rio de Janeiro, para fins de liberação dos valores existentes na conta vinculada ao FGTS do reclamante/consignatário ."

DO SEGURO DESEMPREGO

DETERMINO ao Ministério do Trabalho e Emprego que proceda à HABILITAÇÃO de **ALTAIR AYRES TORRES, CTPS N.º 2067155 , série 0050/RJ, CPF 014.538.787-93** ao normal procedimento administrativo para obtenção do seguro-desemprego, referente ao

contrato de trabalho havido entre o autor supramencionado e a ré **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICA LTDA., CNPJ:73.302.986/0001-28** no período constante da CTPS.

"O presente documento constitui-se em ordem judicial perante as Superitendências Regionais do Trabalho e Emprego, Sistema Nacional de Emprego, agências credenciadas da Caixa Econômica Federal e outros postos credenciados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social para habilitação do Reclamante/consignatário, ao seguro desemprego, suprindo, inclusive, a inexistência do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho ou Termo de Quitação de Rescisão do Contrato de Trabalho e as guias SD/CD.

3-Designe-se data para baixa na CTPS com o dia 26/08/2018, autorizada a Secretaria para tal procedimento em caso de ausência da ré.

4- Notifique-se o réu para a audiência já designada para o dia 24/10/2018.

RIO DE JANEIRO , 21 de Agosto de 2018

MARLY COSTA DA SILVEIRA

Juiz(a) de Vara do Trabalho

vsor

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
DESTINATÁRIO(S): PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
21941-100 - RUA LUIS BELART , 150 - JARDIM GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

NOTIFICAÇÃO PJe

AUDIÊNCIA NÃO UNA - RITO ORDINÁRIO

Fica V. Sa. citado(a) da presente ação e notificado(a) para comparecer à audiência que se realizará no dia: 24/10/2018 09:20 horas, na 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, à RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070.1-A petição inicial poderá ser consultada na internet pela página http://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo /ConsultaDocumento/listView.seam, digitando a chave de acesso: 18080920322994400000079205352.**2-**Os autos estão disponíveis, para advogados cadastrados, no próprio sistema PJe. ou por meio da consulta pública no endereço https://consultapje.trt1.jus.br /consultaprocessual/pages/consultas/ConsultaProcessual.seam.**3-**A(s) ausência(s) da(s) parte(s) autora(s) importará arquivamento e a (s) ausência(s) do(s) réu(s) em revelia e aplicação de pena de confissão ficta.**4-**As partes deverão comparecer munidas de documento de identificação, sendo o Autor, preferencialmente, de sua CTPS.Sendo a Ré pessoa jurídica e se fazendo substituir por preposto, deverá anexar carta de preposto. **5-**Nos termos do art. 41, alínea "b" do Provimento Consolidado da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a pessoa jurídica de direito privado que comparece em Juízo na qualidade de Ré ou de Autora deverá informar o número do CNPJ e do CEI (Cadastro Específico do INSS) bem como juntar cópia do contrato social ou da última alteração constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa demandada, tudo em formato eletrônico.**6-**O(s) Réu(s) deverá(ão) apresentar os controles de frequência e recibos salariais do período trabalhado, e comprovantes de recolhimento de FGTS se houver pedido de diferenças a este título, na forma do art. 396 do CPC e sob as penas do art. 400 do CPC.**7-**Cabe ao advogado efetivar, além de seu credenciamento no sistema PJe de 1º e 2º graus, sua habilitação em cada processo em que pretenda atuar.**8-**Solicita-se ao advogado do Réu que apresente sua defesa e documentos em formato eletrônico de acordo com os artigos 193 a 199 do CPC, em até uma hora antes do início da audiência (Ato nº 16/2013, art. 2º, §2º, do TRT/RJ), cabendo à parte utilizar os próprios meios, podendo, em casos excepcionais, solicitar auxílio do setor de apoio ao usuário do PJe.**9-Não será produzida prova testemunhal nesta audiência, não havendo necessidade de as partes trazerem suas testemunhas.ATENÇÃO:** 1)É expressamente proibido o ingresso, circulação e permanência de pessoas armadas nos prédios da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.2)Em caso de dúvida, acesse a página: http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico

RIO DE JANEIRO ,5 de Outubro de 2018
SUIAN LOPES

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO PJe

Certifico que, nesta data, foi marcada a data de 24/10/2018 às 10 horas para anotação da baixa na CTPS do reclamante com o dia 26/08/2018, conforme determinado na decisão id 8302f9c.

RIO DE JANEIRO , 17 de Outubro de 2018

CRISTINE HENRIQUES DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Carta
9912343745/2014-DR/RJ
TRT-RJ
Correios

34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S)/ENDEREÇO(S): PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
21941-100 - RUA LUIS BELART , 150 - JARDIM GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

NOTIFICAÇÃO PJe

Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para ciência da decisão de Id8302f9c, bem como de que foi marcada a data de 24/10/2018 às 10 horas para anotação da baixa na CTPS do reclamante com o dia 26/08/2018, conforme determinado na decisão id 8302f9c.

Em caso de dúvida, acesse a página:
http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico

RIO DE JANEIRO , 17 de Outubro de 2018
CRISTINE HENRIQUES DE OLIVEIRA

DESTINATÁRIO(S): ALTAIR AYRES TORRES

Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) **para ciência da decisão de Id8302f9c, bem como de que foi marcada a data de 24/10/2018 às 10 horas para anotação da baixa na CTPS do reclamante com o dia 26/08/2018, conforme determinado na decisão id 8302f9c.**

Em caso de dúvida, acesse a página:
http://www.trt1.jus.br/pje

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA RECANTO DA TERCEIRA IDADE, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita junto ao CNPJ sob o nº 73.302.986 /0001-28 com sede na Rua Almirante Luiz Belart nº 150, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-100**,** neste ato representado pelo inventariante do Espólio de Leyna Mara Pinto e Bastos, **PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 11946178756, portador da carteira de identidade nº 129877924 residente e domiciliado na R ua Almirante Luís Belart n.º 150, Jardim Guanabara, CEP 21.941-100, Rio de Janeiro, RJ, vem respeitosamente perante Vossa Excelência por sua advogada que esta subscreve nos autos da ***RECLAMA ÇÃO TRABALHISTA*** que lhe move **ALTAIR AYRES TORRES**, apresentar **CONTESTAÇÃO**, aduzindo em sua defesa os fatos e fundamentos a seguir expostos:

DAS RAZÕES DA CONTESTANTE

De certo que as alegações da reclamante encontram se permeadas de inverdades, como a seguir a de se demonstrar:

DA ADMISSÃO E DO CARGO

O Reclamante foi admitido pela reclamada em **20 de julho de 2018,** como afirma o Reclamante em sua peça vestibular, tendo sua CTPS regularmente assinada na data em que iniciou sua vida laborativa na empresa, não se justificando a retificação da CTPS no que tange a data de admissão.

Considerando-se ainda que não existiu prejuízo material ao Reclamante, já que sem existir descumprimento da regulamentação da referida categoria o valor recebido pela Reclamante é compatível com a remuneração deste tipo de trabalhador seria o piso nacional de salários e o obreira já percebia remuneração nesse sentido ao referido piso, pugna a Reclamada pela improcedência de tal pleito.

DA JORNADA DE TRABALHO

A reclamante foi admitida pela reclamada para laborar em turno de 12 x 36 horas iniciando sua atividade laborativa às 20:00 e estendendo-se algumas vezes até às 08:00 horas do dia seguinte.

O Reclamante confirma que sempre que excedia sua jornada de trabalho recebia o pagamento das horas extraordinárias, como se depreende dos recibos de pagamentos assinados pela autora quando do recebimento de seu pagamento.

Por seu turno, a alegação de que no mínimo uma vez por semana dobrava sua

jornada de trabalho não condiz com a realidade, já que somente em uma única oportunidade ao Reclamante.

O Reclamante dobrou em seu plantão como se verifica no apontamento da inicial, tendo recebido o valor relativo às horas extraordinária efetivamente laboradas.

No que se refere à ausência de horário para repouso e alimentação intrajornada, tem-se que tal alegação não tem qualquer vinculo com a verdade, visto que de fato a autora desfrutava do referido intervalo, porém, mormente o ponto ficava a disposição dos funcionários para que os mesmos assinalassem seus horários de entrada, saída para o almoço, retorno do almoço e saída, alguns funcionários assinalavam os horários nos campos errados e, às vezes, omitiam alguns apontamentos, como se verifica na folha de registro de ponto da autora.

Desta forma observa-se que a colaboradora, quando de sua passagem pela ré,

efetuou o apontamento de seus horários ou com desídia ou mesmo de forma maliciosa, agindo de forma premeditada na busca de vantagem econômica.

Desta forma, entende a demandada não assistir razão a autora no que tange as

horas extraordinárias pleiteadas.

DO FGTS E 40%

O Reclamante requer o pagamento dos depósitos do FGTS, sob alegação de que a reclamada não efetuou o recolhimento.

Insta salientar, que em momento algum a reclamante indicou o mês ou meses que os referidos depósitos não foram recolhidos, ônus esse que lhe incumbia.

Tendo em vista a nova leitura dada à prescrição no que tange o FGTS, declarando a inconstitucionalidade dos artigos , da Lei nº /90 e 55 do Regulamento do 23 § 5º 8036 FGTS - Decreto nº99.684/1990, solidificada através do recente entendimento do STF, através do ARE 709212, agravo de instrumento em recurso extraordinário, a prescrição do FGTS é de 5 (cinco) anos.

Não se deve, portanto, negar a ocorrência da modulação constitucional quanto ao entendimento pretérito de prescrição trintenária do FGTS, atribuindo-se às presentes decisões os efeitos *ex nunc*.

Assim, para aqueles cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do julgamento do referido recurso no Pretório Excelso, aplicar-se-á, desde logo, o prazo de 5 (cinco) anos.

Dessa forma, sob a diretriz constitucional encartada no inciso XXIX do art. 7ºda CF, a prescrição aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é quinquenal.

As normas que regem o FGTS, não há amparo legal para substituir os depósitos por pagamentos diretamente feitos aos empregados. A Caixa Econômica Federal vem se pronunciando no sentido de que será impugnado eventual pagamento de tais valores diretamente aos empregados. Isso se deve ao fato de o conjunto dos saldos de FGTS terem também a função de servir de lastro para implemento de políticas públicas.

Quanto à atualização dos depósitos de FGTS, o saldo devido deverá ser levantado em liquidação de sentença, deduzindo-se os valores já depositados (se for o caso), para prevenir a ocorrência de enriquecimento sem causa por parte do reclamante e de pagamento em duplicidade por parte da Reclamada.

DAS FÉRIAS

Alega o Reclamante que não recebeu férias. Além do mais, na hipótese dos autos, incontroverso ter o reclamante direito as férias em análise dentro do prazo previsto no art. 134 da CLT, que assim prevê:

> **Art. 134 - CLT**
> ***"As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12***
> ***(doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o***
> ***direito."***

Ocorre que o Reclamante pediu dispensa antes do decurso temporal estipulado para concessão das férias relativas ao período aquisitivo, ficando nítido que o reclamado não deixou de cumprir o previsto junto ao art. 134 da CLT.

Desta forma no que tange as férias estas deveriam ser pagas junto a Rescisão do Contrato de Trabalho o que não se deu ao tempo oportuno por em razão do não comparecimento da autora para que se processasse a competente homologação e pagamento dos valores que lhe eram devidos.

DAS FALTAS

O art. 6º da Lei nº 605/49 estabelece que o empregado também poderá se ausentar do trabalho sem prejuízo do salário nas seguintes situações:

a) ausência devidamente justificada, a critério da administração do

estabelecimento;

b) paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;

c) falta ao serviço com fundamento na lei sobre acidente do trabalho; e

d) doença do empregado, devidamente comprovada.

O Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho nº 15, ao qual pedimos vênia para transcrever a seguir, prevê as formas em que se dará o abono dos dias de ausência ao trabalho por parte do empregado, *verbis:*

Enunciado TST nº 15:

"A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos, estabelecidas em lei."

Lembrando que a empresa não é obrigada aceitar o atestado emitido por médico particular, salvo nos casos onde na localidade não exista os médicos anteriores.

Para o atestado ser considerado válido, deve constar, obrigatoriamente os

seguintes dados:

- Tempo de dispensa concedida, por extenso e numericamente.

- Assinatura do médico sobre o carimbo do qual conste: nome completo e registro

no respectivo conselho.

- Código Internacional de Doença (CID). Porém o código só poderá ser expresso com a concordância do paciente. Não havendo a concordância, o espaço apropriado ficará em branco e não prejudicando a validade do atestado.

Ocorre que as faltas descontadas da pela reclamada dos vencimentos da

reclamante se deu de forma correta e no amparo da legislação trabalhista, já que a reclamante não promoveu a entrega dos competentes atestados médicos, tendo-se por este motivo as faltas como injustificadas.

Desta forma, entende a demandada não assistir razão a Reclamante no que tange a restituição das faltas pleiteadas.

DO DANO MORAL

Assevera a reclamante que, em razão do não pagamento das verbas rescisórias,

decorrentes de sua demissão imotivada, sofreu danos de ordem moral.

Ocorre que o pleito autoral não encontra amparo na legislação em vigor,

improcedendo o pedido de indenização por danos morais articulados pela parte autora, seja em razão de qualquer descumprimento pela parte ré de obrigações legais, seja pelo entendimento consolidado doTRT1 ou mesmo do TST, que entende não haver dano moral pelo simples descumprimento da anotação

da CTPS ou mesmo pagamento de verbas rescisórias, como a seguir demonstrado:

> ***RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DA***
> ***CTPS. NÃO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Ausência de anotação da CTPS e não pagamento das verbas rescisórias não ensejam indenização por dano moral, se não demonstrado que tais atos causaram efeitos***
> ***prejudiciais de ordem moral ao empregado. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional consignou que a falta de registro da CTPS acarretou apenas danos de ordem patrimonial ao reclamante, não ficando demonstrada qualquer situação vexatória que configurasse o dano moral . Recurso de revista não conhecido.***
> ***(TST - RR: 1867720125150125, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 08/04/2015, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/04/2015).***
>
> ***Dano moral. Ausência de registro do contrato de trabalho na CTPS. A simples ausência de anotação do contrato de trabalho na CTPS não é, de per si, potencialmente lesiva ao patrimônio moral do***

empregado. (TRT-1 - RO: 15190093200850100 67 RJ, Relator: Luiz Augusto Pimenta De Mello, Data de Julgamento: 22/05/2012, Quarta Turma, Data de Publicação: 2012-05-29).

Desta forma, improcede o pedido de indenização por danos morais na forma

Pleiteada.

DAS MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT

Art. 477

Busca o Reclamante a aplicação da multa do artigo 477 da CLT, conforme assevera do como justificativa a ausência de pagamento das verbas rescisórias em decorrência de sua demissão imotivada.

Mostra-se totalmente descabida a pretensão autora, vez que o pagamento da

rescisão de contrato de trabalho se deu, em parte por culpa da própria ré, que não retornou na data marcada pela reclamada para que fosse efetuado o pagamento da RCT vindo, neste momento, perante este MM. Juízo buscar a aplicação da multa prevista junto ao art. 477 por descumprimento da parcela após dez dias, para que fosse promovida a rescisão do contrato de trabalho.

Art. 467

Pleiteia o Reclamante a aplicação da multa do artigo 467 da CLT, em razão das parcelas julgadas incontroversas.

Contudo, o pedido retro deve ser considerado improcedente, tendo em vista que seria beneficiar a pessoa que, em parte, deu causa ao fato do atraso no pagamento da RCT, uma vez que todas as parcelas são controversas haja visto que se discute a data de admissão da autora aumentando o tempo laborado pela autora em 1 (um) mês que, por seu turno, impactaria nas parcelas rescisórias a serem pagas a Reclamante.

DO DESLIGAMENTO, DAS VERBAS RESILITÓRIAS, BAIXA DA CTPS E SEGURO DESEMPREGO.

Assegura a reclamante que quando foi dispensada pela reclamada optou por

Cumprir, os dias de trabalho integral e faltar os últimos 7(sete) dias na forma do preceituado na CLT junto ao parágrafo único do art. 488 da CLT tendo porém, sido compelida a trabalhar 30(trinta) dias ininterruptos. Tal fato não se coaduna com a realidade, visto que a reclamante laborou os vinte e três dias pactuados no aviso, tendo faltado os últimos 7(sete) dias de trabalho, não se justificando, por conseguinte o pleito autoral na forma articulada.

DA ENTREGA DA SD E CD

A Reclamada não vê o por que da entrega das guias de seguro desemprego, vez que a Reclamante pediu o seu desligamento.

Contudo, entende que como os dados informados na CD devem estar em consonância com as informações contidas na CTPS, sendo que o que se discute neste processo é também a ratificação da data de admissão da Reclamante.

O que impactaria diretamente no recebimento do seguro desemprego é o seu pedido de demissão.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Que pese os argumentos trazidos pelo patrono da parte autora, a súmula 219 e 329 do TST ainda encontra-se em vigor, somente autorizando a condenação em honorários sucumbenciais se a demandante encontrar-se sendo assistido por sindicato de classe, como a seguir transcrito:

Súmula nº 219 do TST

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO (alterada a redação do item

I e acrescidos os itens IV a VI em decorrência do CPC de 2015) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21.03.2016.

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente:

estar assistida por sindicato da categoria profissional;

comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (art. 14,§1º, da Lei nº 5.584/1970). (ex-OJ nº 305da SBDI-I).

Assim, improcedem o pedido no que concerne aos honorários advocatícios.

DO PEDIDO

Ante o exposto, a Reclamada requer a V. Exa., respeitosamente, seja a ação

julgada IMPROCEDENTE, impugnando todos os pedidos contidos na exordial.

DAS PROVAS

Protesta pela produção de todos os meios de prova admitidas em direito, em

especial, documental, testemunhal, documental superveniente, depoimento pessoal da autora, pericial e outras que o MM. Juízo julgar pertinente ao deslinde da presente demanda.

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018.

JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS

OAB-RJ N.º 198.482

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA "PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.", devidamente registrada no CARTORIO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO em 26 de Agosto de 1993, sob o número de ordem 490.512, do Protocolo do livro "A" no. 43, registrado sob o no. de ordem 127.992 do livro "A" no. 66, que entre si fazem, LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA, brasileira, casada, médica registrada no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro sob o no. 32.274-R, portadora do C.I.C. no. 054.499.617-04, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Cambaúba no. 117 - apto. 301, filha do governador, CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, desquitado, advogado inscrito na O.A.B./RJ sob o no.13.133, portador do C.I.C. no. 009.267.807-34, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Barão da Torre no.460 - apto. 1401, Ipanema e CHRISTINA RAMOS MACHADO, brasileira, desquitada, administradora de curso superior, portadora da carteira de identidade expedida pelo IFP do Distrito Federal de no. 1.623.020, portadora do C.I.C. no. 406.177.187-68, residente e domiciliada nesta Cidade na Rua Barão da Torre no. 460 - apto. 1401, Ipanema, sob as cláusulas e condições seguintes e de conformidade com Decreto no. 3.708, de 10 de janeiro de 1919 que regula as sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

Cláusula Primeira - A sociedade tem

Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos legalmente para o exercício de atividades civil e comercial, deste do território nacional.

05

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:03 - 4cde35e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407104636800000083349853
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 4cde35e - Pág. 1
Número do documento: 18102407104636800000083349853

Cláusula Segunda - AUMENTO DE CAPITAL

Os sócios resolvem de comum acordo, aumentar o Capital Social da Sociedade de Cr$250.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais) para Cr$5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) mediante a incorporação de créditos existentes na Sociedade, na conta de cada um, respectivamente, LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES com crédito de Cr$4.850.000,00 que corresponde a 48.500 quotas de Cr$100,00 cada uma, CLODUALDO PINTO FILHO com crédito de CR$2.425.000,00 que corresponde a 24.250 quotas de CR$100,00 cada uma e CHRISTINA RAMOS MACHADO com crédito de CR$2.425.000,00 que corresponde a 24.250 quotas de CR$100,00 cada uma, ficando consequentemente alterada a Cláusula 6ª (sexta) Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula 6ª - O Capital da Sociedade é de Cr$5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país e, dividido em 57.000 (cinquenta e sete mil) quotas de Cr$100,00 (cem cruzeiros reais), entre os sócios da seguinte maneira:

- A sócia **LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA** passa a ser possuidora de 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) quotas de Cr$100,00 cada uma, totalizando Cr$4.750.000,00 (quatro milhões setecentos e cinquenta cruzeiros reais);

- O sócio **CLODUALDO PINTO FILHO**, passa a ser possuidor de 24.750 (vinte e quatro mil setecentas e cinquenta) quotas de Cr$100,00 cada uma, totalizando Cr$2.475.000,00 (dois milhões

06

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:03 - 4cde35e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407104636800000083349853
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 4cde35e - Pág. 2
Número do documento: 18102407104636800000083349853

- A sócia **CHRISTINA RAMOS MACHADO**, passa a ser possuidora de 24.750 (vinte e quatro mil setecentas e cinquenta) quotas de CR$100,00 cada uma, totalizando CR$2.475.000,00 (Dois milhões quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros reais).

Cláusula Terceira - As demais cláusulas do Contrato Social evidenciado no preâmbulo do presente instrumento particular, continuam em plena vigência para todos os fins de direito.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de alteração contratual, em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 19[illegible]

Leyna Mara Pinto e Bastos Gonçalves [illegible]

Clodoaldo Pinto Filho

Christina Ramos Machado

Testemunhas:

Testemunhas:

OFÍCIO DE NOTAS
Notário
José Augusto Fraga Gomes
Notária Substituta
Maria Lucia de Freitas Frias
Autorizado
Carlos Alberto F. de Jardim
CUSTAS DISPENSADAS
Av. Nilo Peçanha, 130 Loja C - RJ
Tel. 240-1344
Rio de Janeiro - Capital
Em Testemunho

07

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:03 - 4cde35e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407104636800000083349853
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 4cde35e - Pág. 3
Número do documento: 18102407104636800000083349853

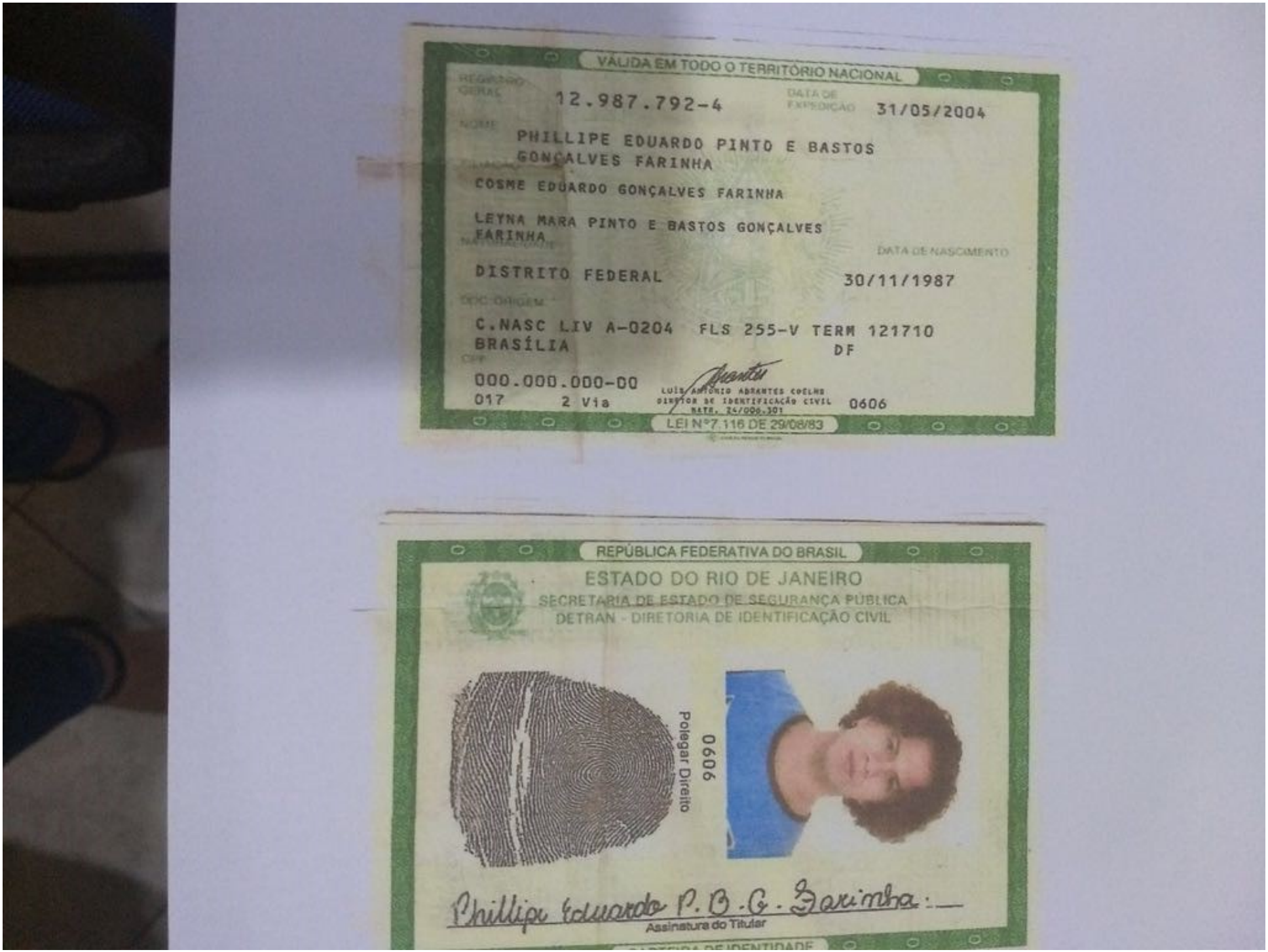
CARTA DE PREPOSTO

Por meio da presente instrumento particular, RECANTO DA TEERCEIRA IDADE, utilizando-se do nome fantasia de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita junto ao CNPJ sob o nº 73.302.986/0001-28, com sede na Rua Luiz Balart nº 150 – Jardim Guanabara – Ilha do Governador – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21941-100, neste ato representada por sua proprietária Sra.. Leyna Mara Pinto e Bastos, portadora da cédula de identidade nº 52.25498-0 CRM/RJ, inscrita junto ao CPF sob o nº 054.459.813-04, *nomeio e constitui na qualidade de preposto o Sr. João Batista Ferreira de Almeida,* brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade, RG nº 10168066-8, expedida pelo IFP/RJ e cadastrado junto ao CPF sob o nº 002.731.137-63, para fins de representa-la perante este juízo, com poderes para transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação no processo supracitado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017.

Recanto da Terceira Idade, nome fantasia do
Pensionato Nossa Senhora da Conceição Ltda
CNPJ: 73.302.986/0001-28
Representado por: Srª Leyna Mara P. Bastos
CPF: 054.459.813-04

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:04 - 6c4e36c
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407111027200000083349859
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 6c4e36c - Pág. 1
Número do documento: 18102407111027200000083349859



Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:04 - b5be748
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407155847000000083349922
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
ID. b5be748 - Pág. 1
Número do documento: 18102407155847000000083349922

Tribunal de Justiça do Estado do R...
Página
74
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Regional da Ilha do Governador
Cartório da 1ª Vara de Família
Praia de Olaria, S/N CEP: 21910-290 - Cocotá - Rio de Janeiro - RJ e-mail: ilh01vfam@tjrj.jus.br

Processo Eletrônico

Processo: 0003465-46.2018.8.19.0207
Distribuído em: 09/04/2018
Classe/Assunto: Inventário - Inventário Negativo / Sucessões
Requerente: PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA

TERMO DE INVENTARIANTE

Em , na sala da Secretaria do Cartório da 1ª Vara de Família da Regional da Ilha do Governador, Estado do Rio de Janeiro, onde se encontrava o MM. Juiz de Direito Dr.(a) Antonio da Rocha Lourenco Neto, comigo Titular de Cartório, compareceu, Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves FarinhaNacionalidade Brasileira Data de Nascimento: 30/11/1987, CPF: 119.461.787-56 RG: 129877924 Emissor: DETRAN/RJ, Endereço: Rua Luís Belart, nº 150 - CEP: 21941-100 - Jardim Guanabara - Rio de Janeiro - RJ, a quem foi deferido o compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo de inventariante dos bens deixados em decorrência do falecimento de LEYNA MARA PINTO E BASTOS, relativamente ao feito nº 0003465-46.2018.8.19.0207. Prestado o compromisso, prometeu cumpri-lo sem dolo nem malícia, sujeitando-se às penas da lei. Do que para constar lavro este termo que lido e achado conforme, é assinado. Eu, _____ Sabrina Mariante Meyer - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/22213, digitei. E eu _____ Laila Emmanuel Balocco - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/28351, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2018.

Juiz de Direito: **Antonio da Rocha Lourenco Neto - Juiz Titular**

Inventariante: PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA

18/10/2018

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4ANS.85PC.NFSE.4X42**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

202

ANTONIO DA ROCHA LOURENCO NETO:000018068 Assinado em 17/10/2018 11:28:10
Local: TJ-RJ

PJe
Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:04 - 69ab4f6
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407164700300000083349926
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 69ab4f6 - Pág. 1
Número do documento: 18102407164700300000083349926

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 7330298600128 com sede na Rua Almirante Luís Bellart n.º 150, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.941-100, neste ato representado por **PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 11946178756, portador da carteira de identidade nº 129877924, residente e domiciliado na Rua Almirante Luís Belart n.º 150, Jardim Guanabara, CEP 21.941-100, Rio de Janeiro, RJ, inventariante do **espólio de LEYNA MARA PINTO E BASTOS**, detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas do capital social da sociedade empresária antes nominada.

OUTORGADA: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, sob n.º 198.482, seção da Capital do Estado do Rio de Janeiro, escritório profissional sito à Rua Cardoso de Morais n.º 145, sala n.º 607, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21032000, correio eletrônico: julia_r_fernandes@hotmail.com

PODERES: Para o foro em geral, com os da cláusula *ad-judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias seguindo umas e outras, até a final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem com ou sem reservas de iguais poderes, representar o Outorgante perante às Empresas Privadas, Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas (Federais, Estaduais e Municipais) receber intimações e notificações dando tudo por bom, firme e valioso com a finalidade de também representar junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional da 1ª Região, Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Tribunais Superiores (STJ e STF).

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2018.

PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA
LEI Nº 8952 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 24/10/2018 07:25:04 - 97be32a
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18102407242009100000083349995
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 97be32a - Pág. 1
Número do documento: 18102407242009100000083349995

34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0100798-82.2018.5.01.0034

Em 24 de outubro de 2018, na sala de sessões da 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO/RJ, sob a direção da Exmo(a). Juíza AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO, realizou-se audiência relativa a AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO número 0100798-82.2018.5.01.0034 ajuizada por ALTAIR AYRES TORRES em face de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.

Às 09h43min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o reclamante, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). Erick Machado Balzana Souza, OAB nº 157143/RJ.

Presente o preposto do reclamado, Sr(a). MARIANA IZABEL PIMENTEL, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). ERICA MENEZES FONSECA RAMOS, OAB nº 170467/RJ, que juntará carta de preposto em 5 dias.

CONCILIAÇÃO REJEITADA.

Defesa escrita, com documentos.

Vista ao reclamante por 10 dias (CPC, art. 372), a contar de 25/10/2018.

Procedida neste ato a retificação da data da baixa, passando a constar 26/08/2018, conforme determinado na decisão anexada em 22/08/2018. O carimbo será aposto no dia 29/10/2018, na sede da ré, às 11h.

Declaram as partes não ter mais provas a produzir, encerrando-se a instrução processual.

Em razões finais orais reportaram-se aos elementos dos autos, tendo sido recusada a derradeira proposta de conciliação.

Adiada a presente sessão*sine die* para prolação de sentença.

Audiência encerrada às 09h53.

AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO

Juíza do Trabalho

Ata redigida por LUCAS FERREIRA LAMEIRÃO, Secretário(a) de Audiência.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO/RJ – TRT DA 1ª REGIÃO

Processo nº. 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, já qualificada nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, movida face à **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, devidamente qualificadas, vem, por seu procurador, *infra-assinado*, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, em atenção à defesa e provas apresentadas na forma de contestação, oferecer, pelos seguintes motivos, a presente

RÉPLICA À CONTESTAÇÃO

apresentado por **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DA TEMPESTIVIDADE

Expõe a Autora que seu prazo de 10 (dez) dias para apresentar MANIFESTAÇÕES iniciou, através de determinação da ata de audiência de ID. 1e58820, em 25/10/2018 (quinta-feira), sendo a data limite para apresentação da presente é 09/11/2018 (sexta-feira), tendo em vista a suspensão dos prazos nos dias 01/11/2018 (quinta-feira) e 02/11/2018 (sexta-feira), consoante o Ato nº 67/2018, considerando-se ainda a contagem do prazo em dias úteis prevista na legislação trabalhista, sendo tempestivo a presente, à luz do artigo 895 da CLT c/c artigo 184 do CPC.

Por isso, é tempestiva a presente manifestação.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 1
Número do documento: 18110800470461300000084096424

I - DA PRELIMINAR DE REVELIA

Preliminarmente, cabe observar que não foi juntada carta de preposto antes da audiência para a **Sra. MARIANA IZABEL PIMENTEL**, que compareceu na audiência de 24/10/2018, bem como até o presente momento não foi juntada a carta de preposição, mesmo diante do prazo de 5 (cinco) dias, concedido na ata de audiência de ID. 1e58820.

Deve assim, ser declarada a confissão e revelia da Ré, com o julgamento antecipado da lide.

Mesmo entendimento há em recente julgado do TRT 1ª região, cujo Acórdão segue abaixo:

> "EMENTA: AUSÊNCIA DA CARTA DE PREPOSIÇÃO. CONFISSÃO FICTA. A reclamada ciente da irregularidade processual, manteve-se inerte quanto a apresentação da carta de preposição, devendo ser mantida a confissão ficta aplicada" (PROCESSO nº 0010780-40.2013.5.01.0050 (RO) TRT 1ª Região, RELATOR: CÉLIO JUAÇABA CAVALCANTE (MCS) 27.05.2015, RECORRENTE: VIA VAREJO S/A, RECORRIDO: TATIANA DOS SANTOS DE LIMA)

O TST em recente julgado, em caso semelhante ao em debate, entendeu que a irregularidade da representação do empregador em audiência, frente a ausência de juntada da carta de preposição no prazo determinado pelo juízo, deve ter a aplicação da pena de confissão. Vide entendimento do TST:

> "TST - RECURSO DE REVISTA RR 5834020135050462 (TST) Data de publicação: 17/04/2015 Ementa:IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO DO EMPREGADOR EM AUDIÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA CARTA DE PREPOSIÇÃO NO PRAZO DETERMINADO PELO JUÍZO. APLICAÇÃO DA PENA DE CONFISSÃO. Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, norma que imponha o dever de comprovação formal da condição de preposto. Todavia, não obstante o silêncio normativo, o entendimento, há muito, prevalente na doutrina e na jurisprudência, é o de que a não

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 2
Número do documento: 18110800470461300000084096424

apresentação da carta de preposição, no prazo assinalado pelo Juízo, acarreta, para o empregador, a confissão ficta quanto à matéria fática delineada pela parte autora na sua exordial. Na hipótese destes autos, **incontroverso o fato de que o Juízo de primeiro grau, diante da ausência da carta de preposição com o nome do preposto presente à audiência, concedeu à reclamada prazo de cinco dias para a juntada do documento. Entretanto, a despeito da determinação judicial, não cuidou o representante da parte ré de juntar a carta de preposição aos autos no prazo assinalado pelo Juízo. Desse modo, verifica-se que, a despeito da ausência de previsão legal e não obstante o entendimento doutrinário a respeito da obrigatoriedade da apresentação da carta de preposição em audiência, o fato é que, no caso destes autos, ao deixar de cumprir a determinação judicial para a juntada do respectivo documento, o preposto assumiu as consequências do seu ato negligente**. **Nesse contexto, o comparecimento do preposto da reclamada em audiência, sem estar munido da carta de preposição, enseja a aplicação da pena de confissão ficta prevista no artigo 844 da CLT , por se tratar de documento indispensável à prova da outorga de poderes ao preposto para atuar em nome do empregador réu na reclamatória trabalhista. Recurso de revista conhecido e provido**. Prejudicado o exame dos demais temas trazidos no recurso de revista." (grifo nosso)

Assim, o autor requer que a reclamada seja considerada revel, uma vez que não apresentou a carta de preposto, mesmo após ter sido oportunizado prazo para juntada da carta de preposição, tendo se mantido inerte.

A reclamada, ao não apresentar sua habilitação ao processo atraiu para si o ônus de estabelecer ligação tácita entre seu preposto e a empresa, o que não o fez.

Assim, muito embora a reclamada estivesse ciente da irregularidade processual, se manteve totalmente inerte quanto a apresentação da carta de preposição, descumprindo a determinação de V. Exa., devendo assim, ser reconhecida revelia e aplicada a confissão ficta.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 3
Número do documento: 18110800470461300000084096424

Pelo exposto, requer sejam os fatos narrados na inicial reputados verdadeiros e consequentemente seja a Reclamada condenada *in totum* nos pedidos elencados na exordial.

Contudo, caso não seja aplicada a pena de confissão, *ad argumentandum tantum*, o Reclamante apresentará as manifestações abaixo detalhadas.

II - DA ADMISSÃO, CARGO E JORNADA DE TRABALHO

Inicialmente, a Reclamada afirma que o Reclamante foi admitido em 20/07/2018, bem como sua CTPS foi corretamente assinalada, não havendo que se falar em qualquer retificação, bem como sempre foi remunerado com base no piso nacional de sua categoria profissional, sem especificar qual categoria seria essa e qual seria o piso nacional da mesma.

Contudo, conforme podemos observar em ID. 17df1ef - Pág. 3, o Reclamante foi admitido em 20/07/1998, tendo sido imotivadamente dispensado em 31/05/2018, mediante aviso prévio indenizado, conforme demonstrado em ID. fd48b8e, fatos esses incontroversos, inclusive corroborados na ata de audiência de ID. 1e58820, onde não houve qualquer ressalva da Reclamada quanto a retificação da baixa na CTPS do Reclamante.

Assim, podemos observar que a Reclamada não apresenta qualquer prova de suas confusas alegações, não tendo em nenhum momento impugnado a CTPS juntada aos autos ou mesmo justificado qualquer controvérsia em relação a data de admissão do Reclamante.

Mais estapafúrdia ainda é a alegação de que o Reclamante recebia remuneração com base no piso nacional de sua categoria, não tendo nem mesmo contestado que o Reclamante exercia a função de técnico de enfermagem, pelo que nesse ponto deverá ser reputada confissão, pois inexiste contestação nesse ponto.

Ademais, **a Reclamada não apontou qual seria o piso nacional da categoria do Reclamante, bem como não impugnou as convenções coletivas e leis estaduais que estabelecem o piso salarial do Reclamante, já adunadas aos autos em ID.**

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 4
Número do documento: 18110800470461300000084096424

8d64110, cdaa1d9, cf4ed8f, a3b5bf8, 16175ff e b1b2be6, assim devendo ser reputados verdadeiros os documentos juntados aos autos, pugnando o Reclamante desde já a procedência dos pedidos "8" e "9" do rol de pedidos da exordial.

Quanto a jornada de labor do Reclamante sempre foi em escala 12 x 36, sendo da data de admissão até 03/03/2015 das 20:00 às 08:00, a partir de 03/03/2015 passou a laborar no turno das 08:00 às 20:00 até a data da demissão, contudo não houve qualquer pedido de horas extras ou supressão do intervalo intrajornada.

Ainda assim, cabe ressaltar que era ônus da Reclamada a juntada do controle de frequência do Reclamante, ônus do qual não se desincumbiu, com isso requer seja reputado verdadeiro o horário informado na exordial.

Pelo exposto, mediante e total ausência de provas das alegações da Reclamada, requer sejam os fatos narrados na inicial reputados verdadeiros e consequentemente seja a Ré condenada *in totum* nos pedidos elencados na exordial.

III – DO FGTS E MULTA DE 40%

Incabível a alegação de depósito do FGTS e multa de 40%, bem como a alegação de que o Reclamante não teria apontado os meses em que inexistiram os depósitos, pois devidamente apontado na exordial, no último tópico de ID. 8286e25 - Pág. 11, bem como devidamente comprovado através do extrato do FGTS juntado aos autos em ID. da5dbc7 e ID. c88a22d.

Portanto, não foi juntado aos autos pela Reclamada qualquer documento que comprove o depósito do FGTS no período apontado na exordial, desde janeiro de 2005 até janeiro de 2018, bem como maio, junho, julho e agosto de 2018, e muito menos o depósito da multa de 40%, que agora deverão ser pagos em espécie ao Reclamante.

Incabível ainda a alegação de prescrição quinquenal, visto que a ausência de depósitos do FGTS iniciou antes de 2014, ainda em janeiro de 2005, cabendo assim o prazo trintenário para os depósitos anteriores a 13/11/2014, de acordo com a modulação da Súmula nº 362 do TST, só vindo a ser aplicado o prazo quinquenal puramente após 13/11/2019, de acordo com a modulação exposta no Recurso Extraordinário nº 709.212/DF,

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 5
Número do documento: 18110800470461300000084096424

assim somente aos depósitos que deveriam ser realizados após 13/11/2014 cabe a prescrição quinquenal, pois os efeitos da decisão do Recurso Extraordinário nº 709.212/DF foram *ex nunc*.

Assim, não há que se falar em qualquer prescrição no presente caso, tanto quanto ao FGTS não depositado quanto a multa de 40% não quitada.

.

IV – DAS FÉRIAS

Alega a Reclamada ter quitado todas as férias do Reclamante, exceto a última, bem como que o Reclamante teria pedido dispensa e não comparecido na homologação do seu pedido de demissão para receber as verbas rescisórias e férias vencidas.

Contudo, tais estapafúrdias alegações não merecem prosperar, pois o Reclamante foi comprovadamente demitido imotivadamente pela Reclamada, como confessado na ata de audiência de ID. 1e58820 e já anteriormente comprovado através dos documentos de ID. fd48b8e, não impugnados pela Reclamada.

Ainda, cabe ressaltar que o Reclamante alegou na exordial não ter recebido integralmente apenas as férias proporcionais de 2017/2018, que deveria ser quitada juntamente com as verbas rescisórias, que nunca foram pagas pela Reclamada, nem mesmo juntado o TRCT aos autos com a peça de defesa.

As férias relativas ao período de 2011/2012, gozadas entre 05/06/2013 e 04/07/2013, férias 2012/2013, gozadas entre 04/06/2014 e 03/07/2014, férias 2013/2014, gozadas entre 20/05/2015 e 18/06/2015, férias 2014/2015, gozadas entre 10/06/2016 e 09/07/2016, férias 2015/2016, gozadas entre 16/06/2017 e 17/07/2017 e férias 2016/2017, gozadas entre 01/05/2018 e 30/05/2018, o Reclamante requereu na exordial o seu **recebimento em dobro**, nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do TST, pois **SEMPRE RECEBEU APÓS O GOZO**, já descontando no valor dos pedidos os valores efetivamente recebidos.

Como podemos observar em ID. 5e9c1be - Pág. 2, o Reclamante recebeu o valor das férias gozadas entre **10/06/2016 e 09/07/2016, apenas em 27/06/2016**, por exemplo.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 6
Número do documento: 18110800470461300000084096424

Tais afirmações não foram impugnadas ou refutadas pela Reclamada, portanto devem ser reputadas verdadeiras por V. Exa.

Consoante a ausência de contestação quanto aos pagamentos extemporâneos das férias supracitadas em todo o período, requer a confissão da Reclamada e total procedência do pedido “11” do rol de pedidos da exordial.

V – DAS FALTAS, PRÊMIO DE ASSIDUIDADE E DANO MORAL

A Reclamada alega ter o Reclamante requerido restituição de valores descontados por faltas.

Contudo, o Reclamante não requereu na exordial qualquer restituição de desconto por falta, pois o Reclamante não faltou injustificadamente o trabalho no período reclamado, tendo por isso mesmo requerido o prêmio de assiduidade constante na convenção coletiva juntada aos autos, pedido esse que não foi contestado pela Reclamada, pelo que deve ser reputado verdadeiro mediante a confissão.

Pugna assim o Reclamante pela procedência *in totum* do pedido de item “17” do rol de pedidos da exordial.

Cabe ainda ressaltar que o Reclamante não pediu qualquer dano moral na presente reclamatória, posto que tal ponto da contestação da Reclamada deverá ser ignorado.

Pelo exposto, deverá a Reclamada ser condenada em todos os pedidos elencados na exordial.

VI - DAS MULTAS DOS ARTS. 467 E 477, §8º DA CLT

Aduz a Reclamada, que a multa relativa ao art. 467 da CLT é devida apenas na hipótese de incontrovérsia quanto às verbas resilitórias, o que não abrange o caso em questão, eis que notadamente controversas as verbas postuladas na presente demanda.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 7
Número do documento: 18110800470461300000084096424

Resta infrutífera tal alegação, pois o Reclamante não recebeu suas verbas rescisórias, incluindo Saldo de Salário, aviso prévio indenizado, Férias Proporcionais com 1/3, Férias Vencidas acrescidas de 1/3, 13º Salário Proporcional e 13º salário de 2017.

Há que se observar que o Aviso Prévio deverá integrar a base de cálculo para a verificação do valor das demais verbas devidas, a teor do Enunciado 305 do TST, bem como, constar como parte do contrato de trabalho no período registrado na Carteira de Trabalho do Reclamante, como já determinado na decisão antecipatória de tutela.

A Reclamada deixou de quitar as referidas verbas até a 1ª audiência, sendo assim, deverá arcar com a multa do art. 467 da CLT, pois apesar da negativa da Reclamada, as verbas rescisórias são incontroversas, pois não há nos autos qualquer documento comprovando o pagamento das verbas rescisórias do Reclamante ou controvérsia relevante quanto ao não pagamentos de verbas rescisórias.

Devida ainda a multa do art. 477, §8º da CLT, visto que até o presente momento nenhuma verba rescisória foi paga ao Reclamante, sendo assim foi caracterizada a mora.

Incabível a estapafúrdia alegação de pedido de demissão do Reclamante, pois ausente qualquer prova mínima de tal alegação, bem como qualquer impugnação do aviso de dispensa e aviso prévio juntados aos autos em ID. fd48b8e.

Pelo exposto, pugna pela total procedência das multas supracitadas.

VII - DO DESLIGAMENTO, DAS VERBAS RESILITÓRIAS, BAIXA DA CTPS E SEGURO DESEMPREGO

Primeiramente alega a Reclamada ter o Reclamante cumprido aviso prévio trabalhado, tendo optado por faltar os últimos 7 (sete) dias.

MAIS UMA VEZ A RECLAMADA ENTRA EM CONTRADIÇÃO COM AS PROVAS DOS AUTOS E COM SUA PRÓPRIA NARRATIVA, TOTALMENTE DISSOCIADA COM O CASO EM TELA.

A RECLAMADA NO TÓPICO ANTERIOR ALEGOU QUE O RECLAMANTE PEDIU DISPENSA, SEM JUNTAR AOS AUTOS QUALQUER PEDIDO DE DEMISSÃO

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 8
Número do documento: 18110800470461300000084096424

DO RECLAMANTE, POSTERIORMENTE ALEGOU QUE O AVISO PRÉVIO DO RECLAMANTE FOI TRABALHADO, QUANDO O DOCUMENTO DE ID. fd48b8e, NÃO IMPUGNADO PELA RECLAMADA, COMPROVA CABALMENTE QUE O RECLAMANTE FOI IMOTIVADAMENTE DEMITIDO E QUE O AVISO PRÉVIO FOI INDENIZADO.

Com isso, a Reclamada deveria proceder com a entrega das guias CD/SD e TRCT, de forma que a Reclamante pudesse usufruir do aludido benefício do seguro desemprego, contudo a Reclamada insiste em absurda tese, sem a mínima comprovação, de que o Reclamante requer período de labor não anotado em sua CTPS e que pediu demissão, sem juntar aos autos qualquer prova nesse sentido.

Cumpre ressaltar que meras alegações sem provas são plenamente inócuas, sendo no caso do pagamento das verbas rescisórias, comprovação de pedido de demissão e entrega de guias, incumbência da Reclamada, consoante o art. 818 da CLT c/c art. 373, II do CPC/15.

Cumpre ainda ressaltar que o seguro desemprego do Reclamante já foi concedido através da decisão antecipatória de tutela de ID. 8302f9c, pelo que o Reclamante com isso já vem recebendo o aludido benefício.

Pelo exposto, requer a condenação da Reclamada *in totum*.

VIII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Conforme já devidamente requerido na exordial, em virtude da introdução do art. 791-A na CLT, através da Lei nº 13.467/2017, requer a condenação da Reclamada em honorários de sucumbência no máximo legal de 15%, não sendo necessária a assistência sindical para recebimento de honorários sucumbenciais, após novembro de 2017.

IX – DO 13º SALÁRIO

Conforme já devidamente requerido na exordial, no item “12” do rol de pedidos, o Reclamante faz jus ao pagamento da 2ª parcela do 13º salário de 2017, que não foi pago até o presente momento, acrescido de juros de mora e correção monetária, **cumprindo destacar que a Reclamada não apresentou qualquer impugnação ao referido pedido**.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 9
Número do documento: 18110800470461300000084096424

X – DA CONCLUSÃO

Quanto aos demais pontos a Reclamante se reporta aos argumentos da exordial de ID. 8286e25.

Pelo exposto requer se digne Vossa Excelência receber a presente manifestação a fim de julgar totalmente procedente a presente ação, com ratificação dos pedidos contidos na exordial. E, igualmente, condenar a Reclamada, por todo exposto nessa peça e na inicial.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA
157.143 OAB/RJ

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 08/11/2018 00:48:57 - 2841a94
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18110800470461300000084096424
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 2841a94 - Pág. 10
Número do documento: 18110800470461300000084096424

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

SENTENÇA PJe

ALTAIR AYRES TORRES ajuizou ação em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA** postulando, pelos motivos e fundamentos expostos, os títulos indicados na inicial, que foi instruída com documentos.

Decisão deferindo o pedido de tutela de urgência (id 8302f9c).

Na audiência realizada em 24/10/2018, foi recebida a contestação da Reclamada, com documentos, e deferido prazo para o Autor se manifestar.

Foi retificada a data da CTPS, de acordo com o determinado em ata.

Deferido o prazo de 5 dias para a Reclamada juntar carta de preposição.

Sem mais provas foi encerrada a instrução processual.

Em razões finais as partes se reportaram aos elementos dos autos.

Rejeitada a proposta conciliatória.

Manifestação do autor anexada aos autos (Id 2841a94).

É o relatório.

TUDO VISTO E EXAMINADO, DECIDO:

DA PRESCRIÇÃO

Tendo em vista que a presente ação foi ajuizada em 09/08/2018, estão prescritas as parcelas anteriores a 09/08/2013, com fulcro no Art. 7o, inciso XXIX da CF, com exceção dos depósitos de FGTS cuja prescrição é trintenária, devendo ser observado o teor da Súmula 362 do TST.

DA REVELIA DA RECLAMADA

A reclamada não apresentou carta de preposto no prazo que lhe foi concedido, em razão disso e ante o requerimento do autor apresentado na sua manifestação, decreto a sua revelia e aplico-lhe a pena de confissão nos exatos termos do art.844 da CLT, e desconsidero a contestação apresentada em audiência.

Ante a confissão da Reclamada e a ausência de provas em contrário, condeno a Reclamada ao pagamento das seguintes verbas:

1) Diferenças salariais entre o salário recebido (R$ 1.436,60) e o piso salarial estabelecidos para o cargo de técnico de enfermagem pelas Leis Estaduais Lei Estadual nº 7.267/16 com vigência inicial em 01/01 /2017 (R$ 1.529,26) e Lei Estadual nº 7.530/17, com vigência inicial em 01/01/2018 (R$ 1.605,72);

2) Saldo de salário (31 dias);

3) Aviso prévio Indenizado (87 dias);

4) 13º Proporcional (08/12)

5) Férias Proporcionais + 1/3 (01/12)

7) Diferenças de FGTS, conforme extrato analítico de id da5dbc7

8) Indenização de 40% do FGTS

9) 2ª Parcela do 13º salário de 2017

10) Multa do artigo 477 da CLT

11) Multa do artigo 467 sobre os itens 1 a 5

12) Prêmio de assiduidade no valor de 10% sobre o salário base do Autor, durante todo o período imprescrito.

As verbas rescisórias serão calculadas com base no maior salário reajustado, acrescido da média das horas extras.

O prêmio por assiduidade não integra o salário para nenhum efeito antes os termos da norma coletiva.

DAS FÉRIAS

O Reclamante alega que recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 anos, sempre recebendo após o início do gozo.

De fato, o art. 145 da CLT determina o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono referido no art. 143 até dois dias antes do início do respectivo período, sem, contudo, fixar expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento desse prazo, que, na forma do art. 153 do mesmo Diploma Legal, importa em mera infração administrativa.

Contudo, o art. 145 da CLT não estabelece expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento do prazo por ele estabelecido para o pagamento da remuneração das férias, o que, na forma do art. 153 do mesmo diploma legal, importa em mera infração administrativa. É relevante destacar que o art.137 da CLT determina o pagamento das férias em dobro, apenas e unicamente quando o gozo for concedido após o término do período concessivo.

Não adoto, portanto, a orientação contida na Súmula 450 do Eg. TST.

Julgo improcedente o pedido de item 11.

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Defiro ao autor o benefício da gratuidade de justiça, com fulcro no Art. 790, §3ºda CLT, considerando que além de estar desempregado percebia salário inferior a 40% do teto da previdência social.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Considerando-se a sucumbência recíproca, condeno as partes a pagarem aos advogados da parte contrária, honorários de sucumbência no percentual de 10%.

Os honorários devidos pela parte autora serão calculados sobre o valor estimado na inicial para os pedidos julgados improcedentes e os honorários devidos pela reclamada sobre o valor que resultar da liquidação dos pedidos julgados procedentes ou procedentes em parte.

Entendo justo o percentual fixado, considerando-se os critérios estabelecidos no parágrafo segundo do artigo 791-A da CLT.

PELO EXPOSTO, DECLARO a prescrição das parcelas anteriores a 09/08/2013, com fulcro no Art. 7o, inciso XXIX da CF, com exceção dos depósitos de FGTS cuja prescrição é trintenária, devendo ser observado o teor da súmula 362 do TST e julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido, para condenar **P ENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA** a pagar a **ALTAIR AYRES TORRES** , conforme se apurar em liquidação por cálculos, observados os parâmetros fixados, os títulos deferidos na fundamentação que este decisumintegra.

Condeno as partes a pagarem aos advogados da parte contrária, honorários de sucumbência no percentual de 10%.

Os honorários devidos pela parte autora serão calculados sobre o valor estimado na inicial para os pedidos julgados improcedentes e os honorários devidos pela reclamada sobre o valor que resultar da liquidação dos pedidos julgados procedentes ou procedentes em parte.

Condeno, ainda, a reclamada a comprovar nos autos o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre as verbas de natureza salarial deferidas nesta sentença, observando as disposições contidas nas Leis 8212/91, Lei 8541/92, Lei 10035/00 e Provimento da Corregedoria do TST nº 01/96, sob pena de execução.

Parâmetros para os cálculos das contribuições previdenciárias e fiscais:

1) Cada parte arcará com o percentual que lhe cabe na contribuição previdenciária total, na forma determinada nos Art. 20 e 21 da Lei 8212/91.

2) O autor arcará integralmente com o imposto de renda, por força do que dispõem os Art. 43 e 45 do CTN, que será calculado observando-se o art. 12-A da Lei 7713/1988 e a Instrução Normativa 1145/2011 da Receita Federal.

3)Os juros de mora serão excluídos da base de cálculo do imposto de renda, conforme Orientação Jurisprudencial nº 400 do SDI-I do Eg. TST.

4) As seguintes parcelas deverão ser consideradas para efeito de cálculo das contribuições previdenciárias e fiscais: salário, 13osalário.

5)As contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas através de Guia da Previdência Social (GPS) e informadas à Previdência Social, mediante a emissão das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

Juros de 1% ao mês, simples, contados da data do ajuizamento da ação e correção monetária na forma da lei.

Custas de R$500,00, pela reclamada, calculadas sobre R$25.000,00, valor arbitrado para este fim específico com fulcro no Art. 789, IV da CLT.

INTIMEM-SE AS PARTES

RIO DE JANEIRO, 7 de Janeiro de 2019

AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO
Juiz do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

SENTENÇA PJe

ALTAIR AYRES TORRES ajuizou ação em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA** postulando, pelos motivos e fundamentos expostos, os títulos indicados na inicial, que foi instruída com documentos.

Decisão deferindo o pedido de tutela de urgência (id 8302f9c).

Na audiência realizada em 24/10/2018, foi recebida a contestação da Reclamada, com documentos, e deferido prazo para o Autor se manifestar.

Foi retificada a data da CTPS, de acordo com o determinado em ata.

Deferido o prazo de 5 dias para a Reclamada juntar carta de preposição.

Sem mais provas foi encerrada a instrução processual.

Em razões finais as partes se reportaram aos elementos dos autos.

Rejeitada a proposta conciliatória.

Manifestação do autor anexada aos autos (Id 2841a94).

É o relatório.

TUDO VISTO E EXAMINADO, DECIDO:

DA PRESCRIÇÃO

Tendo em vista que a presente ação foi ajuizada em 09/08/2018, estão prescritas as parcelas anteriores a 09/08/2013, com fulcro no Art. 7o, inciso XXIX da CF, com exceção dos depósitos de FGTS cuja prescrição é trintenária, devendo ser observado o teor da Súmula 362 do TST.

DA REVELIA DA RECLAMADA

A reclamada não apresentou carta de preposto no prazo que lhe foi concedido, em razão disso e ante o requerimento do autor apresentado na sua manifestação, decreto a sua revelia e aplico-lhe a pena de confissão nos exatos termos do art.844 da CLT, e desconsidero a contestação apresentada em audiência.

Ante a confissão da Reclamada e a ausência de provas em contrário, condeno a Reclamada ao pagamento das seguintes verbas:

1) Diferenças salariais entre o salário recebido (R$ 1.436,60) e o piso salarial estabelecidos para o cargo de técnico de enfermagem pelas Leis Estaduais Lei Estadual nº 7.267/16 com vigência inicial em 01/01 /2017 (R$ 1.529,26) e Lei Estadual nº 7.530/17, com vigência inicial em 01/01/2018 (R$ 1.605,72);

2) Saldo de salário (31 dias);

3) Aviso prévio Indenizado (87 dias);

4) 13º Proporcional (08/12)

5) Férias Proporcionais + 1/3 (01/12)

7) Diferenças de FGTS, conforme extrato analítico de id da5dbc7

8) Indenização de 40% do FGTS

9) 2ª Parcela do 13º salário de 2017

10) Multa do artigo 477 da CLT

11) Multa do artigo 467 sobre os itens 1 a 5

12) Prêmio de assiduidade no valor de 10% sobre o salário base do Autor, durante todo o período imprescrito.

As verbas rescisórias serão calculadas com base no maior salário reajustado, acrescido da média das horas extras.

O prêmio por assiduidade não integra o salário para nenhum efeito antes os termos da norma coletiva.

DAS FÉRIAS

O Reclamante alega que recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 anos, sempre recebendo após o início do gozo.

De fato, o art. 145 da CLT determina o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono referido no art. 143 até dois dias antes do início do respectivo período, sem, contudo, fixar expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento desse prazo, que, na forma do art. 153 do mesmo Diploma Legal, importa em mera infração administrativa.

Contudo, o art. 145 da CLT não estabelece expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento do prazo por ele estabelecido para o pagamento da remuneração das férias, o que, na forma do art. 153 do mesmo diploma legal, importa em mera infração administrativa. É relevante destacar que o art.137 da CLT determina o pagamento das férias em dobro, apenas e unicamente quando o gozo for concedido após o término do período concessivo.

Não adoto, portanto, a orientação contida na Súmula 450 do Eg. TST.

Julgo improcedente o pedido de item 11.

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Defiro ao autor o benefício da gratuidade de justiça, com fulcro no Art. 790, §3ºda CLT, considerando que além de estar desempregado percebia salário inferior a 40% do teto da previdência social.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Considerando-se a sucumbência recíproca, condeno as partes a pagarem aos advogados da parte contrária, honorários de sucumbência no percentual de 10%.

Os honorários devidos pela parte autora serão calculados sobre o valor estimado na inicial para os pedidos julgados improcedentes e os honorários devidos pela reclamada sobre o valor que resultar da liquidação dos pedidos julgados procedentes ou procedentes em parte.

Entendo justo o percentual fixado, considerando-se os critérios estabelecidos no parágrafo segundo do artigo 791-A da CLT.

PELO EXPOSTO, DECLARO a prescrição das parcelas anteriores a 09/08/2013, com fulcro no Art. 7o, inciso XXIX da CF, com exceção dos depósitos de FGTS cuja prescrição é trintenária, devendo ser observado o teor da súmula 362 do TST e julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido, para condenar **P ENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA** a pagar a **ALTAIR AYRES TORRES** , conforme se apurar em liquidação por cálculos, observados os parâmetros fixados, os títulos deferidos na fundamentação que este decisumintegra.

Condeno as partes a pagarem aos advogados da parte contrária, honorários de sucumbência no percentual de 10%.

Os honorários devidos pela parte autora serão calculados sobre o valor estimado na inicial para os pedidos julgados improcedentes e os honorários devidos pela reclamada sobre o valor que resultar da liquidação dos pedidos julgados procedentes ou procedentes em parte.

Condeno, ainda, a reclamada a comprovar nos autos o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre as verbas de natureza salarial deferidas nesta sentença, observando as disposições contidas nas Leis 8212/91, Lei 8541/92, Lei 10035/00 e Provimento da Corregedoria do TST nº 01/96, sob pena de execução.

Parâmetros para os cálculos das contribuições previdenciárias e fiscais:

1) Cada parte arcará com o percentual que lhe cabe na contribuição previdenciária total, na forma determinada nos Art. 20 e 21 da Lei 8212/91.

2) O autor arcará integralmente com o imposto de renda, por força do que dispõem os Art. 43 e 45 do CTN, que será calculado observando-se o art. 12-A da Lei 7713/1988 e a Instrução Normativa 1145/2011 da Receita Federal.

3)Os juros de mora serão excluídos da base de cálculo do imposto de renda, conforme Orientação Jurisprudencial nº 400 do SDI-I do Eg. TST.

4) As seguintes parcelas deverão ser consideradas para efeito de cálculo das contribuições previdenciárias e fiscais: salário, 13osalário.

5)As contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas através de Guia da Previdência Social (GPS) e informadas à Previdência Social, mediante a emissão das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

Juros de 1% ao mês, simples, contados da data do ajuizamento da ação e correção monetária na forma da lei.

Custas de R$500,00, pela reclamada, calculadas sobre R$25.000,00, valor arbitrado para este fim específico com fulcro no Art. 789, IV da CLT.

INTIMEM-SE AS PARTES

RIO DE JANEIRO, 7 de Janeiro de 2019

AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO
Juiz do Trabalho Titular

EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Processo n. 0100798-82.2018.5.01.0034 - RTOrd

ALTAIR AYRES TORRES, já qualificada nos autos da RECLAMAÇÂO TRABALHISTA que move em face à **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, por seu procurador infra-assinado, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, inconformado com a respeitável sentença de ID. d98f7e7, interpor

RECURSO ORDINÁRIO

para uma das Turmas do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, consoante os substratos fáticos e jurídicos arrazoados na inclusa peça processual, com fulcro nas regras dos incisos XXXV e LV, artigo 5º da CRFB/88 c/c letra “a”, do artigo 895 da CLT, c/c artigo 6º da Lei nº 5.584, de 26/06/1970.

DA TEMPESTIVIDADE

Ressalta a Recorrente a tempestividade da presente medida, porquanto as partes foram cientificadas da r. sentença em **21/01/2019 (segunda-feira),** por meio de publicação em Diário Oficial. Dessa forma, a contagem de prazo para a interposição do presente recurso iniciou-se em 22/01/2019 (terça-feira), possuindo como término o dia **31/01/2019 (quinta-feira)**.

Portanto, eis que tempestivo.

DO PREPARO

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 1
Número do documento: 19013121174290700000087609363

De igual modo, insta observar, que o Autor é beneficiário da Gratuidade de Justiça, consoante o deferimento do pedido feito na exordial em sentença de ID. d98f7e7 - Pág. 3, sendo assim isento do pagamento de custas processuais.

Outrossim, requer a V.Exa., estando preenchidos os requisitos de admissibilidade, a remessa dos autos à instância superior após cumpridas as formalidades de estilo.

Por derradeiro, salienta o Reclamante que o subscritor da presente está devidamente investido dos poderes necessários, conforme se consta do instrumento de mandato de ID. df02310.

Termos em que,
Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA
OAB/RJ 157.143

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 2
Número do documento: 19013121174290700000087609363

RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO

Recorrente: ALTAIR AYRES TORRES
Recorridas: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.
Processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Origem: 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro.

Eméritos Julgadores,

A decisão recorrida merece parcial reforma porque vez que partindo de premissas falsas concluiu erroneamente, não representando a realidade dos autos.

Data venia, não há como subsistir parte da r. sentença, posto que fundamentada em absoluta contrariedade ao direito, à lei, à atual jurisprudência, e, principalmente aos documentos e provas constantes dos autos, como demonstra.

Assim, pretende o Recorrente buscar, pela via do duplo grau de jurisdição, a decisão final que possa resultar na justiça no deslinde da demanda em tela.

Para tanto, respeitosamente, vem expor suas razões, articuladamente, como a seguir:

1. SÍNTESE DA DEMANDA

Em singelas linhas, trata-se de reclamatória em que o Reclamante foi contratado em 20/07/1998, para ocupar os quadros da Reclamada, no exercício da função de auxiliar de enfermagem, tendo posteriormente passado ao cargo de técnico de enfermagem, para laborar sempre em escala 12 x 36, laborando até 03/03/2015 das 20:00 às 08:00, a partir de 03/03/2015 passou a laborar no

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 3
Número do documento: 19013121174290700000087609363

turno das 08:00 às 20:00 até a data da demissão, sempre com 1 hora de intervalo para almoço, com último salário de R$ 1.436,60.

Cumpre ressaltar que o Reclamante teve seu salário congelado desde 2016, permanecendo com o mesmo salário desde janeiro de 2016 até a data da demissão, tendo permanecido ganhando abaixo do piso salarial de sua categoria nos anos de 2017 e 2018, que foram respectivamente R$ 1.529,26 e R$ 1.605,72, em desconformidade com as Leis Estaduais nº 7.267/16 e 7.530/17.

Em 31/05/2018 o Reclamante foi imotivadamente dispensado pela Reclamada mediante aviso prévio indenizado, sem receber quaisquer verbas rescisórias.

Cumpre ainda ressaltar que o Reclamante recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 (cinco) anos, sempre recebendo após o início do gozo e deixou de receber metade do 13º salário de 2017.

Após a dispensa o Reclamante ainda verificou através do extrato de seu FGTS que a Reclamada não depositava seu FGTS na conta vinculada desde 2004, assim como não depositou a multa rescisória de 40%, bem como suas contribuições ao INSS apesar de descontadas não foram recolhidos ao menos desde 2005 até 2018.

Logo, requereu o Recorrente a condenação da Reclamada para proceder com o pagamento das verbas rescisórias, acrescida da multa fundiária de 40% e cominação das multas previstas nos arts. 477, §8º e 467 da CLT, considerando-se para todos os efeitos, o salário do obreiro, o reajuste salarial não aplicado em 2017 e 2018, horas extras habituais, bem como, demais parcelas requeridas sobre o valor da hora normal, sem prejuízo do repouso.

Contudo a sentença de ID. d98f7e7 julgou apenas parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, apesar de ter deferido o pedido de revelia do Recorrente.

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 4
Número do documento: 19013121174290700000087609363

Assim, os pedidos julgados improcedentes merecem reparos. Vejamos.

2. DAS IRRESIGNAÇÕES.

2.1. Das Férias

Quanto à fundamentação sobre a improcedência do pedido de pagamento de férias em dobro, com fulcro na Súmula nº 450 do TST, assim colocou na r. sentença:

> "DAS FÉRIAS
> **O Reclamante alega que recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 anos, sempre recebendo após o início do gozo.**
> De fato, o art. 145 da CLT determina o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono referido no art. 143 até dois dias antes do início do respectivo período, sem, contudo, fixar expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento desse prazo, que, na forma do art. 153 do mesmo Diploma Legal, importa em mera infração administrativa.
> Contudo, o art. 145 da CLT não estabelece expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento do prazo por ele estabelecido para o pagamento da remuneração das férias, o que, na forma do art. 153 do
> mesmo diploma legal, importa em mera infração administrativa.
> É relevante destacar que o art.137 da CLT determina o pagamento das férias em dobro, apenas e unicamente quando o gozo for concedido após o término do período concessivo.
> **Não adoto, portanto, a orientação contida na Súmula 450 do Eg. TST**.
> Julgo improcedente o pedido de item 11." (grifo nosso)

Alegou a Reclamada, ora Recorrida, ter quitado todas as férias do Reclamante, exceto a última, contudo as alegações do Reclamante, ora

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 5
Número do documento: 19013121174290700000087609363

Recorrente, devem prosperar pois a Recorrida foi decretada revel e confessa, com isso as afirmações do Recorrente na exordial devem prevalecer.

Ainda, cabe ressaltar que o Reclamante requereu na exordial o recebimento em dobro das férias dos últimos 5 (cinco) anos, nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do TST, pois SEMPRE RECEBEU APÓS O GOZO, já descontando no valor dos pedidos os valores efetivamente recebidos.

Como podemos observar em ID. 5e9c1be - Pág. 2, o Reclamante recebeu o valor das férias gozadas entre 10/06/2016 e 09/07/2016, apenas em 27/06/2016, por exemplo.

Tais afirmações não foram impugnadas ou refutadas pela Reclamada, ora Recorrida, que foi reputada confessa e revel, portanto devem ser reputadas verdadeiras pela Colenda Turma.

Consoante a ausência de contestação quanto aos pagamentos extemporâneos das férias supracitadas em todo o período, reconhecido pelo Juízo *a quo*, foi negada a aplicação da Súmula nº 450 do TST, que ora se transcreve:

> Súmula nº 450 do TST
>
> **FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT.** (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014
>
> **É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria**, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. (grifo nosso)

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 6
Número do documento: 19013121174290700000087609363

Pelo exposto, ante a total ausência da aplicação de entendimento sumulado do TST, requer a reforma do julgado nesse particular e a procedência do item “11” do rol de pedidos da exordial.

2.2. Da Aplicação da Multa do art. 467 da CLT

Aduz a sentença guerreada que a multa do art. 467 da CLT só incide sobre diferenças salariais entre o salário recebido (R$ 1.436,60) e o piso salarial estabelecidos para o cargo de técnico de enfermagem pelas Leis Estaduais Lei Estadual nº 7.267/16 com vigência inicial em 01/01/2017 (R$ 1.529,26) e Lei Estadual nº 7.530/17, com vigência inicial em 01/01/2018 (R$ 1.605,72), saldo de salário (31 dias), aviso prévio indenizado (87 dias), 13º Proporcional (08/12) e Férias Proporcionais + 1/3 (01/12).

Contudo, a multa do art. 467 da CLT também deverá incidir sobre a indenização de 40% do FGTS, por ser verba eminentemente rescisória, bem como sobre a 2ª Parcela do 13º salário de 2017 e férias em dobro requeridas, por serem verbas salariais não quitadas e incontroversas.

A jurisprudência do TRT da 6ª Região e do TST contrariam o entendimento do Juízo *a quo*, conforme podemos observar abaixo:

> **RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. BASE DE CÁLCULO. MULTA DO ART. 467. INCIDÊNCIA SOBRE SALÁRIOS ATRASADOS. O entendimento firmado nesta Corte é no sentido de que incide a multa do art. 467 da CLT sobre os salários atrasados. Precedentes.** Recurso de revista a que se dá provimento. (TST - RR: 000068-25.2014.5.04.0841, Relator(a): Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 08/04/2015, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/04/2015) (grifo nosso)
>
> **MULTA DO ART. 467 DA CLT. INCIDÊNCIA SOBRE A MULTA FUNDIÁRIA DE 40%. POSSIBILIDADE. As parcelas rescisórias incontroversas, a que se refere o**

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 7
Número do documento: 19013121174290700000087609363

art. 467 da CLT, são aquelas cuja exigibilidade é deflagrada pelo fato do rompimento do contrato de trabalho, aí incluída, por óbvio, a multa de 40% do FGTS. Recurso obreiro que se dá provimento. (TRT-6 - RO - 0000806-32.2015.5.06.0191, Relator: Jose Luciano Alexo da Silva, Data de julgamento: 25/01/2018, Quarta Turma, Data assinatura: 26/01/2018) (grifo nosso)

1 - **MULTA DO ART. 467 DA CLT. INCIDÊNCIA SOBRE A MULTA DE 40% DO FGTS. VERBA DE NATUREZA RESCISÓRIA. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a multa de 40% do FGTS sobre o montante dos depósitos do FGTS corresponde a uma parcela rescisória propriamente dita, de modo que incide sobre ela a penalidade prevista no artigo 467 da CLT**. Recurso de revista não conhecido. 2 - MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. MULTA CONVENCIONAL. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. Nos termos do disposto no item II, da Súmula 384 desta Corte, é aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal, não havendo falar em dupla condenação. Logo, é possível a cumulação da multa convencional pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias com a multa prevista no art. 477, § 8.º, da CLT, sem que se fale em bis in idem. Recurso de revista não conhecido. 3 - DOENÇA OCUPACIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. 3.1. Na hipótese, o Tribunal Regional, infirmando a prova pericial com fundamento em outros elementos de convicção contundentes existentes nos autos, notadamente diante da prova testemunhal e documental produzida, constatou que ainda que o labor na reclamada

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 8
Número do documento: 19013121174290700000087609363

> não seja reconhecido como causa direta da doença ocupacional, a atividade laborativa desempenhada pelo reclamante atuou inequivocamente como concausa, contribuindo de forma decisiva no agravamento da lesão em sua coluna cervical (espondiloartrose incipiente), exsurgindo daí o nexo de causalidade. 3.2. O recurso de revista das reclamadas vem fundamentado apenas em divergência jurisprudencial. Os arestos paradigmas trazem, em síntese, a tese de que não é devida a indenização por danos morais quando o laudo pericial conclui que a doença do trabalhador tem origem degenerativa, não existindo nexo causal com as atividades laborativas. No caso, como se extrai do acórdão recorrido, os demais elementos probatórios existentes nos autos evidenciam que as atividades laborais contribuíram para o agravamento das lesões do autor, ainda que estas tenham origem degenerativa, caracterizando a concausa e o nexo da causalidade, de modo a infirmar as conclusões da perícia. Assim, resta patente a inespecificidade dos arestos transcritos nas razões recursais, porquanto diverso o quadro fático. Inteligência da Súmula 296, I, do TST. Recurso de revista não conhecido. (Processo: RR - 382100-64.2005.5.12.0046 Data de Julgamento: 08/04/2015, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/04/2015.) (grifo nosso)

Pelo exposto, ante a ausência da aplicação de jurisprudência majoritária do TST, requer a reforma do julgado nesse particular e a procedência do item “15” do rol de pedidos da exordial sobre todas as verbas rescisórias, incluindo a multa de 40% do FGTS e também das verbas salariais em atraso de 13º salário de 2017 e diferença de férias vencidas+1/3 com a dobra requerida.

2.3. Dos Honorários Advocatícios

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 9
Número do documento: 19013121174290700000087609363

Outro ponto que merece reforma a r. sentença é no tocante aos honorários advocatícios deferidos.

Conforme já devidamente requerido na exordial, em virtude da introdução do art. 791-A na CLT, através da Lei nº 13.467/2017, **requer a majoração da condenação da Reclamada em honorários de sucumbência no máximo legal de 15%, pelo alto grau de zelo profissional e importância da causa, que trata de verbas rescisórias de um empregado com mais de 20 (vinte) anos completos de efetivo labor**, não sendo necessária a assistência sindical para recebimento de honorários sucumbenciais, após novembro de 2017.

Assim como, requer seja tal verba incidente sobre os demais pedidos aqui feitos que forem julgados procedentes, revertendo as improcedências do Juízo *a quo*.

3. CONCLUSÃO

Destarte, data vênia, pede e espera o Recorrente que se digne este Egrégio Tribunal a conhecer e prover o presente recurso de modo a reformar a veneranda sentença recorrida, como requerido, decretando a procedência **DE TODOS OS pedidos formulados na inicial.**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA
OAB/RJ 157.143

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 31/01/2019 21:18:12 - 99d848d
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19013121174290700000087609363
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 99d848d - Pág. 10
Número do documento: 19013121174290700000087609363

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DECISÃO PJe-JT

1- Na forma do Provimento nº 06/2011 da Corregedoria do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e por preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, recebo o **Re curso Ordinário** interposto pelo **autor.**

2- Venha(m) o(os) recorrido(s) com contrarrazões.

3- Transcorrido o prazo, havendo ou não contrarrazões, subam ao E. TRT .

RIO DE JANEIRO ,30 de Maio de 2019

AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO

Juiz(a) de Vara do Trabalho

jda

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DECISÃO PJe-JT

1- Na forma do Provimento nº 06/2011 da Corregedoria do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e por preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, recebo o **Re curso Ordinário** interposto pelo **autor.**

2- Venha(m) o(os) recorrido(s) com contrarrazões.

3- Transcorrido o prazo, havendo ou não contrarrazões, subam ao E. TRT .

RIO DE JANEIRO ,30 de Maio de 2019

AUREA REGINA DE SOUZA SAMPAIO

Juiz(a) de Vara do Trabalho

jda

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034 - RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA

RECORRENTE: ALTAIR AYRES TORRES

RECORRIDO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Certifico que, em Sessão Virtual iniciada em 06 de maio de 2020 e encerrada em 12 de maio de 2020, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Federal do Trabalho Antônio Carlos de Azevedo Rodrigues, com a presença do Ministério Público do Trabalho, na pessoa do ilustre Procurador Dr. Marcelo de Oliveira Ramos, e dos Excelentíssimos Desembargadores Federais do Trabalho Claudia de Souza Gomes Freire, Relatora, e Célio Juaçaba Cavalcante, resolveu a 9ª Turma proferir a seguinte decisão: por unanimidade, nos termos da fundamentação do voto da Exma. Sra. Relatora, **CONHECER** do recurso ordinário interposto, e, no mérito, **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para acrescer à condenação o pagamento das férias imprescritas de forma simples, acrescidas de 1/3, bem como deferir a incidência da multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%. Mantido o valor arbitrado à condenação.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PROCESSO nº 0100798-82.2018.5.01.0034 (ROT)

A C Ó R D Ã O
9ª T U R M A

RECURSO ORDINÁRIO. FÉRIAS EM DOBRO. "É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal" (Súmula nº 450 do TST).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso ordinário em que são partes: **ALTAIR AYRES TORRES** (Dr. Erick Machado Balzana Souza, OAB/RJ n. 157.143), como recorrente, e **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA** (Dra. Julia Ribeiro Fernandes Santos, OAB/RJ n. 198.482), como recorrida.

Insurge-se o reclamante em face da r. sentença de fls. 191/194 (Id. d98f7e7), da lavra da Exma. Juíza **Aurea Regina de Souza Sampaio**, da **34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro**, que julgou procedentes em parte os pedidos formulados na exordial.

Nas razões recursais de fls. 199/208 (Id. 99d848d), requer a reforma do julgado quanto aos temas dobra das férias e multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%. Requer, ainda, a majoração do percentual aplicado no cálculo dos honorários advocatícios.

Custas inexigíveis, no particular.

Sem contrarrazões da reclamada, embora regularmente intimada à fl. 210 (Id. 6c683ba).

Deixo de encaminhar os autos ao douto Ministério Público do Trabalho, eis que não configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 85, I, do Regimento Interno, do E. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO

Por preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

MÉRITO

DA DOBRA DAS FÉRIAS

Sustenta o recorrente, em resumo, que: a recorrida foi decretada revel e confessa, portanto suas afirmações na exordial devem prevalecer; devem ser deferidas as dobras de férias dos últimos 5 anos, nos termos do art. 137 da CLT e Súmula nº 450 do C. TST, uma vez que sempre as recebeu após o gozo. Cita, por exemplo, que as férias do período aquisitivo 2014/2015 foram gozadas no período de 10/06/2016 a 09/07/2016, sendo que o pagamento somente foi efetuado em 27/06/2016 (Id. 5e9c1be).

Fundamentou a sentença:

"O Reclamante alega que recebeu as férias 2017/2018 em atraso, bem como as dos últimos 5 anos, sempre recebendo após o início do gozo.

De fato, o art. 145 da CLT determina o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono referido no art. 143 até dois dias antes do início do respectivo período, sem, contudo, fixar expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento desse prazo, que, na forma do art. 153 do mesmo Diploma Legal, importa em mera infração administrativa.

Contudo, o art. 145 da CLT não estabelece expressamente nenhuma penalidade para o descumprimento do prazo por ele estabelecido para o pagamento da remuneração das férias, o que, na forma do art. 153 do mesmo diploma legal, importa em mera infração administrativa. É relevante destacar que o art.137 da CLT determina o pagamento das férias em dobro, apenas e unicamente quando o gozo for concedido após o término do período concessivo.

Não adoto, portanto, a orientação contida na Súmula 450 do Eg. TST.

Julgo improcedente o pedido de item 11."

A tese recursal merece acolhida.

O art. 145 da CLT e seu parágrafo único determinam que:

"*Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977*

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977"

No caso ***sub examine***, restou afirmado na peça de ingresso que as férias referentes ao período imprescrito foram pagas após o prazo legal (Id. 8286e25 - Pág. 11).

O recibo de férias do autor, juntado à Pág. 2 do Id. 5e9c1be, demonstra que as férias relativas ao período aquisitivo 2014/2015, fruídas de 10/06/2016 a 09/07/2016, foram pagas em 27/06/2016.

Logo, no caso dos autos, não há elementos probatórios suficientes no sentido de que as férias do período imprescrito tenham sido, de fato, pagas no prazo estabelecido pelo art. 145 da Consolidação.

No entanto, a dobra estabelecida no art. 137 da CLT apenas é devida nos casos em que a concessão das férias ocorrer após o prazo previsto no art. 134 e não quando o prazo do respectivo pagamento for descumprido.

Além do que, tratando-se o art. 137 de norma de conteúdo punitivo, a sua interpretação deve ser feita de forma restritiva, devendo ser ressaltado que onde a lei não impõe penalidade não cabe ao intérprete fazê-lo.

Entretanto, ressalvado meu entendimento já manifestado, na forma do artigo 927, IV do CPC, que impõe a observância dos Juízes e Tribunais aos enunciados dos tribunais superiores, por disciplina jurídica, adoto aquele constante da Súmula 450 do TST:

> "*FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014*
>
> *É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.*"

Logo, faz jus o autor ao pagamento da dobra estabelecida no art. 137 da CLT. No entanto, como afirmou já ter recebido o pagamento das férias do período imprescrito, embora a destempo, devido apenas o seu pagamento de forma simples, acrescido de 1/3.

Dou parcial provimento.

DA MULTA DO ART. 467 DA CLT. INCIDÊNCIA SOBRE A INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA DE 40% DO FGTS, DOBRA DAS FÉRIAS E 13º SALÁRIO.

Requer o autor a reforma da sentença para que a multa do art.467 da CLT incida também sobre a indenização compensatória de 40% do FGTS, a dobra das férias e a 2ª parcela do 13º salário de 2017, sob o argumento de que são verbas salariais não quitadas e incontroversas. Cita jurisprudência.

Prospera, em parte, seu inconformismo.

A dobra das férias, deferida no tópico anterior, bem como a 2ª parcela do 13º salário de 2017 não constituem verbas de natureza rescisória em sentido estrito, tratando-se de parcelas decorrentes do próprio contrato. Assim, não estão sujeitos à incidência da penalidade prevista no art. 467 da CLT.

Contudo, a **indenização compensatória de 40%** é devida ao empregado em decorrência da ruptura imotivada do contrato de trabalho, na forma do art.18, §1º da Lei 8.036/90, revelando sua **natureza rescisória para fins do disposto no art. 467 da CLT**.

Nesse sentido, é o entendimento da Alta Corte Trabalhista, conforme arestos abaixo:

> "RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MULTA. ART. 467 CLT. INCIDÊNCIA. DEPÓSITOS DE FGTS E MULTA DE 40% DO FGTS 1. A multa de 40% sobre os depósitos de FGTS realizados durante o contrato de emprego é devida pelo empregador nos casos em que exerce a iniciativa de resilir o contrato sem justa causa, tal como dispõe o art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/1990. Trata-se, portanto, de parcela que se constitui em favor do empregado em razão da resilição do contrato de emprego, o que revela sua natureza rescisória para fins do disposto no art. 467 da CLT. 2. Já os depósitos mensais de FGTS não são devidos em função da cessação do contrato de emprego, mas sim decorrentes do pagamento mensal de salário - fato gerador da obrigação (art. 15 da Lei nº 8.036/1990). Não se trata de verba rescisória e, assim, não sofre a incidência da multa do art. 467 da CLT. 3. Recurso de revista do Reclamante de que se conhece e a que se dá parcial provimento." (ARR - 348-38.2012.5.15.0007, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 18/05/2016, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/05/2016.)

> RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. MULTA. ART. 467 DA CLT. INCIDÊNCIA. DEPÓSITOS DE FGTS E INDENIZAÇÃO DE 40% DO FGTS . O Tribunal de origem decidiu que a indenização compensatória de 40% do FGTS e o FGTS "não estão sujeitos à aplicação multa prevista no art. 467 da CLT", por entender que não se trata de verba rescisória. Os depósitos de FGTS não constituem verba rescisória, pois não são devidos em decorrência do fim do contrato de trabalho, e sim de obrigação legal prevista no art. 15 da Lei 8.036/1990. Logo, esses valores não estão sujeitos à incidência da multa prevista no art. 467 da CLT. Todavia, a indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS constitui parcela rescisória, pois é devida ao trabalhador em face da extinção do contrato de trabalho sem justa causa, em conformidade com os arts. 18, § 1º, da Lei 8.036/90 e 7º, I, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (TST - RR: 6636320165120022, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 13/02/2019, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019)

Dou parcial provimento para deferir a incidência da multa do art.467 da CLT na indenização compensatória de 40%.

DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO.

Requer o recorrente seja majorado o percentual dos honorários sucumbenciais fixados na origem em razão do alto grau de zelo profissional e importância da causa, uma vez que *"trata de verbas rescisórias de um empregado com ais de 20 (vinte) anos completos de efetivo labor"*.

Analisa-se.

O novo dispositivo introduzido pela Lei 13.467/2017, que regula os honorários sucumbenciais, tem a seguinte redação:

> *"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *(...)*
>
> *§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)*
>
> *§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (...)"*

Conforme se verifica, o *caput* do art. 791-A da CLT permite a fixação dos honorários em percentual que pode variar de 5% a 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Na fixação do percentual, o legislador estabeleceu alguns parâmetros a serem observados pelo Juízo, tais como o grau de zelo profissional, o local da prestação de serviços, a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Na hipótese dos autos, o Juízo de origem arbitrou os honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor que resultar da liquidação, revelando-se condizente com os parâmetros destacados no §2º do art. 791-A da CLT.

Nego provimento.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, **CONHEÇO** do recurso ordinário interposto, e, no mérito, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para acrescer à condenação o pagamento das férias imprescritas de forma simples, acrescidas de 1/3, bem como deferir a incidência da multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%, nos termos da fundamentação supra. Mantido o valor arbitrado à condenação.

A C O R D A M os Desembargadores que compõem a 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, nos termos da fundamentação do voto da Exma. Sra. Relatora, CONHECER do recurso ordinário interposto, e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para acrescer à condenação o pagamento das férias imprescritas de forma simples, acrescidas de 1/3, bem como deferir a incidência da multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%. Mantido o valor arbitrado à condenação.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020.

CLAUDIA DE SOUZA GOMES FREIRE
Desembargadora Relatora

k

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
9ª TURMA
Relatora: CLAUDIA DE SOUZA GOMES FREIRE
ROT 0100798-82.2018.5.01.0034
RECORRENTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECORRIDO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): ALTAIR AYRES TORRES

NOTIFICAÇÃO

Tomar ciência do dispositivo v. acórdão (id:1187bd7): "**A C O R D A M** os Desembargadores que compõem a 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, nos termos da fundamentação do voto da Exma. Sra. Relatora, CONHECER do recurso ordinário interposto, e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para acrescer à condenação o pagamento das férias imprescritas de forma simples, acrescidas de 1/3, bem como deferir a incidência da multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%. Mantido o valor arbitrado à condenação. "

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de maio de 2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
9ª TURMA
Relatora: CLAUDIA DE SOUZA GOMES FREIRE
ROT 0100798-82.2018.5.01.0034
RECORRENTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECORRIDO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

NOTIFICAÇÃO

Tomar ciência do dispositivo v. acórdão (id:1187bd7): "**A C O R D A M** os Desembargadores que compõem a 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, nos termos da fundamentação do voto da Exma. Sra. Relatora, CONHECER do recurso ordinário interposto, e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para acrescer à condenação o pagamento das férias imprescritas de forma simples, acrescidas de 1/3, bem como deferir a incidência da multa do art. 467 da CLT sobre a indenização compensatória de 40%. Mantido o valor arbitrado à condenação. "

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de maio de 2020.

Assinado eletronicamente por: MARCELO FERREIRA VIANA DESIDERATI - Juntado em: 29/05/2020 16:17:58 - 683db37
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20052916175179900000045664829?instancia=2
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20052916175179900000045664829

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
9ª TURMA
Relatora: CLAUDIA DE SOUZA GOMES FREIRE
ROT 0100798-82.2018.5.01.0034
RECORRENTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECORRIDO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que decorreu *in albis* o prazo legal sem que fossem interpostos quaisquer recursos ao v. acórdão (Id 1187bd7).

Transitado em julgado em 17/06/2020 , faço remessa do presente processo a MM. Vara de origem.

RIO DE JANEIRO/RJ, 22 de junho de 2020.

Assinado eletronicamente por: AFONSO GENTIL RAMOS FILHO - Juntado em: 22/06/2020 10:45:29 - 230c190
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO:02578421000120
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20062210450210400000046719784?instancia=2
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20062210450210400000046719784

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

1- Venha a parte autora, no prazo de 8 (oito) dias*, com os cálculos de liquidação, observados os termos do artigo 879, §§1º-A e 1º-B, da CLT.*

2- Apresentada a conta, notifique-se a reclamada para se manifestar acerca dos cálculos, no prazo de 8 (oito) dias, ciente de que, *em caso de impugnação*, deverá apresentar demonstrativo dos valores que entende devidos, sob pena de preclusão (artigo 879, §2º, da CLT).

3- Caso a Ré não concorde com os cálculos, intime-se o Reclamante para se manifestar acerca da impugnação também no prazo de 8 (oito) dias*.*

4- Com a manifestação da parte autora sobre a impugnação, ou decorrido o prazo supra "in albis", ante a divergência acerca dos cálculos apresentados, remeta-se o processo à Contadoria.

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de junho de 2020.

MARIANA OLIVEIRA NEVES RAMOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: MARIANA OLIVEIRA NEVES RAMOS - Juntado em: 29/06/2020 09:36:23 - 4df0168
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20062907282460900000114357738?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20062907282460900000114357738

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do seguinte documento:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

1- Venha a parte autora, no prazo de 8 (oito) dias*, com os cálculos de liquidação, observados os termos do artigo 879, §§1º-A e 1º-B, da CLT.*

2- Apresentada a conta, notifique-se a reclamada para se manifestar acerca dos cálculos, no prazo de 8 (oito) dias, ciente de que, *em caso de impugnação*, deverá apresentar demonstrativo dos valores que entende devidos, sob pena de preclusão (artigo 879, §2º, da CLT).

3- Caso a Ré não concorde com os cálculos, intime-se o Reclamante para se manifestar acerca da impugnação também no prazo de 8 (oito) dias*.*

4- Com a manifestação da parte autora sobre a impugnação, ou decorrido o prazo supra "in albis", ante a divergência acerca dos cálculos apresentados, remeta-se o processo à Contadoria.

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de junho de 2020.

MARIANA OLIVEIRA NEVES RAMOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: MARIANA OLIVEIRA NEVES RAMOS - Juntado em: 29/06/2020 09:37:24 - 5b57954
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20062909362143800000114362648?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20062909362143800000114362648

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO/RJ – TRT DA 1ª REGIÃO

Processo nº. 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, já qualificada nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, movida face à **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, devidamente qualificadas, vem, por seu procurador, *infra-assinado*, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença e o despacho de ID. 4df0168, requerer a juntada da planilha de cálculos de liquidação, que segue anexa, para homologação.

Desde já, requer após a homologação e decorrido o prazo de impugnação, seja iniciada a execução, mediante os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INFOJUD-DOI em face da Reclamada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2020.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA

157.143 OAB/RJ

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 09/07/2020 21:08:23 - b014d93
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20070921070278900000115146953
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b014d93 - Pág. 1
Número do documento: 20070921070278900000115146953

CALCULOS TRABALHISTAS			
RECLAMANTE:	ALTAIR AYRES TORRES		
RECLAMADA:	PENSIONATO N. SRA DA CONCEIÇÃO LTDA		
ADMISSÃO:	20/07/98	DEMISSÃO:	26/08/18
CARGO:	TECNICO EM ENFERMAGEM		
SALARIO:	R$ 1.436,60		
PROCESSO:	00100798-82.2018.5.01.0034	DATA:	09/08/18
VARA:	34ª V.T - RIO DE JANEIRO		

DEMONSTRATIVO DE CALCULOS

MÊS/ANO	SALARIO DEVIDO	SALARIO PAGO	SALDO SALARIO	13º SALARIO	AVISO PREVIO	FÉRIAS+ 1/3	F.G.TS 8%	F.G.TS 40%	FGTS-40% S/DEPOS	PREMIO ASSIDUID	MULTA ART.477	MULTA ART.467	INSS	TOTAL PRINCIPAL	INDICE ATUALIZ	TOTAL ATUALIZADO
ago/13	1.079,11	1.079,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,91	0,00	0,00	0,00	107,91	1,431875877	154,52
set/13	1.079,11	1.079,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,91	0,00	0,00	0,00	107,91	1,429588536	154,27
out/13	1.079,11	1.079,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,91	0,00	0,00	0,00	107,91	1,425739040	153,85
nov/13	1.079,11	1.079,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,91	0,00	0,00	0,00	107,91	1,418928185	153,12
dez/13	1.079,11	1.079,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,91	0,00	0,00	0,00	107,91	1,410886134	152,25
jan/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,400382600	166,23
fev/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,391063137	165,12
mar/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,381393383	163,97
abr/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,371438229	162,79
mai/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,360768199	161,52
jun/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,352921356	160,59
jul/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	1.582,67	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	1.701,37	1,346592371	2.291,05
ago/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,344307049	159,57
set/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,342427651	159,35
out/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,337212522	158,73
nov/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,330824564	157,97
dez/14	1.187,00	1.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,70	0,00	0,00	0,00	118,70	1,325786575	157,37
jan/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,315394955	171,79
fev/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,303791213	170,28
mar/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,286678390	168,04
abr/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,270918995	165,98
mai/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,257464129	164,22
jun/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,249964343	163,25
jul/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	1.741,33	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	1.871,93	1,237711004	2.316,91
ago/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,230451341	160,70
set/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,225183054	160,01
out/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,220423402	159,39
nov/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,212421421	158,34
dez/15	1.306,00	1.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,60	0,00	0,00	0,00	130,60	1,202202698	157,01
jan/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,188182149	170,69

fev/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,177350524	169,14
mar/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,160866223	166,77
abr/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,155895871	166,06
mai/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,150030715	165,21
jun/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,140224781	163,80
jul/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	1.915,47	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	2.059,13	1,135682053	2.338,51
ago/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,129528309	162,27
set/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,124521960	161,55
out/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,121941495	161,18
nov/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,119813848	160,87
dez/16	1.436,60	1.436,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,66	0,00	0,00	0,00	143,66	1,116909883	160,46
jan/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	0,16	0,00	7,43	2,97	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	248,73	1,111346604	276,42
fev/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,105377565	280,52
mar/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,103721982	280,10
abr/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,101409023	279,51
mai/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,098771970	278,84
jun/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,097016743	278,39
jul/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	2.039,01	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	2.292,79	1,098994934	2.519,76
ago/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,095161868	277,92
set/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,093958513	277,62
out/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,090251658	276,68
nov/17	1.529,26	1.436,60	92,66	0,00	4,70	0,00	7,79	3,12	0,00	152,93	0,00	0,00	7,41	253,77	1,086773981	275,80
dez/17	1.529,26	1.436,60	92,66	764,63	4,70	0,00	68,96	27,58	0,00	152,93	0,00	0,00	68,58	1.042,87	1,082983539	1.129,41
jan/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,078776311	367,14
fev/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,074692480	365,75
mar/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,073618861	365,38
abr/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,071368986	364,62
mai/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,069871166	364,11
jun/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	0,00	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	340,33	1,058125968	360,11
jul/18	1.605,72	1.436,60	169,12	0,00	4,70	2.140,96	13,91	5,56	0,00	160,57	0,00	0,00	13,53	2.481,29	1,051397027	2.608,82
ago/18	1.605,72	0,00	1.605,72	1.070,48	4.656,59	178,41	586,62	234,65	1.456,48	160,57	1.605,72	10.820,30	214,10	22.161,45	1,050031985	23.270,23
SUBTOTAL			**3.901,48**	**1.835,11**	**4.741,30**	**9.597,85**	**838,23**	**335,29**	**1.456,48**	**8.374,76**	**1.605,72**	**10.820,30**	**458,93**	**43.047,60**		**47.591,80**
JUROS -23%																**10.946,11**
TOTAL GERAL																**58.537,92**

OBS: VALOR FGTS DEPOSITADO CONFORME EXTRATO:	**R$ 3.641,19**

VALOR 40% S/FGTS NAO DEPOSITADO	**R$ 17.747,79**

CALCULO INSS DEVIDO-RECLAMADA				
MÊS/ANO	BASE CALCULO	INSS EMPDO	INSS EMPDOR	TOTAL DEVIDO
ago/13	0,00	0,00	0,00	0,00
set/13	0,00	0,00	0,00	0,00
out/13	0,00	0,00	0,00	0,00
nov/13	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/13	0,00	0,00	0,00	0,00
jan/14	0,00	0,00	0,00	0,00
fev/14	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/14	0,00	0,00	0,00	0,00
abr/14	0,00	0,00	0,00	0,00
mai/14	0,00	0,00	0,00	0,00
jun/14	0,00	0,00	0,00	0,00
jul/14	0,00	0,00	0,00	0,00
ago/14	0,00	0,00	0,00	0,00
set/14	0,00	0,00	0,00	0,00
out/14	0,00	0,00	0,00	0,00
nov/14	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/14	0,00	0,00	0,00	0,00
jan/15	0,00	0,00	0,00	0,00
fev/15	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/15	0,00	0,00	0,00	0,00
abr/15	0,00	0,00	0,00	0,00
mai/15	0,00	0,00	0,00	0,00
jun/15	0,00	0,00	0,00	0,00
jul/15	0,00	0,00	0,00	0,00
ago/15	0,00	0,00	0,00	0,00
set/15	0,00	0,00	0,00	0,00
out/15	0,00	0,00	0,00	0,00
nov/15	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/15	0,00	0,00	0,00	0,00
jan/16	0,00	0,00	0,00	0,00
fev/16	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/16	0,00	0,00	0,00	0,00
abr/16	0,00	0,00	0,00	0,00
mai/16	0,00	0,00	0,00	0,00
jun/16	0,00	0,00	0,00	0,00
jul/16	0,00	0,00	0,00	0,00
ago/16	0,00	0,00	0,00	0,00
set/16	0,00	0,00	0,00	0,00
out/16	0,00	0,00	0,00	0,00

CALCULO IRRF DEVIDO-RECLAMADA			
MÊS/ANO	BASE CALCULO	INDICE ATUALIZ	TOTAL ATUALIZ
ago/13	0,00	1,431875877	0,00
set/13	0,00	1,429588536	0,00
out/13	0,00	1,425739040	0,00
nov/13	0,00	1,418928185	0,00
dez/13	0,00	1,410886134	0,00
jan/14	0,00	1,400382600	0,00
fev/14	0,00	1,391063137	0,00
mar/14	0,00	1,381393383	0,00
abr/14	0,00	1,371438229	0,00
mai/14	0,00	1,360768199	0,00
jun/14	0,00	1,352921356	0,00
jul/14	0,00	1,346592371	0,00
ago/14	0,00	1,344307049	0,00
set/14	0,00	1,342427651	0,00
out/14	0,00	1,337212522	0,00
nov/14	0,00	1,330824564	0,00
dez/14	0,00	1,325786575	0,00
jan/15	0,00	1,315394955	0,00
fev/15	0,00	1,303791213	0,00
mar/15	0,00	1,286678390	0,00
abr/15	0,00	1,270918995	0,00
mai/15	0,00	1,257464129	0,00
jun/15	0,00	1,249964343	0,00
jul/15	0,00	1,237711004	0,00
ago/15	0,00	1,230451341	0,00
set/15	0,00	1,225183054	0,00
out/15	0,00	1,220423402	0,00
nov/15	0,00	1,212421421	0,00
dez/15	0,00	1,202202698	0,00
jan/16	0,00	1,188182149	0,00
fev/16	0,00	1,177350524	0,00
mar/16	0,00	1,160866223	0,00
abr/16	0,00	1,155895871	0,00
mai/16	0,00	1,150030715	0,00
jun/16	0,00	1,140224781	0,00
jul/16	0,00	1,135682053	0,00
ago/16	0,00	1,129528309	0,00
set/16	0,00	1,124521960	0,00
out/16	0,00	1,121941495	0,00

TABELA DE IRRF - DE ACORDO COM IN 1127/2011		
BASE DE CALCULO	ALIQUOTA %	PARCELA A DEDUZIR
ATÉ(1.903,98 X NM)	0,00	ISENTO
ACIMA DE (1.903,98 X NM) ATÉ (2.826,65	7,50	142,79850 X NM
ACIMA DE (2.826,65 X NM) ATÉ (3.751,05 X	15,00	354,79725 X NM
ACIMA DE (3.751,05 X NM ATÉ (4.664,68 X	22,50	636,12600 X NM
ACIMA DE (4.664,68 X NM)	27,50	869,36000 X NM

nov/16	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/16	0,00	0,00	0,00	0,00
jan/17	92,66	7,41	19,46	26,87
fev/17	92,66	7,41	19,46	26,87
mar/17	92,66	7,41	19,46	26,87
abr/17	92,66	7,41	19,46	26,87
mai/17	92,66	7,41	19,46	26,87
jun/17	92,66	7,41	19,46	26,87
jul/17	92,66	7,41	19,46	26,87
ago/17	92,66	7,41	19,46	26,87
set/17	92,66	7,41	19,46	26,87
out/17	92,66	7,41	19,46	26,87
nov/17	92,66	7,41	19,46	26,87
dez/17	857,29	68,58	180,03	248,61
jan/18	169,12	13,53	35,52	49,04
fev/18	169,12	13,53	35,52	49,04
mar/18	169,12	13,53	35,52	49,04
abr/18	169,12	13,53	35,52	49,04
mai/18	169,12	13,53	35,52	49,04
jun/18	169,12	13,53	35,52	49,04
jul/18	169,12	13,53	35,52	49,04
ago/18	2.676,20	214,10	562,00	776,10
TOTAL		458,93	1.204,68	1.663,61

nov/16	0,00	1,119813848	0,00
dez/16	0,00	1,116909883	0,00
jan/17	85,25	1,111346604	94,74
fev/17	85,25	1,105377565	94,23
mar/17	85,25	1,103721982	94,09
abr/17	85,25	1,101409023	93,89
mai/17	85,25	1,098771970	93,67
jun/17	85,25	1,097016743	93,52
jul/17	85,25	1,098994934	93,69
ago/17	85,25	1,095161868	93,36
set/17	85,25	1,093958513	93,26
out/17	85,25	1,090251658	92,94
nov/17	85,25	1,086773981	92,64
dez/17	788,71	1,082983539	854,16
jan/18	155,59	1,078776311	167,85
fev/18	155,59	1,074692480	167,21
mar/18	155,59	1,073618861	167,04
abr/18	155,59	1,071368986	166,69
mai/18	155,59	1,069871166	166,46
jun/18	155,59	1,058125968	164,63
jul/18	155,59	1,051397027	163,59
ago/18	2.462,10	1,050031985	2.585,29
TOTAL	5.277,66		5.632,95

OBS: NM = Número de meses a que se refere o pagamento acumulado
BASE DE CALCULO= 5.632,95/61 92,34
0
BASE DE CALCULO=1.903,98 X 6 116.142,78 ISENTO
Nº DE MESES = 61 MESES

RESUMO GERAL	
TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE	**58.537,92**
TOTAL INSS - RECLAMADA	**1.663,61**
TOTAL IRRF DEVIDO	**0,00**
FGTS + 40% - NÃO DEPOSITADO	**30.532,24**
HONORARIOS - 10% S/CONDENÇÃO	**8.907,02**
TOTAL DEVIDO	**99.640,79**

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO F.G.T.S DEVIDO						
MÊS/ANO	BASE	F.G.T.S	F.G.T.S	TOTAL	INDICE	TOTAL
	CALCULO	8%	40%	DEVIDO	ATUALIZ	ATUALIZADO
jan/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,417952550	58,28
fev/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,410336730	57,97
mar/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,410336730	57,97
abr/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,397479910	57,44
mai/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,389835810	57,12
jun/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,303116600	53,56
jul/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,367728560	56,22
ago/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,358625770	55,84
set/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,352404710	55,59
out/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,347016640	55,36
nov/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,346881950	55,36
dez/05	366,98	29,36	11,74	41,10	1,343523140	55,22
jan/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,335908470	54,91
fev/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,330321120	54,68
mar/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,323570910	54,40
abr/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,323570910	54,40
mai/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,313326960	53,98
jun/06	366,98	29,36	11,74	41,10	1,297241170	53,32
jul/06	366,98	29,36	11,74	41,10	2,064275534	84,85
ago/06	366,98	29,36	11,74	41,10	2,064688472	84,86
set/06	366,98	29,36	11,74	41,10	2,060773003	84,70
out/06	366,98	29,36	11,74	41,10	2,059743132	84,66
nov/06	366,98	29,36	11,74	41,10	2,053787149	84,41
dez/06	410,52	32,84	13,14	45,98	2,046216149	94,08
13º	411,52	32,92	13,17	46,09	2,046216149	94,31
jan/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,039079371	93,75
fev/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,028531010	93,27
mar/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,019242495	92,84
abr/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,010997405	92,46
mai/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,003582923	92,12
jun/07	410,52	32,84	13,14	45,98	2,001379337	92,02
jul/07	410,52	32,84	13,14	45,98	1,995592120	91,75
ago/07	410,52	32,84	13,14	45,98	1,990814166	91,53
set/07	410,52	32,84	13,14	45,98	1,982487717	91,15
out/07	410,52	32,84	13,14	45,98	1,976755512	90,89
nov/07	492,26	39,38	15,75	55,13	1,972022274	108,72
dez/07	492,26	39,38	15,75	55,13	1,967497031	108,47
13º / 07	493,26	39,46	15,78	55,25	1,967497031	108,69
jan/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,953820289	107,72
fev/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,940238618	106,97
mar/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,927900058	106,29
abr/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,923276063	106,04

mai/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,912194118	105,43
jun/08	492,26	39,38	15,75	55,13	1,901545463	104,84
jul/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,884584205	110,63
ago/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,872785656	109,94
set/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,866253757	109,55
out/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,861414091	109,27
nov/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,855846551	108,94
dez/08	524,12	41,93	16,77	58,70	1,646797245	96,67
13º / 08	525,12	42,01	16,80	58,81	1,646797245	96,85
jan/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,841457019	108,10
fev/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,834120537	107,67
mar/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,822637918	106,99
abr/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,820635219	106,87
mai/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,814104443	106,49
jun/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,803464006	105,87
jul/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,796636780	105,47
ago/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,792692862	105,23
set/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,788579130	104,99
out/09	524,12	41,93	16,77	58,70	1,785187274	104,79
nov/09	586,70	46,94	18,77	65,71	1,781979710	117,09
dez/09	586,70	46,94	18,77	65,71	1,774173348	116,58
13º / 09	587,70	47,02	18,81	65,82	1,774173348	116,78
jan/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,767457011	154,99
fev/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,758313779	154,18
mar/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,741939054	152,75
abr/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,732411286	151,91
mai/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,724135435	151,19
jun/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,713341852	150,24
jul/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,710092210	149,95
ago/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,711632679	150,09
set/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,712488923	150,17
out/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,707196614	149,70
nov/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,696677215	148,78
dez/10	782,93	62,63	25,05	87,69	1,168221020	102,44
13º / 10	783,93	62,71	25,09	87,80	1,168221020	102,57
jan/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,670682498	160,95
fev/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,658081082	159,73
mar/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,642215220	158,20
abr/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,632358057	157,25
mai/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,619884943	156,05
jun/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,608624571	154,97
jul/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,604933225	154,61
ago/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,603329895	154,46
set/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,599012561	154,04
out/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,590582474	153,23
nov/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,583929968	152,59

dez/11	860,14	68,81	27,52	96,34	1,576677253	151,89
13º /11	861,14	68,89	27,56	96,45	1,576677253	152,07
jan/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,567789702	172,37
fev/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,557771515	171,27
mar/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,549558852	170,37
abr/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,545694616	169,94
mai/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,539076587	169,22
jun/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,531267124	168,36
jul/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,528515796	168,06
ago/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,523488284	167,50
set/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,517569762	166,85
out/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,510320225	166,06
nov/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,500566543	164,98
dez/12	981,67	78,53	31,41	109,95	1,492507005	164,10
13º / 12	982,67	78,61	31,45	110,06	1,492507005	164,26
jan/13	985,00	78,80	31,52	110,32	1,482279278	163,53
fev/13	985,00	78,80	31,52	110,32	1,469349007	162,10
mar/13	985,00	78,80	31,52	110,32	1,459424917	161,00
abr/13	985,00	78,80	31,52	110,32	1,452308605	160,22
mai/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,444939414	174,64
jun/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,438323128	173,84
jul/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,432878190	173,18
ago/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,431875877	173,06
set/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,429588536	172,78
out/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,425739040	172,32
nov/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,418928185	171,49
dez/13	1.079,11	86,33	34,53	120,86	1,410886134	170,52
13º / 13	1.080,11	86,41	34,56	120,97	1,410886134	170,68
jan/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,400382600	186,17
fev/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,391063137	184,93
mar/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,381393383	183,65
abr/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,371438229	182,32
mai/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,360768199	180,91
jun/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,352921356	179,86
jul/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,346592371	179,02
ago/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,344307049	178,72
set/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,342427651	178,47
out/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,337212522	177,77
nov/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,330824564	176,93
dez/14	1.187,00	94,96	37,98	132,94	1,325786575	176,26
13º / 14	1.188,00	95,04	38,02	133,06	1,325786575	176,40
jan/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,315394955	192,41
fev/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,303791213	190,71
mar/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,286678390	188,21
abr/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,270918995	185,90
mai/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,257464129	183,93

jun/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,249964343	182,83
jul/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,237711004	181,04
ago/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,230451341	179,98
set/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,225183054	179,21
out/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,220423402	178,51
nov/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,212421421	177,34
dez/15	1.306,00	104,48	41,79	146,27	1,202202698	175,85
13º / 15	1.307,00	104,56	41,82	146,38	1,202202698	175,98
jan/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,188182149	191,18
fev/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,177350524	189,43
mar/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,160866223	186,78
abr/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,155895871	185,98
mai/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,150030715	185,04
jun/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,140224781	183,46
jul/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,135682053	182,73
ago/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,129528309	181,74
set/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,124521960	180,93
out/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,121941495	180,52
nov/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,119813848	180,18
dez/16	1.436,60	114,93	45,97	160,90	1,116909883	179,71
13º / 16	1.437,60	115,01	46,00	161,01	1,116909883	179,84
jan/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,114791778	190,94
fev/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,111346604	190,35
mar/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,105377565	189,33
abr/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,103721982	189,04
mai/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,101409023	188,65
jun/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,098771970	188,19
jul/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,097016743	187,89
ago/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,098994934	188,23
set/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,095161868	187,58
out/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,093958513	187,37
nov/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,090251658	186,74
dez/17	1.529,26	122,34	48,94	171,28	1,086773981	186,14
13º / 17	1.530,26	122,42	48,97	171,39	1,086773981	186,26
jan/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,082983539	194,76
fev/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,078776311	194,01
mar/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,074692480	193,27
abr/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,073618861	193,08
mai/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,071368986	192,68
jun/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,069871166	192,41
jul/18	1.605,72	128,46	51,38	179,84	1,058125968	190,29
ago/18	0,00	0,00	0,00	0,00	1,051397027	0,00
SUBTOTAL						
JUROS-23%		12.676,73	5.071,06	17.747,79		24.822,96
TOTAL DEVIDO						5.709,28

						30.532,24

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para se manifestar acerca dos cálculos, no prazo de 8 (oito) dias, ciente de que, em caso de impugnação, deverá apresentar demonstrativo dos valores que entende devidos, sob pena de preclusão (artigo 879, §2º, da CLT) Em caso de dúvida, acesse a página: http://www.trt1.jus.br/pje

RIO DE JANEIRO/RJ, 30 de julho de 2020.

SUIAN LOPES
Assessora

Assinado eletronicamente por: SUIAN LOPES - Juntado em: 30/07/2020 15:37:09 - 06dd3f8
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20073015370592700000116329852?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20073015370592700000116329852

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO DO TRT DA 1ª REGIÃO.

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, nos autos em epígrafe movidos em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, através do advogado subscrito, diante da inércia da Reclamada apesar de intimada acerca dos cálculos apresentados pela Reclamante, para requerer a certificação do decurso do prazo pela serventia, bem como sua homologação e o início da Fase Executória, indicando, desde já, como meios executórios os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INFOJUD-DOI em face da Reclamada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2020.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA

157.143 OAB/RJ

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Atualização do remanescente deduzido o depósito de 30%

Data de atualização dos valores: março/2020

Indexador utilizado: TST - Débitos trabalhistas (IPCA-E)

Juros compensatórios legais
Juros moratórios legais

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS LEGAIS	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1		4/10/2019	3.607,30	3.687,28	184,26	193,47	0,00	4.065,01

				Sub-Total				R$ 4.065,01

				TOTAL GERAL				R$ 4.065,01

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Remeto os autos à Contadoria nesta data.

RIO DE JANEIRO/RJ, 21 de agosto de 2020.

NATALIA GUIMARAES DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: NATALIA GUIMARAES DOS SANTOS - Juntado em: 21/08/2020 17:15:25 - c748258
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20082117152173800000117622180?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20082117152173800000117622180

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805134 - e.mail: vt34.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100798-82.2018.5.01.0034
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

PROMOÇÃO DA CONTADORIA

Informo V.Exa. que os cálculos apresentados pelo autor nas planilhas de ID 173828e, não impugnados, apuram crédito no importe de R$89.070,16 e honorários advocatícios no valor de R$8.907,02, com atualização até 01/06/2020.

Dos recolhimentos previdenciários: contribuição previdenciária oficial cota-empregado (já deduzida) e cota-empregador no importe de R$1.663,61.

Dos recolhimentos fiscais: ante o disposto na Instrução Normativa RFB n 1.558/2015 de 31/03 /2015 quanto aos RRA1 (que alterou a IN RFB nº 1.500/2014 de 29/10/2014), na OJ nº 400 TST - SDI-I e Súmula nº 17/2010 do E.TRT-1 Região, isento o autor do recolhimento do imposto de renda.

Custas de conhecimento de R$500,00 e custas de execução de R$498,20.

À apreciação de V.Exa.

RIO DE JANEIRO , 15 de Setembro de 2020

CLAUDIA CRISTINA CELANO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

RIO DE JANEIRO/RJ

Vistos.

HOMOLOGO os cálculos de ID 173828e e fixo o crédito do autor em R$89.070,16 e os honorários advocatícios no valor de R$8.907,02, com atualização até 01/06/2020.

Intimem-se as partes para ciência da homologação.

Independente de decurso de qualquer prazo, inclua-se o feito em pauta especial para tentativa de conciliação.

Infrutífera a tentativa de conciliação, a reclamada deverá ser intimada para efetuar o pagamento espontâneo do débito em 15 dias (úteis) conforme art 523 caput c/c o art. 513 - par grafo 2 - I do CPC e artigos 883, 876 parágrafo único e parágrafo 1 - A do artigo 879, todos da CLT, devendo comprovar o depósito do crédito do autor no importe de R$89.070,16, dos honorários advocatícios no valor de R$8.907,02, da contribuição previdenciária no valor de R$1.663,61, e das custas de conhecimento de R$500,00 e custas de execução no valor de R$498,20 **e o autor** para informar se, em caso de ausência de pagamento voluntário de seu crédito, pretende que seja ativado o sistema BACENJUD, valendo o seu silêncio como manifestação positiva e início imediato da execução.

RJ, 15/09/2020

HELEN MARQUES PEIXOTO

JUÍZA DO TRABALHO

PJe Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 16/09/2020 11:38:01 - a2e00f4

/cc

RIO DE JANEIRO/RJ, 16 de setembro de 2020.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 16/09/2020 11:38:01 - a2e00f4
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20091514483039200000119057892?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20091514483039200000119057892

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID a2e00f4 proferida nos autos.

RIO DE JANEIRO/RJ

Vistos.

HOMOLOGO os cálculos de ID 173828e e fixo o crédito do autor em R$89.070,16 e os honorários advocatícios no valor de R$8.907,02, com atualização até 01/06/2020.

Intimem-se as partes para ciência da homologação.

Independente de decurso de qualquer prazo, inclua-se o feito em pauta especial para tentativa de conciliação.

Infrutífera a tentativa de conciliação, a reclamada deverá ser intimada para efetuar o pagamento espontâneo do débito em 15 dias (úteis) conforme art 523 caput c/c o art. 513 - par grafo 2 - I do CPC e artigos 883, 876 parágrafo único e parágrafo 1 - A do artigo 879, todos da CLT, devendo comprovar o depósito do crédito do autor no importe de R$89.070,16, dos honorários advocatícios no valor de R$8.907,02, da contribuição previdenciária no valor de R$1.663,61, e das custas de conhecimento de R$500,00 e custas de execução no valor de R$498,20 **e o autor** para informar se, em caso de ausência de pagamento voluntário de seu crédito, pretende que seja ativado o sistema BACENJUD, valendo o seu silêncio como manifestação positiva e início imediato da execução.

RJ, 15/09/2020

HELEN MARQUES PEIXOTO

JUÍZA DO TRABALHO

PJe Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 16/09/2020 11:39:02 - 650d284

/cc

RIO DE JANEIRO/RJ, 16 de setembro de 2020.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 16/09/2020 11:39:02 - 650d284
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20091611375523300000119116439?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20091611375523300000119116439

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO DO TRT DA 1ª REGIÃO.

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, nos autos em epígrafe movidos em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, através do advogado subscrito, reiterar a petição de id. 72cc5e2, e requerer o início da Fase Executória, indicando, desde já, como meios executórios os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INFOJUD-DOI em face da Reclamada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2020.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA

157.143 OAB/RJ

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA RECANTO DA TERCEIRA IDADE, utilizando-se do nome fantasia de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA,** vem respeitosamente perante Vossa Excelência por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **ALTAIR AYRES TORRES**, faz chegar aos autos do processo em epígrafe, documentos complementares ao deslinde de demanda.

N. Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 2020.

JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS

OAB-RJ N.º 198.482

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

CLODOALDO PINTO FILHO

CPF

009.267.607-34

MATRÍCULA:

021220 01 55 2018 4 00052 004 0015791 19

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	branca	viúvo, com 81 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Fortaleza - CE	12181 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/RJ	SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

ClodoaldoPinto e MariaNildade Saraiva Pinto, residente e domiciliado SHIN QI 13, conj 04, casa 23, Lago Norte, Brasília - DF

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO, às 02:23 hrs	30	06	2018

LOCAL DE FALECIMENTO

HospitalHome - Asa Sul, Brasília-DF

CAUSA DA MORTE

choque septico, sepse, penumonia, doença de alzheimer, diabetes

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)	DECLARANTE
CemitérioCampo da Esperança de Brasília - Brasília/DF	Mauricio Machado Pinto

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Bruna Arrais - CRM 21046-DF

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

o falecido era viúvo de Christina Ramos Machado; entretanto, o(a) declarante não soube informar o Cartório de casamento. Deixou (03) três filhos, a saber: Clodoaldo, com 57 anos, Claudio, com 55 anos, e Maurício, com 51 anos. Deixou bens a inventariar, porém não deixou testamento conhecido. Era eleitor em Rio de Janeiro-RJ, sendo que o Título Eleitoral não foi apresentado. Data de Nascimento: 04/02/1937. Foi apresentada para registro a declaração de óbito nº 25505198-0. O declarante comparece na qualidade de filho da falecido Data do registro do óbito: 30/06/2018

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	12181	04/03/2011	OAB/RJ	
CEP Residencial	Não informado		Grupo Sanguineo	Não informado

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício
1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas
Oficial Registrador: Hercules Alexandre da Costa Benício
Município: Brasília/DF
Endereço: Av. Central, AE 19, Lt H/I, Ljs 1 e 3, Núcleo Bandeirante
CEP: 71.710-585
Fone: (61) 3386-0886
E-mail: cartorionbdf@gmail.com
Selo nº TJDFT20180170194202BFHW
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
Brasília-DF, 30 de junho de 2018.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DF
AMANDA BALLERINI DE LIMA
ESCREVENTE

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:30 - ee33a49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101221523961600000120623872
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. ee33a49 - Pág. 1
Número do documento: 20101221523961600000120623872

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

RJ - 35º OFÍCIO

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
LEYNA MARA PINTO E BASTOS

CPF: 054.459.813-04

MATRÍCULA
088534 01 55 2018 4 00564 058 0150952 98

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EGLL-30993 FWC
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/selopublico

SEXO: Feminino
COR: Branca.
ESTADO CIVIL E IDADE: Divorciada, 65 anos de idade.
ELEITOR: SIM
NATURALIDADE: Fortaleza - CE
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Identidade: 52254980 - CRM.
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA: Filha de JOSÉ DE SOUZA BASTOS e ENEIDA MARIA PINTO E BASTOS . Residente na RUA LUIZ BELART 150, JARDIM GUANABARA, ILHA DO GOVERNADOR - Rio de Janeiro - RJ. x-x-x
DATA E HORA DO FALECIMENTO: Sete de fevereiro de dois mil e dezoito às 01:00h. — DIA: 7 — MÊS: 2 — ANO: 2018
LOCAL DO FALECIMENTO: Hospital Central do Exército - Rio de Janeiro RJ.
CAUSA DA MORTE: CHOQUE SÉPTICO, SEPSE, GASTROENTERITE. x-x-x
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO): Cremação: CREMATÓRIO MEMORIAL DO CARMO.
DECLARANTE: Bruno Ferreira
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO: GABRIEL COSTA MIZIARA - CRM 52.101804-3 e MARCELLA DE FATIMA L MARINHO - CRM 52.97511-7.
OBSERVAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER: Foi apresentada a Guia de Óbito nº 263688240. O declarante ignora as demais declarações à respeito do falecido. Deixou 1 filho(a) maior. Ex-cônjuge: COSME EDUARDO GONÇALVES FARINHÃ. Deixou bens. Deixou testamento. Registro feito no Livro C-00564, Folha 058, Termo 150952. x-x-x

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	52254980	---	CRM	---
PIS / NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA / SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	SIM	---	---	---
CEP Residencial	-		Grupo Sanguíneo	---

As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para a identificação de seu portador.

10º Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital
Euclydes Pereira Cortez
Rio de Janeiro - RJ
Rua Carolina Meier, 31 - Meier
(21) 22812270

10º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA COMARCA DA CAPITAL

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
Fernanda Gomes da Silva
Escrevente
CTPS: 60531-158RJ

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018

Fernanda Gomes da Silva

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - b5d90e4
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101221532336100000120623887
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b5d90e4 - Pág. 1
Número do documento: 20101221532336100000120623887

4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF
SEP/N QDA. 504 ED. MARIANNA LOJAS 108/114
Fone: 61 3328-5234
AUTENTICAÇÃO (efs)
CONFERE COM O ORIGINAL DE ACORDO COM O ARTIGO 7º, V, DA LEI 8.935 DE 18/11/94, AUTENTICO ESTA CÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
BRASÍLIA-DF 20 NOV. 2007
TABELIÃO SUBSTITUTO
LEONALDO DE SOUZA ARAÚJO
LEONIDAS FABIANO R. CRUZ
RONALDO FEITOSA DOS SANTOS
SELO DE SEGURANÇA
4º OFÍCIO DE NOTAS DF

República Federativa do Brasil
Cartório do 2º Ofício de Registro Civil e Casamentos Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília

CRS 504 - Bl.A - Lojas 7/8 - Avenida W3 Sul - Brasília-DF
Tel:3223-4508 - Fax:3225-6602

CERTIDÃO DE ÓBITO

Jessé Pereira Alves
Oficial

Livro C 149 Folha 231 Termo 66916 Data 27/05/2007

CERTIFICA que, sob os números e na data acima foi registrado o óbito de ** **CHRISTINA RAMOS MACHADO** **, documento de identificação: Identidade 1.623.025 SSP-RJ, falecido(a) aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às 15:00 horas, em Hospital Brasília, na cidade de Brasília-DF.
do sexo feminino, natural de -MA, nascido(a) em 05/02/1935 ,
domiciliado(a) e residente SHIN QI 13 Conj. 4 Casa 23 Lago Norte Brasília-DF, com 72 ano(s) de idade, estado civil desquitado(a), profissão Administradora.

filho(a) de Antonio Leoncio de Sousa Machado, falecido e de Ydna Ramos Machado, profissão: do lar, naturalidade: São Luís e residência e domicílio: não informado,
foi declarante Ricardo Caetano de Farias.-

O óbito foi atestado pelo(a) Dr(a) Renato Sabbag - 11665DF.-
que deu como causa de morte: Falência de múltiplos órgãos - choque séptico - fístulas entéricas - tumor de apêndice (neoplasia maligna).-
O sepultamento será realizado no Cemitério Campo da Esperança, na cidade de Brasília-DF.
Observações: A extinta era eleitora em Brasília-DF. Deixou bens a inventariar, não deixou testamento conhecido. Era natural do Maranhão conforme RG e Certidão de Casamento da extinta. Era Desquitado do Sr. Clodoaldo Pinto Filho. Deixou 3 filhos de nomes e idade: Clodoaldo Neto(46), Claudio(45) e Mauricio(40). O Casamento do extinto com a devida averbação foi lavrada no Cartório sob o livro BR-2, fls. 176, termo 476, 2ª Circ. Freguesia de Sacramento e São José-RJ. Nada mais foi declarado. Eu, Juan Luis Pereira Valdivia o digitei. Eu, Juan Luis Pereira Valdivia o extraí.

Brasília, 27 de maio de 2007.

SELO DE SEGURANÇA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Juan Luis Pereira Valdivia
ESCREVENTE AUTORIZADO
Brasília
BRASÍLIA-DF
JRA 419828



Cédula Identidade N.º 103.315.782-5

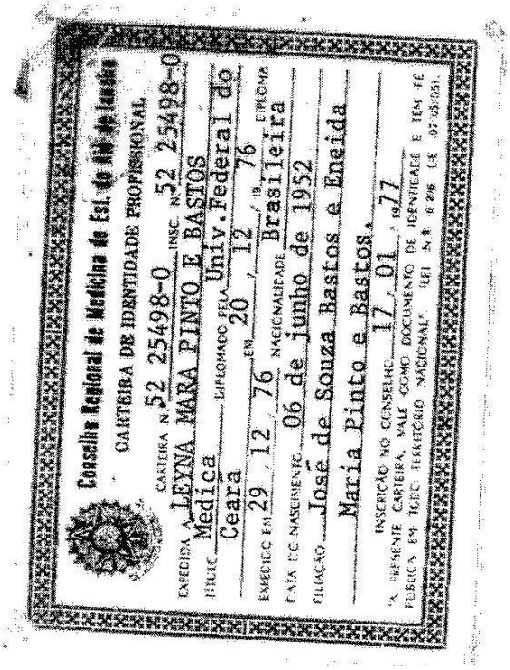
Certificado Militar

Título de Eleitor N.º 48.764 Zona 3a Seção 140a

Inscrição no CPF 054459813/04

Gr. Sang. "O" Rh POS.

POLEGAR DIREITO



Conselho Regional de Medicina do Est. do Rio de Janeiro

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

CARTEIRA N.º 52 25498-0 INSC. Nº 52 25498-0

EXPEDIDA A LEYNA MARA PINTO E BASTOS

PELO Medica DIPLOMADO PELA Univ.Federal do Ceara EM 20 / 12 / 76

EMBARCO EM 29 / 12 / 76 NACIONALIDADE Brasileira ESPOSA

DATA DE NASCIMENTO 06 de junho de 1952

FILIAÇÃO José de Souza Bastos e Eneida Maria Pinto e Bastos

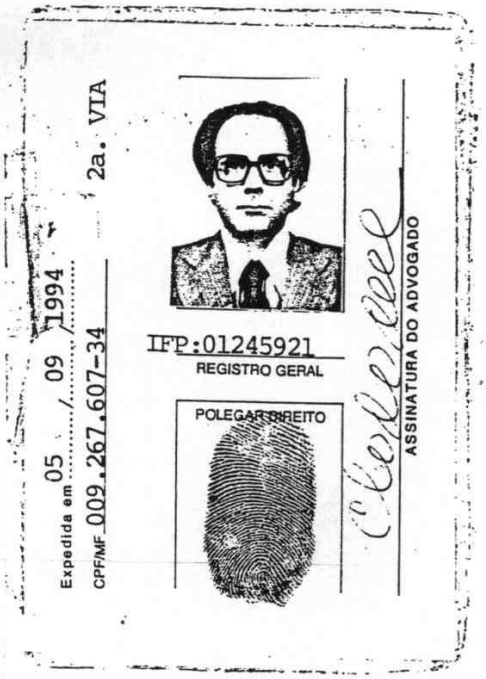
INSCRIÇÃO NO CONSELHO 17 / 01 / 77

O PRESENTE CARTEIRA, VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL LEI Nº 6.206 DE 07/05/1975

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - b093a93
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101221554029200000120623907
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. b093a93 - Pág. 1
Número do documento: 20101221554029200000120623907


CARTEIRA DE IDENTIDADE
NACIONALIDADE BRASILEIRA
POLEGAR DIREITO
A 0020
(VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)
BRASIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGPC — DTC — INSTITUTO FÉLIX PACHECO
REGISTRO GERAL 1.623.025
NOME Christina Ramos Machado
FILIAÇÃO Antonio Ferreira de Sousa Machado e Idna Ramos Machado
5.2.1935
6.10.1975
TERRITÓRIO NACIONAL
SUBSTITUTOS
Escreventes Autorizados
Conferido por
TABELIÃO
EDIMAR MENDONÇA DOS SANTOS
ELIETE PEREIRA DE AZEVEDO
DEMERVAL FEITOSA DOS SANTOS


CIC
NASCIMENTO
05.02.35
INSCRIÇÃO NO CPF
406 177 187 68
CONTRIBUINTE
CHRISTINA RAMOS MACHADO
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
TERRITÓRIO NACIONAL
NOTAS DO DF
OFÍCIO DE NOTAS
CERTIFICAÇÃO
SUBSTITUTOS
TABELIÃO
EDIMAR MENDONÇA DOS SANTOS
ELIETE PEREIRA DE AZEVEDO
DEMERVAL FEITOSA DOS SANTOS
Escreventes Autorizados
Conferido por



2a. VIA

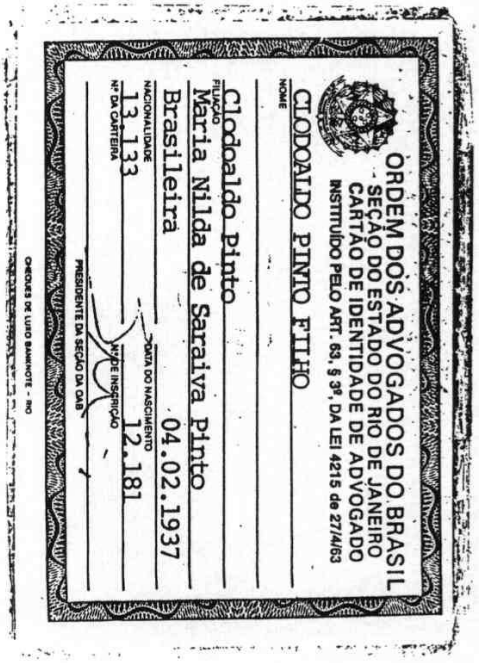
Expedida em 05 / 09 / 1994

CPF/MF 009.267.607-34

IFP:01245921
REGISTRO GERAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO ADVOGADO



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÃO DE IDENTIDADE DE ADVOGADO
INSTITUÍDO PELO ART. 63, § 3º, DA LEI 4215 de 27/4/63

NOME
CLODOALDO PINTO FILHO

FILIAÇÃO
Clodoaldo Pinto
Maria Nilda de Saraiva Pinto

NACIONALIDADE
Brasileira

DATA DO NASCIMENTO
04.02.1937

Nº DA CARTEIRA
13.133

ANO DE INSCRIÇÃO
12.181

PRESIDENTE DA SEÇÃO DA OAB

CHOQUES DE LUXO BAMMOTE - RIO

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2005

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 14JUL2011

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 2287359 - CLODOALDO PINTO FILHO
CARGO/LOTACAO: 410004 S CAT- 000000078 FUNCAO/EXERC.: DAS 1024 - 000000041 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 000000091 - SERVICO DE CALCULO DA REMUNERACAO - DF
UNID.EXERCICIO: 000000041 - SECRETARIA EXECUTIVA - DF
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03475-4/000000847678-0
DEP.IR/SF: 01/ T.SERV: 10

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	6.077,95	6.077,95	6.077,95	6.924,10	6.924,10	6.924,10
00013 ANUENIO - ART.244, LEI 811		0	607,79	607,79	607,79	692,41	692,41	692,41
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02
00136 AUXILIO-ALIMENTACAO		0	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		1						9.071,26
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9	5.596,22					
00602 VANTAGEM INDIV.ART 9 L.846		1	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
82065 GRAT.DES.DE ATIVIDADE JURI		1	1.215,59	1.215,59	1.215,59	1.384,82	1.384,82	1.384,82
		2	1.823,38	1.823,38	1.823,38	2.077,23	2.077,23	2.077,23
82106 VPNI ART.62-A LEI 8112/90		0	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96
82273 ABONO DE PERMANENCIA EC 41		0	1.489,92	1.489,92	1.489,92	1.578,77	1.578,76	1.579,49
		0	498,37					
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		6		16,20				
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI	D	0				546,14	546,22	539,61
31013 ANAJUR - MENSALIDADE		1				70,42	83,11	83,11
		6					12,69	
82229 VANT.PEC.INDIVIDUAL-L.1069		1	59,87	59,87	59,87	59,87	59,87	59,87
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	1.489,92	1.489,92	1.489,92	1.578,77	1.578,76	1.579,49
98027 CONTR. PSS - FERIAS		0	498,37					
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	4.239,94	4.102,89	4.102,89	4.325,01	4.324,99	4.326,81
99004 IRRF - FERIAS		0	904,38					
**** TOTAL BRUTO		****	24.535,78	18.457,39	18.441,19	19.883,89	19.883,88	28.955,87
**** TOTAL DESCONTOS		****	7.192,48	5.652,68	5.652,68	6.580,21	6.605,64	6.588,89
**** TOTAL LIQUIDO		****	17.343,30	12.804,71	12.788,51	13.303,68	13.278,24	22.366,98

"De acordo com o disposto no Decreto n.º 6.932, publicado no D.O.U. de 12/08/09, certifico que a cópia confere com o original"

Miguel Vieira da Silva Neto
Chefe do Serviço de Cálculos de Remuneração

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2005

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 14JUL2011

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 2287359 - CLODOALDO PINTO FILHO
CARGO/LOTACAO: 410004 S CAT- 000000078 FUNCAO/EXERC.: DAS 1024 - 000000041 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 000000091 - SERVICO DE CALCULO DA REMUNERACAO - DF
UNID.EXERCICIO: 000000041 - SECRETARIA EXECUTIVA - DF
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03475-4/000000847678-0
DEP.IR/SF: 01/ T.SERV: 10

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10
00013 ANUENIO - ART.244, LEI 811		0	692,41	692,41	692,41	692,41	692,41	692,41
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02
00136 AUXILIO-ALIMENTACAO		0	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0					18.467,94	
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI		6		2.178,92				
00602 VANTAGEM INDIV.ART 9 L.846		1	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
82065 GRAT.DES.DE ATIVIDADE JURI		1	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82
		2	2.077,23	761,65	761,65	761,65	761,65	761,65
82106 VPNI ART.62-A LEI 8112/90		0	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96
82229 VANT.PEC.INDIVIDUAL-L.1069		1					59,87	59,87
		6					1.197,40	
82273 ABONO DE PERMANENCIA EC 41		0	1.578,68	1.733,81	1.436,25	1.436,25	3.030,55	1.449,42
99003 IRRF - 13° SAL./GRAT.NATAL		0						36,22
00176 GRATIFICACAO NATALINA	D	0						131,71
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		0					9.071,26	
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI		0	546,95					
31013 ANAJUR - MENSALIDADE		1	83,11	83,11	83,11	83,11	83,11	83,11
82065 GRAT.DES.DE ATIVIDADE JURI		1			526,23	526,23	526,23	526,23
82229 VANT.PEC.INDIVIDUAL-L.1069		1	59,87	59,87	59,87	59,87		
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	1.578,68	1.733,81	1.436,25	1.436,25	1.581,13	1.449,42
98004 CONTR.PSS - GRATIF. NATALI		0					1.449,42	
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	4.324,79	4.712,62	3.968,70	3.968,70	4.330,91	4.001,63
99003 IRRF - 13° SAL./GRAT.NATAL		0					4.182,56	
**** TOTAL BRUTO		****	19.883,80	20.902,27	18.425,79	18.425,79	39.745,30	18.535,05
**** TOTAL DESCONTOS		****	6.593,40	6.589,41	6.074,16	6.074,16	21.224,62	6.192,10
**** TOTAL LIQUIDO		****	13.290,40	14.312,86	12.351,63	12.351,63	18.520,68	12.342,95

"De acordo com o disposto no Decreto n.° 6.932, publicado no D.O.U. de 12/08/09, certifico que a cópia confere com o original"

Miguel Vieira da Silva Neto
Chefe do Serviço de Cálculos de Remuneração

SIAPE - 'SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2006

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 14JUL2011

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 2287359 - CLODOALDO PINTO FILHO
CARGO/LOTACAO: 410004 S CAT- 000000078 FUNCAO/EXERC.: DAS 1024 - 000000041 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 000000091 - SERVICO DE CALCULO DA REMUNERACAO - DF
UNID.EXERCICIO: 000000041 - SECRETARIA EXECUTIVA - DF
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/02873-8/000000847678-0
DEP.IR/SF: 01/ T.SERV: 10

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10	6.924,10
00013 ANUENIO - ART.244, LEI 811		0	692,41	692,41	692,41	692,41	692,41	692,41
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02
00058 PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(		1					299,35	
00136 AUXILIO-ALIMENTACAO		0	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		1						9.892,82
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9				6.112,07	8,41	
00602 VANTAGEM INDIV.ART 9 L.846		1	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98	730,98
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
82065 GRAT.DES.DE ATIVIDADE JURI		1	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82	1.384,82
		2	761,65	761,65	761,65	761,65	761,65	761,65
82106 VPNI ART.62-A LEI 8112/90		0	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96	3.148,96
82229 VANT.PEC.INDIVIDUAL-L.1069		1	59,87	59,87	59,87	59,87	59,87	59,87
82273 ABONO DE PERMANENCIA EC 41		0	1.449,42	1.449,42	1.449,42	1.449,42	1.482,35	1.449,42
82447 FERIAS - ABONO PERMAN EC41		0				541,42	0,74	
98012 DEVOLUCAO PLANO SEG.SOC -		0					0,02	
31013 ANAJUR - MENSALIDADE	D	1	83,11	83,11	83,11	83,11	83,11	83,11
82065 GRAT.DES.DE ATIVIDADE JURI		1	526,23	526,23	526,23	526,23	526,23	526,23
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	1.449,42	1.449,42	1.449,42	1.449,42	1.482,35	1.449,42
98027 CONTR. PSS - FERIAS		0				541,42	0,74	
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	4.001,63	4.001,63	3.961,83	3.961,83	4.044,15	3.961,83
99004 IRRF - FERIAS		0				1.143,49		
**** TOTAL BRUTO		****	18.498,83	18.498,83	18.498,83	25.152,32	18.840,28	28.391,65
**** TOTAL DESCONTOS		****	6.060,39	6.060,39	6.020,59	7.705,50	6.136,58	6.020,59
**** TOTAL LIQUIDO		****	12.438,44	12.438,44	12.478,24	17.446,82	12.703,70	22.371,06

"De acordo com o disposto no Decreto n.º 6.932, publicado no D.O.U. de 12/08/09, certifico que a cópia confere com o original."

Miguel Vieira da Silva Neto
Chefe do Serviço de Cálculos de Remuneração

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2006

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 14JUL2011

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 2287359 - CLODOALDO PINTO FILHO
CARGO/LOTACAO: 410004 S CAT- 000000078 FUNCAO/EXERC.: DAS 1024 - 000000041 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 000000091 - SERVICO DE CALCULO DA REMUNERACAO - DF
UNID.EXERCICIO: 000000041 - SECRETARIA EXECUTIVA - DF
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/02873-8/000000847678-0
DEP.IR/SF: 01/ T.SERV: 10

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN	R	0	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02	3.184,02
00058 PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(		1			10.000,00			
		2			10.000,00			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9					11.694,76	
00136 AUXILIO-ALIMENTACAO		0	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99	161,99
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0					16.886,81	
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9					5.628,93	
82273 ABONO DE PERMANENCIA EC 41		0	1.507,30	1.507,30	3.707,30	1.507,30	2.793,73	1.507,30
82447 FERIAS - ABONO PERMAN EC41		0					502,40	
82483 SUBSIDIO AT		0	11.850,00	11.850,00	11.850,00	11.850,00	11.850,00	11.850,00
82486 PARC.COMPL.SUBSIDIO		1	1.852,79	1.852,79	1.852,79	1.852,79	1.852,79	1.852,79
82525 ABONO PERMAN EC 41/03 GRAT		0					1.507,30	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI	D	1					9.892,82	
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1			180,00	180,00	180,00	180,00
		6			81,29			
31013 ANAJUR - MENSALIDADE		1	95,00	71,22	83,11	83,11		
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	1.507,30	1.507,30	3.707,30	1.507,30	2.793,73	1.507,30
98004 CONTR.PSS - GRATIF. NATALI		0					1.507,30	
98027 CONTR. PSS - FERIAS		0					502,40	
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	4.106,54	4.106,54	9.606,54	4.106,54	4.106,54	4.106,54
99003 IRRF - 13° SAL./GRAT.NATAL		0					4.106,54	
99004 IRRF - FERIAS		0					4.226,68	
**** TOTAL BRUTO	****		18.556,10	18.556,10	40.756,10	18.556,10	56.062,73	18.556,10
**** TOTAL DESCONTOS	****		5.708,84	5.685,06	13.658,24	5.876,95	27.316,01	5.793,84
**** TOTAL LIQUIDO	****		12.847,26	12.871,04	27.097,86	12.679,15	28.746,72	12.762,26

"De acordo com o disposto no Decreto n.º 6.932, publicado no D.O.U. de 12/08/09, certifico que a cópia confere com o original."

Miguel Vieira da Silva Neto
Chefe do Serviço de Cálculos de Remuneração

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2007

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 14JUL2011

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 2287359 - CLODOALDO PINTO FILHO
CARGO/LOTACAO: 410004 S CAT- 000000078

UNID.PAGADORA : 000000091 - SERVICO DE CALCULO DA REMUNERACAO - DF
UNID.EXERCICIO: 000000041 - SECRETARIA EXECUTIVA - DF
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/02873-8/000000847678-0
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: / T.SERV: 10

RUBRICA	R/D SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00058 PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(R	0					19.000,00	
	1			8.000,00		8.031,49	
	2			8.000,00			
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC D	0			1.760,00		2.973,46	
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0			3.390,81		6.090,76	
**** TOTAL BRUTO	****			16.000,00		27.031,49	
**** TOTAL DESCONTOS	****			5.150,81		9.064,22	
**** TOTAL LIQUIDO	****			10.849,19		17.967,27	

"De acordo com o disposto no Decreto n.º 6.932, publicado no D.O.U. de 12/08/09, certifico que a cópia confere com o original."

Miguel Vieira da Silva Neto
Chefe do Serviço de Cálculos de Remuneração

DADOS DO RESPONSAVEL PELA EMISSAO
NOME : ELIAS SILVA RODRIGUES
MATRICULA : 49000-1319767
DATA : 14/07/2011

465 - RUA BARÃO DA TORRE - APTº 1401 FLS. 01

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA Nº 26.795 Lº 2H/5 FLS. 284

IMÓVEL:- Apartamento nº 1401 com direito a guarda de um automóvel de passeio, do edifício na Rua Barão da Torre nº 465, e as respectivas frações de 0,06549% (apartamento) e 0,00670% (vaga), do terreno que mede 10,00m de frente e fundos por 50,00m de ambos os lados, confrontando, de um lado com o prédio 461, do outro com o terreno de Jorge Gaspar, e nos fundos com terreno de quem de direito. Proprietária:- EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., sucessora da Stoppini - Máquinas e Equipamentos Ltda., com sede nesta cidade, CGC.42.116.061/001.-Registro livro 3-GQ nº 124595 fls. 104 Insc. 0323684.-C.L.06647.-Habite-se em 14-10-75.-Rio de Janeiro,09 de junho de 1978.----------

AV-1/26.795 - HIPOTECA:- A unidade objeto desta matrícula, dentre outras, encontra-se gravada com uma hipoteca em favor do BANCO ECONOMICO S/A:, para garantir uma dívida no valor de CR$2.539.530,00, a ser paga no prazo de 51 meses, em prestaçõesmensais, vencendo-se a primeira em 10-12-75, e a ultima em 10 de fevereiro del980, a taxa de juros de 10%, conforme documento particular de 10-3-73, devidamente registrado em 24-07-74 no livro 2-CN nº48570 fls. 62.-Rio de Janeiro, 09 de junho de 1978.----------

AV-2/26.795 - CAUÇÃO DE CRÉDITO:- O credor, BANCO ECONOMICO S/A.- caucionou os seus direitos ao crédito constante da AV.1, ao BNH.-- Rio de Janeiro, 09 de junho bel978.----------

R-3/26.795 - PROMESSA DE VENDA:- Nos termos de certidao da escritura de 30 de janeiro de 1976, livro 1898, ato 27, do 24º Ofício - de Notas desta cidade, a proprietária EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., anteriormente qualificada, em carater irrevogável e irretratável, prometeu vender o imóvel constante e caracterizado nesta matrícula a JAYME ANTONIO DA ROCHA, comerciante, e sua mu--- lher ILCA DE SOUSA ROCHA; do lar, brasileiros, CPF.003.684.824- residentes nesta cidade, pelo valor de CR$1.600.000,00, sendo ---- CR$1.461.000,00, atribuido as cotas de terreno e CR$139.000,00, as benfeitorias que a ela acederam e de cujo total foram recebidos -- CR$240.000,00, como sinal e inicio de pagamento. O imposto de ---- transmissão foi pago através da guia 2422465 em 26 de abril del977 (xerox).-Rio de Janeiro, 09 de junho del978.----------

R-4/26.795 -CESSÃO:- Nos termos de escritura de 28 de abril de - 1977, livro 1931, fls. 97v, do 24º Ofício de Notas desta cidade, - os promitentes compradores, descritos e qualificados no R.3, cederam esses mesmos direitos, constante do mesmo, a EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede nesta cidade, CGC. nº ------ 42.116.061/001, pelo valor de CR$561.620,00. O imposto de transmissão foi pago através da guia 2424575 em 28 de abril de 1971.-Rio - de Janeior, 09 de junho de 1978.----------

AV-5-26795:Cancelamento de caução:- Nos termos de documento particular de 28.3.80, hoje arquivado, o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO autorizou o cancelamento da caução objeto da AV-2. Rio de Janeiro,--

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 23a74b1
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222073466000000120624048
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 23a74b1 - Pág. 1
Número do documento: 20101222073466000000120624048

01 de abril de 1981. -

Av6-26795:Cancelamento de hipoteca:- Nos termos de documento particular de 16.4.81, hoje arquivado, fica cancelada a hipoteca objeto da AV-1, em virtude de autorizaçao dada pelo credor. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1981. -

R-7-26795:-Ratificação de cessão:-Nos termos de escritura de 4-6-80 Lº 2809 fls. 151 ato 38 do 3º Oficio, prenotada no Lº 1-J as fls.--145 sob o nº 118063 em 16-3-82, fica ratificada a cessão objeto do R-4, à fim de dar a mesma,plena validade juridica, ficando consolidada em nome da EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, qualificada na matricula, a plena propriedade.-Rio, 19-3-82. - - - - - - - -

R.8/26795-PROMESSA DE VENDA:- Por escrituras de 15.6.82, 12.7.89, - do 24º Oficio, Lºs 2684, 3840, fls. 16, 103, prenotadas nos Lºs 1.U nº 240964-19 em 20.10.89, e 1.U-237398-230 em 25.7.89, EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, já qualificada, prometeu vender o imóvel a PAULO PINTO, contador, casado pelo regime da comunhão de bens com MARGARIDA ALVARO PINTO, do lar, residentes nesta cidade, CIC nº 068.651.357-68, pelo preço de Cr$27.400.000,00.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.9/26795-COMPRA E VENDA:- Por escritura de 12.7.89, do 24º Ofício. Lº 3840, fls 103, prenotada no Lº 1.U-237398-230 em 25.7.89, fica - efetivada a promessa de venda, objeto do R.8, pelo preço de Ncz$ -- Ncz$27,40.- O ITBI foi pago pela guia nº 24/33088 em 16.09.82.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.10/26795-VENDA:- Por escritura de 28.11.89, do 14º Ofício, livro-SI-0282, fls 054, ato 024, prenotada no Lº 1.V fls. 62 nº 242769 em 30.11.89, os proprietários, venderam o imóvel a CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, desquitado, advogado, CIC 009.267.607-34, residente em Brasilia-DF, pelo preço de Ncz$500.000,00.- O ITBI foi pago - pela guia nº 52290/89 em 27.11.89.- Rio de Janeiro, 14 de dezembro-de 1989.----------

R.11/26795-PENHORA:- Nos termos da certidão da Escrivania de Família, Sucessões, da Infância e da Juventude e do 1º Cível da Comarca de Acreúna-GO, datada de 15.03.2005, prenotada no Lº1BB-447208/183 em 28.04.2005 e certidão da 24ª Vara Cível desta cidade, datada de 26.08.2005, prenotada no Lº1BC-452665/267 em 26.09.2005, fica registrada a penhora do imóvel desta matrícula para garantir uma dívida no valor de Cr$4.665.712.478,31, face ação movida por BANCO DO BRASIL S/A, com sede em Brasília-DF, CGC nº00.000.000/0001-91, contra TERRA FORTE ALIMENTOS LTDA, CGC nº03.405.362/0001-50, com sede em Luziânia-GO, HÉLIO JOSÉ ROLANDI RODRIGUES, brasileiro, casado, CPF nº273.380.968-72, residente em Luziânia-GO, MARIA ELISA BIAGI RODRIGUES, brasileira, casada, CPF nº031.449.078-71, residente em Luziânia-GO, CAMILO SEIXAS VIEIRA, brasileiro, aposentado, CPF nº003.390.983-15, residente em Brasília-DF, e CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, CPF nº009.267.607-34, advogado, residente em Brasilia-DF, conforme processo nº2005.001.096586-3. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2005.--AR

O OFICIAL:

Selo de Fiscalização
Consegedoria de Justiça - RJ

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 23a74b1
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222073466000000120624048
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 23a74b1 - Pág. 2
Número do documento: 20101222073466000000120624048

IMÓVEL: 465 BARÃO DA TORRE - APTº 1401 FLS: 02

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA N.º 26795 LIVRO 2 H/5 FLS. 284

AV.12/26.795 - INDISPONIBILIDADE:- Nos termos de Aviso nº425/2014 emitido em 11.04.2014, publicado no Diário Oficial desta cidade em 14.04.2014, prenotado no Lº1DA-568904-113 em 04.09.2014 e tendo em vista os termos do Ofício nº3571/2014/GGRE/CARES/DIOPE/ANS, de 02.04.2014, subscrito pelo Ilmo Sr. João Carlos Alves da Silva Junior, gerente-geral de Regimes Especiais (N/REF. Proc. Nº2014.061704 CJ), fica o imóvel desta matricula indisponível até decisão ulterior. Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 2014.----------MM²

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA Substituto - Matr.: 941587 5º Ofício de Registro de Imóveis da Capital - RJ

AV.13/26.795-CANCELAMENTO DE PENHORA: Conforme sentença do Poder Judiciário do Estado de Goiás-GO, assinado em 16/09/2019 pelo MM Juiz de Direito Dr. Reinaldo De Oliveira Dutra, prenotado no Lº1DS-621455-116 em 27.09.2019, fica cancelada a penhora objeto do R.11, em virtude de determinação judicial. SELO EDFK15242 GLB. Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2019.--IT

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA Substituto - Matr.: 941587 5º Ofício de Registro de Imóveis da Capital - RJ

Consta prenotado neste cartório sob o nº620568 em 02/09/2019, Penhora do Juizado da Comarca de Acreuna-GO de 02/09/2019.----------

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 23a74b1
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222073466000000120624048
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 23a74b1 - Pág. 3
Número do documento: 20101222073466000000120624048

Continuação da certidão nº030761/2019 que se reporta ao apartamento 1401 da rua Barão da Torre nº465.---------

Certifico que nos termos do Artigo 167, inciso I, alínea 21 da Lei 6015/73, não constam neste Cartório ações reais, pessoais e reipersecutórias sobre o imóvel,salvo as presentes na matricula. Certifico revendo e dou fé que a presente é cópia de todos os atos constantes da matricula a que se refere extraída nos termos do art 19 § 1º da Lei 6015 de 1973 dela constando todos os eventuais ônus e indisponibilidade que recaiam sobre o imóvel, sobre os atuais proprietários ou sobre os detentores de direitos relativos ao mesmo. Data da busca 06/12/2019 data da expedição 09/12/2019.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDFK20668 LAX

Consulte a validade do Selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

PROVIMENTO CGJ 77/2014 LEI 6376/12	
Tabela 5.4 Item 6	76,22
Lei 3217/99 (20%)	15,24
Lei 4664/05 (5%)	3,81
Lei 111/06 (5%)	3,81
Lei 6281/12 (4%)	3,04
Lei 6370/12 Art.2(2%)	1,52
I.S.S	4,09
TOTAL	107,73

270c3408-8d35-4a2a-b500-4317edcef37d

- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Provimentos CNJ nº47/2015, CGJ nº89/2016 e CGJ nº45/2017, regulamentam as certidões eletrônicas pelos serviços de registro de imóveis do Estado do Rio de Janeiro.

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na pagina da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ. (http://validador.e-cartoriorj.com.br)

- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 30 (trinta) dias após a sua emissão.

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.** QUE ENTRE SI FAZEM, **LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA**, brasileira, casada, médica registrada no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro sob o número 52-25498-0, portadora do CIC n: 054.459.813-04, residente e domiciliada na Rua Almirante Luiz Bellart n: 150, Ilha do Governador, Rio de Janeiro e **CLODOALDO PINTO FILHO**, brasileiro, desquitado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o n: 13.133, inscrição n: 12.181, portador do CIC n009.267.607-34, residente e domiciliado na Rua Barão da Torre n: 465 - ato. 1401, em Ipanema, Rio de Janeiro e **CHRISTINA RAMOS MACHADO**, brasileira, desquitada, administradora de curso superior, portadora da carteira de identidade expedida pelo SSP-Distrito Federal de n: 1.623.025, portadora do CIC n: 406.177.187-68, residente e domiciliada na Rua Barão da Torre n: 465 - apto. 1401, em Ipanema, Rio de Janeiro, sob as cláusulas e condições seguintes, e, de acordo ao Decreto no. 3.708, de 10 de junho de 1919 que regula a constituição das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

Cláusula 1 - **Exigência Legal**

Os sócios subscritores declaram, neste ato, para os devidos fins, que não estão impedidos legalmente para exercerem atividades civis e comerciais, dentro do território nacional;

Cláusula 2 - **Denominação Social e Nome de Fantasia**

A Sociedade girará sob a denominação social de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA. e, poderá usar o nome de fantasia de "RECANTO DA TERCEIRA IDADE" ;

Cláusula 3 - **Sede**

A sede social é na Rua Almirante Luiz Bellart n: 150, no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, no Município da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, facultado aos sócios abrirem filiais em qualquer parte do território nacional;

Cláusula 4 - **Prazo de Duração**

A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

Cláusula 5 - **Objeto Social**

A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços de: a) hospedagem de pessoas, preferentemente idosas, em regime de tempo permanente ou temporário; b) fornecimento de alimentação orientada por nutricionista; c) fornecimento de salas de jogos de diversões e entretenimento; b) oferecimento de serviços médicos, através de terceiros, conveniados com a Sociedade, e capacitados para o exercício da medicina, facultado ao hóspede a livre escolha; c)assistência administrativa aos hóspedes interessados, tais como, assessoria na compra de bens duráveis e de consumo, preenchimento de formulários para atender repartições públicas ou particulares, serviços jurídicos e de despachante através de profissionais legalmente habilitados;

Cláusula 6 - **Capital Social**

O Capital social da sociedade é de CR$200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente no país, e dividido em 2.000 (duas mil) quotas de CR$100, 00 (cem cruzeiros reais), entre os sócios, da seguinte maneira: 01

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 824e373 - Pág. 1
Número do documento: 20101222080442200000120624060

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ALNIR F. DA SILVA
RIO DE JANEIRO

2

- A sócia LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA subscreve e integraliza 1.000 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$100.000,00 (Cem mil cruzeiros reais);

- O sócio CLODOALDO PINTO FILHO subscreve e integraliza 500 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros reais) e

- A sócia CHRISTINA RAMOS MACHADO subscreve e integraliza 500 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros reais).

Cláusula 7 - Responsabilidade dos sócios

A responsabilidade dos sócios está limitada ao valor do Capital Social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cláusula 8 - Gerência da Sociedade

A GERENCIA da Sociedade ficará a cargo dos tres sócios, em conjunto ou individualmente; assinarão documentos de responsabilidade financeira da Sociedade, tais como, cheques, endossos, títulos, ordem de pagamento, dois dos tres sócios, indistintamente.

E facultado aos sócios, entre si, a outorga de poderes, amplos e irrestritos através de procuração, por instrumento público ou particular.

Cláusula 9 - Uso da Denominação Social

O uso da denominação social caberá aos tres sócios, individualmente ou em conjunto, ressalvadas as restrições contidas na cláusula 8 anterior. Fica no entanto, expressamente proibido o uso da denominação social para quaisquer atos alheios aos interesses da Sociedade, tais como aval, fiança, garantias e caução a terceiros, endossos de favor ou atos da mesma natureza, os quais se praticados, não obrigarão a Sociedade, de pleno direito.

Cláusula 10 - Cláusula de Maioria

Os sócios poderão deliberar e tomar decisões, em regime de maioria simples, sempre que não se cogitar de saída, cessão ou retirada de sócio. Através de Regimento Interno os sócios aprovarão os limites de competência para uso da Cláusula de Maioria, assim como, valor de prolabore, normas internas administrativas e operativas.

Cláusula 11 - Cessão e Transferência de Quotas

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas sem o expresso consentimento dos outros, que, em igualdade de condições de valor, prazo e forma de pagamento, terão preferência em adquirí-las.

Cláusula 12 - Retirada ou Falecimento de Sócio

O falecimento, interdição, retirada ou inabilitação de qualquer um dos sócios, não acarretará a dissolução da Sociedade, devendo os sócios remanescentes, levantarem um Balanço Intercalar, com Demonstração de Resultado, no prazo de trinta dias do evento; os haveres apurados em favor do sócio retirante, interdito ou herdeiros do falecido serão pagos da seguinte forma:

02

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 824e373 - Pág. 2
Número do documento: 20101222080442200000120624060

3

30% (trinta por cento) em sessenta dias após a data do evento e o restante em 7 (sete) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice oficial vigente, vencível a primeira trinta dias após o pagamento da parcela inicial dos trinta por cento.

Cláusula 13 - Pro-Labore

Os sócios poderão receber um Pro-Labore mensal, observadas as normas da legislação tributária vigente.

Cláusula 14 - Exercício Social e Resultados

No dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-à ao levantamento de um Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, com extrita observância à legislação do Imposto de Renda vigente e de acordo às normas e procedimentos contábeis instituídos pela Lei 6404/76. Os resultados apurados serão atribuídos aos sócios, ou por eles suportados, na proporção de suas quotas, ou, poderão ser mantidos em reserva para posterior aumento de capital.

Cláusula 15 - Foro

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio ou controvérsia oriundo do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais previlegiado que seja.

E, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM TRES VIAS DE IGUAL TEOR, CONTEÚDO E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1993

Leyna Mara P. B. C. Farinha
Leyna Mara Pinto e Bastos Gonçalves Farinha

Clodoaldo Pinto Filho

Christina Ramos Machado

1 testemunha:

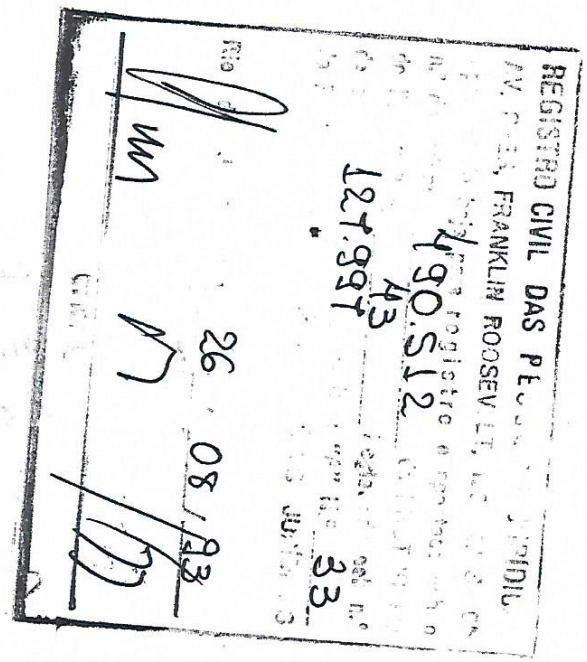
2 testemunha::

10.º OFÍCIO DE NOTAS
. NOTÁRIO
José Augusto Proença Corrêa
NOTÁRIA SUBSTITUTA
Maria Lucia de Freitas
AUTORIZADO
Carlos Alberto Pires Jardim
CUSTAS DISPENSADAS
Av. Almirante Barroso, 139 Loja C-RJ
Tel. 240-1844
RIO DE JANEIRO - CAPITAL

Reconheço a firma de Leyna Mara Pinto e Bastos Gonçalves Farinha, Clodoaldo Pinto Filho e Christina Ramos Machado
Rio de Janeiro 28 de 93
Em Testemunho da Verdade.

03

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 824e373 - Pág. 3
Número do documento: 20101222080442200000120624060


REGISTRO CIVIL DAS PE
AV. FRANKLIN ROOSEV
127.997
490.512
26 08 83
33

04

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJE

A reclamada não esclareceu a finalidade dos documentos que acostou aos autos no id. 0c4c110 e seguintes.

Assim, por decorrido o prazo para pagamento, determino a ativação do SISBAJUD até o limite do valor devido.

Cumpra-se.

RIO DE JANEIRO/RJ, 05 de novembro de 2020.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 05/11/2020 15:44:00 - 7bc9cf0
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20110413021367900000121900710?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20110413021367900000121900710

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID 7bc9cf0 proferida nos autos.

DESPACHO PJE

A reclamada não esclareceu a finalidade dos documentos que acostou aos autos no id. 0c4c110 e seguintes.

Assim, por decorrido o prazo para pagamento, determino a ativação do SISBAJUD até o limite do valor devido.

Cumpra-se.

RIO DE JANEIRO/RJ, 05 de novembro de 2020.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 05/11/2020 15:45:01 - 8bbd643
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/20110515435141100000121992630?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20110515435141100000121992630

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
RIO DE JANEIRO - 34ª VARA DO TRABALHO

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20210000173731
Data/hora de protocolamento:	21/01/2021 18:04
Número do processo:	0100798-82.2018.5.01.0034
Juiz solicitante do bloqueio:	HELEN MARQUES PEIXOTO
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da	01453878793
Nome do autor/exequente da ação:	altair ayres torres

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
73302986000128: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Valor a Bloquear

R$ 100.639,99 (cem mil e seiscentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos)

Bloquear Conta-Salário? Não

Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas

05237 - BCO BRADESCO
/

PJe

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 22/01/2021 09:38:56 - 27b1cb3
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21012209385540800000124835877?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21012209385540800000124835877

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico que, através de consulta ao sistema Sisbajud, não foram encontradas contas correntes do(s) executado(s), com saldo positivo.

RIO DE JANEIRO/RJ, 27 de janeiro de 2021.

RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO
Assessor

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 27/01/2021 10:03:35 - a8c4cb3
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21012710033473900000125093937?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21012710033473900000125093937

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Vistos.

Tendo em vista que a diligência via SISBAJUD restou infrutífera, determino a inclusão da(s) executada(s) no **BNDT,** em atendimento ao disposto no artigo 1º, §4º, da Resolução n º 1.470 /2011 do TST, nos termos do art. 883-A da CLT.

Ato contínuo, ante a petição de id “287cd0f”, providencie a Secretaria a ativação do sistema ***Renajud***, para localização de veículos de propriedade do(s) executado(s).

Infrutífera a diligência, venham os autos conclusos para ativação do sistema **Infojud/DOI**, tendo em vista a suspensão das atividade presenciais, nos termos do Ato Conjunto 2/2020, providencie a Secretaria a anexação dos relatórios da Receita Federal aos presentes autos, com sigilo, aberta a visibilidade ao patrono da parte autora, que poderá ser responsabilizado, na forma da Lei, em caso de quebra do sigilo fiscal.

Intime-se o exequente para tomar ciência de que o Juízo utilizou-se dos meios de coerção do devedor e para que, se tiver outros, apresente-os em 15 dias úteis.

Inerte, arquive-se provisoriamente.

RIO DE JANEIRO/RJ, 28 de janeiro de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 28/01/2021 10:52:04 - ff78a3f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21012710083199000000125094398?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21012710083199000000125094398

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Certifico que, nesta data, consultei o sistema Renajud e não foram encontrados veículos em nome do(s) executado(s).

RIO DE JANEIRO/RJ, 04 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO
Assessor

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 04/02/2021 12:47:50 - 07190b6
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21020412474955300000125590658?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21020412474955300000125590658

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Certifico que, nesta data, através de consulta ao sistema INFOJUD não foram encontradas declarações de operações imobiliárias e declarações de imposto de renda em nome do executado.

RIO DE JANEIRO/RJ, 18 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO
Assessor

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 18/02/2021 17:30:49 - b889b7f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21021817304825600000126316254?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21021817304825600000126316254

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): ALTAIR AYRES TORRES
Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para ciência do despacho/decisão de Id ff78a3f, abaixo transcrito(a):

"(…) Intime-se o exequente para tomar ciência de que o Juízo utilizou-se dos meios de coerção do devedor e para que, se tiver outros, apresente-os em 15 dias úteis.

Inerte, arquive-se provisoriamente."

Em caso de dúvida, acesse a página:
http://www.trt1.jus.br/pje

RIO DE JANEIRO/RJ, 18 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO
Assessor

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 18/02/2021 17:33:47 - 3148baa
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21021817333699600000126316581?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21021817333699600000126316581

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO DO TRT DA 1ª REGIÃO.

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, nos autos em epígrafe movidos em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, através do advogado subscrito, em atenção a intimação de id. 3148baa, requerer a pesquisa no convênio BACEN CCS, a fim de obter a visão documental da atuação de sócios, sócios ocultos, falsos terceiros que apresentam embargos à execução, identificando os procuradores/representantes das contas correntes dos executados, para obter dados e informações que possibilitem o prosseguimento da execução, caso seja a pesquisa negativa requer penhora portas a dentro no endereço da Ré.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2021.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA

157.143 OAB/RJ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Processo n.º ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA vem nos autos da **Ação Trabalhista** que contende com **ALTAIR AYRES TORRES,** respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informa que a certidão sob id n.º **23a74b1**, é de imóvel de titularidade de sócio da instituição, razão pela qual se presta à garantia do juízo.

Termos em que,
Pede se deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2021.

JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS

OAB-RJ n.º 198.482

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Determino a consulta ao ARISP para obtenção das certidões de RGI atualizadas, observando-se os bens indicados pela ré. Obtidas, defiro a expedição de mandado para penhora e avaliação dos imóveis.

RIO DE JANEIRO/RJ, 22 de abril de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 22/04/2021 17:11:32 - 922aa25
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21042216032927200000130071206?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21042216032927200000130071206

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO PJe

Certifico que, nesta data, consultei o sistema Arisp, conforme determinado no despacho de Id 922aa25, solicitando a certidão do imóvel de matrícula 26.795 do 5º RGI.

RIO DE JANEIRO/RJ, 03 de maio de 2021.

JULIANA ROCHA DELACIO
Assessor

Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 03/05/2021 15:09:39 - 2056ea2
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21050315084265900000130684778?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21050315084265900000130684778

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA Nº 26.795 Lº 2H/5 FLS. 284

IMÓVEL:- Apartamento nº 1401 com direito a guarda de um automóvel de passeio, do edifício na Rua Barão da Torre nº 465, e as respectivas frações de 0,06549% (apartamento) e 0,00670% (vaga), do terreno que mede 10,00m de frente e fundos por 50,00m de ambos os lados, confrontando, de um lado com o prédio 461, do outro com o terreno de Jorge Gaspar, e nos fundos com terreno de quem de direito. Proprietária:- EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., sucessora da Stoppini - Máquinas e Equipamentos Ltda., com sede nesta cidade, CGC.42.116.061/001.-Registro livro 3-GQ nº 124595 fls. 104 Insc. 0323684.-C.L.06647.-Habite-se em 14-10-75.-Rio de Janeiro,09 de junho de 1978.----------

AV-1/26.795 - HIPOTECA:- A unidade objeto desta matrícula, dentre outras, encontra-se gravada com uma hipoteca em favor do BANCO ECONOMICO S/A:, para garantir uma dívida no valor de CR$2.539.530,00, a ser paga no prazo de 51 meses, em prestaçõesmensais, vencendo-se a primeira em 10-12-75, e a ultima em 10 de fevereiro del980, a taxa de juros de 10%, conforme documento particular de 10-3-73, devidamente registrado em 24-07-74 no livro 2-CN nº48570 fls. 62.-Rio de Janeiro, 09 de junho de 1978.----------

AV-2/26.795 - CAUÇÃO DE CRÉDITO:- O credor, BANCO ECONOMICO S/A.- caucionou os seus direitos ao crédito constante da AV.1, ao BNH.-- Rio de Janeiro, 09 de junho bel978.----------

R-3/26.795 - PROMESSA DE VENDA:- Nos termos de certidao da escritura de 30 de janeiro de 1976, livro 1898, ato 27, do 24º Ofício - de Notas desta cidade, a proprietária EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., anteriormente qualificada, em carater irrevogável e irretratável, prometeu vender o imóvel constante e caracterizado nesta matrícula a JAYME ANTONIO DA ROCHA, comerciante, e sua mu--- lher ILCA DE SOUSA ROCHA; do lar, brasileiros, CPF.003.684.824- residentes nesta cidade, pelo valor de CR$1.600.000,00, sendo ---- CR$1.461.000,00, atribuido as cotas de terreno e CR$139.000,00, as benfeitorias que a ela acederam e de cujo total foram recebidos -- CR$240.000,00, como sinal e inicio de pagamento. O imposto de ---- transmissão foi pago através da guia 2422465 em 26 de abril del977 (xerox).-Rio de Janeiro, 09 de junho del978.----------

R-4/26.795 -CESSÃO:- Nos termos de escritura de 28 de abril de - 1977, livro 1931, fls. 97v, do 24º Ofício de Notas desta cidade, - os promitentes compradores, descritos e qualificados no R.3, cederam esses mesmos direitos, constante do mesmo, a EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede nesta cidade, CGC. nº ------ 42.116.061/001, pelo valor de CR$561.620,00. O imposto de transmissão foi pago através da guia 2424575 em 28 de abril de 1971.-Rio - de Janeior, 09 de junho de 1978.----------

AV-5-26795:Cancelamento de caução:- Nos termos de documento particular de 28.3.80, hoje arquivado, o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO autorizou o cancelamento da caução objeto da AV-2. Rio de Janeiro,--

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

01 de abril de 1981. -

Av6-26795:Cancelamento de hipoteca:- Nos termos de documento particular de 16.4.81, hoje arquivado,fica cancelada a hipoteca objeto da AV-1, em virtude de autorização dada pelo credor. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1981. -

R-7-26795:-Ratificação de cessão:-Nos termos de escritura de 4-6-80 Lº 2809 fls. 151 ato 38 do 3º Ofício, prenotada no Lº 1-J as fls.-- 145 sob o nº 118063 em 16-3-82, fica ratificada a cessão objeto do R-4, à fim de dar a mesma,plena validade jurídica, ficando consolidada em nome da EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, qualificada na matricula, a plena propriedade.-Rio, 19-3-82. - - - - - - - - -

R.8/26795-PROMESSA DE VENDA:- Por escrituras de 15.6.82, 12.7.89, - do 24º Ofício, Lºs 2684, 3840, fls. 16, 103, prenotadas nos Lºs 1.U nº 240964-19 em 20.10.89, e 1.U-237398-230 em 25.7.89, EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, já qualificada, prometeu vender o imóvel a PAULO PINTO, contador, casado pelo regime da comunhão de bens com MARGARIDA ALVARO PINTO, do lar, residentes nesta cidade, CIC nº 068.651.357-68, pelo preço de Cr$27.400.000,00.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.9/26795-COMPRA E VENDA:- Por escritura de 12.7.89, do 24º Ofício. Lº 3840, fls 103, prenotada no Lº 1.U-237398-230 em 25.7.89, fica - efetivada a promessa de venda, objeto do R.8, pelo preço de Ncz$ -- Ncz$27,40.- O ITBI foi pago pela guia nº 24/33088 em 16.09.82.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.10/26795-VENDA:- Por escritura de 28.11.89, do 14º Ofício, livro-SI-0282, fls 054, ato 024, prenotada no Lº 1.V fls. 62 nº 242769 em 30.11.89, os proprietários, venderam o imóvel a CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, desquitado, advogado, CIC 009.267.607-34, residente em Brasilia-DF, pelo preço de Ncz$500.000,00.- O ITBI foi pago - pela guia nº 52290/89 em 27.11.89.- Rio de Janeiro, 14 de dezembro-de 1989.----------

R.11/26795-PENHORA:- Nos termos da certidão da Escrivania de Família, Sucessões, da Infância e da Juventude e do 1º Cível da Comarca de Acreúna-GO, datada de 15.03.2005, prenotada no Lº1BB-447208/183 em 28.04.2005 e certidão da 24ª Vara Cível desta cidade, datada de 26.08.2005, prenotada no Lº1BC-452665/267 em 26.09.2005, fica registrada a penhora do imóvel desta matrícula para garantir uma dívida no valor de Cr$4.665.712.478,31, face ação movida por BANCO DO BRASIL S/A, com sede em Brasília-DF, CGC nº00.000.000/0001-91, contra TERRA FORTE ALIMENTOS LTDA, CGC nº03.405.352/0001-50, com sede em Luziânia-GO, HÉLIO JOSÉ ROLANDI RODRIGUES, brasileiro, casado, CPF nº273.380.968-72, residente em Luziânia-GO, MARIA ELISA BIAGI RODRIGUES, brasileira, casada, CPF nº031.449.078-71, residente em Luziânia-GO, CAMILO SEIXAS VIEIRA, brasileiro, aposentado, CPF nº003.390.983-15, residente em Brasília-DF, e CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, CPF nº009.267.607-34, advogado, residente em Brasilia-DF, conforme processo nº2005.001.096586-3. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2005.--AR

O OFICIAL:

1º Substituto - Mat.: 842982
Corregedoria de Justiça - RJ

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

IMÓVEL: 465 BARÃO DA TORRE - APTº 1401 FLS: 02

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA N.º 26795 LIVRO 2 H/5 FLS. 284

AV.12/26.795 - INDISPONIBILIDADE:- Nos termos de Aviso nº425/2014 emitido em 11.04.2014, publicado no Diário Oficial desta cidade em 14.04.2014, prenotado no Lº1DA-568904-113 em 04.09.2014 e tendo em vista os termos do Ofício nº3571/2014/GGRE/CARES/DIOPE/ANS, de 02.04.2014, subscrito pelo Ilmo Sr. João Carlos Alves da Silva Junior, gerente-geral de Regimes Especiais (N/REF. Proc. Nº2014.061704 CJ), fica o imóvel desta matricula indisponível até decisão ulterior. Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 2014.----------MMª

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA
Substituto - Matr.:941587
5º Ofício do Registro de
Imóveis da Capital - RJ

AV.13/26.795-CANCELAMENTO DE PENHORA: Conforme sentença do Poder Judiciário do Estado de Goiás-GO, assinado em 16/09/2019 pelo MM Juiz de Direito Dr. Reinaldo De Oliveira Dutra, prenotado no Lº1DS-621455-116 em 27.09.2019, fica cancelada a penhora objeto do R.11, em virtude de determinação judicial. SELO EDFK15242 GLB. Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2019.--IT

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA
Substituto - Matr.: 941587
5º Ofício do Registro de
Imóveis da Capital - RJ

Consta prenotado neste cartório sob o nº620568 em 02/09/2019, Penhora do Juizado - Comarca Acreuna - GO de 02/09/2019 e sob o nº627949 em 10/06/2020, Cancelamento de Indisponibilidade da ANS - Agencia Nacional de Saude Suplementar de 09/06/2020.-------

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Continuação da Certidão nº011341/2021 que se reporta a apartamento 1401 da rua Barão da Torre nº465.----------

Certifico que nos termos do Artigo 167, inciso I, alínea 21 da Lei 6015/73, não constam neste Cartório ações reais, pessoais e reipersecutórias sobre o imóvel,salvo as que constarem na matrícula. Certifico revendo e dou fé que a presente é cópia de todos os atos constantes da matricula a que se refere extraída nos termos do art 19 1º da Lei 6015 de 1973 dela constando todos os eventuais ônus e indisponibilidade que recaiam sobre o imóvel, sobre os atuais proprietários ou sobre os detentores de direitos relativos ao mesmo. Data da busca 11/05/2021 data da expedição 13/05/2021.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDRX78875 NEZ

Consulte a validade do Selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

ISENTO
Portaria nº84/02-CGJ/RJ
LEI 3350/99
Art 43

Provimentos CNJ n°47/2015, CGJ n°39/2016 e CGJ n°45/2017, regulamentam as certidões eletrônicas pelos serviços de registro de imóveis Estado do Rio de Janeiro.

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21060217120187800000132773085?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21060217120187800000132773085

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - PJe

DESTINATÁRIO/LOCAL DA DILIGÊNCIA: Espólio de CLODOALDO PINTO FILHO
CPF: 009.267.607-34
RUA DA BARAO TORRE , 465, APT 1401, IPANEMA, RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 22411-003

O/A MM. Juiz(a) EDUARDO MUSSI DIETRICH FILHO da 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, MANDA ao Sr. Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, **PROCEDA A PENHORA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL** cuja certidão do RGI segue em anexo, a fim de garantir a execução dos valores abaixo indicados:

Total: R$ 100.639,99 (cem mil e seiscentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos)

Obs: Deverá o i.Oficial de Justiça nomear o executado como fiel depositário do bem, bem como dar ciência da penhora.

Havendo necessidade, fica o Oficial de Justiça autorizado a requisitar auxílio de força policial e a dar cumprimento à presente ordem, mesmo que, excepcionalmente, após as 20 horas, e nos domingos e feriados.
Em caso de dúvida, acesse a página:

http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico

Por determinação do(a) MM. Juiz(a) desta unidade, o presente mandado foi expedido e assinado pelo usuario.nome abaixo (art. 250, VI, CPC)

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:36:59 - 7cf1976

RIO DE JANEIRO/RJ, 21 de junho de 2021.

RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO
Assessor

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:36:59 - 7cf1976
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21062109362814900000133830105?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21062109362814900000133830105

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA Nº 26.795 Lº 2H/5 FLS. 284

IMÓVEL:- Apartamento nº 1401 com direito a guarda de um automóvel de passeio, do edifício na Rua Barão da Torre nº 465, e as respectivas frações de 0,06549% (apartamento) e 0,00670% (vaga), do terreno que mede 10,00m de frente e fundos por 50,00m de ambos os lados, confrontando, de um lado com o prédio 461, do outro com o terreno de Jorge Gaspar, e nos fundos com terreno de quem de direito. Proprietária:- EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., sucessora da Stoppini - Máquinas e Equipamentos Ltda., com sede nesta cidade, CGC.42.116.061/001.-Registro livro 3-GQ nº 124595 fls. 104 Insc. 0323684.-C.L.06647.-Habite-se em 14-10-75.-Rio de Janeiro,09 de junho de 1978.----------

AV-1/26.795 - HIPOTECA:- A unidade objeto desta matricula, dentre outras, encontra-se gravada com uma hipoteca em favor do BANCO ECONOMICO S/A:, para garantir uma dívida no valor de CR$2.539.530,00, a ser paga no prazo de 51 meses, em prestaçõesmensais, vencendo-se a primeira em 10-12-75, e a ultima em 10 de fevereiro del980, a taxa de juros de 10%, conforme documento particular de 10-3-73, devidamente registrado em 24-07-74 no livro 2-CN nº48570 fls. 62.-Rio de Janeiro, 09 de junho de 1978.----------

AV-2/26.795 - CAUÇÃO DE CRÉDITO:- O credor, BANCO ECONOMICO S/A.- caucionou os seus direitos ao crédito constante da AV.1, ao BNH.-- Rio de Janeiro, 09 de junho bel978.----------

R-3/26.795 - PROMESSA DE VENDA:- Nos termos de certidao da escritura de 30 de janeiro de 1976, livro 1898, ato 27, do 24º Ofício - de Notas desta cidade, a proprietária EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., anteriormente qualificada, em carater irrevogável e irretratável, prometeu vender o imóvel constante e caracterizado nesta matrícula a JAYME ANTONIO DA ROCHA, comerciante, e sua mu--- lher ILCA DE SOUSA ROCHA; do lar, brasileiros, CPF.003.684.824- residentes nesta cidade, pelo valor de CR$1.600.000,00, sendo ---- CR$1.461.000,00, atribuido as cotas de terreno e CR$139.000,00, as benfeitorias que a ela acederam e de cujo total foram recebidos -- CR$240.000,00, como sinal e inicio de pagamento. O imposto de ---- transmissão foi pago através da guia 2422465 em 26 de abril del977 (xerox).-Rio de Janeiro, 09 de junho del978.----------

R-4/26.795 -CESSÃO:- Nos termos de escritura de 28 de abril de - 1977, livro 1931, fls. 97v, do 24º Ofício de Notas desta cidade, - os promitentes compradores, descritos e qualificados no R.3, cederam esses mesmos direitos, constante do mesmo, a EMIBRA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede nesta cidade, CGC. nº ------ 42.116.061/001, pelo valor de CR$561.620,00. O imposto de transmissão foi pago através da guia 2424575 em 28 de abril de 1971.-Rio - de Janeior, 09 de junho de 1978.----------

AV-5-26795:Cancelamento de caução:- Nos termos de documento particular de 28.3.80, hoje arquivado, o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO autorizou o cancelamento da caução objeto da AV-2. Rio de Janeiro,--

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - bebde2a

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

01 de abril de 1981. -

Av6-26795:Cancelamento de hipoteca:- Nos termos de documento particular de 16.4.81, hoje arquivado, fica cancelada a hipoteca objeto da AV-1, em virtude de autorização dada pelo credor. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1981. -

R-7-26795:-Ratificação de cessão:-Nos termos de escritura de 4-6-80 Lº 2809 fls. 151 ato 38 do 3º Ofício, prenotada no Lº 1-J as fls.-- 145 sob o nº 118063 em 16-3-82, fica ratificada a cessão objeto do R-4, à fim de dar a mesma,plena validade jurídica, ficando consolidada em nome da EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, qualificada na matrícula, a plena propriedade.-Rio, 19-3-82. - - - - - - - - -

R.8/26795-PROMESSA DE VENDA:- Por escrituras de 15.6.82, 12.7.89, - do 24º Ofício, Lºs 2684, 3840, fls. 16, 103, prenotadas nos Lºs 1.U nº 240964-19 em 20.10.89, e 1.U-237398-230 em 25.7.89, EMIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, já qualificada, prometeu vender o imóvel a PAULO PINTO, contador, casado pelo regime da comunhão de bens com MARGARIDA ALVARO PINTO, do lar, residentes nesta cidade, CIC nº 068.651.357-68, pelo preço de Cr$27.400.000,00.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.9/26795-COMPRA E VENDA:- Por escritura de 12.7.89, do 24º Ofício. Lº 3840, fls 103, prenotada no Lº 1.U-237398-230 em 25.7.89, fica - efetivada a promessa de venda, objeto do R.8, pelo preço de Ncz$ -- Ncz$27,40.- O ITBI foi pago pela guia nº 24/33088 em 16.09.82.- Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1989.----------

R.10/26795-VENDA:- Por escritura de 28.11.89, do 14º Ofício, livro- SI-0282, fls 054, ato 024, prenotada no Lº 1.V fls. 62 nº 242769 em 30.11.89, os proprietários, venderam o imóvel a CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, desquitado, advogado, CIC 009.267.607-34, residente em Brasilia-DF, pelo preço de Ncz$500.000,00.- O ITBI foi pago - pela guia nº 52290/89 em 27.11.89.- Rio de Janeiro, 14 de dezembro- de 1989.----------

R.11/26795-PENHORA:- Nos termos da certidão da Escrivania de Família, Sucessões, da Infância e da Juventude e do 1º Cível da Comarca de Acreúna-GO, datada de 15.03.2005, prenotada no Lº1BB-447208/183 em 28.04.2005 e certidão da 2ª Vara Cível desta cidade, datada de 26.08.2005, prenotada no Lº1BC-452665/267 em 26.09.2005, fica registrada a penhora do imóvel desta matrícula para garantir uma dívida no valor de Cr$4.665.712.478,31, face ação movida por BANCO DO BRASIL S/A, com sede em Brasília-DF, CGC nº00.000.000/0001-91, contra TERRA FORTE ALIMENTOS LTDA, CGC nº03.405.362/0001-50, com sede em Luziânia-GO, HÉLIO JOSÉ ROLANDI RODRIGUES, brasileiro, casado, CPF nº273.380.968-72, residente em Luziânia-GO, MARIA ELISA BIAGI RODRIGUES, brasileira, casada, CPF nº031.449.078-71, residente em Luziânia-GO, CAMILO SEIXAS VIEIRA, brasileiro, aposentado, CPF nº003.390.983-15, residente em Brasília-DF, e CLODOALDO PINTO FILHO, brasileiro, CPF nº009.267.607-34, advogado, residente em Brasilia-DF, conforme processo nº2005.001.096586-3. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2005.--AR

O OFICIAL:

Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - bebde2a

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH21050003980D

IMÓVEL: 465 BARÃO DA TORRE - APTº 1401 FLS: 02

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPITAL - RJ

MATRÍCULA N.º 26795 LIVRO 2 H/5 FLS. 284

AV.12/26.795 - INDISPONIBILIDADE:- Nos termos de Aviso nº425/2014 emitido em 11.04.2014, publicado no Diário Oficial desta cidade em 14.04.2014, prenotado no Lº1DA-568904-113 em 04.09.2014 e tendo em vista os termos do Ofício nº3571/2014/GGRE/CARES/DIOPE/ANS, de 02.04.2014, subscrito pelo Ilmo Sr. João Carlos Alves da Silva Junior, gerente-geral de Regimes Especiais (N/REF. Proc. Nº2014.061704 CJ), fica o imóvel desta matricula indisponível até decisão ulterior. Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 2014.----------MM*

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA
Substituto - Matr.: 941587
5º Ofício de Registro de Imóveis da Capital - RJ

AV.13/26.795-CANCELAMENTO DE PENHORA: Conforme sentença do Poder Judiciário do Estado de Goiás-GO, assinado em 16/09/2019 pelo MM Juiz de Direito Dr. Reinaldo De Oliveira Dutra, prenotado no Lº1DS-621455-116 em 27.09.2019, fica cancelada a penhora objeto do R.11, em virtude de determinação judicial. SELO EDFK15242 GLB. Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2019.--IT

O OFICIAL: GUSTAVO GASTALHO MOREIRA
Substituto - Matr.: 941587
5º Ofício de Registro de Imóveis da Capital - RJ

Consta prenotado neste cartório sob o nº620568 em 02/09/2019, Penhora do Juizado - Comarca Acreuna - GO de 02/09/2019 e sob o nº627949 em 10/06/2020, Cancelamento de Indisponibilidade da ANS - Agencia Nacional de Saude Suplementar de 09/06/2020.-------

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - bebde2a

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash b92e00c1-7819-4740-8e1c-a881ab8ed070

Continuação da Certidão nº011341/2021 que se reporta a apartamento 1401 da rua Barão da Torre nº465.----------

Certifico que nos termos do Artigo 167, inciso I, alínea 21 da Lei 6015/73, não constam neste Cartório ações reais, pessoais e reipersecutórias sobre o imóvel,salvo as que constarem na matrícula. Certifico revendo e dou fé que a presente é cópia de todos os atos constantes da matricula a que se refere extraída nos termos do art 19 § 1º da Lei 6015 de 1973 dela constando todos os eventuais ônus e indisponibilidade que recaiam sobre o imóvel, sobre os atuais proprietários ou sobre os detentores de direitos relativos ao mesmo. Data da busca 11/05/2021 data da expedição 13/05/2021.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDRX78875 NEZ

Consulte a validade do Selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

ISENTO
Portaria nº84/02-CGJ/RJ
LEI 3350/99
Art 43

Provimentos CNJ nº47/2015, CGJ nº39/2016 e CGJ nº45/2017, regulamentam as certidões eletrônicas pelos serviços de registro de imóveis Estado do Rio de Janeiro.

Esse documento foi assinado digitalmente por PRISCILLA LESSA SEABRA - 14/05/2021 11:20 PROTOCOLO: SPH210500039800

Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA DELACIO - Juntado em: 02/06/2021 17:12:19 - 0fdf9e1
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21060217120187800000132773085?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21060217120187800000132773085

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - bebde2a
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21062109362840500000133830106?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21062109362840500000133830106

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

CLODOALDO PINTO FILHO

CPF

009.267.607-34

MATRÍCULA:

021220 01 55 2018 4 00052 004 0015791 19

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	branca	viúvo, com 81 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Fortaleza - CE	12181 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/RJ	SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

ClodoaldoPinto e MariaNildade Saraiva Pinto, residente e domiciliado SHIN QI 13, conj 04, casa 23, Lago Norte, Brasilia - DF

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO, às 02:23 hrs	30	06	2018

LOCAL DE FALECIMENTO

HospitalHome - Asa Sul, Brasilia-DF

CAUSA DA MORTE

choque septico, sepse, penumonia, doença de alzheimer, diabetes

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)	DECLARANTE
CemitérioCampo da Esperança de Brasília - Brasilia/DF	Mauricio Machado Pinto

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Bruna Arrais - CRM 21046-DF

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

o falecido era viúvo de Christina Ramos Machado; entretanto, o(a) declarante não soube informar o Cartório de casamento. Deixou (03) três filhos, a saber: Clodoaldo, com 57 anos, Claudio, com 55 anos, e Mauricio, com 51 anos. Deixou bens a inventariar, porém não deixou testamento conhecido. Era eleitor em Rio de Janeiro-RJ, sendo que o Título Eleitoral não foi apresentado. Data de Nascimento: 04/02/1937. Foi apresentada para registro a declaração de óbito nº 25505198-0. O declarante comparece na qualidade de filho da falecido Data do registro do óbito: 30/06/2018

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	12181	04/03/2011	OAB/RJ	
CEP Residencial	Não informado		Grupo Sanguineo	Não informado

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante

Nome do Ofício
1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas
Oficial Registrador: Hercules Alexandre da Costa Benício
Município: Brasília/DF
Endereço: Av. Central, AE 19, Lt H/I, Ljs 1 e 3, Núcleo Bandeirante
CEP: 71.710-585
Fone: (61) 3386-0886
E-mail: cartorionbdf@gmail.com
Selo nº TJDFT20180170194202BFHW
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
Brasília-DF, 30 de junho de 2018.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DF
AMANDA BALLERINI DE LIMA
ESCREVENTE

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:30 - ee33a49
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101221523961600000120623872
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20101221523961600000120623872

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 2bd652b
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21062109362843900000133830107?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21062109362843900000133830107

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0100798-82.2018.5.01.0034

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/08/2018
Valor da causa: R$ 63.317,62

Partes:
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
ADVOGADO: Erick Machado Balzana Souza
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
ADVOGADO: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS
TERCEIRO INTERESSADO: Espólio de CLODOALDO PINTO FILHO CPF: 009.267.607-34

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 288a4a2

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.** QUE ENTRE SI FAZEM, **LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA**, brasileira, casada, médica registrada no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro sob o número 52-25498-0, portadora do CIC n: 054.459.813-04, residente e domiciliada na Rua Almirante Luiz Bellart n: 150, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, **GEODOALDO PINTO FILHO**, brasileiro, desquitado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o n: 13.133, inscrição n: 12.181, portador do CIC n009.267.607-34, residente e domiciliado na Rua Barão da Torre n: 465 - ato. 1401, em Ipanema, Rio de Janeiro e **CHRISTINA RAMOS MACHADO**, brasileira, desquitada, administradora de curso superior, portadora da carteira de identidade expedida pelo SSP-Distrito Federal de n: 1.623.025, portadora do CIC n: 406.177.187-68, residente e domiciliada na Rua Barão da Torre n: 465 - apto. 1401, em Ipanema, Rio de Janeiro, sob as cláusulas e condições seguintes, e, de acordo ao Decreto no. 3.708, de 10 de junho de 1919 que regula a constituição das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

Cláusula 1 - **Exigência Legal**
Os sócios subscritores declaram, neste ato, para os devidos fins, que não estão impedidos legalmente para exercerem atividades civis e comerciais, dentro do território nacional;

Cláusula 2 - **Denominação Social e Nome de Fantasia**
A Sociedade girará sob a denominação social de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA. e, poderá usar o nome de fantasia de "RECANTO DA TERCEIRA IDADE" ;

Cláusula 3 - **Sede**
A sede social é na Rua Almirante Luiz Bellart n: 150, no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, no Município da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, facultado aos sócios abrirem filiais em qualquer parte do território nacional;

Cláusula 4 - **Prazo de Duração**
A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

Cláusula 5 - **Objeto Social**
A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços de: a) hospedagem de pessoas, preferentemente idosas, em regime de tempo permanente ou temporário; b) fornecimento de alimentação orientada por nutricionista; c) fornecimento de salas de jogos de diversões e entretenimento; b) oferecimento de serviços médicos, através de terceiros, conveniados com a Sociedade, e capacitados para o exercício da medicina, facultado ao hóspede a livre escolha; c)assistência administrativa aos hóspedes interessados, tais como, assessoria na compra de bens duráveis e de consumo, preenchimento de formulários para atender repartições públicas ou particulares, serviços jurídicos e de despachante através de profissionais legalmente habilitados;

Cláusula 6 - **Capital Social**
O Capital social da sociedade é de CR$200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente no país, e dividido em 2.000 (duas mil) quotas de CR$100, 00 (cem cruzeiros reais), entre os sócios, da seguinte maneira: 01

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20101222080442200000120624060
Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 288a4a2

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ALNIR F. DA SILVA
Oficial
RIO DE JANEIRO

- A sócia LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA subscreve e integraliza 1.000 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$100.000,00 (Cem mil cruzeiros reais);

- O sócio CLODOALDO PINTO FILHO subscreve e integraliza 500 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros reais) e

- A sócia CHRISTINA RAMOS MACHADO subscreve e integraliza 500 quotas de CR$100,00 (cem cruzeiros reais), totalizando CR$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros reais).

Cláusula 7 - Responsabilidade dos sócios
A responsabilidade dos sócios está limitada ao valor do Capital Social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cláusula 8 - Gerência da Sociedade
A GERENCIA da Sociedade ficará a cargo dos tres sócios, em conjunto ou individualmente; assinarão documentos de responsabilidade financeira da Sociedade, tais como, cheques, endossos, títulos, ordem de pagamento, dois dos tres sócios, indistintamente.
E facultado aos sócios, entre si, a outorga de poderes, amplos e irrestritos através de procuração, por instrumento público ou particular.

Cláusula 9 - Uso da Denominação Social
O uso da denominação social caberá aos tres sócios, individualmente ou em conjunto, ressalvadas as restrições contidas na cláusula 8 anterior. Fica no entanto, expressamente proibido o uso da denominação social para quaisquer atos alheios aos interesses da Sociedade, tais como aval, fiança, garantias e caução a terceiros, endossos de favor ou atos da mesma natureza, os quais se praticados, não obrigarão a Sociedade, de pleno direito.

Cláusula 10 - Cláusula de Maioria
Os sócios poderão deliberar e tomar decisões, em regime de maioria simples, sempre que não se cogitar de saída, cessão ou retirada de sócio. Através de Regimento Interno os sócios aprovarão os limites de competência para uso da Cláusula de Maioria, assim como, valor de prolabore, normas internas administrativas e operativas.

Cláusula 11 - Cessão e Transferência de Quotas
Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas sem o expresso consentimento dos outros, que, em igualdade de condições de valor, prazo e forma de pagamento, terão preferência em adquirí-las.

Cláusula 12 - Retirada ou Falecimento de Sócio
O falecimento, interdição, retirada ou inabilitação de qualquer um dos sócios, não acarretará a dissolução da Sociedade, devendo os sócios remanescentes, levantarem um Balanço Intercalar, com Demonstração de Resultado, no prazo de trinta dias do evento; os haveres apurados em favor do sócio retirante, interdito ou herdeiros do falecido serão pagos da seguinte forma:

02

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20101222080442200000120624060
Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 288a4a2

3

30% (trinta por cento) em sessenta dias após a data do evento e o restante em 7 (sete) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice oficial vigente, vencível a primeira trinta dias após o pagamento da parcela inicial dos trinta por cento.

Cláusula 13 - Pro-Labore

Os sócios poderão receber um Pro-Labore mensal, observadas as normas da legislação tributária vigente.

Cláusula 14 - Exercício Social e Resultados

No dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-à ao levantamento de um Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, com extrita observância à legislação do Imposto de Renda vigente e de acordo às normas e procedimentos contábeis instituídos pela Lei 6404/76. Os resultados apurados serão atribuídos aos sócios, ou por eles suportados, na proporção de suas quotas, ou, poderão ser mantidos em reserva para posterior aumento de capital.

Cláusula 15 - Foro

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio ou controvérsia oriundo do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais previlegiado que seja.

E, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM TRES VIAS DE IGUAL TEOR, CONTEÚDO E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1993

Leyna Mara P. B. C. Farinha
Leyna Mara Pinto e Bastos Gonçalves Farinha

Clodoaldo Pinto Filho

Christina Ramos Machado

1 testemunha:

2 testemunha::

10.º OFÍCIO DE NOTAS
. NOTÁRIO
José Augusto Proença Corrêa
NOTÁRIA SUBSTITUTA
Maria Lucia de Freitas
AUTORIZADO
Carlos Alberto Pires Jardim
CUSTAS DISPENSADAS
Av. Almirante Barroso, 139 Loja C-RJ
Tel. 240-1844
RIO DE JANEIRO - CAPITAL

Reconheço a(s) firma(s) de Leyna Mara P. B. C. Farinha, Clodoaldo Pinto Filho e Christina Ramos Machado
Rio de Janeiro 08 de 93
Em Testemunho da Verdade.

03

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20101222080442200000120624060

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 288a4a2



04

Assinado eletronicamente por: JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS - 12/10/2020 22:09:31 - 824e373
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20101222080442200000120624060
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 20101222080442200000120624060

Assinado eletronicamente por: RODRIGO ALVES REGAL DE CASTRO - Juntado em: 21/06/2021 09:37:00 - 288a4a2
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21062109362850200000133830108?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21062109362850200000133830108

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

ID do mandado: 7cf1976

Destinatário: Espólio de CLODOALDO PINTO FILHO CPF: 009.267.607-34

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao presente mandado, dirigi-me à Rua Barão da Torre 465/ 1401, Ipanema, às 15:00 horas, e, sendo aí, procedi a penhora determinada conforme competente auto que segue em anexo.

Informo, ainda, que deixei de nomear fiel depositário do bem, bem como dar ciência da penhora visto o imóvel encontrar-se vazio. A informação foi fornecida pelo Porteiro do Condomínio Residencial.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2021

CINARA MIRANDA CORREDEIRA

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: CINARA MIRANDA CORREDEIRA - Juntado em: 13/09/2021 16:26:11 - 273b8ce
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21091316210685600000139121149?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21091316210685600000139121149

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

0034 VT RJ

Proc. nº 0100798-82

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 13 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e um na Rua Barão da Torre 465 | 1401 Ipanema, nesta Comarca, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz do Trabalho da 0034 Vara do Trabalho do (e) Rio de Janeiro na execução movida por Altair Alves Torres contra Fernando Maria Senhora da Conceição LTDA para cobrança da dívida de R$ 2.000.339,95 (Dois mil e duzentos e trinta e nove mil e trezentos e noventa e nove centavos) procedi à Penhora e Avaliação dos bens a seguir discriminados:

Discriminação	Valor
Apartamento 1401 do edifício localizado na Rua Barão da Torre 465 com direito a guarda de um automóvel, Ipanema, conforme características e confrontações que constam da carta de registro de imóveis, que avaliou em	R$ 1.800.000,00
Valor Total	R$ 1.800.000,00

(Hum milhão e oitocentos mil reais)

O valor total deste AUTO destina-se à garantia da dívida referida no mandado.

Ressalvas:

Cinara M. Corredeira
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: CINARA MIRANDA CORREDEIRA - Juntado em: 13/09/2021 16:26:11 - 577bf0f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21091316260582400000139121785?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21091316260582400000139121785

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Sendo o imóvel propriedade de sócio falecido e não havendo pessoa para assumir o encargo de fiel depositário no local, indique a ré, em 5 dias, pessoa credenciada a assumir o encargo de Fiel Depositário do bem penhorado, id. 577bf0f .

Dê-se ciência à ré da penhora.

Vindo, voltem conclusos.

RIO DE JANEIRO/RJ, 30 de setembro de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 9dcfadd proferido nos autos.

DESPACHO PJe

Sendo o imóvel propriedade de sócio falecido e não havendo pessoa para assumir o encargo de fiel depositário no local, indique a ré, em 5 dias, pessoa credenciada a assumir o encargo de Fiel Depositário do bem penhorado, id. 577bf0f .

Dê-se ciência à ré da penhora.

Vindo, voltem conclusos.

RIO DE JANEIRO/RJ, 30 de setembro de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 34ª VARA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Processo n° **ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034**

DESPACHO PJe

Sendo o imóvel propriedade de sócio falecido e não havendo pessoa para assumir o encargo de fiel depositário no local, indique a ré, em 5 dias, pessoa credenciada a assumir o encargo de Fiel Depositário do bem penhorado, id.577bf0f .

PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA já devidamente identificado nos autos do processo em referência que contende com **ALTAIR AYRES TORRES** vem por sua advogada adiante firmada, em atenção à Avaliação e penhora de imóvel pelo senhor Oficial de Justiça, conforme o conteúdo de id n.º 273b8ce, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE AVALIAÇÃO

nos termos e no prazo previsto no art. 635 do CPC:

O Ilustre Oficial de Justiça Avaliador no laudo de avaliação de fls. 79 avaliou o bem no valor de R$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais), afirmando ser a área edificada na metragem de 48 m2, com base em "valores de mercado praticado para imóveis de padrão similar ao do bem avaliado".

Contudo, não junta aos autos documentos que embasem a sua estimativa. Contudo, a metragem informada pelo Oficial de Justiça não condiz com a realidade. A metragem correta da área edificada é de aprox. 300 metros quadrados. O valor do metro quadrado na região aproxima –se de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Além disso, valor atribuído pelo Ilustre Oficial de Justiça não condiz com a realidade do mercado. As telas em anexo, emitidas do site Viva Real, atribuem valor bem superior a imóveis naquela região.

Além disso, fazendo uma simulação do valor de ITBI, foi possível constatar que o valor do imóvel constante na base de cálculo do município e superior ao da avaliação.

Conforme se observa na tela em anexo, emitida no site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o valor da base de cálculo utilizada para fins de cálculo de ITBI se refere ao valor de mercado do imóvel.

Para fins de prosseguimento do processo, requer seja nomeado como inventariante provisório na forma do art. 1.797 do Código de Processo Civil, o representante judicial da Executada **PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONÇALVES FARINHA,** consoante ao id n.º 69ab4f6, mesmo inventariante de **LEYNA MARA PINTO**.

Diante disso, a Executada vem impugnar o valor atribuído no laudo de id n.º 273b8ce, requerendo, para tanto, seja realizada uma nova avaliação do imóvel, eis que o valor apontado sob id n.º 273b8ce que é muito inferior ao valor que, de fato, vale o bem.

Termos em que,

Pede se deferimento,

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2021.

JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS

OAB N.º 198.482-RJ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Por não comprovadas as alegações, indefiro a reavaliação do imóvel. Cumpra a ré o determinado no id.9dcfadd, sob pena de nomeação pelo Juízo.

RIO DE JANEIRO/RJ, 14 de dezembro de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e4c80ec proferido nos autos.

DESPACHO PJe

Por não comprovadas as alegações, indefiro a reavaliação do imóvel. Cumpra a ré o determinado no id.9dcfadd, sob pena de nomeação pelo Juízo.

RIO DE JANEIRO/RJ, 14 de dezembro de 2021.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: HELEN MARQUES PEIXOTO - Juntado em: 14/12/2021 20:52:55 - b7ac002
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/21121420515487800000144935156?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 21121420515487800000144935156

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Ante a inércia da ré, conclusos para consulta à Jucerja para verificação de contrato social atualizado.

Após, voltem conclusos.

RIO DE JANEIRO/RJ, 04 de fevereiro de 2022.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

JUCERJA (/)

Home > Extranet > **Buscar Empresas**

menu

← voltar (/Servicos/Extranet)

Nenhuma empresa encontrada com o CNPJ 73.302.986/0001-28

Sua sessão expira em **00:59:58**.

Selecione uma opção de consulta

CNPJ da Empresa

CNPJ:

73.302.986/0001-28

Consultar

?

Acesso Rápido

Não encontrou o que deseja? Faça uma busca!

Pesquise por um serviço, informação, ata e etc...

BUSCAR

NOSSA LOCALIZAÇÃO:

Avenida Rio Branco, 10 - Centro - RJ CEP: 20090-000

Chat online

PJe Assinado eletronicamente por: RENATO CASCON DE SOUZA - Juntado em: 15/02/2022 09:38:10 - d35f266

Atendimento do Protocolo de 09h às 16h. De Segunda à Sexta.

Telefones: 2334-5409 e 2334-5410

Todos os pontos de atendimento (/Contato/LocaisAtendimento)

© Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Todos os Direitos Reservados. *copyright 2016.*

Chat online

Assinado eletronicamente por: RENATO CASCON DE SOUZA - Juntado em: 15/02/2022 09:38:10 - d35f266
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22021509380825800000147494812?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22021509380825800000147494812

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	73.302.986/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LEYNA MARA PINTO E BASTOS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CLODOALDO PINTO FILHO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	CHRISTINA RAMOS MACHADO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **15/02/2022** às **09:37** (data e hora de Brasília).

Assinado eletronicamente por: RENATO CASCON DE SOUZA - Juntado em: 15/02/2022 09:38:55 - b405e25
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22021509385282000000147494881?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22021509385282000000147494881

INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO - Consulta de Informações Cadastrais

CPF:	054.459.813-04
Nome Completo:	LEYNA MARA PINTO E BASTOS
Nome da Mãe:	ENEIDA MARIA PINTO E BASTOS
Data de Nascimento:	06/06/1952
Título de Eleitor:	0070817420310
Endereço:	LUIS BELART 150 JARDIM GUANABARA
CEP:	21941-100
Municipio:	RIO DE JANEIRO
UF:	RJ

INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO - Consulta de Informações Cadastrais

CPF:	009.267.607-34
Nome Completo:	CLODOALDO PINTO FILHO
Nome da Mãe:	MARIA NILDA DE SARAIVA PINTO
Data de Nascimento:	04/02/1937
Título de Eleitor:	0005201710337
Endereço:	ST SHIN QI 13 CONJUNTO 04 - CASA 23 LAGO NORTE
CEP:	71535-040
Municipio:	BRASILIA
UF:	DF

INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO - Consulta de Informações Cadastrais

CPF:	406.177.187-68

Nome Completo:	CHRISTINA RAMOS MACHADO
Nome da Mãe:	YDNA RAMOS MACHADO
Data de Nascimento:	05/02/1935
Título de Eleitor:	0001587432097
Endereço:	ST SHIN QI 13 - CONJUNTO 04 CASA 23 LAGO NORTE
CEP:	71535-040
Municipio:	BRASILIA
UF:	DF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Vistos.

Analisando os autos, verifico que a ré indicou, no documento #id: 9108165, seu representante legal como pessoa capaz de assumir o encargo de fiel depositário.

Assim, nomeio para o encargo o representante legal da reclamada, senhor Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha.

Notifique-se a ré para que informe nos autos o CPF ou o endereço atualizado do representante acima referido no prazo de 5 dias.

Vindo os dados, notifique-se o senhor Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha através de mandado, em seu endereço para ciência da nomeação, devendo o mesmo preservar o bem, sob pena de incidência das sanções legais cominadas nos artigos 159, 160 e 161 do NCPC.

Após, encaminhe-se cópia do auto de penhora ao Cartório do 5º Ofício de Imóveis do Município do Rio de Janeiro, determinando que o Sr. Oficial do Cartório Imobiliário, proceda ao registro do gravame judicial, independentemente do recolhimento de custas e/ou emolumentos, nos termos da Lei Federal nº 6.830/80, de aplicação supletiva ao Processo do Trabalho, ex vi artigo 889 da CLT, podendo encaminhar a comprovação do mencionado registro para esta Vara do Trabalho via malote digital.

Encaminhe-se cópia do presente despacho, valendo este, devidamente subscrito, por economia processual, como competente ofício.

Após, voltem conclusos para nomeação de leiloeiro público.

RIO DE JANEIRO/RJ, 24 de março de 2022.

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID b53e197 proferido nos autos.

Vistos.

Analisando os autos, verifico que a ré indicou, no documento #id: 9108165, seu representante legal como pessoa capaz de assumir o encargo de fiel depositário.

Assim, nomeio para o encargo o representante legal da reclamada, senhor Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha.

Notifique-se a ré para que informe nos autos o CPF ou o endereço atualizado do representante acima referido no prazo de 5 dias.

Vindo os dados, notifique-se o senhor Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha através de mandado, em seu endereço para ciência da nomeação, devendo o mesmo preservar o bem, sob pena de incidência das sanções legais cominadas nos artigos 159, 160 e 161 do NCPC.

Após, encaminhe-se cópia do auto de penhora ao Cartório do 5º Ofício de Imóveis do Município do Rio de Janeiro, determinando que o Sr. Oficial do Cartório Imobiliário, proceda ao registro do gravame judicial, independentemente do recolhimento de custas e/ou emolumentos, nos termos da Lei Federal nº 6.830/80, de aplicação supletiva ao Processo do Trabalho, ex vi artigo 889 da CLT, podendo encaminhar a comprovação do mencionado registro para esta Vara do Trabalho via malote digital.

Encaminhe-se cópia do presente despacho, valendo este, devidamente subscrito, por economia processual, como competente ofício.

Após, voltem conclusos para nomeação de leiloeiro público.

RIO DE JANEIRO/RJ, 24 de março de 2022.

LIVIA DOS SANTOS VARDIERO CRESPO
Juíza do Trabalho Substituta

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO DO TRT DA 1ª REGIÃO.

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, nos autos em epígrafe movidos em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, através do advogado subscrito, em atenção ao despacho de ID. b53e197, visando a celeridade e efetivação da penhora realizada, informar que no termo de inventariança consta o endereço e qualificação completa do depositário fiel, **Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha, nascido em 30/11/1987, CPF 119.461.787-56, com endereço na Rua Almirante Luís Belart, nº 150, Jardim Guanabara, CEP: 21941-100**, como pode ser observado **em ID. 69ab4f6**, contudo requer seja o depositário fiel intimado em nome de sua patrona, **pois como podemos observar na procuração de ID. 97be32a é o depositário fiel quem assina a procuração**, a patrona do réu é também **patrona do depositário fiel nomeado, Dra. JULIA RIBEIRO FERNANDES SANTOS, inscrita na OAB/RJ sob o nº 198.482, sendo assim, requer seja a patrona intimada para informar o encargo ao depositário fiel, para maior celeridade do feito, pugnando ainda seja registrado o gravame judicial da penhora eletronicamente via ARISP previamente, para maior celeridade e economia processual**.

Caso assim não entenda V. Exa., requer a intimação pessoal do depositário no endereço acima informado.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA
157.143 OAB/RJ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

DESTINATÁRIO/LOCAL DA DILIGÊNCIA: PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONCALVES FARINHA
LUIS BELART, 150, CASA, JARDIM GUANABARA, RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 21941-100

O/A MM. Juiz(a) HELEN MARQUES PEIXOTO da 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, MANDA ao Sr. Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, **NOTIFIQUE PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONCALVES FARINHA** para ciência da nomeação como depositário do imóvel Id: 0fdf9e1, devendo preservar o bem, sob pena de incidência das sanções legais cominadas nos artigos 159, 160 e 161 do NCPC.

Havendo necessidade, ou se forem opostos obstáculos ao cumprimento do presente mandado, fica o Oficial de Justiça autorizado a solicitar auxílio da força policial e a dar cumprimento à presente ordem excepcionalmente aos domingos, feriados e após as 20 horas.
Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.
Em caso de dúvida, acesse a página:

http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico

Por determinação do(a) MM. Juiz(a) desta unidade, o presente mandado foi expedido e assinado pelo usuario.nome abaixo (art. 250, VI, CPC).

RIO DE JANEIRO/RJ, 19 de abril de 2022.

ANGELO DA COSTA E MELO
Assessor

Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 19/04/2022 15:46:23 - d0cbd0c
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22041915462076600000151676317?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22041915462076600000151676317

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

ID do mandado: d0cbd0c

Destinatário: PHILLIPE EDUARDO PINTO E BASTOS GONCALVES FARINHA

Certifico que no dia 02/05/2022 me dirigi a rua Almirante Luiz Belart nº150 no Jardim Guanabara onde está situado o Pensionato Nossa Senhora da Conceição Ltda e sendo aí, deixei de proceder a notificação determinada em razão do Sr. Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha não ser encontrado naquele local segundo informações prestadas pelo porteiro, Sr. Augusto. Certifico ainda que deixei a contrafé aos cuidados do Sr. Augusto para que posteriormente a fizesse chegar as mãos do Sr. Phillipe e recolho o mandado submetendo a apreciação do MM Dr. Juiz.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2022

ELCY TEIXEIRA RIOS

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: ELCY TEIXEIRA RIOS - Juntado em: 13/05/2022 10:57:09 - 294b88a
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22051310565774800000153240428?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22051310565774800000153240428

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Considerando que o Sr. Philipe é o representante legal da ré, conforme procuração de #id:97be32a , e já houve a publicação da decisão de #id: b53e197 por DEJT, considero-o ciente da nomeação.

Assim, prossigam-se com as determinações de #id:b53e197 a partir do ofício ao Cartório.

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de junho de 2022.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 911f41a proferido nos autos.

DESPACHO PJe

Considerando que o Sr. Philipe é o representante legal da ré, conforme procuração de #id:97be32a , e já houve a publicação da decisão de #id: b53e197 por DEJT, considero-o ciente da nomeação.

Assim, prossigam-se com as determinações de #id:b53e197 a partir do ofício ao Cartório.

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de junho de 2022.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 30/06/2022 às 13:28

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	501202219927890
Documento:	Despacho_b53e197.pdf
Remetente:	34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (ANGELO DA COSTA E MELO)
Destinatário:	CAPITAL 05 OF DE REG GERAL DE IMÓVEIS (TJRJ)
Data de Envio:	30/06/2022 13:22:30
Assunto:	Encaminho Auto de Penhora e Despacho b53e197 determinando o registro do gravame judicial, independentemente do recolhimento de custas e/ou emolumentos - Processo 0000948-65.2012.5.01.0034

Código de rastreabilidade:	501202219927889
Documento:	Auto de Penhora_577bf0f.pdf
Remetente:	34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (ANGELO DA COSTA E MELO)
Destinatário:	CAPITAL 05 OF DE REG GERAL DE IMÓVEIS (TJRJ)
Data de Envio:	30/06/2022 13:22:30
Assunto:	Encaminho Auto de Penhora e Despacho b53e197 determinando o registro do gravame judicial, independentemente do recolhimento de custas e/ou emolumentos - Processo 0000948-65.2012.5.01.0034

Imprimir

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81920229146438
Nome original: 0f. 1737-22 - Assinado.pdf
Data: 11/07/2022 10:25:47
Remetente:
Rafael Cabral Dirk
CAPITAL 05 OF DE REG GERAL DE IMÓVEIS
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Assinado por:

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Prezados, segue em anexo o nosso Ofício n° 1737 2022. Att. 5°RGI.

PJe Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 12/07/2022 14:50:31 - 644ec9f

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5º Ofício de Registro de Imóveis
Rua Rodrigo Silva, nº 8 / 8º andar - Centro - RJ
Gustavo Gastalho Moreira
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE

Of. nº 1737/2022 Rio de Janeiro/RJ, 08 de Julho de 2022

Ao

Exmº. Sr. Dr. Juiz da 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Justiça do Trabalho – Poder Judiciário

Protocolo nº 655724

MM. Juiz,

Em atendimento ao contido no **Despacho,** expedido em 24/03/2022, protocolizado nesta serventia em 01/07/2022, sob o **nº 655724,** visando instruir os autos do **Processo ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034,** tendo como parte Reclamante: **Altair Ayres Torres** e como Reclamado: **Pensionato Nossa Senhora da Conceição LTDA,** com relação ao imóvel situado na **Rua Barão da Torre nº 465, apartamento 1401 (matrícula 26.795),** cumpre-nos respeitosamente ***Informar*** à V.Exª., que consta registrado em 20/12/2021 sob o **Av.15 – Partilha** na proporção de 1/3 para cada: 1) Clodoaldo Pinto Neto, brasileiro, analista do banco central do Brasil, CPF: 221.425.251-72, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Jussara da Cruz Assis, brasileira, empresária, CPF: 956.956.801-15; 2) Claudio Machado Pinto, brasileiro, analista do judiciário, CPF: 273.711.581-72, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Tatiana Nassif Derze, brasileira, empresária, CPF: 610.861.341-68 e 3) Mauricio Machado Pinto, brasileiro, contador, CPF: 401.072.051-49, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Fernanda Burocco dos Santos Pinto, brasileira, estudante, CPF: 052.998.577-21.

Outrossim, insta ressaltar, que a reclamada citada em vosso ofício consta como executada na **Penhora** – **registrada sob o R.17,** relativo ao **processo nº 0100377-84.2018.5.01.0069,** oriunda da **69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ**, *data vênia*, observada a validade da prenotação, à luz do art.137 e § Único do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 12/2009), que ora se transcreve**,** *verbis*:

" art.137 - Os mandados judiciais encaminhados pelo correio ou por intermédio de Oficial de Justiça Avaliador, deverão ser prenotados imediatamente após o recebimento e, a seguir, o Oficial Registrador oficiará ao Juízo de Origem, transmitindo eventuais exigências e o valor dos emolumentos e dos adicionais legais incidentes, cientificando, no próprio expediente, sobre o prazo de validade da prenotação e, esclarecendo ainda que, não atendidos o preparo e as exigências, será cancelada a respectiva prenotação na forma prevista na Lei de Registros.

Parágrafo Único. Na hipótese de antecipação de tutela, o recolhimento dos emolumentos deverá ser demonstrado na apresentação do mandado, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Estadual 3350/99. "

Ante o exposto, colho o ensejo para manifestar a esse MM. Juízo, protestos de elevada estima, respeito e distinta consideração.

Favor mencionar na resposta
o nº do presente ofício

PJe Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 12/07/2022 14:50:31 - 644ec9f

Camila da Rocha Fineto Pimenta
Substituta - Matrícula: 94/15193
Código de rastreabilidade nº 501202219927890 e 501202219927889
Data: 30/06/2022 13:28:04

Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 12/07/2022 14:50:31 - 644ec9f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22071214503046300000157219458?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22071214503046300000157219458

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO DO TRT DA 1ª REGIÃO.

Processo n.º 0100798-82.2018.5.01.0034

ALTAIR AYRES TORRES, nos autos em epígrafe movidos em face de **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA.**, vem, através do advogado subscrito, em atenção a resposta do ofício de ID. 644ec9f, visando a celeridade e efetivação da penhora realizada, **informar que examinando os autos do processo nº 0100377-84.2018.5.01.0069, cumpre esclarecer que o leilão não deve ser mais realizado pela 69ª Vara do Trabalho, pois o réu já garantiu o juízo nos referidos autos**, através de depósito judicial em 19/07/2022, **bem como a autora já indicou conta para expedição de alvará em 20/07/2022, o que levará a suspensão do gravame no imóvel relacionado a tal processo**.

Sendo assim, **primeiramente requer seja determinada a indisponibilidade do bem via CNIB e ARISP, bem como seja determinada a atualização dos cálculos liquidados, pois a decisão homologatória de ID. a2e00f4 foi referente a cálculos atualizados até 01/06/2020, cabendo atualização devido ao lapso temporal**.

Requer ainda, a determinação de leilão por V. Exa., cabendo a nomeação de leiloeiro indicado pelo próprio Juízo, após a devida atualização do débito exequendo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2022.

ERICK MACHADO BALZANA SOUZA
157.143 OAB/RJ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 10º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20230-070
tel: 2380-5169 - e.mail: vt69.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0100377-84.2018.5.01.0069
CLASSE: Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Destinatário: Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro
Endereço: Via malote digital

OFÍCIO PJe

Prezado(a) Senhor(a)

No interesse do processo acima referido, determino a V.Sª. as necessárias providências no sentido de proceder a prenotação da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 26.795, penhorado conforme auto de penhora de id bb74926 (cópia anexa), pertencente ao executado Pensionato Nossa Senhora da Conceição Ltda (CNPJ: 73.302.986/0001-28), sendo nomeado fiel depositário conforme id 2d2b6ba (cópia anexa) Phillipe Eduardo Pinto e Bastos Gonçalves Farinha, CPF: 119.461.787-56, data de Nascimento: 30/11/1987, nome da Mãe: LEYNA MARA PINTO E BASTOS GONCALVES FARINHA, endereço: LUIS BELART, 150, CASA, JARDIM GUANABARA, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP: 21941-100, para garantia da dívida de R$ 10.000,00, devidos à credora Severina Maria da Conceição, brasileira, solteira, técnica de enfermagem, CTPS 35789, Série 051/RJ, CPF 765.481.987-00, PIS 146.58373.53-6, RG 07.813.794-0 – DETRAN/RJ, filha de Maria de Lourdes da Conceição, nascida em 18/02/1982, residente na Rua Baviera, 182, Casa 07, Jardim Carioca, Ilha do Governador, RJ, CEP 21921-220, consoante informações dos autos.

Deverá ser observada a **gratuidade de justiça** deferida para este ato extrajudicial.

PJe Assinado : FLAVIO ALVES PEREIRA - Juntado em: 13/01/2022 15:22:13 - 62cbb43
Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 5b44f30
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115090828700000157841338
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5b44f30 - Pág. 1
Número do documento: 22072115090828700000157841338

Atenciosamente,

RIO DE JANEIRO/RJ, 13 de janeiro de 2022.

FLAVIO ALVES PEREIRA
Magistrado

Assinado eletronicamente por: FLAVIO ALVES PEREIRA - Juntado em: 13/01/2022 15:22:13 - 62cbb43
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22011312061032200000145649147?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22011312061032200000145649147

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 5b44f30
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115090828700000157841338
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5b44f30 - Pág. 2
Número do documento: 22072115090828700000157841338

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º Ofício de Registro de Imóveis

Rua Rodrigo Silva, nº 8 / 8º andar - Centro - RJ

Gustavo Gastalho Moreira

RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE

Of. nº 365/2022 Rio de Janeiro/RJ, 04 de Março de 2022

Ao

Exmo. Sr. Dr. Flavio Alves Pereira
MM. Magistrado da 69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Protocolo nº 649157

MM. Juiz,

Em atendimento ao contido no **OFÍCIO PJe,** expedido em 13/01/2022, protocolizado nesta serventia em 17/01/2022, sob o **nº 649157,** extraído dos autos do **Processo ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069,** figurando como **Reclamante: Severina Maria da Conceicao** e como **Reclamado: Pensionato Nossa Senhora da Conceicao LTDA.,** com relação ao imóvel situado na **Rua Barão da Torre nº 465, aptº 1401 (matrícula nº 26.795),** cumpre-nos respeitosamente informar a Vossa Excelência que a determinação desse Juízo foi devidamente cumprida, tendo sido registrada a **Penhora**, objeto do R.17, em 22/02/2022.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima, respeito e distinta consideração.

Gustavo Gastalho Moreira
Responsável pelo Expediente – Matrícula: 94/1587
Malote Digital
Código de Rastreabilidade nº 501202218974022; 501202218973979; 501202218973980; 501202218973981
Data: 14/01/2022 13:16:43

Assinado eletronicamente por: FERNANDA REGO SCHESSLER - Juntado em: 10/03/2022 10:14:37 - d97bf76
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22031010143276400000148997061?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22031010143276400000148997061

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 5b44f30
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115090828700000157841338
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5b44f30 - Pág. 3
Número do documento: 22072115090828700000157841338

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, verifiquei que os dados da Ré estão incluídos no BNDT com garantia do débito.

RIO DE JANEIRO/RJ, 15 de março de 2022.

BRUNA CARVALHO DE OLIVEIRA
Assessor

Assinado eletronicamente por: BRUNA CARVALHO DE OLIVEIRA - Juntado em: 15/03/2022 11:31:13 - 419441e
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22031511311230800000149324636?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22031511311230800000149324636

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para ciência acerca da garantia do Juízo.

Em caso de dúvida, acesse a página: http://www.trt1.jus.br/pje

RIO DE JANEIRO/RJ, 15 de março de 2022.

BRUNA CARVALHO DE OLIVEIRA
Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): SEVERINA MARIA DA CONCEICAO

Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para ciência acerca da garantia do Juízo.

Em caso de dúvida, acesse a página: http://www.trt1.jus.br/pje

RIO DE JANEIRO/RJ, 15 de março de 2022.

BRUNA CARVALHO DE OLIVEIRA
Assessor

Assinado eletronicamente por: BRUNA CARVALHO DE OLIVEIRA - Juntado em: 15/03/2022 11:32:27 - 7f4169f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22031511322298800000149324832?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22031511322298800000149324832

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Nos termos do artigo 203, § 4º do NCPC, prossegue-se com o cumprimento de ID 2d2b6ba (conclusos para nomeação de leiloeiro).

RIO DE JANEIRO/RJ, 16 de junho de 2022.

ANDRE LUIZ DOREA E SILVA
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: ANDRE LUIZ DOREA E SILVA - Juntado em: 16/06/2022 15:02:13 - 9d2dd08
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22061615020657200000155575678?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22061615020657200000155575678

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATSum 0100377-84.2018.5.01.0069
RECLAMANTE: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Vistos etc.

Remetam-se os autos à CAEX para designação de leilão, conforme Ato Conjunto 7/2019 da Presidência e Corregedoria deste E. TRT.

Antes da remessa, expeça-se a certidão de que trata o artigo 4º, § 2º do referido ato.

RIO DE JANEIRO/RJ, 06 de julho de 2022.

FLAVIO ALVES PEREIRA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FLAVIO ALVES PEREIRA - Juntado em: 06/07/2022 17:58:21 - 8de5c47
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22070617552279300000156875463?instancia=1
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069
Número do documento: 22070617552279300000156875463

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ

Ação Trabalhista nº 0100377-84.2018.5.01.0069

CLODOALDO PINTO NETO, brasileiro, casado, Analista do Banco Central do Brasil, Carteira de Identidade nº 579.851, SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº 221.425.251-72, residente no Condomínio Solar de Brasília, Quadra 01, Conjunto 05, Casa 09, Jardim Botânico, Brasília - DF; **CLÁUDIO MACHADO PINTO**, brasileiro, casado, Analista Judiciário, Carteira de Identidade nº 584.703, SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº 273.711.581-72 e residente na SQN 215, Bloco "G", Apartamento 609, Brasília-DF; e **MAURÍCIO MACHADO PINTO**, brasileiro, casado, contador, Carteira de Identidade nº RJ-080324/0-0, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF sob o nº 401.072.051-49, residente no RK Centauros, Quadra L, Casa 43, Sobradinho-DF; **todos herdeiros legítimos do falecido CLODOALDO PINTO FILHO, conforme escritura pública de inventário em anexo** (**doc. 01**), por seu advogado constituído pelos instrumentos de mandado anexo (**doc. 02**), vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da guia de depósito judicial e comprovante de pagamento do quantum devido à Exequente (R$ 10.000,00 - dez mil reais - doc. 03 anexo).**

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:27:34 - 69c945e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917241664000000157691503
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. 69c945e - Pág. 1
Número do documento: 22071917241664000000157691503

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 5b44f30
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115090828700000157841338
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5b44f30 - Pág. 9
Número do documento: 22072115090828700000157841338

Requerem, nesse sentido, que NÃO SEJA LEVADO A EFEITO QUALQUER ATO DE LEILÃO / PRAÇA DO IMÓVEL PENHORADO e seja DETERMINADA A DESCONSTITUIÇÃO DE TAL PENHORA, com REMESSA DE OFÍCIO DO 5º REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO PARA CANCELAMENTO DO REGISTRO A ELA REFERENTE (R.17 da matrícula).

Requerem, por fim, que eventuais intimações e publicações do presente feito passem a se dar em nome do subscritor da presente, FELIPE ADJUTO DE MELO, inscrito na OAB/DF sob o nº 19.752, com escritório no Condomínio Solar de Brasília, Quadra 2, Conjunto 20, Casa 04, Jardim Botânico, Brasília - DF, CEP 71.680-349, e-mail felipeadjutodemelo@yahoo.com.br, cel/*whatsap p* (61) 99957-3003.

Nesses termos,

Pedem e esperam deferimento.

De Brasília - DF para o Rio de Janeiro - RJ, 17 de julho de 2022.

Felipe Adjuto de Melo

OAB/DF 19.752

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:27:34 - 69c945e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917241664000000157691503
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. 69c945e - Pág. 2
Número do documento: 22071917241664000000157691503

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 5b44f30
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115090828700000157841338
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 5b44f30 - Pág. 10
Número do documento: 22072115090828700000157841338

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO ASA NORTE
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO
Eliar e Pereira da Cruz
4º Ofício de Notas do DF
Escrevente Autorizado
Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 073

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA DOS BENS DEIXADOS POR FALECIMENTO DE CLODOALDO PINTO FILHO, NA FORMA ABAIXO

S A I B A M quantos esta virem, que aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um **(08/06/2021)** , em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Tabelião, compareceram, para efetuar o inventário e partilha, nos termos da Lei nº 11.441/07 e Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça de 24/04/2007, as partes entre si, justas e contratadas, a saber: **1 - DOS HERDEIROS,** na qualidade de filhos do autor da herança: **a) - CLODOALDO PINTO NETO**, brasileiro, analista do banco central do Brasil, nascido aos 18/02/1961, filho de Clodoaldo Pinto Filho e Christina Machado Pinto, portador da CI.RG nº 579.851 SSP/DF e do CPF nº 221.425.251-72, casado com JUSSARA DA CRUZ ASSIS, brasileira, empresária, nascida aos 26/09/1980, filha de Nivaldo Laurentino de Assis e Carmina Ana da Cruz, portadora da CI.RG n.º 2.200.236 SESPDS/DF e o CPF n.º 956.956.801-15, sob o regime da comunhão parcial de bens aos 08/06/2018, residentes e domiciliados no Condomínio Solar de Brasília, Quadra 01, Conjunto 05, Casa 09, Jardim Botânico, nesta Capital, endereço eletrônico: clodoaldo.pinto@gmail.com; **b) - CLAUDIO MACHADO PINTO**, brasileiro, analista do judiciário, nascido aos 12/10/1962, filho de Clodoaldo Pinto Filho e Christina Machado Pinto, portador da CI.RG nº 584.703 SSP/DF e do CPF nº 273.711.581-72, casado com TATIANA NASSIF DERZE, brasileira, empresária, nascida aos 16/04/1973, filha de Gilberto Ruy Derze e Angela Nassif Derze, portadora da CI.RG n.º 1.336.926 SSP/DF e do CPF n.º 610.861.341-68, sob o regime da comunhão parcial de bens aos 08/03/2003, residentes e domiciliados no Condomínio Ville de Montagne, Quadra 096, Casa 13, nesta Capital, endereço eletrônico: claudio.pinto@terra.com.br; e; **c) - MAURICIO MACHADO PINTO**, brasileiro, contador, nascido aos 22/01/1967, filho de Clodoaldo Pinto Filho e Christina Machado Pinto, portador da CI.RG nº RJ08032400 CRC/RJ e o CPF nº 401.072.051-49, casado com FERNANDA BUROCCO DOS SANTOS PINTO, brasileira, estudante, nascida aos 06/11/1979, filha de Janio Reis dos

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 1
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 1
Número do documento: 22072115091837100000157841378

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE

4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 074

Ellen e Pereira de Souza
4º Ofício de Notas do DF
Escrevente Autorizada

Santos e Sonia Cristina Burok dos Santos, portadora da CI RG nº 11520888-6/RJ e do CPF nº 052.998.577-21, sob o regime da comunhão parcial de bens aos 06/11/1979, residentes e domiciliados no Condomínio RK Centauros, Quadra L, Casa 43, Sobradinho, nesta Capital, endereço eletrônico: mauricio.pinto@antt.gov.br e; **2 - DO ADVOGADO:** Comparece ainda, como advogado, o **Dr. FELIPE ADJUTO DE MELO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 19.752 e no CPF n.º 918.146.931-49, residente e domiciliado nesta Capital,** com escritório profissional situado no **Condomínio Solar de Brasília, Quadra 02, Conjunto 20, Casa 04, Jardim Botânico, nesta Capital, endereço eletrônico: felipeadjutodemelo@yahoo.com.br**. Todos os presentes são maiores e capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim, Tabelião, de cuja capacidade jurídica dou fé, em face dos documentos que me foram apresentados. Pelos herdeiros foi-me dito que comparece perante mim, Tabelião, acompanhados de seu advogado acima nomeado e me foi requerido que seja feito o inventário dos bens deixados por falecimento de **CLODOALDO PINTO FILHO** e declararam o seguinte: **3 - DO AUTOR DA HERANÇA: CLODOALDO PINTO FILHO, que era brasileiro, viúvo, advogado, nascido aos 04/02/1937, filho de Clodoaldo Pinto e Maria Nilda de Saraiva Pinto, portador da CI RG n.º 519.550 SSP/DF e do CPF n.º 009.267.607-34 residente e domiciliado no SHIN QI 13, Conjunto 04, Casa 23, Lago Norte, nesta Capital. 4 - DO FALECIMENTO:** Faleceu no dia **30/06/2018,** nesta Capital, onde residia, conforme Certidão de Óbito de Matrícula nº **021220 01 55 2018 4 00052 004 0015791 19,** pelo **Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos. Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas de Brasília/DF,** expedida aos **04/03/2011. 5 - DA INEXISTÊNCIA DE TESTAMENTO:** Os herdeiros declaram expressamente, sob as penas da lei, que o autor da herança não deixou testamento conhecido, conforme fazem prova as certidões da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC e expedidas pelos Cartórios do 5º e 6º Distribuidor do Rio de Janeiro - RJ, que ficam aqui arquivadas. **6 - DOS FILHOS/HERDEIROS:** O autor da herança deixou os seguintes filhos: **CLODOALDO PINTO NETO, CLAUDIO MACHADO PINTO** e **MAURICIO MACHADO PINTO,** todos maiores, capazes e devidamente qualificados no item 1, acima. **7 - DA NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE:** Foi nomeado inventariante do espólio o **Sr. MAURICIO MACHADO PINTO,** acima qualificado, conferindo-lhe todos os poderes que se fizerem necessários para representar o espólio em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos de administração dos bens que possam eventualmente estar fora deste inventário e que serão objeto de futura sobrepartilha, nomear advogado em nome do espólio, ingressar em juízo, ativa ou passivamente, podendo, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários à defesa do espólio e do cumprimento de suas eventuais obrigações formais, tais como outorga de escrituras de imóveis já vendidos e quitados. Podendo, ainda, descrever e melhor caracterizar quaisquer imóveis, prestar declarações, assinar escrituras de rerratificações, responder pela evicção e tomar conhecimento do teor das certidões e dar ciência. O inventariante declara estar ciente da responsabilidade civil e criminal pela declaração de bens e herdeiros, bem como pela veracidade de todos os fatos aqui relatados. **8 - DOS BENS:** São os seguintes bens que compõem o espólio: **8.a)** - um imóvel constituído pelo **Apartamento nº 1401 com direito a guarda de um automóvel de passeio, do edifício na Rua Barão da Torre nº 465** e as respectivas frações de 0,06549% (apartamento) e 0,00670% (vaga), do terreno que mede 10,00m de frente e fundos por 50,00m de ambos os lados, confrontando, de um lado com o prédio 461, do outro com o terreno de Jorge Gaspar, e nos fundos com terreno de quem de direito, havido pelo autor da herança conforme R-10 da matrícula 26.795, do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, ao qual as partes atribuem o valor de **R$**

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 2
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 2
Número do documento: 22072115091837100000157841378

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 075

Eliane Pereira de Souza
4º Ofício de Notas do DF
Escrevente Autorizada

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

618.970,00 (seiscentos e dezoito mil e novecentos e setenta reais), valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 2.221.454,59 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Foi apresentada e aqui ficou arquivada a Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda - Procuradoria Geral do Município da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, sob o **nº 00-1.897.803/2021-8** em **20/07/2021** válida por 90 dias, com inscrição nº **1337215-6** - Cód. Lograd. **06647-2; 8.b)** - um imóvel constituído pelo **Lote de terreno nº 21 (vinte e um), da Quadra Intermediária quatro do Trecho treze (Q.I.13/4), do Setor de Habitações Individuais Norte (SHI/NORTE)** medindo: 20,00m pelos lados Norte e sul e 27,00m pelos lados Este e Oeste, perfazendo a área de 540,00m², limitando-se com os lotes nºs 19 e 23, da mesma Quadra e Setor, havido pelo autor da herança conforme R-4 da matrícula 21.978, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade, conforme consta do Av-5 da matrícula 21.978 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem ao referido bem o valor de **R$ 2.004.442,14 (dois milhões, quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos)**, valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 2.004.442,14 (dois milhões, quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos). Foi apresentada e aqui fica arquivada a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 142061018022021** em **24/04/2021** válida até **23/07/2021** inscrição nº **14031167**; **8.c)** - um imóvel constituído pelo **Lote de terreno nº 23 (vinte e três), da Quadra Intermediária quatro do Trecho treze (Q.I.13/4), do Setor de Habitações Individuais Norte (SHI/NORTE)** medindo: 44,00m pelos lados pelos lados Este e Oeste e 30,00m pelos lados Norte e sul, perfazendo a área de 1.320m², limitando-se com o o lote nº 21, da mesma Quadra, setor e via pública, e a CASA RESIDENCIAL, nele edificada, com a área construída de 322,93m², o referido imóvel foi havido pelo autor da herança conforme R-5 da matrícula 2734 do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade, conforme consta do Av-8 da matrícula 21.978 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem ao referido bem o valor de **R$ 1.792.085,69 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)**, valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 1.792.085,69 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Foi apresentada e aqui fica arquivada a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 142061018212021** em **24/04/2021,** válida até **23/07/2021,** inscrição **14031183**; **8.d)** - uma **Vaga de Garagem nº 29, situada no 4º subsolo do "Edifício Financial Center Parking" - Bloco "C" da Quadra 01 do SB/SUL, desta capital**, constituído nos Lotes nºs 20, 21, 22 e 23 do referido setor, com área privativa de 12,75m², área comum de divisão não proporcional de 8,69m², área comum de divisão proporcional de 3,26m², área total de 24,70m², e a respectiva fração ideal de 0,0010929 das coisas de uso comum e dos terrenos supracitados, havido pelo autor da herança conforme R-2 da matrícula 149.854 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade, conforme consta do Av-4 da matrícula 149.854 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem ao referido bem o valor de **R$ 28.687,96 (vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos)**, valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 28.687,96 (vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos). Foi apresentada e aqui fica arquivada a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 3
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 3
Número do documento: 22072115091837100000157841378

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 076

Eliane [illegible] Souza
4º Ofício de Notas do DF
Escrevente Autorizada

do Distrito Federal sob o **nº 140060776772021** em **23/04/2021,** válida até **22/07/2021,** inscrição **5051184X; 8.e)** - uma **Vaga de Garagem nº 30, situada no 4º subsolo do "Edifício Financial Center Parking" - Bloco "C" da Quadra 01 do SB/SUL, desta capital**, constituído nos Lotes nºs 20, 21, 22 e 23 do referido setor, com área privativa de 12,75m², área comum de divisão não proporcional de 8,69m², área comum de divisão proporcional de 3,26m², área total de 24,70m², e a respectiva fração ideal de 0,0010929 das coisas de uso comum e dos terrenos supracitados, havido pelo autor da herança conforme R-2 da matrícula 149.855, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade, conforme consta do Av-4 da matrícula 149.855 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem ao referido bem o valor de **R$ 28.687,96 (vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos)**, valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 28.687,96 (vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos). Foi apresentada e aqui fica arquivada a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 148061719832021** em **27/04/2021,** válida até **26/07/2021,** inscrição **50511858**; **8.f)** - tão somente a **fração ideal de 0,001386 do Lote nº 04, do Setor de Rádio e Televisão sul, desta Capital**, medindo 80,00m pelos lados noroeste e sudoeste e 80,00m pelos lados nordeste e sudeste, ou seja, a área de 6.400,00m², formando uma figura regular, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, havido conforme R-35 e R-1268 da matrícula 7223 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade, conforme consta do Av-1326 da matrícula 7223 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem o valor total de **R$ 203.582,28** , valor este que prevalecerá para fins desta partilha. Foram apresentadas e aqui ficaram arquivadas: **a)** - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 146061415272021** em **24/04/2021,** válida até **23/07/2021,** com inscrição nº - **52533662** - com o valor fiscal de R$ 67.860,76 (sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta reais e setenta e seis centavos); **b)** - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 142061018412021** em **24/04/2021,** válida até **23/07/2021,** com inscrição nº - **52533670** - com o valor fiscal de R$ 67.860,76 (sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta reais e setenta e seis centavos); e, **c)** - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 142061017812021** em **24/04/2021,** válida até **23/07/2021,** com inscrição nº - **52533697** - com o valor fiscal de R$ 67.860,76 (sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta reais e setenta e seis centavos); **8.g)** - **Sala nº 212, situada no 2º Pavimento do Edifício "MONTE PARNASSO", edificado no Lote nº 08, da QMSW-06, do SHCSW, desta Capital**, com a área privativa de 28,500m², área comum de divisão não proporcional de 12,00m², área comum de divisão proporcional de 11,871m², área total de 52,371m², com uma vaga de garagem a ela vinculada, de nº 93, situada no subsolo, e a respectiva fração ideal de 0,007719 das coisas de uso comum e do terreno constituído pelo lote supracitado, que mede 2.388,00m², havido conforme R-7 da matrícula 127.644 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, com registro de indisponibilidade constante do Av-11 da matrícula 127.644 do aludido registro imobiliário. As partes atribuem ao referido bem o valor de **R$ 149.564,86 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos),** valor este que prevalecerá para fins desta partilha, com valor fiscal de R$ 149.564,86 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Foi apresentada e aqui fica arquivada: Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários expedida pela

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 4
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 4
Número do documento: 22072115091837100000157841378

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 077

4º Ofício de Notas do DF Escrevente Autorizado

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal sob o **nº 152062320232021** em **29/04/2021,** válida até **28/07/2021,** com inscrição nº - **4858729X**; **8.h)** - o veículo **marca/modelo I/M.BENZ C 280, placa JKQ-9444, cor PRETA,** categoria PARTICULAR, combustível GASOLINA, espécie PAS/AUTOMOVEL, chassi nº WDBHA28W8SF205827, ano 1995, modelo 1995, sob o código RENAVAM nº 00008075352, para o qual as partes atribuem o valor de **R$ 17.719,00 (dezessete mil e setecentos e dezenove reais),** o qual prevalecerá para fins desta partilha. **TOTAL DO MONTE: R$ 4.843.739,89 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos); 9 - DOS DÉBITOS:** As partes declaram que o autor da herança deixou os seguintes débitos: **11.a) -** Débito junto a 2º Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, movida pela União Federal originalmente em desfavor de Pensionato Nossa Senhora da Conceição Ltda. - Execução fiscal nº 0544702-63.2004.4.02.5101, no valor de **R$ 57.494,73 (cinquenta e sete mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos),** que prevalecerá para fins desta partilha; **10 - DOS BENS LÍQUIDOS:** O valor total dos bens líquidos é **R$ 4.786.245,16 (quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil e duzentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos). 11 - DOS HERDEIROS RENUNCIANTES:** Nenhum dos herdeiros não renunciou ao seu quinhão. **12 - DOS PAGAMENTOS DOS QUINHÕES:** Em pagamento dos seus quinhões, cada parte receberá: **12.a) -** ao herdeiro **CLODOALDO PINTO NETO**, devidamente qualificado no item 1, **caberá 1/3 dos bens descritos no item 8 e 1/3 do débito descrito no item 9**; **12.a) -** ao herdeiro **CLAUDIO MACHADO PINTO**, devidamente qualificado no item 1, **caberá 1/3 dos bens descritos no item 8 e 1/3 do débito descrito no item 9**; e **12.a) -** ao herdeiro **MAURICIO MACHADO PINTO**, devidamente qualificado no item 1, **caberá 1/3 dos bens descritos no item 8 e 1/3 do débito descrito no item 9**; **13 - DECLARAÇÕES DO ADVOGADO:** Pelo Advogado das partes, acima qualificado, foi-me dito que assessorou e aconselhou seus constituintes, tendo conferido a correção da partilha e seus respectivos valores de acordo com a Lei vigente e a vontade das partes, tendo, também lido e conferido a presente escritura e achado em tudo conforme. **14 - DECLARAÇÕES FINAIS: DECLARAÇÕES FINAIS: Os requerentes autorizam expressamente ao DETRAN, nos termos da Lei 11.441/07 e Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça de 24/04/2007, a transferir o veículo mencionado no item 8.h, acima, para o nome dos mesmos ou à quem eles indicarem.** As partes requerem e autorizam o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou onde mais se fizer necessário, a promover o registro da presente. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, foi-me dito que aceitam esta escritura em seu inteiro teor, tal como se acha redigida, por estar em tudo de acordo com o ajustado, declarando ainda, ter se certificado pessoalmente quanto aos documentos apresentados para a prática do presente ato, aceitando-os para todos os efeitos legais. Pelos herdeiros, reciprocamente, foi-me dito que dão plena, geral e rasa quitação por si, seus herdeiros e sucessores. As partes declaram, sob pena de responsabilidade civil, penal e tributária, que são os únicos herdeiros. As partes declaram que não existem feitos ajuizados fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias que afetem os bens e direitos partilhados. Declaram, ainda, que o autor da herança não era comerciante, nem empregador rural ou urbano e não está sujeito às prescrições da lei previdenciária em vigor. As partes declaram expressamente, sob as penas da lei, que não existe processo de Inventário Judicial, em qualquer Comarca do Território nacional, em andamento, em nome do autor da herança. **15 - DAS CERTIDÕES E DOCUMENTOS:** Em seguida, foram-me apresentados, e aqui ficam arquivados, os seguintes documentos para esta: **a) -** Guia nº **20/05/2021/946/000019-7** paga aos **20/05/2021** no valor de **R$ 59.465,49** sobre o valor tributável de **R$ 1.408.256,63** referente ao Imposto de

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE

4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 078

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br

Transmissão "Causa Mortis" - relacionada ao quinhão do herdeiro CLODOALDO PINTO NETO; **b)** - Guia nº **20/05/2021/946/000020-0** paga aos **20/05/2021** no valor de **R$ 59.465,49** sobre o valor tributável de **R$ 1.408.256,63** referente ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" - relacionada ao quinhão do herdeiro CLAUDIO MACHADO PINTO; **c)** - Guia nº **20/05/2021/946/000021-9** paga aos **20/05/2021** no valor de **R$ 59.465,49** sobre o valor tributável de **R$ 1.408.256,63** referente ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" - relacionada ao quinhão do herdeiro MAURICIO MACHADO PINTO; **d)** - Guia nº **2021-2-049526-9-00** - Declaração nº **2021-020720-00-4-00,** paga aos **25/05/2021,** no valor de **R$ 231.031,28,** sobre o valor tributável de **R$ 2.221.454,59,** referente ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" - Expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; **e)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aos **21/04/2021** válida até **18/10/2021** sob o nº **BA0F.8835.1618.7CF6; f)** - Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal sob o **nº 139064719922021** em **07/05/2021** válida até **05/08/2021; g)** - Certidão Negativa de Débitos - CND expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro aos **20/04/2021** válida até **19/07/2021** sob o número **2021.1.1799629-0; h)** - Certidões de ônus Reais e Pessoais reipersecutórias expedidas pelos Cartórios de Registro de Imóveis competente, nos termos do Decreto nº 93240/86; **i)** - Certidões Negativa de ações judiciais expedidas pelo Distribuidor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - nela incluída ações de Interdições em nome do autor da herança e em nome dos herdeiros; **j)** - Certidões Negativas de Interdições e Tutelas expedidas pelo 1º Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital do Estado do Rio de Janeiro - em nome dos herdeiros; **k)** - Certidões Negativas de Interdições e Tutelas expedidas pelo 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro - em nome dos herdeiros; **l)** - Certidões do 9º Distribuidor do em nome do espólio e do imóveil situado no Estado do Rio de Janeiro; **m)** - Certidões Negativas de ações judiciais expedidas pelo Distribuidor da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal; **n)** - Certidão Negativa de ações trabalhistas expedida pelo Distribuidor da Justiça do Trabalho da Seção Judiciária do Distrito Federal e Certidão Positiva de ações trabalhistas expedida pela Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, conforme preceituam a Lei nº 7433/85, regulamentada pelo Decreto nº 93240/86, e artigo 42, parágrafo I, inciso II, do Provimento Geral da Corregedoria do TJDFT; **o)** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho, todas em nome do inventariado, de cujo teor o herdeiro tomou conhecimento e ciência. As Partes declaram, sob pena de responsabilidade civil e penal, não existirem ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas aos bens objetos desta escritura, ou ônus reais incidente os mesmos, **exceto indisponibilidade**, conforme consta do Av-5 da matrícula 21.978, Av-8 da matrícula 21.978 todos do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, e, **indisponibilidade** constante do Av-4 da matrícula 149.854, Av-4 da matrícula 149.855, Av-1326 da matrícula 7223 e Av-11 da matrícula 127.644 todos do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, e que os imóveis descritos nos itens 8.a, 8.d, 8.e, 8.f e 8.g, encontram quites com suas obrigações condominiais, como determina o artigo 2º, § 2º da Lei nº. 7433/85, declaração aceita pelas Partes. **Ficam os herdeiros, acima qualificados, responsáveis pela apresentação de eventuais Certidões e pagamento dos impostos, junto ao competente Registro Imobiliário da Circunscrição do imóvel mencionado no item 8.a, responsabilizando-se civil, penal e tributariamente. EMITIDA DECLARAÇÃO SOBRE OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA - DOI, conforme IN/RFB.** E, de como assim o disseram, pediram-me, lavrei-lhes e li a presente em alta e bem clara voz, que

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 6
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 6
Número do documento: 22072115091837100000157841378

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE

4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01125858
Livro: 2642
Folha: 079

feita e achada conforme, outorgaram, aceitaram e assinam, dispensando as testemunhas conforme faculta a Lei. Certifico que foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do Ato. Dou fé.Emolumentos recolhidos pela Guia de custas **nº 00175902,** paga no valor de **R$ 4.467,54**, incluindo o valor de **R$ 292,25**, destinado ao Fundo de Registro Civil conforme Resolução nº 16, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, de 27/10/2009. Realizada consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi verificado que consta as seguintes informações: Data: 08/06/2021 - Hora: 07:56:00 - Hash: b18c.f542.fff5.999e.452d.9692.8375.85a6.8678.1e71 - CPF/CNPJ: 00926760734 - Nome: CLODOALDO PINTO FILHO - Negativa, conforme Provimento nº. 39/2014 - CNJ. Eu, **ELIANE PEREIRA DE SOUZA**, Escrevente Autorizada, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu, **ANTONIA MENDONÇA FEITOSA**, Tabeliã Substituta, dou fé e assino. (a.a.) **CLODOALDO PINTO NETO, CLAUDIO MACHADO PINTO, MAURICIO MACHADO PINTO, FELIPE ADJUTO DE MELO - ANTONIA MENDONÇA FEITOSA** Tabeliã Substituta. Nada mais. Trasladada em seguida. Eu, _____ a subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Selo **TJDFT20210090367178WRQQ** para consultar o selo acesse **www.tjdft.jus.br.**

Em testemunho (_____) da verdade.

Eliane ... 4º Ofício de Notas do DF Escrevente Autorizada

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br.

aa14-3348-7d76-5a6d
c4f9-4122-f2b1-26c2
Consulte o Selo Digital no site: http://www.tjdft.jus.br

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - b716969
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300077000000157691980
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. b716969 - Pág. 7
Número do documento: 22071917300077000000157691980

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 7
Número do documento: 22072115091837100000157841378

Data de Emissão: 19/07/2022 - Hora: 17:04:29 #10

RECIBO DO SACADO

CAIXA	104-0	10498.39150 21000.100046 13780.718642 3 90610001000000

Beneficiário	CPF/CNPJ Beneficiário	Agência / Código do Cedente
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	2890 / 0000000000839152

N° do documento	Nosso Número	Vencimento	Valor do Documento
032890001902207198	14000000137807186-0	29/07/2022	10.000,00

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):

TRIBUNAL: TRT 01 REGIAO - RIO DE JANEIRO
COMARCA: RIO DE JANEIRO
VARA: 69 - 69 VARA DO TRABALHO
PROCESSO: 01003778420185010069 N° GUIA: 0
JURISDICIONADOS: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO / PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO L
CONTA: 2890 042 02118584 -1
PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 032890001902207198
OBS:

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimentos
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO L — CPF/CNPJ: 73.302.986/0001-28
UF: CEP:
Sacador/Avalista: CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

CAIXA	104-0	10498.39150 21000.100046 13780.718642 3 90610001000000

Local de pagamento	Vencimento
PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA	29/07/2022

Beneficiário	CPF/CNPJ do Beneficiário	Agência / Código do Cedente
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	2890 / 0000000000839152

Data do documento	N° do documento	Espécie de docto.	Aceite	Data do processamento	Nosso Número
19/07/2022	032890001902207198	DJ	S	19/07/2022	14000000137807186-0

Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	CR	R			10.000,00

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):

TRIBUNAL: TRT 01 REGIAO - RIO DE JANEIRO
COMARCA: RIO DE JANEIRO
VARA: 69 - 69 VARA DO TRABALHO
PROCESSO: 01003778420185010069 N° GUIA: 0
JURISDICIONADOS: SEVERINA MARIA DA CONCEICAO / PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO L
CONTA: 2890 042 02118584 -1
PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 032890001902207198
OBS:

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimentos
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO L — CPF/CNPJ: 73.302.986/0001-28
UF: CEP:
Sacador/Avalista: CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação

Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - a6e6178
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300653800000157691991
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. a6e6178 - Pág. 1
Número do documento: 22071917300653800000157691991

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 8
Número do documento: 22072115091837100000157841378

Santander

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

Código de barras:
10498.39150 21000.100046 13780.718642 3 90610001000000

Data do vencimento:
29/07/2022

Data do pagamento:
19/07/2022

Instituição Financeira Favorecida:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Nome / Razão Social: (Beneficiário Original):
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - TRT01

CPF / CNPJ (Pagador Original):
73.302.986/0001-28

Nome / Razão Social (Pagador Original):
PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO L

CPF / CNPJ (Pagador Final):
221.425.251-72

Nome (Pagador Final):
CLODOALDO PINTO NETO

Valor Nominal:
R$ 10.000,00

Valor de Encargos:
R$ 0,00

Valor de Descontos:
R$ 0,00

Valor Total Recebido:
R$ 10.000,00

Data/Hora da Transação:
19/07/2022 17:18:21

Autenticação bancária:
MBB356B5DE23E673413ADA3

Canal:
Mobile Banking

Transação exclusiva para pagamento de Ficha de compensação. Pagamento válido somente se informados corretamente os dados do título. A veracidade dessas informações é de responsabilidade do cliente, que se obriga a apresentar os títulos para verificação sempre solicitado, nos termos da lei. Havendo divergências entre as informações ora oferecida e o valor efetivamente devido, será facultado ao banco efetuar ou não o pagamento, ficando no caso de efetivação, desde já autorizado a debitar ou creditar na conta do cliente a diferença encontrada.

Central de Atendimento Santander

4004–3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800–702–3535 (Demais Localidades)
SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322

PJe
Assinado eletronicamente por: FELIPE ADJUTO DE MELO - 19/07/2022 17:30:21 - a6e6178
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22071917300653800000157691991
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. a6e6178 - Pág. 2
Número do documento: 22071917300653800000157691991

PJe
Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 9
Número do documento: 22072115091837100000157841378

EXMO SR DR JUIZ TITULAR DA 069 VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

REF.: PROCESSO Nº 0100377-84.2018.5.01.0069

SEVERINA MARIA DA CONCEIÇÃO, já devidamente qualificada nos autos do processo supracitado em que litiga contra **PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA,** vem, por seu advogado, informar o número da conta bancária de seu patrono, para realização do depósito do valor pago pela reclamada.

ZEILSO CORDEIRO DOS SANTOS

CPF 142.072.068-68

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTA CORRENTE – 00804368-2

OPERAÇÃO – 001

AGÊNCIA - 0216

N. Termos

P. Deferimento

RJ, 20 de Julho de 2022.

Assinado eletronicamente por: ZEILSO CORDEIRO DOS SANTOS - 20/07/2022 13:39:10 - 12ca7b5
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072013391098800000157746230
Número do processo: 0100377-84.2018.5.01.0069 ID. 12ca7b5 - Pág. 1
Número do documento: 22072013391098800000157746230

Assinado eletronicamente por: Erick Machado Balzana Souza - 21/07/2022 15:10:13 - 3cff51e
https://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072115091837100000157841378
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034 ID. 3cff51e - Pág. 10
Número do documento: 22072115091837100000157841378

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESPACHO PJe

Responda-se o ofício de #id:644ec9f com cópia dos docs de #id: 5b44f30 e #id:3cff51e informando ao CARTÓRIO o ocorrido, devendo ser procedida à averbação da penhora do gravame destes autos, conforme determinado no id.b53e197.

RIO DE JANEIRO/RJ, 25 de julho de 2022.

HELEN MARQUES PEIXOTO
Juíza do Trabalho Titular

Zimbra **angelo.melo@trt1.jus.br**

Resposta ao Ofício 1737/2022 - Processo 0100798-82.2018.5.01.0034

De : ANGELO DA COSTA E MELO <angelo.melo@trt1.jus.br>
qua., 03 de ago. de 2022 14:33
6 anexos

Assunto : Resposta ao Ofício 1737/2022 - Processo 0100798-82.2018.5.01.0034

Para : 5rgi rj <5rgi.rj@bol.com.br>

Senhor Diretor,

No cumprimento do processo 0100798-82.2018.5.01.0034, venho informar em resposta ao ofício n°1737/2022 de 08 de Julho de 2022 que, ante a informação nas provas emprestadas #id:5b44f30 e #id:3cff51e (em anexo) de que já houve garantia do juízo no processo 0100377-84.2018.5.01.0069, o que acarretará à suspensão do gravame no imóvel relacionado a tal processo, a MMª Juíza Helen Marques Peixoto determina que seja procedida a averbação da penhora do gravame destes autos, conforme determinado no id.b53e197.

Atenciosamente
Angelo da Costa
Técnico Judiciário
34ª Vara do Trabalho - TRT-RJ

- **Ofício 1737-2022.pdf**
  183 KB
- **Auto de Penhora_577bf0f (2).pdf**
  417 KB
- **Despacho_b53e197 (2).pdf**
  65 KB
- **Manifestação_f4a95bf.pdf**
  226 KB
- **Prova Emprestada_3cff51e.pdf**
  4 MB
- **Prova Emprestada_5b44f30.pdf**
  1 MB

Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 03/08/2022 14:34:15 - 51b0a50
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22080314341368700000158576487?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22080314341368700000158576487

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

DESTINATÁRIO(S): ALTAIR AYRES TORRES

Fica(m) o(s) destinatário(s) acima indicado(s) notificado(s) para ciência do expediente #id:51b0a50.

Em caso de dúvida, acesse a página:
http://www.trt1.jus.br/pje

RIO DE JANEIRO/RJ, 03 de agosto de 2022.

ANGELO DA COSTA E MELO
Assessor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81920229387091
Nome original: 0f. 2135-22 - Assinado.pdf
Data: 23/08/2022 16:31:32
Remetente:
Rafael Cabral Dirk
CAPITAL 05 OF DE REG GERAL DE IMÓVEIS
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Assinado por:

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Prezado(s), Segue em anexo Ofício nº2135 2022. Att.: 5ºRGI

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5º Ofício de Registro de Imóveis

Rua Rodrigo Silva, nº 8 / 8º andar - Centro - RJ

Gustavo Gastalho Moreira

RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE

Of. nº 2135/2022 Rio de Janeiro/RJ, 22 de Agosto de 2022

Ao
Exmº. Sr. Dr. Juiz da 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
TRT – 1ª Região

Protocolo nº 655724

MM. Juiz,

Em atendimento ao contido no **Despacho,** expedido em 24/03/2022 e recebido em 01/07/2022 e **E-mail**, de 03/08/2022, recebido em 03/08/2022, atinentes ao **Protocolo o nº 655724,** visando instruir os autos do **Processo – ATOrd nº 0100798-82.2018.5.01.0034,** figurando como **Reclamante: Altair Ayres Torres** e como **Reclamado: Pensionato Nossa Senhora da Conceicao LTDA,** com relação ao imóvel situado na **Rua Barão da Torre nº 465, aptº 1401 (matrícula 26.795),** cumpre-nos respeitosamente informar a Vossa Excelência que a determinação desse Juízo foi devidamente cumprida, tendo sido registrada a **Penhora**, objeto do R.20, em 19/08/2022.

Outrossim, cumpre-me informar a esse MM. Juízo, que não tendo sido recolhidos os emolumentos, objeto desse ato, os mesmos deverão ser observados quando do seu cancelamento, em obediência ao art.239 da Lei Federal 6015/73, bem como contribuições das Leis Estaduais 489/81, 590/82 e da Lei 3217/99 – referente aos 20% que constituirão receita do Fundo Especial do Tribunal de Justiça e da Lei 4664/05 – FUNDPERJ e Lei 111/06 – FUNPERJ.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima, respeito e distinta consideração.

Camila da Rocha Fineto Pimenta
Substituta - Matrícula: 94/15193
Malote Digital
Código de Rastreabilidade nº 501202219927890 e 501202219927889
Data: 30/06/2022 13:28:04

Assinado eletronicamente por: LIVIA ARAUJO MONTEIRO DO NASCIMENTO - Juntado em: 25/08/2022 08:37:31 - cdc884f
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22082508373086000000159941967?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22082508373086000000159941967

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Vistos.

Alterem-se os dados de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA, CNPJ 73.302.986/0001-28 , no BNDT, por garantia do débito.

Por não embargada, subsiste a penhora do bem descrito no auto de #id:577bf0f .

Determino a realização de leilão judicial unificado, na forma do art. 888, § 3º, da CLT, encaminhando-se os autos à Coordenadoria de Apoio à Execução (CAEX), que passa a praticar todos os atos processuais subsequentes, nos termos do ATO CONJUNTO Nº 7/2019 da Presidência do TRT1.

Providencie a Secretaria a certidão a que se refere o parágrafo 2. º do art. 4.º do supramencionado Ato.

RIO DE JANEIRO/RJ, 25 de agosto de 2022.

LIVIA DOS SANTOS VARDIERO CRESPO
Juíza do Trabalho Substituta

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID cbe8b4b proferida nos autos.

Vistos.

Alterem-se os dados de PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA, CNPJ 73.302.986/0001-28 , no BNDT, por garantia do débito.

Por não embargada, subsiste a penhora do bem descrito no auto de #id:577bf0f .

Determino a realização de leilão judicial unificado, na forma do art. 888, § 3º, da CLT, encaminhando-se os autos à Coordenadoria de Apoio à Execução (CAEX), que passa a praticar todos os atos processuais subsequentes, nos termos do ATO CONJUNTO Nº 7/2019 da Presidência do TRT1.

Providencie a Secretaria a certidão a que se refere o parágrafo 2. º do art. 4.º do supramencionado Ato.

RIO DE JANEIRO/RJ, 25 de agosto de 2022.

LIVIA DOS SANTOS VARDIERO CRESPO
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

Certidão PJe

Em cumprimento ao parágrafo 2º do art. 4º do ATO CONJUNTO Nº 7/2019 da Presidência do TRT1, informo os IDs abaixo:

I - CNPJ ou CPF do(s) executado(s): 73.302.986/0001-28

II - auto de penhora: #id:577bf0f

III - auto de depósito ou despacho designando o fiel depositário #b53e197

IV - o auto de entrada, em caso de bens removidos na Capital; Não se aplica

V - despacho encaminhando o bem a leilão; #cbe8b4b

VI - certidão de registro de imóveis completa com o registro da penhora, caso a penhora incida sobre bem imóvel; #cdc884f

VIII - no caso de alienação fiduciária, informar o valor dos direitos decorrentes da alienação (valor financiado e o valor pago); Não se aplica

IX - Extrato do Detran, caso a penhora incida sobre veículo; Não se aplica

X- Endereços de terceiros a serem intimados (ex. credor hipotecário, coproprietário, cônjuges, credor fiduciário, etc.): Não se aplica

RIO DE JANEIRO/RJ, 30 de agosto de 2022.

ANGELO DA COSTA E MELO
Assessor

Assinado eletronicamente por: ANGELO DA COSTA E MELO - Juntado em: 30/08/2022 12:19:18 - b07e0a7
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22083012084297000000160248401?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22083012084297000000160248401

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
CAEX LEILÕES
ATOrd 0100798-82.2018.5.01.0034
RECLAMANTE: ALTAIR AYRES TORRES
RECLAMADO: PENSIONATO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA

CERTIDÃO

Em cumprimento ao determinado nos autos do processo piloto do Leilão Unificado, nº 0103502-68.2021.5.01.0000 (2º grau), certifico que nesta data enviei ao leiloeiro nomeado por este juízo, IGOR MIRANDA, a listagem de processos a serem incluídos no leilão de 29/11/22 a 06/12/22, constando os presentes autos, para que verifique o cumprimento dos requisitos elencados no Ato Conjunto 07/2019, e providencie a confecção do respectivo edital.

RIO DE JANEIRO/RJ, 29 de setembro de 2022.

LETICIA CRUZ DOS SANTOS
Assessor

Assinado eletronicamente por: LETICIA CRUZ DOS SANTOS - Juntado em: 29/09/2022 14:21:07 - 455cb32
https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22092914210210100000162355608?instancia=1
Número do processo: 0100798-82.2018.5.01.0034
Número do documento: 22092914210210100000162355608

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
8286e25	09/08/2018 20:50	Petição Inicial	Petição Inicial
3a95bcc	09/08/2018 20:50	Identidade e CPF	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
1d6e152	09/08/2018 20:50	Comprovante de Residencia	Documento Diverso
f0ee2b6	09/08/2018 20:50	Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência
df02310	09/08/2018 20:50	Procuração	Procuração
17df1ef	09/08/2018 20:50	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
8b492e8	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
896d590	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
55cd1b4	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
ce6f71e	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
4044f49	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
652dc09	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
00f142c	09/08/2018 20:50	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
5e9c1be	09/08/2018 20:50	Recibo de Férias	Recibo de Férias
e6e5236	09/08/2018 20:50	Recibo de Férias	Recibo de Férias
fd48b8e	09/08/2018 20:50	Aviso de dispensa e Aviso Prévio	Aviso Prévio
8c0b76b	09/08/2018 20:50	CNIS INSS	Documento Diverso
da5dbc7	09/08/2018 20:50	Extrato de FGTS	Extrato de FGTS
c88a22d	09/08/2018 20:50	Extrato de FGTS	Extrato de FGTS
8d64110	09/08/2018 20:50	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
cdaa1d9	09/08/2018 20:50	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
cf4ed8f	09/08/2018 20:50	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
a3b5bf8	09/08/2018 20:50	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
16175ff	09/08/2018 20:50	LEI PISO 2017	Documento Diverso
b1b2be6	09/08/2018 20:50	LEI 2018	Documento Diverso
27794c6	09/08/2018 20:50	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
8302f9c	22/08/2018 22:37	Decisão	Decisão

1497d2c	05/10/2018 12:33	Notificação	Notificação
ace7d40	17/10/2018 15:00	DESIGNAÇÃO PARA ANOTAÇÃO DA CTPS DO RECLAMANTE DIA 24.10.2018	Certidão
f91e9e7	17/10/2018 15:11	Intimação	Intimação
44ec7d1	17/10/2018 15:13	Intimação	Intimação
b2a67a1	24/10/2018 07:25	Habilitação em processo	Contestação
4cde35e	24/10/2018 07:25	contrato social	Contrato Social
6c4e36c	24/10/2018 07:25	carta de preposição	Carta de Preposição
b5be748	24/10/2018 07:25	Identificação civil	Documento Diverso
69ab4f6	24/10/2018 07:25	Termo de inventariança	Documento Diverso
97be32a	24/10/2018 07:25	Procuração	Procuração
1e58820	24/10/2018 15:33	Ata da Audiência	Ata da Audiência
2841a94	08/11/2018 00:48	Réplica a Contestação	Manifestação
d98f7e7	07/01/2019 18:01	Sentença	Sentença
e03a247	07/01/2019 18:01	Sentença	Notificação
99d848d	31/01/2019 21:18	Recurso Ordinário	Recurso Ordinário
f58bbd4	02/06/2019 11:27	Minuta de decisão	Decisão
6c683ba	02/06/2019 11:27	Decisão	Notificação
67bdd31	12/05/2020 17:52	CERTIDÃO DE JULGAMENTO	Certidão
1187bd7	24/05/2020 09:50	Acórdão	Acórdão
efe54c2	29/05/2020 16:17	Intimação	Intimação
683db37	29/05/2020 16:17	Intimação	Intimação
230c190	22/06/2020 10:45	Certidão de Trânsito em Julgado	Certidão de Trânsito em Julgado
4df0168	29/06/2020 09:36	Despacho	Despacho
5b57954	29/06/2020 09:37	Intimação	Intimação
b014d93	09/07/2020 21:08	Apresentação de Cálculos	Apresentação de Cálculos
173828e	09/07/2020 21:08	Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos
06dd3f8	30/07/2020 15:37	Intimação	Intimação
72cc5e2	18/08/2020 21:11	Pedido de Homologação e Execução	Manifestação
c748258	21/08/2020 17:15	Certidão remessa à Contadoria	Certidão
9e6c259	15/09/2020 14:37	Promoção da Contadoria	Certidão
a2e00f4	16/09/2020 11:38	Decisão	Decisão
650d284	16/09/2020 11:39	Intimação	Intimação
287cd0f	09/10/2020 19:22	Pedido execução	Manifestação
0c4c110	12/10/2020 22:09	documentos complementares ao deslinde da demanda	Manifestação
ee33a49	12/10/2020 22:09	certidão de obito de CLODOALDO PINTO FILHO	Documento Diverso
b5d90e4	12/10/2020 22:09	certidão de obito de LEYNA	Documento Diverso
97829f7	12/10/2020 22:09	certidão de obito de CHRISTINA	Documento Diverso

b093a93	12/10/2020 22:09	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
5180878	12/10/2020 22:09	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
6859539	12/10/2020 22:09	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
23a74b1	12/10/2020 22:09	Certidão do Cartório de Registro de Imóveis	Certidão do Cartório de Registro de Imóveis
824e373	12/10/2020 22:09	Contrato Social	Contrato Social
7bc9cf0	05/11/2020 15:44	Decisão	Decisão
8bbd643	05/11/2020 15:45	Intimação	Intimação
27b1cb3	22/01/2021 09:38	SISBAJUD MINUTA	Certidão
a8c4cb3	27/01/2021 10:03	SISBAJUD NEGATIVO	Certidão
ff78a3f	28/01/2021 10:52	Decisão	Decisão
07190b6	04/02/2021 12:47	Renajud negativo	Certidão
b889b7f	18/02/2021 17:30	infojud/doi negativo	Certidão
3148baa	18/02/2021 17:33	Intimação	Intimação
4bb99d3	15/03/2021 19:10	Prosseguimento execução	Manifestação
c0f2321	21/03/2021 12:11	garantia do juízo apresentada pela RÉ	Manifestação
922aa25	22/04/2021 17:11	Despacho	Despacho
2056ea2	03/05/2021 15:09	Arisp	Certidão
0fdf9e1	02/06/2021 17:12	matrícula 26.795 resposta 5º RGI	Documento Diverso
7cf1976	21/06/2021 09:36	Mandado de Penhora	Mandado de Penhora
bebde2a	21/06/2021 09:37	Documento_0fdf9e1	Mandado
2bd652b	21/06/2021 09:37	Documento_ee33a49	Mandado
288a4a2	21/06/2021 09:37	Documento_824e373	Mandado
273b8ce	13/09/2021 16:26	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
577bf0f	13/09/2021 16:26	Altair Ayres	Auto de Penhora
9dcfadd	30/09/2021 17:06	Despacho	Despacho
28e0bfe	30/09/2021 17:07	Intimação	Intimação
9108165	11/10/2021 19:38	Impugnação	Impugnação
e4c80ec	14/12/2021 20:51	Despacho	Despacho
b7ac002	14/12/2021 20:52	Intimação	Intimação
68b7e80	04/02/2022 17:03	Despacho	Despacho
d35f266	15/02/2022 09:38	JUCERJA - NEGATIVO	Registro na Junta Comercial
b405e25	15/02/2022 09:38	REDESIM	Documento Diverso
df6c74e	22/03/2022 14:54	Certidão consulta infojud	Certidão
b53e197	24/03/2022 14:00	Despacho	Despacho
deba187	24/03/2022 14:01	Intimação	Intimação

e103d03	24/03/2022 22:53	Informação depositário fiel	Manifestação
d0cbd0c	19/04/2022 15:46	Mandado	Mandado
294b88a	13/05/2022 10:57	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
911f41a	29/06/2022 18:57	Despacho	Despacho
a89f7e3	29/06/2022 18:58	Intimação	Intimação
ffab1bd	30/06/2022 13:28	Recibo MD - Envio de Auto de Penhora	Certidão
644ec9f	12/07/2022 14:50	Resposta 5ª Ofício	Ofício
f4a95bf	21/07/2022 15:10	Manifestação	Manifestação
5b44f30	21/07/2022 15:10	Prova Emprestada	Prova Emprestada
3cff51e	21/07/2022 15:10	Prova Emprestada	Prova Emprestada
11d41f8	25/07/2022 18:27	Despacho	Despacho
51b0a50	03/08/2022 14:34	5º RGI	Correspondência Eletrônica/E-mail
e9e9782	03/08/2022 14:37	Intimação	Intimação
cdc884f	25/08/2022 08:37	Ofício_RGI	Documento Diverso
cbe8b4b	25/08/2022 10:29	Decisão	Decisão
1bf47d4	25/08/2022 10:30	Intimação	Intimação
b07e0a7	30/08/2022 12:19	Certidão	Certidão
455cb32	29/09/2022 14:21	Envio de listagem de processos ao leiloeiro - Leilão 29/11 a 06/12	Certidão